

Marina Ferreira Giaquinto

**TORNANDO-SE UM “ACAMPADO”
A EXPERIÊNCIA DAS FAMÍLIAS ORGANIZADAS PELO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
2016**

Marina Ferreira Giaquinto

**TORNANDO-SE UM “ACAMPADO”
A EXPERIÊNCIA DAS FAMÍLIAS ORGANIZADAS PELO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)**

Texto apresentado à banca examinadora, como requisito parcial para o Exame Geral de Defesa, sob orientação do Professor Doutor Fábio Sanchez.

Financiamento: CAPES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G436t Giaquinto, Marina Ferreira
 Tornando-se um "acampado" a experiência das famílias
 organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem
 Teto (MTST) / Marina Ferreira Giaquinto. -- São
 Carlos : UFSCar, 2016.
 196 p.

 Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de
 São Carlos, 2016.

 1. Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).
 I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

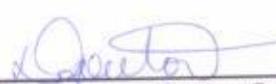
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

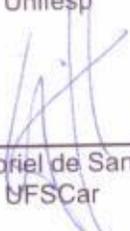
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Marina Ferreira Giaquinto, realizada em 22/08/2016:



Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez
UFSCar



Profa. Dra. Débora Cristina Goulart
Unifesp



Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran
UFSCar

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Carmem e ao meu pai Maurício, por serem os grandes exemplos da minha vida. Por me fazerem querer ser como eles. Pela preocupação calada, pela força, garra, pela alegria, pelo amor. Por nunca deixarem de ser uma parte tão grande de mim e por me lembrarem diariamente que sou uma parte deles, fazendo desse amor, confiança e companheirismo o cerne do meu crescimento. Obrigado por terem se feito presentes em mais esse importante momento de minha trajetória, apoiando e valorizando incondicionalmente a realização deste trabalho.

Aos meus avós, Pedro, Mirian e Carmem, pelo maior amor que existe no mundo. Por todos os abraços apertados, por todas as gargalhadas, por todas as rezas, por não serem outra coisa que não amor. Por entenderem à distância, por nunca deixarem parecer que estou longe de mais pra não sentir vocês por perto. E, principalmente, por nunca deixarem de me apoiar mesmo quando todas as nossas conversas sobre as dificuldades e as felicidades em realizar este trabalho passavam pela indagação “mas, pra que mesmo você está fazendo isso?”.

Agradeço aos meus irmãos pelo companheirismo que não precisa ser dito, pela certeza do apoio e pela promessa velada da nossa irmandade em todas as dificuldades e alegrias da vida.

Aos meus sobrinhos, Ana e Diego por estarem há dois anos e meio esperando a hora em que eu poderei voltar brincar. Por me atingir com super poderes e praguejar contra meu computador esperando que ele quebrasse e que, por fim, já não precisasse mais estudar. Obrigada por nunca desistirem de me querer por perto e pelo amor mais puro do mundo.

Agradeço a todos os militantes, coordenadores e acampados que me receberam e compartilharam de seus universos comigo. Em especial, à Tia Maria fica meu profundo agradecimento e minha eterna admiração. Seus ensinamentos ultrapassam em completo a dimensão desse trabalho.

À Ana, o Paulo e a Toya por todo o carinho e por toda a compreensão da ausência.

À Lei, primeiramente, por ter me convencido em prestar o mestrado, por ter me apresentado os trabalhos sobre o MTST, pelos dois anos e meio que passou enchendo minha caixa de email com as mais diversas referências bibliográficas e, principalmente, por sempre estar disposta a estar lá!

Ao Sacola, por ter pacientemente me ajudado nos árduos caminhos da proficiência e à Priscila por ter o convencido a isso !!! Obrigado por terem acreditado em mim e por

reforçarem constantemente que eu não estava sozinha nessa trajetória e que poderia sempre contar com vocês. Obrigado por não terem desistido de trilhar esse caminho comigo e por terem tornado isso possível.

À Isabela e à Helga, por completamente tudo !!!! Pelas eternas conversas na sala, na cozinha, no corredor de fora, no corredor de dentro, na lavanderia.... uma, por ter que fechar as portas e janelas e ainda assim pedir a Deus por uma parede mais grossa que impedisse de continuar me escutando !!!.... e a outra, por nunca ter fechada nenhuma delas. Pelas eternas risadas. Por serem minhas guardiãs de alma. Por lutarem mais por mim do que eu mesma poderia.

Á Sandra pelo apoio incondicional em todas as trajetórias da vida e ao Diogo por ter se cedido e compartilhado desse apoio e dessa verdade nas mesmas proporções.

Á Camila por ter chego de mansinho e por não querer sair.

À Dai, à Dé e à Beta por esperarem sempre a minha volta. Por nunca deixarem de ter sido tanto. Por acreditarem em mim. E em especial as duas primeiras, pelo resumo em inglês!

À Má e ao Felipe por mesmo quando longe, terem estado perto. E agora por perto, por terem virado nosso abrigo silencioso. Não muito silencioso porque eu deixaria isso acontecer, mas silencioso o suficiente pra saber que não precisa falar para compartilhar. Basta estar lá. Obrigado pela preocupação velada e por explicitarem o apoio diário. Obrigado por mudarem de assunto quando não queria falar e por permanecerem quando tudo isso transbordava. Obrigado por terem nos aceito com toda a alma de vocês e por terem ampliado nossos sonhos. E, finalmente, por terem me dado mais dois grandes amigos e companheiros dessa trajetória.

Ao Bruno, por todas as conversas, conversas e conversas em que compartilhamos alegrias e frustrações e pela busca conjunta de um sentido a própria trajetória que construíamos. E, ainda mais, por todos os momentos de alegria e de descontração que nos fizeram parar de pensar e aproveitar. Ao Serjão, Bazza, Topera, Xu e Che, pelo mesmo. Por de formas diferentes estarem presentes. Seja no apoio rápido de uma esbarrada inesperada, seja no abraço apertado da volta, seja no carinho do acolhimento diário que me deram no compartilhamento da casa de vocês. Obrigado por todas as conversas e pelas infinitas risadas que brotavam dessa entrega descomprometida de nós mesmos.

Ao Lu por ser o meu grande companheiro de vida e de alma. Por sempre ter acreditado em mim muito mais do que eu mesma. Por TODOS os dias e noites que passou compartilhando comigo cada nova vivência, cada história, cada conhecimento, cada dúvida. Por me ouvir e por incentivar o processo desconstrução e reconstrução dos meus pensamentos

e por, no final, até mesmo ajudar a construí-los. Obrigado por atravessar comigo esse caminho que às vezes parece tão solitário. Obrigado por sempre ter estado lá sem que isso parecesse dever algum. Pelo companheirismo diário e pela calma e segurança que sua presença me dá. E, principalmente, por ter feito TANTO que nenhuma palavra poderia expressar. Obrigado !!

Em especial ao Lu, Helga e ao Diogo, eu agradeço por terem sido fundamentais nos longos processos de correção do texto. Pelas horas que perderam para se disporem a me ajudar sem ganhar nada em troca disso. Pelo cuidado da leitura, pelo carinho, pela preocupação. Por terem, sem dúvida, sido grandes responsáveis por ter conseguido chegar até aqui.

Ao “coletivo...”, agradeço por terem tornado as minhas terças feiras um dia instigante. Por fomentarem em mim o interesse pelas amplas discussões em busca da política. E por terem dado sentido a grande parte dessa trajetória. Obrigado pelo apoio e pela confiança no meu trabalho.

Ao professor Fábio agradeço por ter aceitado me orientar e pela ajuda na travessia de parte desse longo caminho. Obrigado por me trazer novas reflexões e indagações e, por fim, por ter me ajudado o quanto pode.

À professor Débora Goulart pela confiança no meu trabalho e por ter sido fundamental no processo de aproximação com o MTST. Agradeço toda a disposição que teve em me ajudar desde quando busquei contato pela primeira vez até o processo de fechamento deste trabalho. Obrigada por todas as contribuições tanto na banca de qualificação quanto da defesa e por todos os apontamentos textuais e referências bibliográficas que me auxiliaram na continuidade das reflexões aqui contidas.

Ao professor Gabriel Feltran, meu eterno agradecimento por todas as contribuições e encaminhamentos que deu ao meu trabalho desde antes da própria qualificação. Obrigado por me mostrar um novo universo teórico e reflexivo que ainda ficam a concluir, mas que sem dúvida, se tornaram de um enorme ensinamento ao que projeto às construções das novas reflexões.

Deixo aqui a professora Débora e ao professor Gabriel a minha profunda admiração e meus sinceros e incansáveis agradecimentos por todas as reflexões que se tornaram possíveis nesse trabalho.

À CAPES, pela bolsa que me ajudou a me manter financeiramente por parte do mestrado.

RESUMO

Partindo da análise da ocupação Chico Mendes II, o presente trabalho pretende compreender como se dá a experiência de luta dos sujeitos enquanto acampados do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Para isso, no entanto, buscamos recuperar a gênese das problemáticas que dão, de um lado, origem a formação do movimento por sua inserção às desigualdades socioespaciais da cidade, e, de outro, dão base às experiências sociais vividas e trazidas pelos sujeitos que ingressam no MTST enquanto acampados. Será esse amplo cenário que dará base à elaboração do trabalho e à compreensão do encontro destas duas “lógicas” distintas, entre as famílias que optam por fazer parte do movimento e as proposições políticas deste. Será neste interstício, compreendido pelo movimento apenas através da necessidade da moradia, que iremos através da experiência dos sujeitos, realizar este trabalho. Através do trabalho de campo realizado na ocupação e o trabalho de revisão bibliográfica, evidencia-se no presente trabalho, que o MTST entrará numa periferia muito distinta daquela que deu base ao surgimento dos movimentos urbanos da década de 1970 e 1980. E, portanto, será a partir desse quadro amplamente modificado (tanto no que diz a experiência social dos sujeitos quanto à própria gestão social promovida pelo Estado) que o MTST buscará ganhar sua legitimidade.

ABSTRACT

Starting from Chicos Mendes's occupation analysis, this study intend to understand how is the struggle experience of The people of the Homeless Workers Movement (MTST) while they are camped. For this, however, we seek to recover the genesis of the problems that give, from one side, the formation of the movement for its integration to the socio-spatial inequalities from the city, and on the other hand, give basis for the social experiences lived and brought by people who enter in MTST while camping. This wide scenario will be the base to the preparation of the study and understanding of the encounter of these two distinct logics, among families who choose to be part of the movement and the political propositions of it. It will be in this interstice, understood by the movement only by the need of a housing, we will make this study through the people experience. Through the fieldwork done at the occupation and the literature reviews, it is evident in this study that MTST will be in a very distinguished suburb, similar to those which gave base to the appearance of urban movements from the 1970s and 1980s. And, therefore, will be by this widely modified scenario (both in the social experience of individuals and about the social management promoted by the state) that MTST seek to gain their legitimacy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Associação Periferia Ativa

APEOESP – Sindicato dos professores da rede oficial de ensino do estado de São Paulo

BNH – Banco Nacional da Habitação

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas Cooperifa

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FAU/USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNH – Fundo Nacional de Habitação

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MCidades – Ministério das Cidades

MCMV – Minha Casa, Minha Vida

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

OGU – Orçamento Geral da União

OP – Orçamento Participativo

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCC – Primeiro Comando da Capital

PT – Partido dos Trabalhadores

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

Sumário

INTRODUÇÃO	1
Uma escolha metodológica	3
Notas metodológicas e a chegada à campo	4
Um breve parecer sobre a construção e organização do texto.....	9
CAPÍTULO I. O CONTEXTO DE FORMAÇÃO DO MTST	11
1. Marcha Nacional: um front ao Neoliberalismo	15
1.a Da <i>questão agrária</i> ao processo de <i>periferização</i> das cidades.....	17
1.b Do surgimento do MST à identificação do neoliberalismo.....	39
1.c A construção da Marcha Nacional de 1997 e o desenvolvimento do MTST	55
2. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)	60
2.a Inserindo-se na cidade	62
CAPÍTULO II. A OCUPAÇÃO CHICO MENDES II	99
1. Uma aproximação estranhada	100
2. Seus antecedentes: recompondo histórias.	108
2.1 Quando o “Morumbi chegou até a gente”	108
2.2 A chegada de novos atores	112
2.3 Um panorama sobre o campo de conflito territorial.....	132
3. Um mês de ocupação territorial	138
4. Alternando o quadro, transformando relações.	140
4.1 As cozinhas	141
4.2 A coordenação.....	147
4.3 A crítica a “construção conjunta da luta por moradia”.....	150
4.4 Sistema de pontuação	153
4.5 Uma volta ao conflito territorial: a perda do terreno e a conquista das moradias	161
5. Saída da ocupação	163

CAPÍTULO III. TORNAR-SE UM ACAMPADO, UMA LUTA “APENAS” POR MORADIA?..	166
1. Entre duas experiências	166
1.a As dissonâncias entre as duas lógicas.....	176
1.b Os que ficam.....	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
BIBLIOGRAFIA.....	189

INTRODUÇÃO

As inquietações que gestam este trabalho nascem do estudo que realizei durante a graduação sobre a ascendência dos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil. Tendo a cidade de São Paulo como recorte analítico, busquei então compreender particularmente duas questões: primeiro, a imbricação existente entre a exploração da mão de obra e a segregação socioespacial da população empobrecida realizada a partir do processo de industrialização e migração e como isso influenciou na formação socioespacial da cidade; segundo, como no auge deste cenário – acrescido e sustentado pelo regime ditatorial –, surgem os “Novos Movimentos Sociais” e, junto a eles, uma nova percepção sobre as relações sociais.

No entanto, após o término das reflexões construídas na graduação, originou-se o interesse por compreender como os movimentos sociais passam a partir de 1990, a se recompor diante do novo cenário social, político e econômico que se configurava. A partir disso, buscando permanecer nos estudos sobre movimentos sociais urbanos, me aproximei dos trabalhos realizados sobre a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Dentre outros movimentos de moradia, a escolha pelo MTST se justifica pela peculiaridade que existe em todo seu processo de formação e desenvolvimento. (GOULART, 2011).

Em uma imbricação direta com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o MTST se forma durante a década de 1990 com o objetivo de organizar a classe trabalhadora da cidade, buscando, assim, aumentar a correlação de forças entre os movimentos sociais e a pressão social exercida sobre o Estado.

Com o processo de reestruturação produtiva e de desindustrialização, os anos de 1990 são caracterizados por uma reconfiguração do quadro produtivo no Brasil, com uma diminuição significativa dos trabalhadores industriais. Estes, enfrentando grandes dificuldades de reingressarem no mercado formal de trabalho, passam a sobreviver através de vínculos empregatícios temporários e/ou através de trabalhos informais. Neste processo, as organizações sindicais se enfraquecem e, afetadas com a nova estrutura produtiva, não conseguem abarcar este novo contingente de trabalhadores que se encontram submetidos às novas e diferentes condições de trabalho. Em situação crescente de vulnerabilidade, agora, para além da dificuldade de se organizarem em torno dos sindicatos como forma de

conseguirem melhores condições de sobrevivência, ainda passam a vivenciar uma mudança na estrutura de serviços públicos a eles oferecidos, os quais sofrem os cortes dos investimentos estatais.

Diante deste quadro, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), na sua estratégia de fortalecer o quadro de mobilizações sociais nas áreas urbanas, identifica a questão da *moradia* e do *trabalho* como sendo os pontos principais sobre os quais a população vinha sendo atingida. Como o objetivo era criar um movimento que os possibilitasse a organização da classe trabalhadora da cidade, optam por congregar estas duas problemáticas em uma única bandeira de luta que oferece base à atuação do que veio a ser o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)¹.

Ao trazer tanto a questão do trabalho quanto a questão da moradia, escolhem atuar a partir do território relacionando o lugar que estes trabalhadores ocupam nas relações sociais de produção e a região que estes, então, possivelmente ocupariam na divisão socioespacial da cidade. Ao enfatizar a carência de moradia, vão buscar através das periferias organizar este conjunto de trabalhadores informais e temporários que os sindicatos dificilmente atingiam.

Um ponto a destacar deste contexto de surgimento do MTST, portanto, é que não se trata aqui de um movimento que surge a partir dos bairros periféricos, mas sim, de um movimento que se incide sobre estes em busca da população que neles residem. A qual, por sua via, torna-se a engrenagem que não só move o movimento, como também dá sentido a este. Assim sendo, a moradia aqui ganha uma importância fulcral, posto que se faz o meio pelo qual a população chega e permanece – ou não – no movimento.

No período em que o MTST se forma, a moradia apresentava-se não só como uma das maiores problemáticas que afetavam a população, como também se apontava como uma das demandas em torno da qual mais se criavam mobilizações espontâneas na cidade. Como pontua Goulart (2011) sobre a cidade de Campinas-SP, na época em que o movimento realiza sua primeira ocupação de terra, o noticiário local pontuava a existência de 86 ocupações de terra espalhadas pela cidade.

Estrategicamente, a moradia torna-se assim, a bandeira sobre a qual o movimento cria um “chamariz” no qual buscava atrair essa população com o objetivo de organizá-la em um embate frente ao Estado. Este embate seria gestado em torno da busca do movimento em fomentar a formação de uma identidade composta, cuja será: a de trabalhadores sem teto. Esta

¹ Na mesma época o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) apoiam a mobilização e a formação de outros movimentos nas áreas urbanas, como o caso de acampamentos de sem terras formados por pessoas que viviam na rua e o apoio à formação do MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados).

identidade, na perspectiva do movimento, tornar-se-ia o “benefício” final a ser conquistado pelo MTST, fazendo com que a população que neste ingressa tome “consciência” da problemática mais ampla da qual estão inseridos, transcendendo portanto, de uma luta pela necessidade imediata para a composição da luta de classes.

No entanto, apesar de partirem de um fundamento claro de ação, o que é conhecido hoje como MTST – seu projeto político e sua forma de organização – é, antes, fruto de um extenso processo de reelaboração interna. Isso porque, diante das dificuldades que este encontrava em sua atuação, se reestruturava, reinserindo-se nos embates sociais a partir de novas estratégias de ação. Neste processo, cria-se progressivamente uma estrutura interna formulada como resposta às problemáticas vividas pelo movimento, o que faz com que esta expresse direta ou indiretamente o contexto social no qual encontra-se envolvido.

Ocorre que no intercâmbio existente entre agregar a classe trabalhadora e se mobilizar em torno da luta por moradia e, posteriormente, por reforma urbana, o “núcleo organizativo” do movimento vem traçando suas estratégias de ação e ganhando uma ampla expressão no cenário nacional das lutas sociais. Longe de se tratar de uma “fórmula mágica” utilizada por este, a dimensão que o MTST ganha se deve, de um lado, a um contingente de estratégias de ação muito bem definidas e, de outro, a uma ampla gama de famílias que decidem atuar junto a este na luta pela moradia. E será sobre estes fatores que o presente trabalho busca se incidir.

Uma escolha metodológica

Diante do quadro acima apresentado, o presente trabalho possui como objetivo a busca por compreender como os *acampados*, através de suas *experiências*², vivenciam a luta dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Para isso, realizamos uma análise do MTST a partir de uma perspectiva diferente daquelas que vem sendo utilizadas para estudar o movimento. Ao invés de partirmos propriamente de uma análise sobre sua formação e de suas propostas políticas para, então,

² A escolha do termo “experiência” se referêcia em Thompson, a partir do qual, segundo o autor, “Os homens e mulheres (...) retornam como sujeitos, (...) não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1978, p.182)

avaliarmos sua atuação na atual conjuntura dos conflitos sociais; realizaremos aqui uma análise do movimento a partir do encontro entre este e os sujeitos que se tornam sua base social.

Buscamos nos afastarmos de uma perspectiva que ligue de modo direto a precarização da condição de existência dos sujeitos à sua mobilização social. Ou seja, que defina de modo prévio que o montante de famílias que se une ao MTST o faz simplesmente porque necessitam de moradia. Não buscamos aqui tratar das necessidades “gerais” de existência, mas, antes, de compreender qual o sentido que estes sujeitos atribuem à situação da moradia que vivenciam e como isso leva estes a permanecerem ou não unidos ao MTST.

Assim, refletir sobre a experiência desses sujeitos enquanto acampados é, primeiro, refletir sobre a realidade objetiva destes sujeitos e de como construíram sua percepção sobre o mundo e sobre si mesmos diante dela; segundo, refletir como com a chegada do MTST é apreendida e refletida por essas famílias a partir dessas experiências sociais que são formativas desses sujeitos; e em terceiro, compreender como a vivência dentro do MTST, dentro de uma nova realidade objetiva que lhes coloca na esfera pública é apreendida e “trabalhada” por esses sujeitos.

Trabalhar a experiência desses sujeitos enquanto acampados é, portanto, trabalhar um *processo* de apreensão de uma realidade objetiva modificada (aqui, pela presença do MTST) e a reflexão que os acampados criam sobre essa e sobre a qual projetam suas ações. Ações as quais são sempre cobertas de justificativas que explicam a partir dos sujeitos a vivência que tiveram e sua reflexão sobre esta.

Diante dessa busca pela apreensão da experiência dos sujeitos enquanto acampados do MTST, possuímos duas hipóteses neste trabalho. A primeira hipótese é de que, apesar de o MTST possuir uma estrutura de organização muito clara, a forma como se dá o desenvolvimento de cada ocupação depende diretamente dos acampados e, assim, dos diferentes sentidos que estes atribuem não só à moradia como ao próprio Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. A segunda hipótese levantada é a de que a existência do Programa Minha Casa, Minha Vida influencia tanto o fomento da busca por moradia, quanto à mudança da organização interna do movimento, a qual parece se alterar diante do novo quadro de luta que o MTST adentra após iniciar em 2009 a sua participação neste.

Notas metodológicas e a chegada à campo

Como veremos, através do MST, geram-se alguns núcleos de atuação do MTST em diferentes estados do país. No entanto, possuindo organizações autônomas uns dos outros, nem sempre estes núcleos mantinham contato entre eles. Objetivamente, isso desencadeou um processo de construção do movimento que se diferencia conforme o estado que se forma e a correlação de forças que enfrenta durante o seu desenvolvimento (GOULART, 2011). Diante de tal fato, o primeiro recorte analítico apresentado por este trabalho apresenta-se na escolha por estudarmos o MTST que se forma a partir no estado de São Paulo.

Dentro disso, buscando manter o recorte analítico que eu já trabalhava na graduação, optou-se por nos declinarmos especificamente sobre as ações realizadas pelo MTST na região que engloba a cidade de São Paulo e sua região metropolitana – a qual agrega cidades como São Bernardo, São Caetano, Santo André, Osasco, Guarulhos, Embu, Taboão da Serra, e assim por diante.

Será este o recorte que pautará toda nossa análise bibliográfica sobre o MTST e seu processo de formação e fortalecimento. Para conseguirmos atingir o objetivo da análise – qual seja, compreender a atuação do movimento a partir das famílias acampadas –, nos foi necessário nos declinarmos sobre as formas de atuação do movimento que trazem essas famílias como as válvulas propulsoras de seu funcionamento.

Dentre estas, duas aparecem em destaque: a formação de ocupações e a realização de atos públicos. Estas são as principais formas de ação do movimento, ou seja, a forma através da qual organizam o conjunto de pessoas em torno da luta pela moradia e pela reforma urbana. Aparecendo amplamente imbricadas, ambas as formas de organização visam tanto pressionar o poder público na resolução dos problemas levantados pelo movimento, quanto fomentar a construção de uma identidade coletiva construída em torno do “trabalhador sem teto”.

No entanto, apesar de possuírem ampla relevância dentro do movimento, as duas estratégias de atuação possuem também suas peculiaridades. Assim, apesar de transpassarmos pela realização de atos públicos, o enfoque aqui dado ao trabalho será, de modo mais específico, a construção de ocupações. Isso se deve a dois motivos principais. Primeiro, pelo fato da ocupação ser a principal estratégia de organização utilizada pelo movimento. Será através desta que dão origem a abertura do conflito, a mobilização das famílias e, principalmente, a proposta de formação política dos trabalhadores, posto que o objetivo principal é fazer da ocupação o espaço de construção coletiva da luta pela moradia. Segundo, porque será através das ocupações que, em grande medida, se consegue o fortalecimento de seus atos públicos.

Mesmo optando por trabalharmos sobre as ocupações, existia ainda um novo impasse. Decidir qual seria, afinal, a metodologia utilizada no trabalho de campo. Quantas ocupações seriam trabalhadas e sobre qual situação estas estariam. E mais, como poderíamos nos aproximar das famílias e através delas compreender a dinâmica sobre a qual o movimento se realiza.

A primeira escolha foi por analisar duas ocupações. Uma, em processo de formação, e outra ocupação já consolidada.

No entanto, a forma como se dará a metodologia utilizada na realização do trabalho de campo só consegue ser de fato definida quando se inicia a aproximação entre o pesquisador e seus sujeitos de pesquisa. Neste momento, os pressupostos teóricos entram em suspenso e passamos a construir um novo momento da pesquisa, onde a realidade por nós agora compartilhada nos leva a recompor nossas construções teóricas e nossas próprias experiências frente a um novo conjunto de realidades ali apresentadas. (MILLS, 1975) Isso porque o que denominamos por “campo de estudo” está longe de expressar a relação de um pesquisador teoricamente neutro que se aproxima de um objeto teoricamente inanimado. Antes de mais nada, o trabalho de campo é construído pela relação de múltiplos sujeitos que possuem experiências, concepções e interesses diferenciados. A presença do pesquisador interfere na dinâmica interna apresentada no campo, o que acaba por criar novas relações e situações a partir das quais podemos conhecer e, em certa medida, compartilhar ou não das relações ali construídas. E assim, junto a nossa compreensão da realidade, redefinimos também os nossos próprios traçados de pesquisa.

Através de uma pesquisadora que já havia realizado um amplo trabalho sobre o MTST, entrei em contato com a militância do movimento e fui na segunda metade de 2014 conhecer uma das novas ocupações, denominada como Chico Mendes. Esta, levando o mesmo nome de uma outra ocupação já realizada pelo movimento em 2005, passou a ser por vezes, denominada pelo MTST como Chico Mendes II.

Localizada no Jardim Colombo, na região do Morumbi, na zona sudoeste da cidade de São Paulo, a ocupação Chico Mendes teve sua origem no dia 5 de setembro de 2014 através da ocupação territorial de um terreno demarcado enquanto Zona Especial de Interesse Social 2, destinada a habitação social. Quando se dá meu primeiro contato com a ocupação, esta já estava a dois dias de completar um mês no terreno, porém, não tinham grandes perspectivas sobre se conseguiriam continuar ali alocados, posto que já tinham recebido um pedido de reintegração de posse.

A minha primeira ida a ocupação foi marcada com antecedência com uma das militantes do movimento. Denominada por eles como “a estudante”, pude neste dia conhecer o espaço físico da ocupação e alguns de seus coordenadores e militantes, aos quais expliquei a minha intenção em permanecer frequentando a ocupação com o objetivo de conhecer o movimento e, especialmente, a forma como os acampados viviam. Estas “idas” a ocupação, as quais de fato se efetivaram, consistiram em dez visitas realizadas entre o início de outubro e o início de janeiro, quando a ocupação se retira do território ocupado.

Apesar de ter iniciado as visitas a ocupação a partir da relação com a militância – os quais, de fato, são os responsáveis pela ocupação e pela minha aproximação ao movimento –, busquei nas visitas seguintes me aproximar do conjunto de acampados, os quais tive um breve contato nas duas primeiras visitas (onde, na primeira, ocorria o cadastramento das famílias no movimento e, na segunda, a festa em comemoração a um mês de ocupação). Assim, já tendo sido “autorizada” pela militância, passei a frequentar a ocupação a partir, principalmente, na cozinha do Grupo 1 (G1). Devido a relação de aproximação que estabeleci com a coordenadora responsável por este grupo, foi nele que permaneci e foi através dele que conheci a ocupação Chico Mendes.

Como a intenção do trabalho era compreender a forma como vivenciavam suas experiências dentro da ocupação, não possuía de fato a intenção de abordá-los com uma série de perguntas sobre eles e sobre o movimento. No entanto, por ser em diversos momentos o que esperavam que eu fizesse, busquei uma outra forma de me inserir junto a eles e, em alguma medida, tentar retribuir a forma como me recebiam. Depois de muita insistência³ com a coordenadora responsável pelo G1, passei a fazer parte das tarefas que precisavam ser cumpridas enquanto eu estava lá. Durante esses momentos, é que pude me aproximar tanto dos acampados quanto dos coordenadores, onde passei a compreender uma parte de como faziam o movimento se realizar e o que pensavam sobre ele.

Durante os intervalos em que voltava a ocupação, passei a perceber um processo de retração da presença dos acampados na ocupação. Este processo, pelo que me foi relatado, inicia mais ou menos no período em que chego a ocupação. A partir desse momento, a presença em massa das famílias se dava apenas por volta das sete da noite, quando iam até a

³ A insistência se devia, em grande medida, ao fato de inicialmente atribuírem a mim uma certa “fragilidade” a realização dos trabalhos manuais. Fato que se congregou a minha posição de visitante, fatos que aparentemente inviabilizavam a minha inclusão na atribuição das tarefas.

ocupação “dar presença⁴” e ouvir a assembleia (quando a realizavam). Assim como a entrada das famílias se dava relativamente rápida, sua saída também. Essa mudança que ocorre internamente a dinâmica da ocupação trouxe uma grande dificuldade a realização do trabalho, posto que dificilmente conseguia encontrar com diferentes acampados.

Como permanecia ajudando nas tarefas, estas se tornaram o meu grande meio de relação com aqueles acampados que ainda frequentavam a ocupação para ajudar no seu desenvolvimento diário.

Como era a realidade vivenciada dentro da ocupação, o trabalho passou a se pautar em dois focos: em buscar transparecer o sentido que aqueles que lá permaneciam atribuíam ao movimento e a moradia; e em buscar compreender como a dinâmica do movimento se realizava mesmo sem a presença objetiva das famílias dentro da ocupação. Assim, buscando ainda dar ênfase ao processo de formação social, buscamos então compreender como, de sua parte, as famílias também manejam as estruturas organizativas traçadas pelo movimento e, assim, como também constroem a forma como se dá este “espaço de luta”.

Durante as visitas que realizei na Chico Mendes busquei me aproximar – como era a proposta inicial da metodologia traçada para este trabalho – de uma ocupação consolidada. Dentre estas, optei por conhecer a ocupação Vila Nova Palestina, localizada na região do Jardim Ângela, zona sul da cidade de São Paulo. Sendo uma das maiores ocupações já realizadas pelo movimento, a ocupação foi foco de um amplo número de jornalistas e estudantes que se interessavam sobre a atuação do movimento. Hoje, já tendo conquistado o terreno e encontrando-se em processo de planejamento das moradias, existem poucas famílias que ainda residem nela. No entanto, justamente por estar consolidada e por ter sido foco de análise de diversos atores, a desconfiança sobre qual era a minha intenção indo até lá também era bem maior. Para além disso, esperavam ainda com mais “convicção” que eu traria as perguntas já elaboradas para que fossem respondidas por aqueles que eu encontrasse. Durante o dia que passei dentro da ocupação, percebi que a resistência existente em uma ocupação já consolidada era bem maior do que aquelas que ainda se encontravam em formação.

Assim, dada a dificuldade em realizar um adensamento analítico entre duas ocupações no tempo em que possuíamos para a realização da pesquisa, optamos, portanto, em permanecermos apenas com a ocupação Chico Mendes. O ganho foi que o fato desta se

4 Termo utilizado dentro do movimento para se referirem a ida diária dos acampados para, de fato, marcarem suas presenças na ocupação. Este termo encontra-se melhor explorado no capítulo I, no subtítulo “sistema de pontuação”.

encontrar ainda em formação possibilitou uma explicitação muito maior da forma como se constituem.

Amparados na realização de uma observação direta, todos os relatos que embaçam a construção deste trabalho foram a mim compartilhados no decorrer das diversas situações e conversas das quais pude compartilhar durante as visitas que realizei a ocupação. Nenhuma delas possui gravação. E isso também se deve a uma estratégia de pesquisa. A não utilização do gravador foi por nós planejada como forma de reduzir, mesmo que em parte, qualquer expectativa que tivessem quanto a perguntas sistematizadas. Todas as perguntas feitas e todas as conversas tidas foram fruto dessa relação compartilhada que construímos – mesmo que momentaneamente – na dinâmica da ocupação.

Conjugando o objetivo central do trabalho – qual seja, compreender a experiência dos acampados dentro do MTST – e as dificuldades apresentadas em campo, buscamos construir uma estrutura de texto que também nos auxiliasse a valorizar as percepções tidas dos acampados sobre o movimento.

Um breve parecer sobre a construção e organização do texto

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. E é importante aqui ressaltar que todos estes foram projetados após as visitas na Ocupação Chico Mendes II. Assim, o que buscamos aqui montar foi um corpo explicativo das experiências vividas pelos acampados. Ou seja, por esse encontro entre o MTST e as famílias que a eles se agregaram na luta por moradia.

O primeiro capítulo tem o objetivo de expor tanto o contexto de formação e desenvolvimento do MTST, quanto o contexto de formação das experiências sociais das famílias acampadas. Tratando-se de um desafio criado na própria proposta do trabalho de não partir do MTST para explicar as famílias acampadas, buscamos nele trabalhar um longo contexto histórico que explicitasse a imbricação histórica daquela conjuntura que se expressava na ocupação Chico Mendes II. Por um lado, uma população marcada por duas experiências sociais distintas, a do migrante que fomentava através das desigualdades no campo uma expectativa de melhorar de vida a partir da cidade – aqui projetado pela adesão ao trabalho formal e a ampliação de direitos, assim como ao acesso de infraestrutura urbana –; e a do jovem criado na periferia após a década de 1990, o qual já não possui mais o trabalho formal enquanto horizonte e já vive numa desigualdade socioespacial consolidada. E por

outro, o MTST, o qual surge a partir de uma estratégia de luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e que buscará compreender aquelas desigualdades socioespaciais e relações de poder as quais marcavam a trajetória das famílias a fim de fortalecer sua organização.

Para isso, optamos por ter como marco a Marcha Nacional de 1997, marco na formação do MTST. A partir dela, o capítulo se divide em duas partes. A primeira no período anterior a Marcha – explicitando as expectativas da população migrante; a formação das desigualdades socioespaciais da cidade; a guinada do neoliberalismo no Brasil; construção de um novo quadro político econômico e social nas cidades – a partir do qual buscamos dar ênfase ao contexto histórico daquelas experiências que nos foram apontadas pelos acampados da Chico Mendes II. E a segunda parte, referente aos momentos seguinte a elaboração da Marcha, evidenciando as transformações do MTST até a formação da ocupação Chico Mendes II.

O segundo capítulo, explicitamos de forma temporal o desenvolvimento da ocupação Chico Mendes II. Esse capítulo também será dividido em duas partes. A primeira que marcará um mês de ocupação do terreno e, a outra parte, marcará os outros três meses seguintes a esse. Buscando pontuar a organização interna da ocupação a partir das relações vistas em campo, o capítulo possuirá os registros e evidenciações das relações ali construídas.

O terceiro e último capítulo, será a elaboração de uma análise do capítulo II a partir do contexto histórico traçado no capítulo I. Com isso, buscamos problematizar a dissonância entre o projeto político do movimento e sua forma atual de organização, assim como uma discussão a partir da experiência das famílias acampadas.

CAPÍTULO I. O CONTEXTO DE FORMAÇÃO DO MTST

A tentativa de tecer afirmações assertivas sobre todo o processo de organização que deu origem a formação de um movimento social me parece, se não impossível, no mínimo uma tarefa perigosa. Isso porque geralmente o processo formativo de um movimento se desenvolve em um ambiente de conflitos, embates, construções, redefinições e reorientações e não de modo unívoco, contínuo e linear quanto as sistematizações podem fazer com que pareça. No que se refere ao caso particular do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), encontramos-nos, sem dúvida, defrontados por este problema.

O MTST faz menção ao seu processo de formação em apenas um de seus documentos, a *Cartilha dos Militantes* (Goulart, 2011). Nesta, a formação do movimento aparece mencionada de forma breve a partir de um momento em específico da trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tal momento refere-se à decisão em auxiliar no processo de organização dos trabalhadores *da* cidade e não apenas *nas* cidades. Ou seja, quando deixam de ver a cidade como mais um espaço de atuação dos trabalhadores rurais e passam a ver a necessidade de organizar os próprios trabalhadores citadinos a partir dos conflitos existentes na cidade.

A partir deste mesmo documento, o ponto de inflexão na formação do MTST, será marcado pela Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, organizada em pelo MST em 1997. Quando, durante sua realização, ocorre dentro do MST uma deliberação interna onde liberam parte de seus militantes para darem início a formação de um novo movimento urbano que atue com os trabalhadores das cidades.

Por ser este o único dado documentado, é comum aos estudos realizados sobre o MTST⁵ a busca por relatos de militantes que possam, através da história oral, fornecer maiores informações sobre o processo de formação do movimento. Ao recuperar essas bibliografias, no entanto, torna-se evidente o impasse comum que atravessam na busca pela recomposição da história do movimento:

A história da gênese do Movimento é contada de diversas maneiras. Nestes distintos relatos, manifestam-se múltiplas experiências e interpretações tecidas por sujeitos que vivenciam (ou vivenciaram) diferentes formas de inserção no processo de construção do Movimento. (LIMA, 2004, p.139)

⁵ Lima (2004); Miagusko (2008); Oliveira (2010); Goulart (2011); Lorena (2012); Silva (2014).

As informações oferecidas pelos entrevistados, sobre as datas das ações no Parque Oziel⁶ e sua relação com o MST/MTST, são desconstruídas. Não conseguimos, no levantamento da documentação escrita ou nas entrevistas com militantes desse período, reconstruir uma cronologia suficientemente precisa, que pudesse ordenar a ligação entre MST e MTST, a realização das ocupações e a Marcha Nacional (...) (GOULART, 2011, p.18)

Não sendo a intenção da grande parte destes autores apontar de fato um momento específico de sua construção, mas sim, evidenciar melhor esses processos de “avanços e recuos”, estes relatos serão recuperados e trabalhados pelos autores como forma de apresentar o entrecruzamento das histórias e das expectativas projetadas por aqueles que relatam. Apesar de possuírem distinções entre os sujeitos que fornecem os relatos, os conteúdos apontados por estes trabalhos são bem próximos – até mesmo pelo fato de muitas vezes se tornarem as bibliografias de base para a realização dos trabalhos seguintes.

Dentre estes trabalhos, Goulart (2011) realizará uma esclarecedora sistematização dos relatos dos militantes com que trabalha. Segundo a autora, essas memórias explicitam duas grandes linhas explicativas sobre a origem do movimento.

Na primeira linha, os militantes do MTST estabelecem uma relação direta entre o MTST e o MST. Como trabalhado por Goulart (2011), afirma-se aqui que o MTST surge a partir de um projeto interno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em expandirem a área de atuação do movimento para as cidades. Segundo os relatos, a decisão estaria diretamente ancorada à percepção que o MST cria sobre a mudança que ocorre em sua base social.

[...] em 1993 nós fizemos uma das maiores ocupações do estado de São Paulo, que foi a na região de Getulina. A gente começa a perceber que começa a mudar o perfil das ocupações de terra no estado de São Paulo, não tem mais só camponês [...] então a gente começa a perceber que são famílias que queriam lutar, mas não queriam sair da cidade. E precisavam também de alguma forma de luta para que pudesse sobreviver na cidade; que não iam para o campo por ter vivido algum tempo na vida urbana e se readaptar a rural de novo é difícil. Então a gente começa a ter a ideia de liberar militantes do MST para trabalhar a questão urbana (CASSAB apud GOULART, 2011 p.15)

A novidade aqui não se apresenta especificamente nem no fato do MST passar a fazer atuações em áreas urbanas, nem no fato de existirem cidadãos enquanto base social do movimento. Segundo Coletti (2005), estudioso do MST, ambos os fenômenos já existiam. O MST sempre teve em sua base social moradores da cidade e, ao mesmo tempo, sempre fez da cidade mais um espaço de atuação dos trabalhadores rurais.

O que se frisa nos relatos destacados por Goulart (2011) é: um *aumento* significativo

⁶ Como veremos a frente, Parque Oziel foi a primeira ocupação realizada pelo MTST.

de trabalhadores citadinos na base social do MST. A partir deste processo em específico, identificado como uma mudança no contexto social vivido pelo movimento, se inicia uma preocupação do MST com a organização dos trabalhadores das cidades e, enfim, a busca por auxiliar em algumas das organizações dos trabalhadores citadinos. Trata-se aqui, portanto, de um processo de aproximação do MST com as cidades que teria como marco – como aponta a citação acima – a Marcha Nacional de 1997, na qual, como foi dito, o MST libera parte de seus militantes para atuarem com os trabalhadores urbanos a partir das questões urbanas.

Segundo Goulart, nessa primeira linha explicativa, o cerne dos relatos apontavam para

(...) situações locais específicas e uma elaboração nacional do Movimento Sem-Terra que apostava na intervenção dos militantes nas áreas empobrecidas das cidades, e a Marcha Nacional de 1997 foi uma ação que possibilitou aglutinar essas iniciativas que já estavam em andamento. (GOULART, 2011, p.17)

Já a segunda linha explicativa que destaca a autora, também aponta a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça de 1997 como um marco decisivo para a formação do MTST. No entanto, a Marcha não aparecerá aqui como a continuidade de um processo já iniciado anteriormente pelo MST, mas sim, como o momento em que se dá a aproximação dos militantes do MST e dos movimentos sociais urbanos. O MTST seria assim, fruto deste encontro ocorrido durante a Marcha em que nasce uma comunhão de interesse entre os militantes rurais e urbanos. Aqui, a liberação dos militantes do MST aparece como um resultado da própria marcha, assim como a própria constituição do MTST, formado já de uma militância híbrida.

É interessante notar que, para além das diferentes interpretações e narrativas sobre a formação inicial do movimento, ambas as leituras – assim como na *Cartilha dos Militantes* – trazem a Marcha Nacional de 1997 como um episódio fundamental referente ao processo de formação do movimento.

Ao que parece, esse processo encontra-se diretamente vinculado à decisão do MST em liberar parte dos seus militantes para atuarem em áreas urbanas. Isso porque, para a primeira linha interpretativa, tal liberação marcaria o processo de autonomização do movimento enquanto tal e, para a segunda, porque tal liberação marca o início da agregação entre os ex-militantes do MST e os militantes dos movimentos urbanos.

Como apontado pelos próprios relatos que estes autores trabalham, esse processo de autonomização e/ou formação do MTST que se inicia na Marcha Nacional, será efetivado a

partir da primeira ocupação de terra organizada pelo MTST em 1997⁷. Episódio que marcará para o próprio movimento a data de sua formação.

No entanto, para além das linhas explicativas apontadas acima, Goulart (2011) trabalha com a hipótese de que é possível afirmar que a existência do MTST antecede a realização da Marcha Nacional e que, portanto, esta teria se tornado um marco no impulso ao processo de autonomização entre este e o MST. Sua hipótese se sustenta no fato de o MTST ter deixado suas marcas de existência já no ano de 1996, quando ainda bem incipiente e vinculado diretamente ao quadro de militantes do MST, o MTST passa a atuar na cidade de Campinas-SP, auxiliando nas ocupações urbanas que ocorreram de forma espontânea através da população local.

De forma paralela a esta afirmação da autora, podemos destacar ainda o trabalho etnográfico realizado por Christine Chaves (2000) sobre a própria Marcha Nacional de 1997. Nele, a figura do MTST também aparecerá para a autora como um movimento pré-existente que, já autônomo do MST, se aglutina à Marcha em apoio ao movimento.

Como evidenciado acima, e como também já trabalhado por outros autores⁸, mesmo que apareçam aqui como detalhes, as diferenças entre os diversos relatos e abordagens sobre o período de formação do MTST nos impede de construirmos uma linha única de explicação sobre o processo organizativo que lhe deu origem. E, de fato, assim como em grande parte destes trabalhos, estabelecer uma data para a sua formação ou mesmo a escolha de uma única linha explicativa como verdadeira, não faz parte dos interesses deste trabalho.

Diante deste impasse, onde a formação do movimento é contada através de diversas versões e perspectivas, os trabalhos até então realizados sobre o movimento optaram analiticamente por retomar estes relatos fazendo destes – em sua multiplicidade – o seu contexto de formação. Assim, através de pontos comuns aqui apresentados, como a Marcha

⁷ Como trabalhado por Goulart (2011), os relatos feitos sobre a ocupação do Parque Oziel são também atravessados por percepções díspares no que diz respeito ao seu processo de formação. Tal fato não é de se estranhar, posto que ao ser reconhecida como a primeira ocupação do MTST ela traz objetivamente esse processo de emancipação ou de formação híbrida que se mostram nebulosas nos relatos. Assim, de forma imprecisa, o que podemos aqui destacar é que ao que parece pelos relatos trabalhados por Goulart, a ocupação foi originalmente organizada pelo MST a partir de sua preocupação em auxiliar na formação das ocupações urbanas. No entanto, quando o MST passa em 1997 a definir internamente a liberação de parte de seus militantes nas lutas urbanas, o Parque Oziel passaria então a ser reconhecido enquanto sendo um movimento organizado pelo MTST. O fato é que independente de sua formação original, a ocupação do Parque Oziel será considerada pelo próprio MTST como sendo sua primeira ocupação. Fator que desencadearia na datação que o movimento reconhece como marcando sua origem.

⁸ Lima (2004); Miagusko (2008); Oliveira (2010); Goulart (2011); Lorena (2012); Silva (2014).

Nacional e a formação do Parque Oziel, os autores⁹ passam a trabalhar seu processo de desenvolvimento retomando, em grande medida, através da construção de suas ocupações.

O que se propõe aqui é diferente. Optamos por não partir da retomada cuidadosa dos diversos relatos já abordados e sistematizados por eles¹⁰, mas sim, do pano de fundo que os compõe. Ou seja, não partiremos propriamente dos relatos que apontam para sua formação, mas, antes, do contexto político e social que antecede e dá base a esta.

Tendo como objetivo central compreender a *experiência* dos sujeitos enquanto *acampados* – o que será trabalhado de modo mais específico a partir da ocupação Chico Mendes II –, optamos por traçar o contexto de formação do movimento a partir de seus momentos antecedentes, buscando através disso reconstruir o contexto político e social daquela população que passa a compô-lo. Assim, a recuperação da história da formação do MTST se concentrará aqui na busca por compreender (mesmo que de modo geral) o que motivou um contingente amplo de famílias a se engajarem no MTST na luta por moradia.

O que se trata aqui, portanto, é de buscar um diferente enfoque analítico que nos ajude a compreender a partir do capítulo II a experiência dos acampados da Chico Mendes II, local onde foi realizado o campo deste estudo. E, para isso, partiremos do que as duas linhas explicativas apontadas por Goulart (2011) e a Cartilha dos Militantes nos apresentam em comum: a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça organizada pelo MST em 1997.

1. Marcha Nacional: um front ao Neoliberalismo

Em 1996, mais de três mil famílias ocuparam a Fazenda Giacomet e formaram um acampamento do MST no maior latifúndio do Paraná; no mesmo dia, dezenove sem-terra foram mortos pela Polícia Militar do Pará, na chamada ‘curva do S’ da Rodovia PA-150, nas proximidades de Eldorado do Carajás¹¹. Em 17 de abril, um ano depois, terminava em

⁹ Lima (2004); Goulart (2011); Lorena (2012); Silva (2014).

¹⁰ Lima (2004); Goulart (2011); Lorena (2012); Silva (2014).

¹¹ Em nota de rodapé, a autora explica: “Em abril de 1996, trabalhadores sem-terra marcharam pela PA-150 de Curionópolis para Marabá, e bloquearam a estrada na “curva do S”, em manifestação para agilizar o processo de desapropriação da fazenda Macaxeira. O comando da Polícia Militar do Pará enviou tropas de dois batalhões, o de Marabá e o de Paraopebas, para efetuar a desobstrução da rodovia. Os militares cercaram os manifestantes nos dois lados da estrada, atirando com fuzis e metralhadoras, provocando a morte de dezenove sem-terra e deixando 69 feridos. O julgamento dos três comandantes envolvidos na operação policial responsável pelo massacre de Eldorado dos Carajás, em agosto de 1999, resultou na absolvição dos réus. Em maio de 2000 o Tribunal de Justiça do Pará, atendendo a recurso do Ministério Público, anulou a sentença. O laudo final da perícia da fita de vídeo com as cenas do conflito, efetuada pelo Laboratório de Fonética Forense e Processamento de Imagens da Unicamp, invalidou a versão de legítima defesa apresentada pela defesa, confirmando a execução dos sem-terra” (CHAVES, 2000, p-137)

Brasília a *Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça*, uma caminhada de dois meses que começou em três diferentes pontos do território brasileiro – São Paulo, Governador Valadares e Rondonópolis –, percorreu mais de três mil quilômetros e tomou as avenidas da capital do país em manifestação no dia que se tornou data internacional de luta pela reforma agrária. (CHAVES, 2000, p. 34)

A “marcha” colocou os sem-terra e suas demandas em todos os noticiários da televisão e nas capas dos principais jornais do país, converteu-se na primeira grande manifestação popular realizada contra o governo Fernando Henrique Cardoso e sua política neoliberal e levou, segundo o MST, cerca de 100 mil manifestantes a Brasília. Desses manifestantes, a esmagadora maioria não era sem-terra, mas estudantes, funcionários públicos, sindicalistas, trabalhadores urbanos, etc., que engrossaram a manifestação para prestar solidariedade ao MST e manifestar insatisfação com os rumos do governo. (COLETTI, 2005, p.214)

Tornando-se um marco na história das mobilizações sociais do Brasil, a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça marca um período muito singular da história do país, qual seja: o aprofundamento das políticas neoliberais no Brasil e, em especial, as mudanças que acarreta na conjuntura política, econômica e social do país. Como veremos, podemos afirmar que a própria Marcha aparecerá como um fruto dessas mudanças conjunturais, onde se aponta nacionalmente o caráter antipopular das medidas neoliberais sentidas pela população no âmbito diário de suas relações sociais.

Como destacado por Coletti (2005), a Marcha de 1997 tinha um caráter diferente das atuações já realizadas pelo MST. Isso porque nela buscava-se fundamentalmente aglutinar diferentes forças sociais para compôr uma grande frente de oposição às medidas político econômicas levadas a cabo pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. O objetivo era pressionar o governo a tomar medidas concretas quanto à questão da terra no Brasil e, para isso, expunha-se em cenário nacional a realidade vivida pelo MST. Como expressa o próprio nome dado a Marcha, o movimento buscava chamar a atenção da sociedade para três importantes problemáticas: “a necessidade da reforma agrária, (...) o problema do desemprego nas cidades [e no campo] e a impunidade dos crimes e violências cometidos contra trabalhadores rurais na disputa por terras no Brasil” (CHAVES, 2000, p.13).

O objetivo era trabalhar em âmbito nacional a ideia de que a questão da terra, sob a qual se organizam os trabalhadores rurais, não se trata de um problema exclusivo do campo. Durante a realização da Marcha, buscava-se romper com o imaginário de há um afastamento entre a realidade do campo e a da cidade, demonstrando como a construção de ambas aparece de forma imbricada. E de como, portanto, o problema da reforma agrária, da violência e do desemprego que atingem as populações rurais, não são questões a serem tratadas de modo exclusivo pela população camponesa. Ao enfatizarem o modo como as medidas neoliberais atingem conjuntamente tanto as relações do campo quando as da cidade, unem-se, como

apontou a citação, trabalhadores rurais e urbanos, estudantes, sindicalistas, funcionários públicos e diversos outros setores sociais em oposição ao caráter neoliberal das políticas econômicas que vinham sendo aprofundadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, quando os relatos acima destacam a importância da Marcha Nacional de 1997 no processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), é a este contexto político e social que se referem. Um contexto em que o MST atua em âmbito nacional buscando uma aproximação das mobilizações do campo e da cidade para o fortalecimento das forças sociais que se colocavam em oposição às políticas neoliberais que vinham se intensificando no governo.

Ora, mas se queremos compreender o processo de formação do MTST tendo como marco a Marcha, é necessário que não a tomemos pela superfície analisando-a através da pontualidade histórica do evento, mas pela complexidade das transformações sociais a partir da qual se realiza. E para isso nossa preocupação analítica se centrará menos em responder o que foi a Marcha Nacional e mais em compreender o que levou o MST a organizá-la. E mais, o que levou um contingente tão amplo e diversificado da população a se juntar ao MST durante a sua realização.

O objetivo deste recorte é “simples”: olhar através da Marcha para o contexto social a partir do qual se dá sentido à constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Para isso, colocaremos em destaque alguns elementos apontados nos interstícios que reúnem os diferentes relatos e bibliografias que foram anteriormente destacados. Quais sejam: a intersecção entre as desigualdades do campo e da cidade; o fomento das políticas neoliberais e a necessidade de se ampliar o quadro de mobilizações sociais em oposição às políticas de Estado. A fim de compreendermos a amplitude destes problemas que formam de modo amplo o cenário da Marcha Nacional de 1997, vale aqui retomarmos o processo de imbricação das desigualdades entre o campo e a cidade e como, através do desenvolvimento desse cenário, se atribui sentido à formação do MST e do MTST diante de uma nova conjuntura das problemáticas sociais.

1.a Da *questão agrária* ao processo de *periferização* das cidades.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se organizou em 1984 a partir de um processo de retomada das lutas camponesas que foram interrompidas pelo regime

militar no ano de 1964. Sua formação se dá já em um processo de redemocratização do país e seu desenvolvimento irá se ancorar na luta pela democratização da terra, incidindo sob a chamada *questão agrária* brasileira. (COLETTI, 2005)

A origem desta problemática pode ser encontrada na própria formação do Brasil colonial quando, diretamente vinculada aos interesses da metrópole, a produção agrícola aparecia vinculada à política restritiva de uso e exploração do solo. Compreendendo a terra enquanto potencial produtora de mercadoria, Portugal implanta no país uma agricultura pautada no regime de sesmarias, através do qual o cultivo da terra fica limitado aos sesmeiros e diretamente vinculado à exportação. Tornando-se o embrião da agricultura brasileira, o regime de sesmarias será formado a partir da criação de grandes propriedades rurais voltadas à produção de monoculturas cultivadas através da força de trabalho escravizada e destinadas a exportação.

Com a crescente importância que ganha no desenvolvimento econômico do país, a agricultura torna-se em pouco tempo a base da economia brasileira e, portanto, de grande parte da organização política e econômica do país. Ancorada na concentração latifundiária da terra, cria-se a partir dela um sistema social altamente excludente onde apenas uma pequena parcela da população poderá fazer da terra o meio de sua sobrevivência. Como se evidencia pela própria formação histórica do Brasil, a partir do privilégio do uso da terra, cria-se um grupo também privilegiado político e economicamente. A partir disso, a chamada aristocracia agrária irá se utilizar da posição que já ocupa para recriar ao longo das décadas diversos mecanismos sociais utilizados para garantir a continuidade de seu privilégio sobre o uso da terra.

Quando o regime de sesmarias encontra seu fim, tornando aparentemente livre a apropriação e uso das terras, o controle relativo sobre sua posse será preservado pela própria estrutura social que mantinha a organização das relações internas do país. Retendo grande parte da população enquanto escravizada, garantem pela privação de suas liberdades que a posse da terra permaneceria – ao menos em grande medida – nas mãos de uma porção restrita da população. A questão segue quando se rompe com o sistema escravocrata, mantendo o privilégio da terra assegurado, em primeiro plano, pela Lei de Terras¹² e, em segundo, pela

¹² A Lei de Terras foi instaurada em 1850 e nela volta-se a declarar como posse do governo todas as terras que não tenham sido já adquiridas legalmente. A medida tem um papel fundamental na formação social da época onde já se vislumbrava a libertação dos povos escravizados. Através dela, impedia-se que os trabalhadores libertos pudessem se apropriar da terra e impedia-se também a sua apropriação pela população imigrante empobrecida, impelindo-as substituírem a mão de obra escravizada. Sobre os limites da Lei de Terras na preservação da estrutura fundiária, ver Coletti (2005).

própria existência das políticas coronelistas¹³ que atuavam em âmbito local no repasse de terras.

Todo esse processo de concentração de terras, renda e poder, não passará despercebido pelo conjunto da sociedade. Como aponta o próprio MST¹⁴, talvez, as primeiras mobilizações criadas contra essa formação social teriam sido realizadas pelos povos indígenas quando estes se opuseram à dominação Portuguesa da terra, compreendida por eles como um bem comum. No entanto, será apenas em meados de 1930 que a *questão agrária* brasileira – onde se garante historicamente a concentração latifundiária da terra às custas da miséria do trabalhador rural – aparecerá problematizada nas diferentes esferas da sociedade tornando-se parte, inclusive, das novas propostas de governo. A saída era apontada pela necessidade de se realizar uma reforma agrária rompendo com o caráter excludente e perverso da política de terras no Brasil.

Como se pode evidenciar pela história do Brasil, ao mesmo tempo em que se admite a concentração latifundiária como um dos problemas estruturantes da desigualdade no país, passa-se a admitir, também, os novos benefícios que a manutenção da estrutura agrária poderia trazer ao desenvolvimento econômico do país. Ou melhor, a uma parte dele. Esse processo, consagrado na presidência de Getúlio Vargas, levará o nome de *pacto agrário* (COLETTI, 2005) e fará da desigualdade do campo a base do desenvolvimento das cidades.

Como se sabe, fruto das organizações de 1930, Vargas assume o poder do Estado através de um projeto principal: diminuir a manipulação política que os setores do café possuíam sobre o governo. E, para isso, visava retirar o poder hegemônico que tinham sobre a economia. Será através desta estratégia política e econômica que Vargas iniciará o processo de industrialização brasileira, ancorando sob novos moldes o desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Para tornar o projeto economicamente viável, no entanto, Vargas terá que se valer das próprias bases agroexportadoras já fortalecidas no Brasil para que pudesse, através destas, concretizar o fomento da indústria nacional. Dando início a uma política de confisco cambial, Vargas irá então incentivar a venda de insumos agrícolas ao exterior e, através de seu

¹³ “Com a Constituição de 1891, (...) ‘abria-se ao poder local, oligárquico e coronelista, a possibilidade de legitimar suas ações de açambarcamento fundiário. Originava-se, desta forma, mais uma corrida em direção à formação de amplos domínios fundiários no país, reafirmando-se a ordem latifundiária’. (...) A grilagem de terras, ou seja, a apropriação de terras devolutas por particulares, através da falsificação dos títulos de propriedade, foi pura e simplesmente um dos resultados mais freqüentes desse estado caótico de coisas.” (COLETTI, 2005, p.37)

¹⁴ <http://www.mst.org.br/nossa-historia/70-82>

rendimento, o Estado passa a investir na construção de parques industriais na cidade (MENDONÇA e FONTES, 1988).

No entanto, pelo mesmo poder que Vargas buscava reduzir, sabia-se que essa política de confisco não poderia ser efetiva sem antes passar pela aprovação da própria aristocracia agrária. O resultado dessa balança de interesses será a efetivação do *pacto agrário*. A condição posta para que se pudesse fazer da agroexportação o desenfreamento do setor urbano-industrial foi que se mantivessem intocadas a estrutura da terra e do trabalho rural (MENDONÇA e FONTES, 1988).

(...) “essa composição – que permitiu a consolidação de um parque industrial e financeiro – teve como contrapartida a garantia do monopólio da terra e [...] o controle absoluto das populações rurais”. Essa constatação significa que a Revolução de 1930 não ousou alijar a “oligarquia” – definida a partir de duas referências fundamentais: o monopólio da terra e o controle do voto -- do centro de poder, nem a tornou incompatível com a direção industrializante então assumida pelo país. Isto também explica, pelo menos em parte, a persistência, ao longo do tempo, do caráter latifundiário de nossa estrutura agrária e também o fato de nenhum governo, até o início dos anos 60, ter rompido o chamado “pacto agrário”, seja através de desapropriação e distribuição de terra, seja através da extensão da legislação social-trabalhista ao meio rural. Todas as propostas de reformulação agrária, desde o início da década de 1930, foram sendo continuamente rejeitadas e postergadas. (COLETTI, 2005, p.39)

No que se refere ao interesse específico deste trabalho, a elaboração do *pacto agrário* – acordo criado como mais uma forma de se manter a concentração de terras e, portanto, o prolongamento da “questão agrária” do Brasil – ganha um interesse ímpar para compreendermos a imbricação entre as desigualdades do campo e da cidade.

Isto porque, apesar de já existirem formações de cidades – inclusive com importância comercial e pequenas formações fabris – antes mesmo da década de 30, será apenas com as políticas de incentivo à industrialização, levadas a cabo pelo governo Vargas, que se amplia a importância destas na dinâmica econômica e social do país (MARICATO, 2003). E mais, será também a partir da preservação do pacto que se garantirá, em grande medida, a continuidade do desenvolvimento industrial do país. Diante disso, podemos afirmar que o pacto agrário dará origem a um importante nó entre o desenvolvimento da cidade e do campo que, apesar de ganhar novas dinâmicas e contornos no decorrer das décadas, pouco será alterado. Assim sendo, vale nos atermos aqui a forma como este “nó” se desenvolveu no conjunto das relações sociais.

Como acordado pelo pacto, Vargas não irá interferir na estrutura agrária. Sua investida no campo será quase exclusivamente sobre os investimentos em infraestrutura, incentivando a construção de novas vias que facilitassem o escoamento de suas produções. Em detrimento

disso, as cidades passam a sofrer importantes transformações que alicerçam e fomentam o seu processo de crescimento. Dentre esse conjunto de mutações, duas ganham destaque: a construção de infraestrutura urbana e a elaboração dos direitos trabalhistas.

Como parte fundamental do processo de industrialização, o Estado brasileiro passa a investir fortemente na construção daquelas infraestruturas necessárias ao funcionamento das indústrias. Redes de esgoto, água, luz, transporte, dentre outras, se expandem nas cidades levando a um processo crescente de urbanização. Este, fomentado através dos investimentos públicos, seguirá os interesses econômicos do Estado se irradiando de forma adjunta ao processo de expansão territorial das indústrias (KOWARICK, 1979).

Acompanhando as mudanças objetivas que visivelmente marcavam o crescimento e desenvolvimento daquelas cidades que passavam por investimentos industriais, Vargas, cedendo ao conjunto de reivindicações dos trabalhadores, leva a cabo a elaboração dos direitos trabalhistas. Como já era previsto pelo pacto agrário, no entanto, estes direitos visavam atender exclusivamente os trabalhadores urbanos, mantendo intacta a condição dos trabalhadores rurais.

Fazendo da adesão aos postos de trabalho urbano a única possibilidade de acesso a estes direitos, a cidade – com a ampliação dos postos de trabalho oferecidos pela indústria e pelos demais setores que se desenvolviam ao seu entorno – passa a ser vislumbrada pelo trabalhador camponês como uma possibilidade de mudança na posição social em que se encontrava. Pois através do trabalho registrado acessava-se mais do que uma forma de seguridade, acessava-se a ampliação de seus direitos que na cidade eram reconhecidos.

De modo menos explícito que a questão trabalhista, o desenvolvimento do processo de urbanização também refletia positivamente no espectro da cidade. Pois, com a ampliação no investimento em infraestrutura, construía-se sob o solo urbano a possibilidade de usufruir de um conjunto de serviços escassos nas áreas rurais.

Ocorre que com a manutenção das relações do campo, esse conjunto de transformações fará com que a cidade passe a ser vislumbrada pela população rural como uma possibilidade concreta de melhorar sua “condição de vida” (KOWARICK, 1979).

Buscando compreender, através de relatos da população migrada, as motivações que os levaram a abandonar o campo em busca da cidade, Durham (1973) aponta que essa busca por uma melhora de vida encontra-se sempre referenciada nas falas dos migrantes, às dificuldades de sobrevivência no meio rural. Segundo a autora,

O trabalhador abandona a zona rural quando percebe que “não pode melhorar de vida”, isto é, que a sua miséria é uma condição permanente. (...) Há, evidentemente, inúmeros fatores que influem na toma de decisão (...). Mas, fundamentalmente, a emigração decorre de uma situação desfavorável que é vista como permanente. (DURHAN, 1973 p.113/114)

Então,

Quando, (...) as tentativas de permanência não se concretizam e frustram todos os padrões de expectativas, o local passa a ser renegado, enquanto a cidade surge como a “terra prometida”. (MENEZES, 1976, p.18)

Formada a partir da própria *experiência*¹⁵ de vida dos trabalhadores rurais, a busca por uma melhor condição de vida forma-se a partir da reflexão dos sujeitos sobre uma realidade objetiva que vêm se alterando. E, diante dela, passam a colocar em questão tanto a trajetória de vida que tiveram no meio rural, quanto às novas possibilidades de vida que acreditam ser possível no meio urbano pelas recentes transformações que este vem passando.

Essa promessa de uma melhora é fortalecida no meio rural através das próprias dinâmicas locais, onde se via crescendo a quantidade de conhecidos que partiam em direção às cidades sem delas regressarem. Tomadas como “pessoas de coragem”, que não se acostumam as dificuldades vividas do campo e que lutam por uma condição melhor, o processo de migração passou a ser progressivamente positivado no meio rural a medida que relacionavam a mobilidade à ascensão social (MENEZES, 1976). E nessa trajetória, a busca por um trabalho ganhará um destaque especial.

Como já trabalhado, grande parte da população rural que chega às cidades já possui em suas expectativas a conquista de um trabalho registrado através do qual pudessem adquirir a seguridade trabalhista e, através desta, uma condição financeira que possibilita junto à infraestrutura da cidade uma melhora da sua condição de vida.

Ocorre que quando ingressam em solo urbano, para além do desejo de integrar-se através do trabalho em uma realidade social diferenciada da até então vivida, o trabalho assalariado passa a ser requerido pela população como forma de manterem sua própria subsistência na cidade. Pois nas cidades, afastados da possibilidade proverem sua própria subsistência, a população se torna em grande medida dependente da aquisição monetária para que consiga através dela acessar seus meios de subsistência, como alimentação, moradia, vestuário, etc.

¹⁵ THOPSON, 1981, p.182

Sem trabalho, a população que vivia agora na cidade ou era impelida a regressar ao campo, ou passava a depender da ajuda de outras pessoas, ou passava a utilizar de meios considerados ilegais ou até mesmo imorais de se conseguir alguma quantidade monetária suficiente que pudesse garantir sua subsistência. Em oposição a essas condições de existência a partir das quais eram taxados como “vagabundos, marginais ou bandidos¹⁶”, crescia-se a valorização do trabalho – e em especial do trabalho assalariado – através do qual apontavam nas relações cotidianas sua honestidade e dignidade a partir da qual buscavam progressivamente ascender socialmente.

Se nem todo mundo era operário, quase todo mundo queria ser – a perspectiva de ter um trabalho estável era central para a realização do projeto de mobilidade, e a indústria então oferecia essa perspectiva. Se nem todo mundo conseguia um trabalho com “carteira assinada”, todo mundo queria que os filhos o tivessem. Se nem todo mundo era católico praticante, a teologia católica e a moral do trabalho era aceita como legítima entre quase todos. O centro da mudança de vida estava, portanto, fincado num plano de mobilidade ascendente da família, a longo prazo, muito adequado a uma teologia e a uma figuração do trabalho – e do “trabalhador” como horizonte moral de quase toda essa população. (...) Por isso cabia tão bem, na perspectiva dessa população, o rótulo de *trabalhadores*. Ser trabalhador evitava que esses recém-chegados, em busca de integração, fossem figurados como *vagabundos, marginais* ou *bandidos*. (FELTRAN, 2009, p.5)

À esse projeto de ascensão que vê na chegada à cidade o seu princípio e na aquisição do trabalho o seu meio, podemos chamar de “projeto operário” (FELTRAN, 2008, 2009). Nesse projeto – gestado, como vimos, através da própria *experiência* dos trabalhadores camponeses –, o trabalho registrado (oferecido em grande medida pelas indústrias) aparece como uma via de integração social. Integrar-se tanto ao direito e a seguridade por ele garantida, quanto ao reconhecimento social construído em torno da valorização social do trabalho e do próprio trabalhador.

Mas ainda não será só isso. Como veremos, em grande medida, a próprio acesso a infraestrutura urbana (central na ideia de melhora das condições de vida da população migrada) também dependerá em grande medida da integração do trabalhador rural ao trabalho assalariado urbano.

Será, portanto, através do trabalho tomado enquanto condição obrigatória para que se consiga de maneira progressiva ascender socialmente, que podemos conceber analiticamente esse projeto de melhora de vida como um projeto operário.

¹⁶ FELTRAN, 2009, p.5

Buscando seguir os interesses centrais deste tópico, qual seja, evidenciar o processo de imbricação entre as desigualdades rurais e urbanas, será necessário adentrarmos de forma mais detalhada ao desenvolvimento do chamado “projeto operário”. E, através dele, buscaremos compreender como, afinal, esse trabalhador campesino será absorvido pelas cidades. Visando trabalhar no recorte espacial proposto pelo trabalho, essa análise será feita através da cidade de São Paulo, um dos principais eixos de ampliação do processo de industrialização e, por sua via, de chegada da mão de obra campesina.

1.a.a O projeto operário

Como já apontado anteriormente, ao adentrar a cidade, a população migrante se vê logo impactada por um dos aspectos diferenciadores entre o meio rural e urbano. Isto é, a necessidade de se adquirir um trabalho assalariado. Pois, apartados da terra como meio de produção, são impossibilitados de proverem seus próprios meios de subsistência e, na cidade, tornam-se dependentes diretos do salário (ou, ao menos, de capacidade monetária) para que consigam adquirir financeiramente os bens necessários a manutenção de sua existência.

Essa necessidade da aquisição monetária faz com que ocorra na cidade uma potencialização da valorização do trabalho, a partir da qual se cria sobre a contrapartida salarial o espectro do trabalhador. Daquele que consegue adquirir sua capacidade financeira a partir do trabalho árduo, honesto, em oposição àqueles que, desempregados, ficam apartados da possibilidade de sobreviver na cidade e que se valem de outros meios considerados ilícitos, imorais ou não engrandecedores de se conseguir dinheiro, alimento, moradia, etc.

Assim, se de um lado a possibilidade de ampliação de seus direitos através da adesão a um trabalho registrado fazia com que esse trabalho se tornasse valorizado socialmente como uma via de integração social¹⁷, por outro, e não menos fundamental, o trabalho passa a ser valorizado na cidade justamente pela contrapartida salarial que se tornava central à manutenção de sua existência¹⁸.

Desse modo, o trabalho tornava-se – ao menos idealmente – uma via de integração social por se tornar a condição tanto para tornar-se pertencente ao conjunto de direitos que se ampliava e a seguridade que potencialmente que se oferecia através do registro em carteira, quanto para a valoração social de um projeto de ascensão bem sucedido onde se conseguiria

¹⁷ Feltran, 2008, 2009

¹⁸ Durham, 1973

através do trabalho, e não da marginalidade, garantir o seu sustento e, ainda, permitir através do aumento salarial um melhor acesso aos bens necessários a sua sobrevivência.

O trabalho assalariado tornava-se central objetivamente e subjetivamente, ao passo que se tornava tanto um meio a se suprir suas necessidades imediatas, quanto o cerne da construção subjetiva dessa população na busca por uma posição reconhecida socialmente como legítima¹⁹.

Posta aqui a centralidade que adquire o trabalho assalariado na cidade, cabe então compreender como e porque ele se torna condição para a manutenção da subsistência dos cidadãos e, de modo particular, ao próprio acesso à infraestrutura urbana colocada nas expectativas da população camponesa como um dos eixos centrais de mudança das suas condições de vida.

Em grande medida, essa imbricação direta entre salário e a aquisição de meios de sobrevivência – sob a qual projeta, em grande medida, a proliferação das desigualdades na cidade – terá sua raiz em problemáticas bem semelhantes à do campo, ou seja, o caráter mercadológico da terra.

Como vimos, no que diz respeito ao campo essa apropriação privilegiada da terra vem se desenvolvendo desde o período colonial e, com a Lei de Terras, passa-se a atribuir sobre ela o caráter deliberado de mercadoria, a qual só se torna passível de utilização legal após a sua compra. Nas cidades, a Lei de Terras também será a responsável por impedir a livre utilização do solo urbano. No entanto, existe aqui um caráter peculiar da questão do solo urbano. Nele, a terra possui um fator de distinção interna, a infraestrutura urbana.

Como também já trabalhado anteriormente, sabemos que o processo de desenvolvimento da infraestrutura urbana passou a ser desenvolvida nas cidades através dos interesses e investimentos públicos no incentivo ao processo de industrialização. E, através disso, estendeu as redes de serviços urbanos de forma adjunta ao próprio processo de expansão das indústrias, posto que visava primordialmente atender as necessidades produtivas. No plano concreto de suas ações, isso significará a construção de um processo desigual de urbanização no qual se priorizam antes os interesses econômicos da cidade em detrimento das necessidades de existência da população que lá habita.

Isso fará com que tanto os investimentos públicos de custeio individual, como água, energia, transporte coletivo e esgoto, quanto os investimentos públicos de custeio coletivo, como abertura de ruas, calçamento, praças e iluminação pública não chegue de fato a

¹⁹ Feltran, 2009; Kowarick, 2008; Rolnik, 1988

população urbana como um todo (KOWARICK; BRANT; CAMARGO, 1976). Construída deliberadamente através do investimento desigual do Estado em infraestrutura urbana, as desigualdades espaciais das terras urbanas levará a uma disputa pelas terras que sejam melhor atendidas pela infraestrutura urbana.

Ocorre que pelo próprio caráter mercantil da terra, essa disputa será realizada através da capacidade monetária daqueles que pretendem usufruir da infraestrutura urbana da cidade. Isso será feito através de um acréscimo feito sob o valor da terra de um sobrevalor relativo à infraestrutura que perpassa a terra comercializada (GOULAR, 2011). Ou seja, quanto maior o investimento estatal em infraestrutura, maior será o valor pelo qual a terra será vendida ou alugada, gerando o que se denomina “valorização imobiliária”.

Os terrenos e moradias são mais caros nas áreas melhor servidas e os preços dos imóveis funcionam como um mecanismo de reserva das instalações e dos serviços municipais, em benefício dos que podem pagar mais. (KOWARICK; BRANT; CAMARGO, 1975, p.23)

Podendo ocupar apenas os pedaços de terra e infraestruturas das quais pudessem pagar, as condições de existência da população que ingressava na cidade encontravam-se amplamente vinculadas a sua inserção ao mercado de trabalho e a remuneração que neste recebiam. Por muitas vezes sem vínculos empregatícios ou submetidas a baixos salários, a população que chegava a cidade era absorvida através das zonas populares²⁰, zonas habitacionais com precárias condições estruturais. (MARICATO, 2003; ROLNIK, 1988)

A busca por emprego, que pretensamente resolveria essa situação, apesar de ser muitas vezes atendida, não proporcionava grandes modificações estruturais na vida dos trabalhadores. Submetidos aos baixos salários pagos pelas fábricas, muitas vezes a única possibilidade de melhoria em suas condições de vida na cidade era a mudança de moradia dentro dos próprios bairros populares.

Pela própria dificuldade que encontravam na busca pela ascensão social, o projeto operário torna-se base do planejamento familiar²¹. Vislumbravam nos seus filhos a continuidade do projeto de integração, onde almejavam sua adesão aos estudos e em seguida a

²⁰ Segundo Rolnik “As zonas populares, que englobaram de operários fábriis ao "setor degradado" (carregadores, lixeiros etc.), eram, em sua maioria, núcleos avançados de urbanização à margem das ferrovias. Estas, vindas do porto de Santos, chegavam ao alto do planalto paulista para distribuir, Estado adentro, café, mercadorias, trabalhadores. Ao cruzar a cidade, muitas vezes atravessavam várzeas pantanosas e inundáveis. Ali mesmo, no espaço labiríntico dos cortiços e vilas, entremeados pela presença das chaminés de fábricas, habitará a maior parte dos pobres da cidade.” (ROLNIK, 1988, p.2)

²¹ Feltran, 2008, 2009

um trabalho registrado em carteira e o acesso progressivo a uma melhoria nas condições de vida. Assim, mesmo que “integrados” subalternamente a cidade, ela ainda parecia fornecer melhores condições de busca mobilidade social que se não era possível no momento, poderia se tornar possível com seus filhos, netos, etc.

Esse prolongamento do projeto operário como uma busca geracional pela integração fez com que a população ingressante na cidade não só permanecesse nesta, como também incentivasse a vinda de novos conhecidos ou familiares. Isso porque compreendia-se que a forma como se proliferavam as desigualdades socioespaciais em solo urbano ainda ofereciam uma melhora nas condições de vida em relação a vida rural.

Quando na década de 1950 Juscelino Kubitschek assume a presidência e, novamente, sob as prerrogativas do pacto agrário mantém a estrutura campesina e dá um novo impulso ao processo de industrialização, cria-se em direção à cidade um novo fluxo migratório. Esses novos migrantes, muitas vezes, passavam a ingressar na cidade através de conhecidos que já se encontravam minimamente estabilizados na cidade e que por isso se tornavam uma via de acesso e de segurança a essa nova trajetória em busca da mobilidade social. Assim, esses migrantes já vinham “inseridos, desde o local de origem, numa complexa rede de parentesco, amizade, vizinhança e solidariedade que lhes assegurava a própria viagem, moradia, informações, referências culturais, emprego e contatos” (LEAL, 2011, p 48).

No entanto, adentrando um processo já crescente de urbanização, com os baixos salários que essa população passava a receber nas cidades, tornava-se inviável a eles o pagamento de uma só vez de todos os investimentos já existentes nas áreas urbanas. Impedidos pela escassez monetária de se apropriarem de moradias nas regiões centrais ainda não ocupadas, essa crescente população passa a ocupar as regiões periféricas.

Afastando-se das redes de serviços urbanos, passam a residir nas franjas urbanas da cidade, o que dá início a partir da década de 1950 a um intensivo processo de *periferização* (GOULART, 2011; LEAL, 2011). Este, caracterizado pela acumulação de capital no âmbito do espaço, leva à produção de moradias cada vez mais distantes para a classe trabalhadora, que apartada dos centros urbanos, não fica apenas distante do trabalho e da infraestrutura da cidade, mas também do próprio direito de se apropriar dela.

Conicionados a viver em regiões em comum acordo à posição econômico-social que ocupam, os trabalhadores passaram a residir em loteamentos ou favelas. Os primeiros caracterizam-se por terras de propriedade privada em regiões distantes dos centros urbanos que são divididas em lotes e vendidas aos moradores, podendo se desenvolver em regiões legais ou clandestinas (ou seja, em regiões não autorizadas à formação de moradia pelo

governo). Já as favelas, são ocupações normalmente ilegais com baixos custos de permanência e de produção residencial (KOWARICK, 2000).

Ao contrário do que se pode pensar, a ocupação das áreas periféricas não representa, pela expulsão dos centros urbanos, um distanciamento do processo de valorização imobiliária. Como a expulsão gera a necessidade direta de produção de realocações populacionais, cria-se uma lógica especulativa sob o processo de ocupação da própria região periférica.

Kowarick (1979) esclarece de forma clara como os interesses imobiliários encontram-se imbricados à realocação da classe trabalhadora a partir do processo especulativo do loteamento:

A especulação imobiliária (...) adotou um método, próprio, para parcelar a terra da cidade. Tal método consistia (e consiste) no seguinte: o novo loteamento nunca era feito em continuidade imediata ao anterior, já provido de serviços públicos. Ao contrário, entre o novo loteamento e o último já equipado, deixava-se uma área de terra vazia, sem lotear. Completando o novo loteamento, a linha de ônibus que o serviria seria, necessariamente, um prolongamento a partir do último centro equipado. Quando estendida, a linha de ônibus passa pela área loteada, trazendo-lhe imediata valorização. O mesmo ocorreria (e ocorre) com os demais serviços públicos (...). Desta forma, transferia-se para o valor da terra, de modo direto e geralmente antecipado, a benfeitoria pública. (KOWARICK, 1979, p.33)

Seja pela lógica especulativa do loteamento, seja pela lógica especulativa que leva à produção das favelas, produzem-se em ambos os territórios infraestruturas precárias e, comumente, inexistentes (GOULART, 2011; LEAL, 2011; MARICATO, 2003; ROLNIK, 1988; KOWARICK, 1980; KOWARICK, BRANT, CAMARGO, 1975).

A cidade não se expande para as áreas periféricas pela falta de espaços a serem ocupados nas regiões centrais e providas de infraestrutura pública. Sua expansão se dá pela reserva de terrenos nas áreas centrais através da expulsão, direta ou indireta, de um enorme contingente de trabalhadores empobrecidos (ROLNIK, 1988).

Segundo Leal (2011), essas estruturas não chegam aos bairros periféricos pela simples lógica do prolongamento da ocupação do solo urbano. Ao contrário, sua instalação se deve aos constantes conflitos locais com o poder público.

Esses migrantes traziam um sonho muito específico de “progresso” no meio urbano, associado à expectativa de acesso a equipamentos, serviços, melhores salários, o que podia alimentar um comportamento reivindicativo e não apenas (...) a acomodação ao novo *status* de trabalhador urbano. (LEAL, 2011, p.48)

Movidos a partir da própria expectativa que nutriam sobre a melhoria das condições de vida na cidade, essa população começa a reivindicar a expansão dos serviços públicos para as áreas periféricas. E como consequência dessas expansões conseguidas através das

mobilizações locais, é que passam a se valorizar nas áreas periféricas os “vazios territoriais” mencionados. Diante disso, esses habitantes que começam a residir nas franjas da cidade, muitas vezes, passam a não pertencer nem ao mundo urbano – pela precariedade da infraestrutura na qual sobrevivem – nem ao mundo rural – pelas péssimas condições ambientais em que se encontram (MARICATO, 1987).

Como ressaltado por Coletti (2005), essa busca pela manutenção das desigualdades camponesas como fomento do crescimento econômico das cidades, vai ser ameaçado apenas na presidência de João Goulart (1961-1964), quando promulga o chamado Estatuto do Trabalhador Rural – através do qual estende em grande medida os direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais – e coloca a realização da reforma agrária como um dos objetivos principais de seu governo. No entanto, retirado da presidência em 1964 através de um golpe civil-militar, a miséria do trabalhador rural continua a ser mantida como a prerrogativa de manutenção da concentração de terras no campo e da proliferação da mão de obra barata na cidade.

Com o regime militar, buscando justificar a política econômica brasileira como uma busca pela saída da crise financeira em que se encontrava o país, volta-se a dar um novo contorno para a imbricação campo e cidade. De um lado, o governo investe em políticas recessivas (como o estabelecimento de teto ao aumento salarial, aumento das taxas de serviços públicos e maiores restrições às políticas de crédito) e, do outro, na abertura do mercado interno brasileiro, incentivando a entrada do capital estrangeiro através das multinacionais.

Retomando as prerrogativas do pacto agrário, as relações camponesas irão se alterar, no entanto, a partir dos interesses dos grandes produtores rurais, que passam a sofrer um processo de modernização na sua estrutura de produção potencializando sua capacidade produtiva através do aperfeiçoamento de maquinários e da indústria agrícola. Para além disso, irão conseguir, em grande medida, a facilitação de créditos governamentais utilizados para novas aquisições de terras utilizadas e valorizadas enquanto um mercado de reservas.

enfim, de um lado, a redução dos espaços físicos e econômico-sociais da pequena produção; de outro, e as transformações ocorridas nas relações sociais de produção no interior das propriedades agrícolas – substituição do trabalhador permanente e residente no interior das propriedades por trabalhadores assalariados eventuais ou temporários –, conduziram um exército de pessoas às cidades. (COLETTI, 2005, p.53)

Como resultado desse processo, de forma ainda mais intensa que nos períodos anteriores, cria-se um fluxo denso e contínuo de migração da mão de obra do campo para a

cidade. Ingressando num processo já bem definido de acumulação de capital urbano, esses trabalhadores se juntam à massa empobrecida de cidadãos (MARICATO, 2008). Sua entrada na cidade se dará através dos bairros periféricos – principalmente através de casas autoconstruídas – e sua sobrevivência através da venda barata de sua mão de obra.

Pautada na segurança oferecida pelo Estado, a propagação de indústrias na cidade, junto a uma porcentagem crescente da oferta de mão de obra, intensificou a situação anteriormente já vista. A proliferação da população necessitada torna-se uma espécie de garantia de uma mão de obra perpétua, mantida nessa condição por um intenso processo de exploração, caracterizado por baixos salários, horas de trabalho extra e péssimas condições de existência²² (MARICATO, 1987; KOWARICK; BRANT; CAMARGO, 1976).

É importante frisarmos aqui que assim como nos períodos anteriores, a ida do trabalhador rural para as cidades tinha como objetivo a busca por melhores condições de vida em relação às condições de existência que tinham no campo. Essa possibilidade realmente existia, visto que nos períodos de crescente fluxo migratório a cidade passava por um processo de incentivo a industrialização e, em decorrência deste, do próprio ramo de construção e comércio. Isso também ocorria nas décadas de 1960 e 1970, nas quais os migrantes eram empregados principalmente pela construção civil e em seguida pela indústria e comércio. No entanto, apesar da migração e da cidade encontrar-se na grande maioria das vezes ligada às problemáticas da estrutura agrária, nos anos 60 e 70 o caráter do fluxo migratório passa por uma alteração. Isto porque não se tratava mais de ver a cidade apenas como uma possibilidade atrativa, mas como uma necessidade imediata, visto que a mecanização e a concentração de terra cresciam no campo fazendo com que as possibilidades de sobrevivência no meio rural se tornassem cada vez mais dificultadas.

Como resultado desse longo processo migratório, altera-se de modo progressivo o quadro populacional do Brasil, que durante a década de 1970, passa a ter a maior parte da sua população residindo em áreas urbanas e não mais nas áreas rurais. Coletti (2005) sistematiza bem este processo.

²² Com o crescimento do exército industrial de reserva no período do “milagre” econômico brasileiro (1969-1973), esse mecanismo de exploração e lucro será aperfeiçoado a partir da diferenciação da mão de obra apropriada pelo capital. A seleção pautada na qualificação, sexo, idade e cor conjugavam-se de modo a diferenciar não só as possibilidades de trabalho, como as condições salariais oferecidas. Para conseguir manter a condição de subsistência da família, quase todos os membros passam a ter que entrar no mercado de trabalho a fim de conquistar alguma forma de rendimento. Pela mesma condição de precariedade salarial, quando conquistado o emprego, muitos desses trabalhadores se submetiam ainda a intensas jornadas de horas extras. A diminuição da qualidade alimentícia dessa população, adicionada às intensas jornadas de horas extras e às jornadas de sobretrabalho realizados nos processos de autoconstrução, leva a que diversos trabalhadores sofram com aumento de acidentes de trabalho, adoecimentos e até mortes, causados por exaustão e subnutrição. (KOWARICK, BRANT, CAMARGO, 1976)

Tabela 1. Percentuais da população urbana e da população rural brasileira; total da população rural – 1940 a 1980

	1940	1950	1960	1970	1980
População urbana	31,2%	36,2%	45,4%	55,9%	67,7%
População rural	68,8%	63,8%	54,6%	44,1%	32,4%
Total da população rural		38.291.775	38.767.423	41.054.053	38.509.893

Fonte: COLETTI, Claudinei. A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal; Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas (SP), 2005 p.52

Os dados tornam quantitativamente mais claro o aumento do fluxo migratório e a decorrente inversão populacional entre campo e cidade. No entanto, o que nos é interessante aqui notar é como esta inversão populacional entre áreas rurais e urbanas vem informada pela *experiência* dos trabalhadores camponeses, que, por sua vez, chegam à cidade munidos tanto da percepção que criaram sobre as dificuldades de vida no meio rural, quanto das expectativas de integração a partir das possibilidades oferecidas pelo meio urbano.

Utilizando-se dessa crescente população que chegava as cidades, o sistema repressivo junto à extrema exploração da mão de obra e a entrada do capital estrangeiro, permitiram ao Estado recuperar seu fôlego econômico sob um novo fluxo de capital que voltava a circular no mercado, ficando conhecido como “Milagre econômico” (KOWARICK, 1987; RIDENTI, 2010).

Como evidenciado por Kowarick (1979), a análise social da ocupação do espaço revela-nos duas das maiores formas de acúmulo de capital que sustentaram (e sustentam) a enorme concentração de riquezas na cidade de São Paulo: a exploração da mão de obra barata e a especulação imobiliária.

Em *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*, um estudo realizado pelo Cebrap, ajudamos a entender como isso acontece:

Uma economia cresce na medida em que produz mais do que o necessário para repor o que foi gasto na própria produção, tanto em matérias-primas e equipamentos como no dispêndio físico dos trabalhadores. O excedente assim obtido, medido em alguma unidade de valor, pode ser utilizado para aumentar a produção com o emprego de mais máquinas, mais matérias-primas, mais trabalhadores etc.; poderia ainda ser utilizado

para melhorar o consumo dos trabalhadores, através do aumento de salários, ou da classe patronal, através de maior retirada dos lucros. Assim o crescimento da economia pode teoricamente dar origem à maior distribuição ou maior concentração de renda, segundo o padrão de acumulação existente. (KOWARICK; BRANT; CAMARGO, 1976, p.64)

Sob mecanismos já estruturados de acumulação de capital, os proprietários de terras urbanizadas passam a se valer da disputa pela infraestrutura pública para sobrevalorizar suas propriedades e obter rendas cada vez maiores da população. Como o mecanismo de especulação não se limita apenas ao centro da cidade, ele incidirá sobre a classe trabalhadora no processo de ocupação das áreas periféricas (KOWARICK, 1979).

Frente à escassez de auxílios públicos efetivos ao fornecimento de habitação²³ e à impossibilidade financeira de conseguirem através do mercado habitacional a construção de suas casas, a população pobre passa a construir suas próprias moradias (MARICATO, 1987).

Essa alternativa para a construção de moradias, já utilizada desde meados de 1950 com o nascimento das periferias, encontra agora, sob o período ditatorial, as condições para se proliferar, seja pela expansão das áreas periféricas, seja pelas degradadas condições salariais de seus habitantes. Conceituada como um processo de *autoconstrução*, ela se define como um:

processo de construção de casa (própria ou não) seja apenas pelos seus moradores, seja pelos moradores auxiliados por parentes, amigos, vizinhos, seja ainda pelos moradores auxiliados por algum profissional (pedreiro, encanador, eletricista) remunerado (MARICATO apud GOULART, 2011, p. 90)

Buscando economizar com os gastos mensais em aluguel, a moradia autoconstruída é uma forma de ver o gasto projetado na aquisição de um bem familiar. A vantagem dessa modalidade seria que, apesar de altos e contínuos, os gastos são estabelecidos de acordo com a capacidade financeira da família. Sob os riscos contínuos de demissão, a casa autoconstruída permite uma segurança maior à família.

Porém, é essencial que se compreenda que as moradias autoconstruídas são frutos da impossibilidade financeira de se entrar em um mercado de construção e do alto nível de

²³ Referimo-nos aqui a criação em 1975 do Banco Nacional de Habitação (BNH), principal programa habitacional do regime militar. Sua construção será direcionada inicialmente ao auxílio às classes baixas na provisão de suas habitações. No entanto, vivendo submetidos a política do arrocho salarial onde seus salários e o poder de compra de seu dinheiro encontravam-se reduzidos, o programa passa a sofrer com um alto índice de inadimplência pela impossibilidade da população pobre conseguir assumir os gastos com a aquisição de habitação. Buscando solucionar a questão, então, o regime militar opta por se afastar das camadas populares passando a investir na habitações para a classe média. (AZEVEDO, 1988)

insegurança a que estão submetidos esses trabalhadores em seus empregos. Outro ponto importante a ser destacado, frente aos baixíssimos salários que esses trabalhadores recebem, é a constante necessidade de fazerem horas extras nos empregos para que possam pagar os produtos a serem empreendidos. Isso, somado ao subsequente esforço físico que esse trabalhador também realizará no processo de construção, leva a uma sobrecarga extrema a esses sujeitos (KOWARICK, 2000; GOULART, 2011; LEAL, 2011).

No entanto, apesar das dificuldades contínuas em autoconstruir suas moradias, esta era a única forma viável financeiramente destes trabalhadores adquirirem uma casa própria, que possui uma importância particular no processo de busca pela mobilidade social.

(...) é significativo que as famílias residentes em casas próprias resistem melhor às crises oriundas de doenças, acidentes no trabalho, desemprego ou à condições de velhice, o que, na situação de aluguel, pode representar verdadeira catástrofe pessoal ou até mesmo familiar. (...) [Mas,] além de certa segurança contra as mazelas do sistema econômico e do acúmulo material, a casa própria mais facilmente conduz a uma configuração sociocultural apoiada nos símbolos de sucesso de quem venceu na vida. É a vitória de uma moralidade que valoriza a família unida, pobre porém honesta, o trabalho disciplinado, enfim, a vitória da perseverança que leva à conquista da propriedade. (KOWARICK, 2008, p.90)

Com a dependência direta entre salário e a aquisição dos meios de subsistência, a casa própria torna-se tanto um meio de segurança frente às dificuldades financeiras em suprir suas necessidades de existência, quanto um símbolo de um processo de integração social que vem sendo bem sucedido. Tratando-se de um projeto geracional de integração e mobilidade social, a casa própria torna-se ainda o abrigo a partir do qual se constrói a valoração social da família e as estratégias de produção da mobilidade social dos filhos.

Ocorre que mesmo impulsionados por uma realidade objetiva comum, a busca pela integração era projetada a partir do âmbito privado. A família era o cerne a partir do qual se projetava a ascensão social que, por sua vez, só seria alcançada através do esforço individual, do trabalho árduo, que de modo progressivo passaria a refletir na melhor condição de vida da família. E a casa própria, neste ínterim, se tornava o local seguro onde se transferia a moral do trabalho e da família em oposição a rua, a violência e a conquista do dinheiro fácil (KOWARICK, 2008; FELTRAN, 2009).

No final da década de 1970 e início de 1980, no entanto, essa busca individual pela integração social passa a sofrer mudanças significativas. E aqui vale buscarmos compreender com maior cautela como o projeto operário – constituído inicialmente em um plano individual de ascensão –, possibilitará a construção de sujeitos políticos (RANCIERE, 1996) que, por

sua vez, saem da projeção individual da mobilidade social para a contestação do que é compreendido enquanto “bem comum” e do seu próprio lugar de fala.

O Projeto Operário e a construção de sujeitos políticos

Vislumbrando o fim do regime militar, começam a surgir nas periferias da cidade uma gama de movimentos sociais²⁴ que se assentavam, em grande medida, na percepção de uma nova forma de democracia onde as necessidades da população tivessem influência direta no desenvolvimento das diretrizes governamentais.

Segundo Paoli (1989), diante da estrutura hierárquica e desigual mantida pelo processo de formação da sociedade brasileira, os trabalhadores vieram ao longo das décadas se organizando frente ao Estado. Exigindo novas legislações, direitos ou a interferência do aparato institucional frente ao não cumprimento da lei, essas lutas davam legitimidade à capacidade do Estado de regular as diversas demandas da população. Valendo-se disso, a democracia teria se desenvolvido através de um caráter ambíguo: apesar de ceder a algumas pressões populares, não permitiu que a estrutura fosse alterada ao ponto de levar a uma integração social.

O que não quer dizer, como explicita Leal (2011), que essas mobilizações não representaram avanços. Pois, se por um lado não possuíam interferência direta na produção das diretrizes políticas, econômicas e sociais do Estado, por outro, foi através dessas mobilizações que se produziu um avanço nas condições de vida da população empobrecida da cidade. Como vimos, grande parte dessa infraestrutura que faz expandir a urbanização da cidade para aqueles espaços não programados institucionalmente, foram fruto da organização dessa população, assim como outras conquistas que dizem respeito, por exemplo, ao custo de vida. E, como bem coloca o autor, é crucial que não se perca de vista o fato dessas conquistas – apesar de ocorrerem muitas vezes de forma adjunta ao aparato institucional – serem, ainda, resultados da mobilização popular.

²⁴ Como trabalhado por Gohn (1997) e Doimo (1995), em consonância com as mudanças nas mobilizações sociais que ocorriam no mundo, estes movimentos foram denominados pela bibliografia especializada como “Novos Movimentos Sociais”. Sobre a produção teórica do termo e as suas especificidades na América Latina, ver Ghon (1997). Sobre a distinção do termo entre velhos e novos movimentos sociais, ver Doimo (1995) – a qual ressalta a distinção a partir dos movimentos operários, tidos como os verdadeiros movimentos sociais e a nova legitimidade que ganham os movimentos de bairro – e Paoli (1989), Dagnino (1996), Cavalcanti (2006) que ressalta a distinção do termo a partir da própria diferença na forma de organização dos movimentos de bairro e Sader (1988) que a partir da análise mais ampla sobre os novos movimentos sociais irá evidenciar mudanças organizativas tanto no que diz respeito as organizações operárias quanto as organizações de bairros.

Ocorre que ao adentrar o espaço urbano estes sujeitos, a medida que vivenciam a cidade – concebida aqui de modo amplo, considerando tanto sua vivência a partir dos meios de produção, quanto as próprias construções do espaço considerados aqui nas suas desigualdades de centro e periferia –, também passam a construir no novo conjunto de *experiências*, agora, a partir das condições objetivas do meio urbano.

No entanto, como visto, essas novas *experiências* terão, através das trajetórias de vida destes sujeitos, referência naquelas *experiências* já vividas no campo e das expectativas que construíram de mobilidade social. Neste cenário, será esse conjunto de expectativas que informam a *experiência* urbana da população migrante que dará, em grande medida, base à percepção de que se encontra ausente algo do qual deveriam estar providos.

Duas serão as problematizações sobre o período: primeiro, a forma como se construíram grande parte dessas mobilizações, posto que em relação direta com o poder público, muitas vezes encontravam-se dependentes de promessas de campanha, o que tornava o voto uma condição a conquista de suas reivindicações por bens e serviços; e em segundo o próprio objetivo destas, as quais se amparavam em um projeto individual de mobilidade social.

Segundo Cavalcanti (2006) a diferença central dos movimentos que surgem no final dos anos 1970 para estas mobilizações anteriormente realizadas em movimentos de bairro refere-se à “politização das demandas sociais e a reelaboração de sua forma de contestação²⁵”.

Com o sistema repressivo, a sociedade submerge em uma crise através da qual passa a questionar a representatividade do Estado e, de forma gradativa, altera a forma de interrogar-se sobre as problemáticas sociais. Impedidos de recorrerem ao Estado em suas reivindicações de justiça e de segurança, os sujeitos passam a agir e a se organizar a partir das próprias relações sociais compartilhadas em oposição à opressão realizada pelo próprio Estado. (SADER, 1988)

(...) através de progressivos deslocamentos de sentido tão sutis que demandaram tempo para mostrarem-se em sua inteireza. Pequenos atos, que até então seriam considerados insignificantes ou reiteração de uma impotência, começam a receber novas conotações. Manifestações incapazes de incidir eficazmente sobre a institucionalidade estatal – antes interpretadas como sinal de imaturidade política – começam a ser valorizadas como expressão de resistência, de autonomia e criatividade. (SADER, 1988, p.32)

²⁵ Esta não será, no entanto, a única abordagem feita sobre os chamados “novos movimentos sociais”. Doimo (1995) explicita bem os diferentes períodos históricos e interpretativos sobre o tema, separados pela autora entre *estrutural-autonomista*, *cultural-autonomista* e *análise institucional*. Dentre estes, a principal distinção entre as linhas interpretativas dizem respeito a compreensão que fazem sobre a formação destes movimentos e sobre sua potencialidade política de transformação social.

Configurando, a partir da situação ditatorial em que se encontrava o Estado, um princípio por autonomia, esses movimentos procuravam-se manter independentes tanto dos partidos quanto do Estado, partindo para a ação direta como forma de luta pelos recursos ou mudanças requeridas. Sem pleitear a intervenção estatal através da noção de *necessidades*²⁶, reclamam por suas conquistas através da órbita do *direito*. Mais precisamente, o “direito a conquistar o próprio direito à cidadania” (CHAUI apud PAOLI, 1989, p.43). Ou seja, o reconhecimento social de que se faz parte da sociedade e de que, como tal, possui o direito de partilhar do “bem comum”. Buscavam no “reconhecimento público do direito a ter direitos” (PAOLI, 1989, p.43), inserir a população excluída político e socialmente das dimensões da construção efetiva do país.

Ao transcender a dimensão meramente institucional (ou seja, da representatividade apenas a partir do voto) esses movimentos criam uma nova percepção sobre a noção de sujeito político, ressignificando a ideia de direito, de democracia e da própria realização da política.

Colocados na ótica da sociedade, os direitos não dizem respeito apenas às garantias inscritas na lei e nas instituições. Não se trata aqui, é preciso esclarecer, de negar a importância da ordem legal e da armadura institucional garantidora da cidadania e da democracia. A questão é outra. O que se está aqui propondo é pensar a questão dos direitos em um outro registro. Pois, pelo ângulo da dinâmica societária, os direitos dizem respeito, antes de mais nada, ao modo como as relações sociais se estruturam. Seria possível dizer que, na medida em que são reconhecidos, os direitos estabelecem uma forma de sociabilidade regida pelo reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas. (...) [Os direitos] constroem uma gramática civil que baliza práticas e interações sociais por referência ao que é reconhecido como medida de justiça, medida que é sempre alvo de questionamento e reformulações nos embates e litígios de posições e interesses, valores e opiniões, mas que é sempre solidária com critérios, muitas vezes implícitos, não redutíveis a prescrições legais, que fazem partilha entre o legítimo e o ilegítimo, entre o permitido e o interdito, o obrigatório e o facultativo. Não seria demais enfatizar que, se tudo isso passa pela normatividade legal e institucional da vida social, depende sobretudo de uma cultura pública democrática que se abra ao reconhecimento da legitimidade dos conflitos e da diversidade dos valores e interesses demandados pelos direitos. (TELLES apud FELTRAN, 2005, p.26)

É fundamental que se compreenda a passagem da luta pela necessidade à luta por direitos. Saindo da dimensão privada, esses movimentos retiram os problemas sociais (seja a escassez, ou o reconhecimento) do problema individual e os colocam como um questionamento da naturalização da ordem social estabelecida, questionando o que antes era estabelecido enquanto justo e injusto no seio do “bem comum²⁷”. Retiram os problemas

²⁶ Para esclarecer a diferença colocada em questão sobre necessidade e direito, ver “Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização” de Marilena Chauí.

²⁷ Sobre essa reflexão, ver Rancière 1996.

concebidos como de “ordem privada”, e os colocam como um questionamento de ordem pública. É essa a importância aqui atribuída ao cotidiano, agora, compreendido como um espaço de construção política.

Romper com o processo de simples apreensão dos direitos já formatados seria, aqui, romper com o que Dagnino (1996; 2000) compreende por *autoritarismo social*. Ou seja, romper com as naturalizações reproduzidas socialmente, reestabelecendo a noção de “bem comum” através do questionamento da estrutura desigual preestabelecida e propagada culturalmente. Nesse papel, partindo da pluralidade dos sujeitos e de suas opiniões, os movimentos sociais se apresentariam aqui como a forma legítima de representação social. Assim, a luta pelo reconhecimento dos Movimentos Sociais na interlocução com o Estado, coloca mais do que a disputa por demandas imediatas. Coloca a possibilidade de construção de uma democracia que reconhece enquanto legítima a existência de um poder popular. (TEIXEIRA, 2005)

É importante aqui notar que essas mudanças que foram sendo progressivamente construídas no seio das organizações de bairro fizeram com que se alterasse de modo significativo a própria forma de realização do projeto operário. Este, que continuava vendo no trabalho o seu meio de integração social, passava a se realizar não mais como um projeto individual de ascensão social. Mas, sim, como um projeto conjunto de integração a partir do próprio questionamento sobre seu lugar de fala, onde reivindicam não só bens, mas reconhecimento na participação social. Como explicita Feltran (2009)

A representatividade desses atores, então analiticamente fora de questão, geraria maior pluralismo na cena política, e daí seu impacto democratizante: ampliando a atividade política para além dos marcos do Estado e das instituições formais, os atores coletivos das periferias traduziriam a reivindicação por bens *sociais* (asfalto, água, luz, casa, etc.) em luta por universalização de *direitos*. De movimentos sociais, portanto, em contextos específicos, esses atores se traduziam em sujeitos políticos. Nesse marco interpretativo, a noção de direito se colocava tanto como categoria analítica quanto como aposta política. (...) Pressupunha-se no próprio corpo conceitual, junto das “lideranças” dos movimentos, que com a transição de regime político estaria aberta uma possibilidade de *integração* das classes trabalhadoras a um projeto de nação mais democrática, portanto menos desigual. Democracia e justiça social se confundiam. O direito aparecia na análise de modo similar às formas como era figurado como categoria estratégica de um projeto de construção democrática. (FELTRAN, 2009, p. 2)

É importante notar, no entanto, que essa mudança no questionamento da população empobrecida sobre o seu lugar no conjunto da sociedade não se restringirá a cidade. Segundo Coletti (2005), nesse mesmo período passa a ocorrer no campo uma retomada das

mobilizações camponesas que na década de 1960 lutavam pela reforma agrária e que foram violentamente reprimidas pela ditadura militar.

Segundo o autor, essa retomada das mobilizações camponesas apontam para uma importante mudança na dinâmica entre campo e cidade: uma inversão das expectativas, onde o trabalhador camponês deixa de vislumbrar a ida para a cidade como única forma possível de garantir a sua sobrevivência e passa a optar por uma reorganização da luta camponesa na busca pela democratização da terra. Aqui, o cenário também se altera. A questão da terra deixa de se construir sob o questionamento da subsistência e passam a entrar também em questão a dimensão do direito e da participação na construção do que é socialmente compreendido como “bem comum” (RANCIÈRE, 1996).

Contudo, com o processo de abertura lento e gradual que se fundamentava na busca pela conservação das estruturas político e sociais brasileiras, não se consegue com o fim da ditadura militar implantar um regime democrático, aos moldes do que propunham parte destes movimentos. E os maiores reflexos dessas mobilizações, foram concentrados na produção de uma nova Constituição Nacional.

Introduzindo diversas pautas colocadas pelas bandeiras dos movimentos sociais, conquista-se através da Constituição de 1988 avanços significativos na órbita dos direitos sociais²⁸ e da participação social através da institucionalização de canais destinados a participação e controle das políticas públicas e gestão da máquina estatal²⁹. Através dela, consegue-se também introduzir ao aparato legal um importante avanço no que diz respeito à construção e planejamento das áreas urbanas e rurais, buscando impedir através da função social da terra que seu desenvolvimento seja usado apenas para fomentar os interesses privados³⁰.

Ocorre, no entanto, que apesar dos avanços na esfera institucional, grande parte destes movimentos – principalmente os de órbita urbana – que se formaram entre 1970 e 1980 e que alavancaram, em grande medida, os avanços conseguidos na Constituição de 1988, acabaram

²⁸ Dentre elas, Rocha (2008) destaca a criação do Sistema Único de Saúde; o reconhecimento da função social da propriedade e da cidade, atribuindo um caráter participativo ao planejamento e gestão das cidades; a elaboração do estatuto da criança e do adolescente e o reconhecimento da assistência social como um direito.

²⁹ Sobre OP, ver “O Eclipse da Sociedade Política nos Estudos sobre o Orçamento Participativo” de Wagner Romão e os textos de Rizek e Bello em “A era da indeterminação”. E sobre a importância da autogestão enquanto possibilidade de construção de novas sociabilidades, ver “A economia socialista” de Paul Singer.

³⁰ Tema que será trabalhado de modo mais detalhado a partir da análise de campo deste trabalho, no Capítulo II

ou se enfraquecendo e se dissipando, ou passaram a atuar a partir do aparato institucional, reduzindo a atuação destes movimentos junto à população.

Mas não é só. De modo quase consecutivo aos avanços institucionais da época, passaram a ocorrer no país um processo de implementação das políticas neoliberais, o que levou a uma mudança no conjunto das relações sociais e com elas a própria realização do projeto operário.

Nesse cenário – do final da década de 1980 ao decorrer dos anos 1990 – onde as mobilizações sociais se encontravam extremamente enfraquecidas (tanto no que se refere as mobilizações de bairro quanto as sindicais), um movimento chamará atenção pela sua grande capacidade de organização popular e pela imbricação que cria entre as organizações do campo e da cidade. Qual seja, o chamado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A fim de compreendermos como a implantação do neoliberalismo alterou o conjunto das dinâmicas sociais do país, e mais, a produção e reprodução das desigualdades sociais – e, dentro destas, a dinâmica entre campo e cidade e a realização do projeto operário –, será necessário adentrarmos ao longo do tópico seguinte ao desenvolvimento deste processo no Brasil. Considerando a importância política do MST nesse período e a imbricação que possui com a ampliação das mobilizações sociais da época – inclusive, como veremos, o MTST –, grande parte dessa análise será realizada a partir do movimento e da forma como vivencia e identifica a mudança das relações sociais.

1.b Do surgimento do MST à identificação do neoliberalismo

No âmbito da *questão agrária*, dentre as condições que propiciaram a emergência do MST, o processo de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, nas décadas de 1960 e 1970, teve um papel destacado, à medida que provocou uma intensa expropriação e proletarização do campesinato, expressas no aumento alarmante da migração rural-urbana. A miséria do trabalhador rural, problema central de nossa questão agrária, transformou-se, com esse fluxo migratório, em miséria do trabalhador urbano. Dessa perspectiva, a retomada da luta pela terra no Brasil indicava que uma parcela dos camponeses, em via de ser expulsa do campo, recusava-se a engrossar a migração para as cidades e preferia resistir na terra. Além dessas condições econômicas, condições políticas e ideológicas foram decisivas para a emergência dessas mobilizações. (COLETTI, 2005, p.18)

No meio da década de 1970, mesmo período em que começam a emergir os chamados novos movimentos sociais, o Brasil começa a atravessar uma crise econômica desencadeada

pela crise do petróleo e pela quebra das economias dos países desenvolvidos³¹, os quais retiram parte das indústrias e investimentos que garantiam o desenvolvimento da economia brasileira. Isto levará a uma quebra rápida do crescimento do país, fazendo com que aumente o índice de desemprego na cidade e a busca desse conjunto de trabalhadores pelo mercado informal de trabalho como forma de garantir sua sobrevivência.

Segundo Coletti (2005), esse nítido desenfrear do crescimento da cidade faz com que ocorra uma mudança nas expectativas dos trabalhadores camponeses. Deixam de ver na cidade a sua única possibilidade de integração social e começam a vislumbrá-la através do próprio campo. No entanto, sem se alterarem as condições objetivas por eles vividas no meio rural, a possibilidade de integração só seria então realizável através do tensionamento de forças com o Estado e, mais, com a cobrança pelo reconhecimento de sua participação social. Como apontado anteriormente, então, também no campo a democracia passa a ser vislumbrada como a possibilidade de uma integração efetiva dessa população, através da qual conseguiriam questionar o que vem sendo reconhecido como “bem comum” e a divisão social das “partes”.

O MST surgirá em 1984 como herdeiro direto desse novo contingente de trabalhadores rurais que retomavam no final de 70 a luta pela terra no Brasil e dessa nova forma de se compreender e se posicionar frente à questão agrária no país.

Das ocupações de terra no sul, sudeste e Mato Grosso do Sul, entre o final da década de 70 até meados dos 80, os sem-terra acumularam força política para despontarem oficialmente no cenário nacional, em janeiro de 1984, com o seu Primeiro Encontro Nacional. Esse evento contou com a participação de pelo menos cem militantes de 13 estados brasileiros. Um ano depois, em Curitiba (PR), ocorreria o Primeiro Congresso do MST, contando com a presença de 1.500 delegados representando 23 dos 25 estados brasileiros. Harnecker (2002: 36) destaca que “en este congreso –a diferencia de la posición adoptada por vários sectores de la izquierda– se define una posición política de no pacto com la Nueva República” (...) ela não poderia se restringir às eleições, mas deveria avançar em direção à *democratização dos meios de produção* e à *efetiva participação popular nos processos decisórios*. (MACHADO, 2008, p.241/242)

³¹ O fato é que grande parte das economias centrais já se encontravam internamente fragilizadas pela política de flexibilização monetária (HARVEY, 2006) que buscava através da emissão de novas moedas manter o “circuito perfeito” (OLIVEIRA, 1988) de investimentos estatais tanto nas indústrias (que se encontravam agora em ampla expansão, vide a retumbância de sua entrada na economia brasileira) quanto no salário indireto aos trabalhadores. Quando atingidos pela crise do petróleo – principal fonte energética dos países –, o estado já frágil das economias centrais faz com que entrem efetivamente em crise econômica, retraindo suas economias pela dificuldade do Estado em manter os investimentos na regulação das relações econômicas e sociais. Dentre estas realidades, o modo como a crise econômica atinge a organização política e econômica dos Estados Unidos da América – enquanto o maior fornecedor de empréstimos aos países Latino Americanos –, terá um impacto marcante no desenvolvimento social brasileiro.

É importante notar aqui a mudança – assim como nas cidades – da forma como se realizam essas mobilizações. Podemos perceber isso pela própria mudança no sentido atribuído a reforma agrária.

Se os níveis de produção e de produtividade no campo foram, como dissemos³², de certa forma, resolvidos, a justificativa estritamente *econômica* para a realização de uma reforma agrária, isto é, aquela que afirmava que a reforma agrária seria indispensável para permitir um incremento da produção de alimentos e matérias-primas, barateando, dessa forma, salários e produtos e permitindo a expansão capitalista no Brasil, foi perdendo força, e a reforma agrária passou a ser encarada muito mais como uma forma política de resolver um problema de *justiça social*, ou seja, a questão da permanência do homem no campo e da melhoria de suas condições miseráveis de vida, impedindo que se transformasse em desempregado e favelado nas cidades. (COLETTI, 2005, p.51)

Essa denúncia de que a questão agrária não se encontrava ainda resolvida no Brasil, e mais, que a sua manutenção era a causa da proliferação não só da miséria no campo mas também nas cidades, acompanha o quadro de ações sociais do MST durante toda a década de 80. Atuaram combativamente frente a constituição a fim de integrar institucionalmente a preocupação com a questão da terra rural e urbana, enfatizando a necessidade de controle do solo como meio de democratizá-la e permaneceu construindo mobilizações de terra junto a população campesina.

Ocorre que a crise econômica iniciada na metade de 1970 veio durante a década de 1980 em um crescimento rápido e progressivo, piorando tanto as condições de vida dos trabalhadores do campo quanto dos da cidade. Com o começo da crise, na tentativa de manter o crescimento econômico do país e a legitimidade do regime militar, adquiriu-se mais uma série de empréstimos que tomados – como anteriormente – a juros flexíveis, tornaram-se o meio de intensificação da crise.

Pois, necessitando de amplos montantes de dinheiro para voltar a estabilizar a situação financeira interna do país, decide-se “elevar espetacularmente as taxas de juros sobre o dólar para combater a inflação nos Estados Unidos” (BATISTA, 1994, p. 13). Os quais triplicaram a dívida externa brasileira, tornando impossível o seu pagamento diante da situação decrescente da economia brasileira.

Diante de tal conjuntura, o FMI, considerando altamente prejudicial a impossibilidade dos países credores pagarem suas dívidas externas, passa a trabalhar internacionalmente

³² Coletti (2005) destaca em seu texto a crise de abastecimento pela qual passava o país no período em que antecede a ditadura militar. Fato o qual, segundo o autor, impulsionou a centralidade da questão agrária no mesmo período. Ocorre que com o crescimento do agronegócio durante a ditadura militar, sai de questão a escassez da produção e entra em questão o fato de que o aumento da produção não é suficiente se ela não puder integrar e garantir a sobrevivência e o desenvolvimento da população empobrecida.

enquanto órgão regulador a partir do qual estabelece medidas restritivas às economias devedoras.

Nos anos 80, a "estratégia da dívida", tal como concebida pelos credores com o aval do FMI, refletiria assim essencialmente as necessidades de recebimento dos bancos credores. Não levaria em conta a capacidade de pagamento dos devedores e, conseqüentemente, as respectivas necessidades de desenvolvimento. (...) Como resultado da estratégia inicial dos credores e do FMI, converter-se-iam os latino-americanos, irônica e inapelavelmente, em importantes exportadores líquidos de capital. (...) A estagnação, quando não a recessão, foi o alto preço pago pelos latino-americanos para reescalonar suas dívidas, com a agravante de uma distribuição particularmente iníqua do ônus decorrente do ajuste, seja pela redução do salário real, seja pelo aumento do desemprego, que aprofundaria ainda mais a miséria. No Brasil, por exemplo, (...) [a] fim de adquirir as divisas necessárias ao serviço da dívida externa, o governo, impossibilitado de aumentar a receita tributária num clima de recessão, foi buscar recursos por processos inflacionários, diretamente pela emissão de moeda ou indiretamente por endividamento interno a curto prazo e taxas de juros altas. As conseqüências foram, mais uma vez, especialmente onerosas para as camadas menos favorecidas da população. Tais opções tornariam difícil equilibrar as contas públicas uma vez que o serviço da dívida externa consome substancial parcela da receita tributária do país (BATISTA, 1994, p. 16).

Como apontado pela citação, a impossibilidade de pagar a dívida externa faz com que se crie uma crise interna no país pela busca de divisas que pudessem “suprir” (não pelo crescimento da economia, mas pelo processo inflacionário) o pagamento da dívida externa. Levando o país a um período recessivo, essas medidas desencadearão um aumento do quadro de desemprego, do trabalho informal e da inflação, levando a intensificação da desvalorização salarial. Processo o qual atinge diretamente a população empobrecida do campo e da cidade, dificultando ainda mais as suas dificuldades em manter sua subsistência.

No que diz respeito a cidade, essa condição encontra-se ainda mais agravada pela imbricação direta entre a supressão das necessidades de existência e sua capacidade monetária.

Esse trabalhador urbano, de origem rural ou não, vivendo nas periferias das cidades em condições de vida extremamente precárias e, como dissemos, com dificuldades de se inserir no mercado de trabalho urbano, não vai estranhar a possibilidade de volta ao campo como uma saída para a sua difícil situação. Saída, nesse caso, não individual, mas coletiva - a volta ao campo deveria ocorrer na condição de integrante de um movimento social de luta pela terra, no caso, do MST - e estaria atrelada à posse de um pequeno lote de terra, sob a condição de assentado rural. (COLETTI, 2005, p.57)

Segundo Coletti (2005), para além dos trabalhadores urbanos que passaram a se agregar as mobilizações camponesas como um novo meio de promover sua integração social, juntavam-se a eles aqueles trabalhadores rurais que já não encontrando mais meios de

subsistir no campo (em grande medida, pertencentes a agricultura familiar), ao invés de ir em direção a cidade, passam a ingressar na base social do MST.

Ocorre que longe de se tratar de uma mera crise econômica na qual buscava-se estabilidade temporária, esse processo passou a se *intensificar* por meio da implantação do neoliberalismo no Brasil. O qual, modificou em grande medida o conjunto das políticas econômicas, políticas e sociais, dando origem a novas bases de organização das dinâmicas sociais muito distantes das até então desenvolvidas no país. Dada a centralidade que a discussão ganha ao desenvolvimento geral do trabalho, se faz necessário uma abordagem mais cautelosa tanto sobre o surgimento do neoliberalismo quanto a forma como este adentra ao Brasil atravessando desde o aparato estatal às relações sociais mais primárias que desenvolvemos socialmente.

A implantação do neoliberalismo

Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington". (BATISTA, 1994, p.5)

Como explicitado pela citação acima, no final da década de oitenta, representantes de diversos órgãos internacionais se juntam com o objetivo de discutir a crise econômica que atingia grande parte da América Latina após o aumento abrupto dos juros sobre suas dívidas externas. Como saída à situação latino-americana, elaboram o Consenso de Washington, aceitando que os países façam renegociações do pagamento das dívidas se, e somente se, eles, por sua vez, concordarem em implantar em seus países um receituário com uma série de medidas econômicas exigidas pelo Consenso.

O princípio aqui era simples: esquecendo que o aumento da dívida foi arquitetado como uma medida salvacionista à economia estadunidense, passam a admitir que a crise se deve exclusivamente à incapacidade dos governos latino-americanos em gerir o desenvolvimento econômico e social de seus países. E, assim, apontam no Consenso de Washington o conjunto de medidas que precisam necessariamente ser tomadas para que o desenvolvimento econômico esperado seja alcançado. Em aliança direta aos interesses econômicos das economias centrais, o que se propunha como medida “modernizadora”,

encontrava-se fundamentalmente alicerçado na implementação de uma política econômica neoliberal. E para compreendermos melhor os efeitos que tais medidas irão desencadear na organização da sociedade brasileira, vale nos atermos um pouco aos pressupostos de sua formação.

O neoliberalismo surge enquanto uma doutrina formulada por intelectuais estadunidenses e europeus que “em completo isolamento político” projetavam durante o keynesianismo³³ um novo conjunto de políticas econômicas que se ancorava na não intervenção do Estado na economia.

A crítica neoliberal ao Estado de Bem Estar Social irá se centrar no poder de regulação que possui o Estado, o qual imputaria limites ao crescimento do mercado por restringir as possibilidades que garantiriam o seu desenvolvimento. Cria-se aqui a ideia de que o Estado interfere na economia e que, a partir disso, se constrói uma rigidez³⁴ que engessa o livre desenvolvimento do mercado por delimitar previamente importantes elementos como as relações contratuais, as formações de organização do mercado, de alocação dos recursos, etc.

Como explicita Boito Jr, será a partir de um novo questionamento do papel do Estado no seio das relações sociais que o neoliberalismo será apropriado como uma nova forma de organização da política econômica nos países capitalistas.

O discurso neoliberal procura mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal. (...) Concorrência, sistema de preços e soberania do consumidor seriam aspectos indissociáveis de um mecanismo único, o mercado, que estaria na base da riqueza, da liberdade e do desenvolvimento humano. Já a ação do Estado, seja como produtor de bens e de serviços, seja como regulador das relações entre agentes econômicos, seria, ao contrário, danosa. Economicamente, ela deformaria o sistema de preços, o principal indicador das necessidades econômicas da sociedade, criaria monopólios, eliminando a soberania do consumidor e, por essa via, deixaria sancionar a ineficiência econômica. Se o Estado, preocupado em assegurar o bem-estar, detiver o monopólio da oferta dos serviços de saúde ou educação, a concorrência deixaria de existir e o consumidor deixaria de ser soberano. A intervenção do Estado na economia, mesmo que bem intencionada, dizem os neoliberais, provoca o desperdício e a ineficiência e forja uma configuração do aparelho produtivo inadequada ao perfil da demanda. Em resumo, provoca uma má alocação dos limitados recursos disponíveis, reduzindo a riqueza geral. No plano político a ação econômica do Estado criaria privilégio para alguns e dependência para muitos. Os cidadãos acostumar-se-

³³ Como se sabe, o keynesianismo foi o sistema social adotado pelos EUA após a crise de 1929, quando entram em uma crise de superprodução e, a partir disso, passam a repensar as funções do Estado no conjunto das relações sociais. Em dimensão estatal, a resolução deste descompasso entre produção e consumo foi resolvido através da teoria keynesiana implementada através do “Estado de Bem Estar Social”. Aqui, dá-se origem a um novo padrão de financiamento público, onde o Estado se torna o responsável por regular as relações sociais, em especial as relações de classe, garantindo de um lado o crescimento produtivo das indústrias – possibilitado tanto pelo investimento em infraestrutura, quanto pelo investimento em seus capitais fixos – e de outro, o investimento em salário indireto aos trabalhadores – ou seja, pelos investimentos estatais em saúde, habitação, transporte, etc. que acabavam por reduzir os custos diários que a população tinha para a manutenção da sua sobrevivência –, aumentando assim o poder real de compra de seus salários.

³⁴ Harvey, 2006

iam ao paternalismo do Estado e, assim, deixariam de desenvolver sua capacidade de iniciativa para resolver seus próprios problemas. (BOITO JR. 1998, p.19/20)

A partir do imaginário da ineficiência dos serviços públicos, o Estado irá criar uma primazia do mercado sobre a regulação das relações de produção e reprodução, concebendo-o enquanto um regulador “natural” das relações sociais através da órbita competitiva.

No que se refere ao âmbito prático, o pensamento neoliberal irá se concretizar enquanto política de Estado nos governos de Margaret Thatcher (1979-1990) e Ronald Reagan (1981-1989) e em seguida passa a ser implantado em diversos outros países. Dentre estes, como vimos, o Consenso de Washington será o meio utilizado para se implantar inicialmente a política econômica neoliberal em grande parte dos países Latino-Americanos. No entanto, mesmo tratando-se de processos comuns, o neoliberalismo não irá atingir de forma homogênea a todos os países. E, dentre eles, destaca-se de imediato a diferença de sua implementação nos países centrais e periféricos.

Como trabalhado por Boito Jr, o esforço realizado pelas economias centrais para levarem a política neoliberal aos países latino-americanos sob uma face modernizadora passa por um objetivo muito particular: *enquadrar as economias nacionais subdesenvolvidas às novas exigências do imperialismo* (BOITO JR., 1998, p.34) Pois diminuindo a autonomia de seus Estados (dada pela tutela que órgãos como FMI, OMC e Banco Mundial realizam sobre as políticas econômicas internas), a política neoliberal consegue reforçar a função destes países na divisão internacional do trabalho fazendo deles um mercado de oferta de matéria prima e de mão de obra barata aos países centrais. Essa nova regulação das economias nacionais fica mais explícita ao acompanharmos as mudanças ocorridas na realidade social brasileira.

Particularmente no Brasil, as medidas neoliberais, apesar de já apontarem pequenas transformações trazidas pela indústria estrangeira, só serão agregadas a política econômica do país no início da década de 1990, com a adesão do governo Collor ao Consenso de Washington.

As propostas do Consenso de Washington nas 10 áreas³⁵ a que se dedicou convergem para dois objetivos básicos: por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania

³⁵ ”1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; e 10. propriedade intelectual.” (BATISTA, 1994, p.18)

absoluta do mercado autoregulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas. (BATISTA, 1994, p.18)

A partir disso,

De um só golpe, Collor eliminou todos os obstáculos não-tarifários e iniciou um processo de redução acelerada das barreiras tarifárias. Tudo isso em plena recessão e sem a preocupação de buscar contrapartidas para os produtos brasileiros nos mercados externos nem de dotar o país de um mecanismo de salvaguardas contra práticas desleais de comércio de nossos competidores. (BATISTA, 1994, p.28)

Mesmo com o processo sendo iniciado por Collor, o rompante neoliberal se dará de fato através do governo de Fernando Henrique Cardoso quando se intensificam as políticas econômicas tomadas pelo governo e, através destas, da transformação das dinâmicas sociais expressas na realidade brasileira.

Aparamentado pelo Consenso de Washington, o governo de Fernando Henrique Cardoso reagirá ao período fortemente inflacionário da época e a crise socialmente instaurada com um reposicionamento do Estado frente à esfera social. Visando um novo modelo de gestão, descentraliza o Estado de suas funções administrativas e coloca-o frente a papéis de controle de resultados, de busca pela excelência e de responsabilidade social.

Aqui, como mencionado por Klintowitz (2011), reformula-se o papel do Estado entendendo-o como *facilitador* de investimentos. Ou seja, se o argumento da falência do Estado providência sustentava-se na questão da impossibilidade financeira de um Estado prover benefícios sociais a toda sua população, o novo discurso que encaminhará as políticas sociais sustenta-se, agora, sob o argumento de que esse espaço de provedor que o Estado não pode mais ocupar, pode ser suprido com excelência pelo capital privado. Cria-se aqui, segundo Ferreira (2010), uma simbiose entre os interesses políticos e os interesses privados que se aglutinam na transformação de áreas obsoletas em pólos urbanos capazes de atrair o grande capital global. Concebendo o aumento da competitividade das empresas e sua ampla capacidade de se realocarem diante das condições mais favoráveis aos seus investimentos, o Estado, ao revés de sua lógica anterior, torna-se agora a maior fonte de permissividade a flexibilização das legislações nacionais na busca de tornar-se um novo atrativo ao mercado de investimentos.

No que se refere ao campo, a permissividade da entrada do capital estrangeiro levou a um fortalecimento direto do agronegócio. Sem nenhuma medida que pudesse proteger a

pequena produção, ocorre um processo intenso de redução da agricultura familiar. O qual, já havia sido iniciado no governo de Collor e que se intensifica com governo de FHC.

E no que se refere ao processo de industrialização, a economia nacional adentra a um processo de desmonte, efetivado por dois principais efeitos da política econômica neoliberal: a *desnacionalização* e a *desindustrialização*.

Por desindustrialização, devemos entender o fenômeno através do qual produtos antes fabricados pela indústria nacional são substituídos por similares importados, o que gera o fechamento de determinados setores de uma indústria, ou mesmo, o fechamento de indústrias inteiras. É o contrário, como podemos notar, da política de industrialização por substituição de importações vigente no período desenvolvimentista. Por desnacionalização, devemos entender a venda de empresas nacionais para o capital estrangeiro ou as fusões das primeiras com o segundo. (COLETTI, 2005, p. 169)

Uma das realidades mais explícitas que tais mudanças irão apontar no cenário nacional será o aumento do quadro de desemprego no país. E como causa direta dessa realidade, podemos apontar:

abertura comercial da economia brasileira, que facilitou a entrada de produtos estrangeiros no nosso mercado interno, os quais passaram a concorrer com os produtos nacionais, com vantagens de preços para os primeiros – esse processo foi agravado com a sobrevalorização cambial pós-Plano Real; *falências e fusões de inúmeras empresas*, que não suportaram a concorrência internacional; *contenção do crescimento econômico*, decorrente das altas taxas de juros praticadas nesse período e do objetivo maior de se controlar a inflação; processo de *privatizações das empresas estatais*, sempre acompanhado da dispensa de um número significativo de trabalhadores pertencentes aos quadros de funcionários das empresas privatizadas; *diminuição dos investimentos do Estado nas áreas sociais* (saúde, educação, saneamento, habitação etc.) e em *infra-estrutura*, que fez com que o governo deixasse de contratar funcionários públicos e mesmo os dispensasse; *crise na previdência social*, que tem obrigado os aposentados a continuar no mercado de trabalho como forma de complementação aos poucos recursos recebidos do Estado, ocupando vagas que poderiam ser destinadas aos trabalhadores mais jovens; *revolução tecnológica* que atinge os setores de ponta da economia nacional; e, finalmente, as chamadas *novas formas de organização do processo de trabalho* no interior das empresas, poupadoras de força de trabalho. (COLETTI, 2005, 169/170)

Como destaca Sanchez (2012) esse processo – ocasionado pela mudança na política econômica do país e, através desta, no modo de produção capitalista – levará uma parcela significativa dessa população desempregada a entrar no mercado informal de trabalho buscando, assim, suprir suas necessidades de subsistência. Esse não parece em si um fenômeno novo, visto que todo o processo de migração aqui destacado entre campo e cidade, intensificado muitas vezes pelo fomento do processo de industrialização, veio também

atravessado pela criação de uma população que sem conseguir adentrar ao mercado formal de trabalho, adentra ao mercado informal a fim de manter a sua permanência nas cidades.

Ocorre, no entanto, que aqui esse processo irá alterar fundamentalmente as suas características.

Este quadro se inverte drasticamente a partir dos anos 80 e, particularmente, dos anos 90 do século XX, quando a tendência não é mais a da inclusão no assalariamento daqueles que estavam à margem dele, mas, pelo contrário, é jogar para a margem, para a informalidade e para as outras relações de trabalho, aqueles que antes estavam incluídos no modelo “típico” de organização da produção. (SANCHEZ, 2012, p.30)

Estruturalmente essencial à nova dinâmica capitalista de produção, esse montante de trabalhadores fora dos sistemas formais de trabalho, não se apresenta mais como uma crise temporária do sistema capitalista, mas como uma forma intrínseca a sua estrutura³⁶. Ou seja, “não é mais aquela informalidade decorrente da falta de integração de uma parcela da população à sociedade salarial, mas sim da crise desta própria sociedade” (SANCHEZ, 2012, p.31).

Objetivamente altera-se em grande medida as relações produtivas³⁷ no país e, através delas, altera-se também a perspectiva dessa população em conseguir uma integração social através do trabalho e da adesão aos direitos trabalhistas.

1.b.a A “sociedade neoliberal³⁸”: as mudanças no âmbito da cidade

Rompendo com uma estrutura mínima de estabilidade, o trabalhador informal, sem seguridade trabalhista, fica submetido – ou ao menos se torna mais vulnerável – a *condições precárias de trabalho e remuneração, instabilidade da atividade laborativa, [e a] jornadas ampliadas* (GOULART, 2011, p.154) de trabalho. O que faz, junto a intensa fragmentação do

³⁶ Harvey, 2006; Singer, 1981

³⁷ Nessa nova constituição do mundo do trabalho, não se tratar-se-á apenas da divisão entre formalidade e informalidade, mas sim de uma heterogeneidade de atividades e da forma de inserção no mundo no trabalho. O que faz com que o termo informalidade se torne muitas vezes impreciso para descrever a condição do trabalho e do trabalhador (SANCHEZ, 2012; GOULART, 2011). No entanto, como trata-se de uma discussão ampla a qual não visamos abordar em sua multiplicidade, permaneceremos utilizando o termo, mas com a ressalva de que trata-se de uma discussão muito maior não só sobre quais são as suas multiplicidades de formas de trabalho, como também, sobre as consequências que desencadeiam dentro das dinâmicas sociais.

³⁸ Segundo Dardot e Laval (2016) “(...) o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia econômica ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a conduta dos governados.” (p. 17) “É por isso também que devemos falar de sociedade neoliberal, e não apenas política neoliberal ou economia neoliberal (...)” (p. 26)

trabalho, com que esse novo contingente de trabalhadores encontre uma grande dificuldade em se organizar – tarefa a qual também não será alcançada pelos sindicatos já existente que, por sua vez, também perdem grande força nesse contexto³⁹. O que “leva a uma extrema individualização das ações que buscam minimizar a brutalização do trabalho diário” (GOULART, 2011, p. 154).

No entanto, esse processo de precarização não atingirá apenas os trabalhadores informais. Alterando a lógica de intervenção nas relações de produção, o Estado dará amparo a um crescente processo de desregulamentação do mercado de trabalho. Como? Diminuindo a fiscalização das leis trabalhistas realizadas por parte do Estado e, através disso, garantindo a diminuição da validade das legislações que garantem a seguridade dos trabalhadores. As quais, por sua vez, passam a ser em grande medida aceita pelos trabalhadores como forma de garantir a sua permanência no trabalho. Como evidencia Oliveira (2007), nesse novo contexto, a ameaça de demissão passa a ser uma das principais estratégias utilizadas nas gestões das empresas como forma de submeter o trabalhador formal ao rebaixamento de suas condições de trabalho.

E aqui é fundamental notar como o trabalho perde a dimensão de integração social – até então cultivada pela possibilidade real de amplos contingentes populacionais adentrarem ao mercado formal de trabalho e, com isso, conquistarem a ampliação de seus direitos. Pois, com a reestruturação produtiva, a aquisição de um trabalho formal não só encontra-se longe do horizonte de grande parte da população (dada a crescente cobrança qualificação), como quando alcançado, ainda fica submetido a possibilidade flexibilização dos direitos trabalhista.

A partir desse conjunto de mudanças, ao invés da ideia de estabilidade, passa a se difundir através do trabalho uma constante sensação de insegurança, mesmo no que se refere ao trabalho formal. Como mostra Oliveira (2007), isso se deve a própria forma como essa mudança nas relações de produção é trabalhada socialmente no sentido de responsabilizar os trabalhadores pela situação trabalhista que possuem.

Para os trabalhadores, o desemprego foi sistematicamente pregado, por meio do discurso empresarial, governamental e midiático da “empregabilidade”, como responsabilidade de cada um, só passível de ser superado no plano individual mediante mais qualificação profissional. No âmbito microeconômico (plano interno das empresas), o desemprego adquiriu um sentido (...) de estratégia de redução de custos, necessária à busca de maior competitividade (uma *exigência* cada vez maior do mercado

³⁹ Sobre o tema, e de forma mais específica sobre as mudanças da CUT nesse período, ver Oliveira, Roberto Verás de. “O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: o que se pode esperar?” In: A era da indeterminação – São Paulo, Boitempo, 2007, p. 49 - 70

globalizado). No âmbito macroeconômico (plano das políticas governamentais), foi justificado como uma inevitabilidade da globalização. (OLIVEIRA, 2007, p. 62)

A partir das prerrogativas neoliberais anteriormente destacadas, a reestruturação produtiva se realizará junto a uma culpabilização dos indivíduos pelo lugar que passam a ocupar no seio das relações produtivas. A partir da exaltação do mercado, a concorrência passa a ganhar destaque no conjunto das relações sociais como uma forma de “seleção natural”, através da qual ganham destaque – tanto no seio das relações produtivas como em qualquer outra instancia das relações sociais –, aqueles indivíduos que se mostram melhor preparados para as exigências requeridas.

E será através deste cenário, onde a “(...) corrosão progressiva dos direitos ligados ao status de trabalhador, a insegurança instalada pouco a pouco (...) pelas ‘novas formas de emprego’ precárias, provisórias e temporárias, [e] (...) o empobrecimento de frações inteiras das classes populares (...)” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.329) se mostram como uma realidade objetiva, que impele-se a população a adentrar na lógica concorrencial como forma de sobreviver às novas exigências do mercado.

Como? Através “da homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.326).

Sendo responsabilizado pelo seu próprio desenvolvimento, os sujeitos passam a ver nas capacidades que agregam em si o único meio de se destacar diante de uma realidade social que se torna altamente concorrencial. Isso faz com que a concorrência extravase a dimensão do trabalho e invada a esfera da vida privada onde se constroem as estratégias mais adequadas a esse “empreendimento de si” (DARDOT e LAVAL, 2016), agora, compreendido como o único meio de se ascender socialmente.

Enquanto maneira de ser do eu humano, a empresa de si mesmo constitui um modo de governar-se de acordo com valores e princípios. (...) Trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos, que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho homem econômico, mas que procura sobretudo *trabalhar a si mesmo* com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz. O que distingue esse sujeito é o próprio processo de aprimoramento que ele realiza sobre si mesmo (...). Essa é a ética do nosso tempo. (...) exalta o combate, a força, o vigor e o sucesso. Ela transforma o trabalho no veículo privilegiado da realização pessoal: sendo bem-sucedidos profissionalmente, fazemos da nossa vida um “sucesso”. (DARDOT e LAVAL, 2016, p.333)

Em uma palavra, a novidade consiste em promover uma “reação em cadeia”, produzindo “sujeitos empreendedores” que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles (...). (DARDOT e LAVAL, 2016, p.329)

Com as profundas modificações que a implementação do neoliberalismo desencadeia – tanto no âmbito das relações produtivas, quanto no conjunto das relações sociais (que, em grande medida, serão modificadas a partir da própria lógica do empreendedorismo de si presente a formação destes sujeitos) – faz com que aquelas famílias que não conseguiram até meados da década de 1980 alcançar o seu projeto de ascensão social, passem a encontrar agora dificuldades ainda maiores em realizá-lo.

Com o aumento do número de desempregados, muitas vezes, a família passa a ser sustentada por um ou dois trabalhadores que conseguiram manter a conquista da renda familiar. Esse aumento das dificuldades na manutenção da subsistência fará com que ocorra uma tendência de nuclearização das famílias, buscando reduzir as teias de solidariedade entre parentes e amigos que anteriormente caracterizavam a estabilização da população migrante.

Nessa nova conjuntura, altera-se em grande medida o projeto de ascensão social vislumbrado pela população empobrecida da cidade. Agora, este projeto passa a sofrer uma maior individualização⁴⁰, onde se perde de vista o planejamento comum de acesso ao mercado formal e a ascensão passa a ser vista como um resultado individual ligado ao esforço e ao busca pelo desenvolvimento de diferentes capacidades que possam vir a valorizá-los dentro da nova conjuntura do mercado de trabalho.

E é importante destacar que nesse processo a família ganha amplo destaque, posto que o sucesso (ou seja, a conquista da ascensão social) dessa trajetória individual dependerá em grande medida da combinação entre as estratégias traçadas para garantir a supressão das suas necessidades de imediatas da família, e aquelas estratégias que visam garantir o desenvolvimento das capacidades dos membros familiares. E assim, o ensino, o lazer, toda a forma de conhecimento e prática, e até mesmo o consumo podem se tornar estratégias de construção e valorização destes sujeitos frente ao mercado de trabalho e os mais diversos âmbitos sociais.

Ocorre, no entanto, que a situação de precariedade a que se encontrará submetido o amplo contingente de trabalhadores empobrecidos, não se refletirá apenas na mudança nas condições de trabalho. Com a reforma do Estado, a diminuição dos investimentos em áreas sociais faz com que essa população se encontre desprovida não só da seguridade trabalhista como, em grande medida, das próprias seguridades sociais. Estas, que eram vislumbradas como um dos alicerces a melhoria de vida da população migrante, se vê, agora, amplamente reduzida.

⁴⁰ Feltran, 2009

E esse processo, assim com as mudanças nas relações trabalhistas, terá uma imbricação direta com as prerrogativas do neoliberalismo.

O acesso a certos bens e serviços não é mais considerado ligado a um status que abre portas para direitos, mas o resultado de uma transação entre um subsídio e um comportamento esperado ou um custo direto para o usuário. A figura do “cidadão” investido de uma responsabilidade coletiva desaparece pouco a pouco e dá lugar ao homem empreendedor. Este não é apenas o “consumidor soberano” da retórica neoliberal, mas o sujeito ao qual a sociedade não deve nada, aquele que “tem de se esforçar para conseguir o que quer” e deve “trabalhar mais para ganhar mais”. (DARDOT e LAVAL, 2016, p.381)

Na contramão das conquistas político sociais da década de 1980 – onde se passava, através do dissenso, a reivindicar através da noção de direito um reconhecimento da “parte dos sem parte” dentro do conjunto da sociedade –, agora, sob a égide da regulação do mercado e do esforço individual, o que era compreendido como *direito* passa a ganhar dimensão de *favor*. Ou seja, perde-se a dimensão do direito enquanto um aparato legal que deve ser construído socialmente, reconhecendo e servindo a pluralidade das demandas sociais; para uma noção de direito concebido enquanto uma construção estatal, descolada da construção política, e que serve apenas para auxiliar aqueles indivíduos que são incapazes de promover através do seu esforço a sua própria subsistência.

Diante desse imenso processo de precarização, não só do trabalho, mas das suas condições de vida, a população empobrecida só poderia se valer de organizações reivindicativas a fim de construir um meio de contestação da condição política e social a que passa a ser colocada. Ocorre, no entanto, que com o enfraquecimento dos sindicatos⁴¹ (e sua dificuldade em atingir o conjunto de trabalhadores que se encontra no mercado informal de trabalho) e dos movimentos sociais urbanos (os quais, ou se desfazem após o período de redemocratização ou passam a atuar em âmbito institucional⁴²), a população empobrecida das cidades passa a sofrer um progressivo aumento das suas dificuldades de subsistência.

Diante disso, passam a se valer em grande medida da proliferação das Organizações Não Governamentais⁴³, que na ausência do Estado, passam a servir assistencialmente a população empobrecida nas dificuldades em que encontra na garantia da sua sobrevivência e da própria adesão aos meios que auxiliem no desenvolvimento das suas capacidades

⁴¹ Oliveira, 2007; Goulart, 2011

⁴² Feltran, 2005; 2008; 2009.

⁴³ PAOLI, Maria Célia, Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil In: SANTOS, Boaventura de Souza (org). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

individuais. Trabalhando, em grande medida, não através da lógica do direito universal, mas sob a lógica do favor, as ONGs passam então a auxiliar (em consonância as prerrogativas neoliberais) na promoção de um desenvolvimento social dentro da ordem. O qual, sem a realização do conflito, auxilia aquela população no desenvolvimento do “empreendedorismo de si”.

Diante da intensificação das dificuldades em se adentrar ao mercado de trabalho e de conseguir, através deste, a manutenção do sustento da família; das dificuldades em adentrar ao mercado de consumo; das dificuldades, até mesmo, de se conseguir um reconhecimento e uma posição de destaque a partir das relações produtivas – compreendidas como lugar por excelência da realização individual –; passa a se ampliar nesse período a legitimidade entre jovens da periferia do chamado “mundo do crime⁴⁴”.

Como trabalhada por Feltran (2009)

Quando argumento, (...) pela “expansão do mundo do crime” nas periferias da cidade, é especificamente a esse processo de disputa de legitimidade a que me refiro e não a um aumento das atividades ilegais ou ações criminais). O que está em jogo nessa expansão é que o “mundo do crime”, antes visto por todos como o oposto diametral do “trabalhador”, paulatinamente passa a concorrer como ator e instância normativa nas periferias da cidade, ocupando terrenos mais amplos e solicitando, inclusive, reações de demarcação mais clara de fronteiras da legitimidade. Essa expansão gera formas de identificação com o “crime”, especialmente entre parcelas minoritárias das camadas mais jovens, que já não implicam vinculação a atividades ilegais ou ilícitas, mas se fundam em modos cotidianos de se relacionar com essa instância de autoridade efetivamente presente nos territórios. (FELTRAN, 2009, p12/13)

Podemos refletir sobre esse processo a partir das inscrições já apontadas acima. Não se trata mais, nesse contexto, apenas da supressão das necessidades de subsistência. Apesar de sua extrema importância diante da dificuldade em se conseguir a contrapartida salarial tão necessária à permanência na cidade, trata-se, antes, de uma *experiência* do meio urbano a partir de uma nova realidade. Uma formação social alicerçada no “empreendimento de si”.

A busca constante pelo seu desenvolvimento individual, pela potencialização de suas capacidades, pela busca de reconhecimento, no sentido da necessidade de se destacar. A intensificação do desempenho, do gozo, do excesso, da autossuperação. A “liberdade” para desenvolver as suas aspirações individuais e a responsabilização por conseguir ou não alcançá-las.

⁴⁴ Segundo Feltran “Essa noção, na perspectiva dos adolescentes e jovens das periferias de São Paulo, designa o conjunto de códigos e sociabilidades estabelecidas, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos e furtos.” (O legítimo em disputa: as fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo, São Paulo: CEM/CEBRAP, 2008b, p.93)

Os modos de vida da nova geração já são, majoritariamente, conformados pela permanência destas “crises”, e sua inescapabilidade. Para eles, portanto, estes processos deixam de ser vividos como crises, e novos diagramas se compõem. Fui me dando conta que uma nova camada de tecido social se assentava sobre os processos fundadores do universo social mais tradicional das periferias da cidade. Para os mais jovens, o projeto de ascensão do grupo familiar, especialmente centrado no modelo operário do trabalho estável, não é sequer pensável. O projeto de ascensão torna-se menos realizável, e sobretudo se individualiza. Esta geração não é mais, tampouco, migrante ou católica como a anterior. Os mais jovens já nasceram e cresceram “na periferia” e ali as regras são bem menos estáveis do que entre os operários. Há que misturar empreendedorismo e competição para conseguir um trabalho, que permanece como um valor central. Mas seus significados já não são os mesmos, e na percepção adolescente há outras alternativas individuais; se não há trabalho para todos, é possível parcelar a compra dos objetos de consumo, e é possível arriscar ainda um lance de sorte: ser modelo ou músico, jogador de futebol ou artista de televisão. O projeto casa com a teologia neopentecostal conectada às transformações recentes, que também se expande. (...) Sobretudo para aqueles em que as possibilidades de trabalhar estão mais distantes, e a sorte não têm ajudado, figura a alternativa de obter renda através de atividades criminais (...). O ingresso no universo ilícito do tráfico de drogas ou das sub-contratações para assaltos propicia de imediato aos adolescentes o que o trabalho traria: renda, possibilidade de consumo e ampliação do *status* individual no grupo. Para o analista das periferias, migra-se de um ambiente em que se encontrava um padrão estável de organização (familiar, social e político, centrado no projeto operário e em seus desdobramentos diretos) para uma experiência social em que este padrão, em crise, cede espaço e coexiste, às vezes na mesma casa, com alternativas de vida muito mais individualizadas e heterogêneas. (FENTRAN, 2008, p. 45/46)

Diante dessa nova forma não só de compreender o mundo, mas de se compreender nele, altera-se a compreensão sobre a cidade, sobre o trabalho, sobre o direito e as próprias expectativas atribuídas sobre eles. O “mundo do crime” passa a ganhar legitimidade em tensão com diversas outras instâncias sociais por se tornar um mundo passível de se encontrar, de alguma forma, inserido nas novas prerrogativas sociais.

esse “mundo do crime” passa progressivamente a tensionar outros sujeitos e instâncias legítimas das periferias da cidade. Tensiona o mundo do trabalho, porque gera muita renda para os jovens, e simbolicamente é muito mais atrativo para eles do que descarregar caminhão o dia todo, ou entregar panfletos de farol em farol; tensiona a religiosidade, porque é indutor de uma moralidade estrita, em que códigos de conduta são prezados e regras de honra são sagradas; tensiona a família, porque não se sabe bem o que fazer com um filho “na droga”, ou com outro que traz R\$ 500 por semana para casa, obtidos “da droga”; tensiona a escola, porque os meninos “do crime” são mal vistos pelos professores, mas muito bem vistos pelas alunas mais bonitas da turma; tensiona demais a justiça legal, porque estabelece outras dinâmicas de punição e reparação; tensiona o Estado em seu cerne, porque reivindica para si o monopólio do uso da violência (legítima entre a população) em alguns territórios. Ou seja, todos esses atores: a escola, a família, a religião, o trabalho, a justiça, o Estado, esses atores tradicionalmente “legítimos”, começam a ter de lidar com a presença e a atratividade do “mundo do crime”. Passa a se estabelecer, de fato, uma disputa pela legitimidade entre essas esferas, e os atores tradicionais dos territórios passam a se pensar mais radicalmente *em oposição* ao “crime”. (FELTRAN, 2009, p 12)

Diante desse novo quadro econômico e social, a cidade passa a mostrar o seu revés. O que antes aparecia socialmente como o símbolo da modernização e do progresso, a partir do qual a cidade se tornava um atrativo meio de melhora das condições de vida, agora, com a ampliação do desemprego, das dificuldades em suprir as necessidades básicas de sua sobrevivência e de se atingir em um mercado altamente concorrencial qualquer possibilidade de se ascender socialmente, faz com que ocorra uma diminuição do fluxo de trabalhadores camponeses em direção à cidade. E esse processo levará a duas grandes modificações no conjunto das relações sociais.

A primeira, como já trabalhado anteriormente, será o aumento das mobilizações no campo. Pois, com a ampla proliferação das desigualdades na cidade, a população camponesa passará, como afirma Coletti (2009), por uma inversão das expectativas, a partir da qual passam a vislumbrar as organizações sociais camponesas como uma forma de melhorar suas condições de vida. O que, por sua vez, levará a um aumento da base social do MST e de outras organizações camponesas e a intensificação das lutas pela democratização da terra.

A segunda, se refere a própria cidade, posto que com a diminuição da migração camponesa, a cidade, e de modo mais específico, a periferia desta, passa a ser habitada não só por migrantes advindos do projeto operário, como, também, pelos filhos desses migrantes. Estes, nascidos e crescidos na periferia, perdem em grande parte as referências daquelas experiências vividas por seus pais onde as expectativas construídas a partir da vida no campo tornavam-se fomento das reivindicações por uma melhor condição de vida na cidade. Esses sujeitos nascem e crescem tendo como referência um processo de urbanização já consolidado, uma naturalização da lógica concorrencial, a não adesão ao mercado formal de trabalho, do empreendimento de si.

A migração, que caracterizava a população das periferias da cidade, compondo uma espécie de população de mediação entre o rural e o urbano, diminuiu progressivamente nos anos 1990 e estancou nos 2000. Os nascidos nas periferias das cidades nas últimas décadas são paulistanos, mas não paulistanos quaisquer; são indivíduos nascidos e crescidos *na periferia*. (FELTRAN, 2009, p.8)

1.c A construção da Marcha Nacional de 1997 e o desenvolvimento do MTST

Segundo Coletti (2005), desde a década de 30 a “questão agrária” brasileira vem encontrando sua “válvula de escape” nos intensos processos migratórios, que fazem da busca pela cidade, a expectativa de transformação de suas condições de vida. Ocorre, no entanto, que com a crise econômica que se instaurava no Brasil nos anos de 1980 e, de modo

particular, com a intensificação das implementações da política neoliberal nos anos 1990, a cidade passa a não ser mais vista pelo trabalhador campesino como um meio de integração social e melhoria das suas condições de vida. Diante dessa fragilização do fluxo campocidade, passa a se potencializar no campo uma busca, através do próprio meio rural, a melhora da condição de vida da população campesina.

Como pontuado anteriormente, essa evidência de uma questão agrária ainda não resolvida no Brasil será levada a cabo a partir de uma nova perspectiva da reforma agrária. Esta, compreendida agora a partir da “justiça social”, traz à tona não só a necessidade de sobrevivência da população mas, também, a melhora nas condições de vida tanto dos trabalhadores rurais quanto dos trabalhadores urbanos – posto que o acúmulo das periferias da cidade possuem, em grande medida, o seu crescimento amparado na manutenção das desigualdades campesinas.

Ao sofrer um intenso processo de repressão no governo Collor e recuperar suas forças no governo de Itamar, o MST chega ao período do governo de FHC – período de intensificação das políticas neoliberais – sendo nesta época o movimento que mais crescia, o que os possibilitou a ampliação de suas forças e de suas organizações sociais.

Diretamente relacionado aos efeitos das políticas neoliberais no campo e na cidade, duas serão as grandes fontes de crescimento da atuação do MST na década de 1990: o aumento do desemprego entre os trabalhadores rurais e a precarização do trabalho dos mesmos; e o aumento do desemprego e da precarização do trabalho no meio urbano.

Ocorre que diante do processo evidenciado acima, de enfraquecimento das organizações sindicais e dos movimentos urbanos, parte desses trabalhadores citadinos passam a se juntar ao MST. A finalidade desta aproximação está na busca por uma nova forma de garantir suas condições de sobrevivência e da melhoria das condições de vida.

A maioria dos acampamentos de sem-terra, em 1995, conta com um grande número de pessoas oriundas de favelas e periferias urbanas. Para muitos, esta é uma volta às origens, que completa o círculo: da roça para a favela e dela para a roça. (COLETTI *apud* COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo*, 2005, p.261)

Dessa forma, a luta pela terra transformou-se para muitos trabalhadores numa “última alternativa”, numa espécie de busca de um “porto seguro” em meio à insegurança do desemprego, do subemprego e da marginalização social; em suma, num *meio*, às vezes, o único, capaz de garantir o sustento próprio do trabalhador e o de sua família. À medida que aumentam a marginalização e a exclusão social que atingem, nesses tempos de vigência do neoliberalismo, sobremaneira, as classes subalternas – urbanas e rurais --, aumentam as bases sociais do MST o qual repõe a essa população marginalizada o sonho do trabalho, da sobrevivência, da dignidade e da reprodução social. (COLETTI, 2005, p. 262)

Sofrendo um significativo crescimento da sua base social e do próprio número de investidas por eles realizadas, o MST em 1995, repensa sobre suas prioridades organizativas e sobre seu próprio posicionamento frente aos conflitos sociais. O centro do seu questionamento se colocava aqui sobre os próprios limites que o movimento enfrentava na sua organização. Pois, mesmo se fosse possível garantir terra para toda essa população, frente aos privilégios que as políticas neoliberais dão ao desenvolvimento do agronegócio em detrimento do pequeno agricultor, seria impossível conseguirem se manter. O fato era evidenciado pelo movimento através da própria base social campesina que o compunha, a qual era composta em grande medida por pequenos agricultores que perderam suas fontes de subsistência por não conseguir competir com a intensificação do agronegócio.

Diante disso, em 1995 durante a realização do seu III Congresso Nacional, o MST redefine as suas prioridades: “continuar a luta pela reforma agrária e combater a política neoliberal do governo” (COLETTI, 2005, p. 209).

nossa reflexão nos levou à conclusão de que, para conquistar a reforma agrária, tinha que mudar o plano neoliberal. Ou seja: a reforma agrária depende das mudanças no modelo econômico. Para ela avançar, é necessário que toda a sociedade a abrace como uma luta legítima dos sem-terra, dos pobres do campo, com reflexos positivos para a própria sociedade. Foi ali, então, que sistematizamos a palavra de ordem “a reforma agrária é uma luta de todos”. (COLETTI apud *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 2005, p.209)

Afastando-se de um ideário centrado na luta democrática, o MST traz para o movimento uma reflexão sobre a nova conjuntura sobre a qual atuavam. Tratava-se de dar conta da mudança de contexto, onde a implantação do neoliberalismo alterava novamente a dimensão do direito, posto que faz do aparato institucional um meio de privilegiar as ações do mercado. Praticando uma interferência social a partir dos interesses privados, dilui as prerrogativas do reconhecimento social dos direitos (e dos sujeitos) que na dimensão imediata das relações sociais, não possuem a efetividade reivindicada na década de 1980.

Nesse mesmo ano, em 1995, o movimento passa pelo massacre de Corumbiara, em 1996 pelo massacre de Eldorado dos Carajás⁴⁵, e “por inúmeros e violentos conflitos entre

⁴⁵ O massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, “(...) resultou da truculência da Polícia Militar contra os sem-terra, tendo gerado a morte de 19 trabalhadores sem-terra, além de ter deixado feridos outros 41 sem-terra – incluindo mulheres e crianças -- e também quatro policiais militares. (...) Tratou-se do maior massacre de sem-terra da década de 1990, e do segundo massacre ocorrido no governo Fernando Henrique Cardoso, pois, em agosto de 1995, já havia ocorrido o massacre no município de Corumbiara, em Rondônia, quando 300 policiais militares invadiram, na madrugada, a Fazenda Santa Elina, ocupada por 514 famílias sem-terra, expulsando-as do local. O resultado dessa operação, em Corumbiara, foi a morte de dois policiais e de dez sem-terra. Esses massacres, principalmente, o de Eldorado dos Carajás, amplamente noticiados pela mídia, chamaram ainda mais

posseiros, grileiros e o Estado” (LIMA, 2004, p. 141). Diante da violência e da impunidade que enfrentavam nos conflitos pela terra, o MST decide, então, elaborar uma nova estratégia de ação, para que a partir da qual conseguissem fortalecer as ações do movimento e atender as demandas por terra e trabalho que, de certo modo, atraíam a base do movimento.

Voltando-se para a sua própria base social, o movimento identifica através contingente de população urbana que se agrega a eles, um indicativo. Um sinal de que a cidade possuía não só um novo contingente populacional – fruto da reestruturação produtiva –, mas também uma população que encontrava dificuldade em promover (ou adentrar) a uma organização social em solo urbano. A partir daí, o MST dá início a um processo mais efetivo de aproximação com a cidade. Mas partia de um novo princípio. Não mais visava organizar os trabalhadores *na* cidade – fazendo dela mais um espaço possível de atuação –, mas organizar os trabalhadores *da* cidade, fortalecendo o contingente de organização social que pudessem fazer frente às políticas neoliberais.

Vale aqui ressaltar que isso não quer dizer, no entanto, que deixaram de existir movimentos sociais urbanos. Pelo contrário. Assim como uma gama de movimentos sociais se enfraqueceram ou foram atuar a partir da via institucional, outros tantos movimentos sociais urbanos também surgiram. Ocorre, no entanto, que como um reflexo imediato da crise econômica e do processo de mudança nas relações de produção, aumentaram consideravelmente o número da população empobrecida que se encontrava na impossibilidade de garantir sua própria subsistência. (LIMA, 2004) Será particularmente a partir desse processo de enfraquecimento de parte daqueles movimentos da década de 1980 e do crescimento abrupto da população empobrecida, que se traçará a perspectiva de atuação do MST na cidade.

E mais, vale lembrar ainda o interesse específico da atuação do MST nas cidades. O interesse em fortalecer sua correlação de forças intensificando ao máximo a organização populacional em oposição as medidas neoliberais. E isso traz uma restrição específica com aqueles movimentos já existentes na cidade. Pois não se tratava aqui de chamar a população a se organizar a partir de qualquer movimento, mas especificamente daqueles que se encontravam distantes do aparato governamental.

Será nesse contexto que, em 1997, se formará a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária.

a atenção da opinião pública nacional e internacional para a grave situação da luta pela terra no Brasil.” (COLETTI, 2005, p.213)

Como já abordado anteriormente, a Marcha partiu de três pontos diferentes, percorrendo o Brasil durante dois meses, com o intuito de esclarecer à população sobre a problemática da terra no Brasil, evidenciando a imbricação entre as desigualdades do campo e da cidade e, diante disso, a importância comum da questão agrária a todo país. Levaram consigo, como pautas, a questão do desemprego do trabalhador urbano e rural, fenômenos que vinham se intensificando a partir das medidas neoliberais e, também, a violência que sofriam nas lutas do campo sem que ninguém fosse responsabilizado pelos crimes.

Será na continuidade destes dois meses, que ocorre a decisão das lideranças do MST, em liberar parte de seus militantes para atuarem de modo exclusivo na construção das lutas urbanas.

Antes mesmo de 1997 o MST já vinha fazendo suas investidas na cidade, como a atuação do movimento junto à população em situação de rua⁴⁶ e o auxílio que ofereciam às ocupações espontâneas realizadas pela população na busca por moradia⁴⁷. Ocorre que a liberação dos militantes tornou-se um marco por dar início a um novo processo, a partir do qual intensificavam essas ações através da criação, ou autonomização, de movimentos que passam, agora, a atuar a partir dos próprios conflitos da cidade.

Isto posto, restava decidir em que áreas esses militantes atuariam. E aqui, é interessante notar que o MST não trazia um interesse em específico sobre a bandeira de luta, mas sim, sobre a constituição de movimentos que proporcionassem uma ampla capacidade organizativa. Diante disso, a delimitação sobre qual bandeira de luta se organizariam, viria diretamente das problemáticas que mais atingiam a população cidadina. Será nesse contexto de identificação das áreas de atuação e de projeção dos quadros de militantes do MST sobre a cidade, que se dará a formação/autonomização do MTST.

Como identifica Silva,

Sáram 2 propostas, do que mais mobilizaria, do que mais seria interessante enquanto pauta reivindicatória para iniciar a construção desse instrumento: a primeira era a questão da moradia e a segunda a possibilidade de organização dos desempregados. Quando a discussão chegou nesse ponto existiu uma certa divisão, não pela divergência mas por acreditar que as condições no momento eram propícias pra um ou pra outro. Aí tem um grupo que vai colocar esforços na construção do MTD (Movimento dos

⁴⁶ Joana Barros (2004) trabalha sobre o tema. Segundo a autora, essas ações do MST se iniciam em 1994 e se intensificam em 1998.

⁴⁷ Goulart (2011) trabalha esse momento já a partir do surgimento do MTST, com o relato de um militante que atuava nos dois movimentos durante esse período e que realizava as atuações junto as ocupações espontâneas. No entanto, tratava-se de um período em que ambos os movimentos apareceriam fortemente imbricados. Por isso a consideramos, também, enquanto presença do MST.

Trabalhadores Desempregados, que existe no Sul do país só) e um grupo que vai colocar, depositar mais esforços na construção do MTST [...] (SILVA, 2014, p.70)

No que se refere ao MTST, a moradia aparecerá como a forma através do qual se organizam, mas tanto o trabalho quanto a moradia serão formativas de sua bandeira de luta.

Já identificamos anteriormente que a história sobre a formação do MTST não é unívoca. No entanto, tanto pelo conjunto de relatos já trabalhados nos estudos sobre o MTST⁴⁸, quanto pela fala do próprio movimento, é um fato que a Marcha de 1997 tronou-se um marco na história do movimento – seja aqui no sentido de impulsionar um processo de formação, seja no sentido de impulsionar uma autonomização em relação ao MST.

O substancial é que compreendamos o contexto de formação da Marcha e, por conseguinte, da própria liberação dos militantes para atuarem no MTST.

É importante compreender que se trata aqui de um contexto de mudança. Mudança de um processo histórico da formação do campo e da cidade, da ideia do trabalho e do trabalhador dentro dessa dinâmica social, das expectativas da população camponesa, da perspectiva de ascensão social, da percepção sobre a cidade e sobre a moradia. Da construção política em torno do direito, do Estado e das mobilizações sociais. Um conjunto de mudanças objetivas e subjetivas que passam a compor esse novo conjunto de dinâmicas sociais a partir do qual o MST e o MTST irão se incidir – mesmo que de formas distintas. Mas, é mais que isso. Um conjunto de mudanças que se tornará constituinte do próprio MTST.

No próximo tópico iremos abordar esse processo de inserção do MTST na cidade e seu decorrente processo de formação. O objetivo é que se torne mais evidente como a estrutura organizativa que, a princípio, parece pronta na organização da Chico Mendes II foi, antes, fruto de um processo de desenvolvimento que possui como cerne a busca de uma organização política capaz de lidar com esse novo contexto social.

2. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

Como já apontado anteriormente, o MTST será formado a partir de uma estratégia de ação do MST para aumentar sua correlação de forças em oposição às políticas que vinham sendo levadas a cabo pelo Estado. Com base nisso, o MTST se organizará a partir da união entre duas bandeiras de luta: a moradia e o trabalho – as duas principais problemáticas que

⁴⁸ Lima (2004); Miagusko (2008); Oliveira (2010); Goulart (2011); Lorena (2012); Silva (2014).

atingiam os trabalhadores empobrecidos da cidade –, compostas a partir da categoria de “trabalhador sem-teto”.

A correlação que se cria aqui entre trabalho e moradia é a mesma que viemos até então abordando neste trabalho. Diretamente dependente das contrapartidas salariais para conseguir suprir suas necessidades de sobrevivência na cidade, os cidadãos passam a ocupar em solo urbano apenas as áreas (e serviços) pelos quais podem pagar – posto que a cidade é formada a partir do investimento desigual do poder estatal em infraestrutura. Diante disso, quanto maior a dificuldade dos sujeitos em se inserirem nas relações produtivas, maiores serão as dificuldades em garantirem suas condições mínimas de sobrevivência.

Ocorre que com a crise econômica da década de 1980 e com guinada na década de 1990 das políticas neoliberais, essas problemáticas se intensificaram. Pois, com a ampliação do desemprego, dos baixos salários (e da própria intermitência destes em virtude dos empregos temporários) e da redução dos investimentos estatais em áreas sociais, aumentam-se ainda mais a dificuldade da população empobrecida em suprir todos os gastos necessários à garantia de sua sobrevivência. Impossibilitados de manter os gastos com aluguel (os quais representam um alto índice do comprometimento salarial), a população empobrecida buscará – por entre a segregação socioespacial da cidade – novas alternativas de sobrevivência, como a ocupação de prédios abandonados, ou a busca por se estabelecer em terras ainda desocupadas (processo que levou a um rápido aumento do processo de favelização).

Será neste quadro, em que a reestruturação produtiva leva a uma piora significativa das condições de sobrevivência da população, que se projeta a construção do MTST a partir das problemáticas do trabalho e moradia. No entanto, como projetado estrategicamente pelo MST, o MTST se diferenciaria – em grande medida – dos movimentos sociais de moradia pelo caráter mais amplo que traz a partir do propósito de sua formação. Isto é, construir na cidade uma correlação de forças em oposição as políticas neoliberais do Estado. Assim, o MTST teria duas funções principais: organizar os trabalhadores cidadãos e aglutinar as lutas já existentes no espaço urbano. Em suma, o objetivo era criar uma correlação de forças entre a cidade e o campo, potencializando em âmbito nacional a pressão exercida sobre o aparelho estatal, aumentando as possibilidades de conquista dos movimentos. (GOULART, 2011)

Assim, o MTST não será fruto de uma organização que nasce nas cidades a partir de uma demanda direta da população, mas sim, de uma estratégia de organização gestada – em grande medida⁴⁹ – no MST com o objetivo de fortalecer o quadro de movimentos (e, portanto,

⁴⁹ Consideramos aqui as duas versões trabalhadas por Goulart (2011) sobre o surgimento do MTST. Por isso, trabalhamos “em grande medida” uma influência das experiências de luta trazidas pelo MST, posto que pode não

da população) em oposição as políticas neoliberais do governo. (OLIVEIRA, 2010) E, nessa conjuntura, a moradia aparecia como uma via de organização social.

O MTST enfrenta neste contexto dois grandes desafios. O primeiro é se constituir enquanto um movimento urbano. Pois, ao optar por se inserir no espaço urbano, optam também por adentrar a um novo “campo de forças” (Thompson,1989), formado por sujeitos e dinâmicas diferentes daquelas que atravessam os conflitos no campo. Partindo – como dito, em grande medida – da organização das lutas camponesas, o MTST forma as suas estratégias de organização, a partir dessa identificação progressiva das particularidades dos conflitos que atuam sobre o solo urbano. Será nesse exercício constante de identificação das problemáticas e uma decorrente interiorização crítica destas que o MTST irá desenvolver seu projeto político e suas estratégias de organização.

O segundo desafio, em consonância com o primeiro, se refere ao próprio período político e social em que se formam. Tratando-se de um período de intensa modificação das relações sociais, no qual se altera as funções do Estado, na centralidade do mercado, nas relações produtivas, a formação dos sujeitos (agora em uma dimensão de concorrência generalizada e de uma busca constante do empreendimento de si), a compreensão sobre os direitos e sobre a participação social; o MTST, assim como todos os movimentos que surgem a partir desse período, surge diante do desafio de compreender esse novo conjunto de relações para, assim, poder se posicionar diante deles. Esse conjunto de transformações, também será apreendido pelo movimento a partir das experiências que constroem através dos conflitos urbanos.

2.a Inserindo-se na cidade

Utilizando-se da experiência de luta trazida pelo corpo de militantes do MST, o MTST dará início às suas ações a partir da mesma lógica organizativa.

De maneira ainda incipiente, a primeira “ação concreta⁵⁰” em que o MTST irá realizar, será na cidade de Campinas-SP, no Parque Oziel⁵¹. Segundo Lorena (2012), os fatores que

ter sido o único movimento a participar desse processo formativo.

⁵⁰ Lorena (2012)

⁵¹ “O nome do bairro é uma homenagem ao sem-terra Oziel da Silva, um dos 19 mortos em Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996, durante confronto com a polícia militar.” (OLIVEIRA, 2010, p. 29)

levaram a escolha do primeiro local de atuação foram:

O município oferecia condições materiais propícias para criar-se um movimento por moradia de massas, uma vez que tinha um grande número de pessoas que não possuíam uma habitação e uma grande quantidade de terras sem ocupação; 2) A falta de experiência com a realidade urbana, já que o Movimento apenas iniciava-se, e, portanto, necessitava de uma “experiência piloto” antes de empreender uma ação na capital, onde teria de disputar espaço com outros movimentos já organizados; 3) A existência de um número reduzido de movimentos sociais que lutassem por moradia na cidade. (LORENA, 2012, P.64)

Com um rápido crescimento do déficit habitacional, onde suas periferias cresciam rapidamente a partir de uma extrema precariedade de infraestrutura, a cidade de Campinas-SP mostrava-se, pela demanda habitacional, como um lugar favorável ao desenvolvimento de movimentos de moradia. Como aponta Goulart, nesse “período, a imprensa local noticiou a existência de 86 ocupações” (2011, p.19) na cidade, dentre elas, o Parque Oziel.

Ainda em uma relação muito próxima entre militantes do MST e do MTST, se dá origem a formação do Parque Oziel como uma “experiência piloto” onde, a partir das condições objetivas dessa população, buscava-se dar início efetivamente à atuação dos militantes do MST na organização dos trabalhadores *da* cidade.

A partir de 1997, o MST desloca militantes para ajudar na organização de ocupações na cidade, participando de reuniões, assembléias, colocando em pauta propostas de ações, assim como ajudando na elaboração e execução de manifestações externas como, por exemplo, passeatas. Assim, foi nesse momento que “[...] tanto o Pq. Oziel quanto o MTST tomavam corpo.” (LORENA, 2012, p. 64)

Sem nenhum tipo de estrutura urbana como água, luz, saneamento, coleta, etc., as dificuldades vividas pela ocupação cresciam progressivamente junto a elevação do número de ocupantes que passavam a residir naquela área. Como forma de buscar reverter a situação de precariedade em que viviam, adaptam a estrutura de ocupação do MST a ocupação urbana, criando uma estrutura voltada à produção de agriculturas de subsistência e a produção de algumas infraestruturas necessárias ao grupo de acampados. Tal desenho organizativo foi desenhado como forma de lidar com duas problemáticas centrais. Segundo uma das coordenadoras da ocupação Parque Oziel,

Temos um projeto que gostaríamos que fosse modelo para outras ocupações: uma área grande que resolvesse não só a questão da moradia, mas que permitisse às pessoas uma horta de subsistência. E também que, dentro dessas habitações urbanas, houvesse uma área social, escola, projeto de farmácia viva, secretaria, galpão de formação de cultura e tudo o mais que a comunidade achar necessário e que o espaço permita fazer. [...] Isso é o que chamamos de assentamento rururbano. (ALVEZ apud GOULART, 2011)

A primeira era o próprio quadro de miséria em que vivia a população que se agregava ao movimento. Com grandes dificuldades em se inserirem nas relações de produção, essa população não só não conseguia prover uma moradia, como também vivia um comprometimento direto de instâncias como alimentação, escola, etc. Visando suprir as necessidades de subsistência de seus acampados sem que, pra isso, necessitassem diretamente de um auxílio do governo, buscam a partir da construção das ocupações do MST um meio a suprir essas necessidades, que, como vimos, na cidade – pela necessidade direta da contrapartida salarial – se tornam ainda mais evidentes.

A segunda problemática dizia respeito a como criar uma forma de atuação interna que fomentasse a participação conjunta das famílias a fim de incentivar a construção de uma identidade coletiva, um reconhecimento destes enquanto um grupo. Não se tratava apenas de agregar a população através de uma demanda imediata, mas de como construir, a partir desta, um novo movimento urbano.

não pode ser explicado somente pela existência de uma carência determinada, pois, a formação de um movimento social “[...] resulta do sentido coletivo atribuído a esta carência e da possibilidade de identificação subjetiva e da subsequente possibilidade de criação de símbolos de representação em torno dela [...]” (SHERRER-WARREN *apud* LORENA, 2012, p.59/60)

No entanto, com o aumento constante do número de famílias, as preocupações quanto a organização interna da ocupação (as quais tinham suas bases nas organizações do MST) foram sofrendo dificuldades de realização frente a um progressivo aumento da criminalidade e violência policial. Fatos, os quais levaram a uma perda progressiva do controle da ocupação.

a principal dificuldade que o movimento enfrentou foi a violência desencadeada pelas constantes ações policiais e a presença do tráfico de drogas na região. O clima de tensão desses conflitos pode ser explicado pelo alto índice de violência urbana, pelas ações policiais e ações de despejos constantemente aprovados pela Justiça (...) que desencadeou uma situação de grande desgaste para o movimento. Além disso, a presença do tráfico de drogas acabou se tornando um mote para constantes intervenções policiais no interior do acampamento, e também um elemento explorado para atribuir o clima de violência à atuação do MTST. (SILVA, 2014, p.93)

Dentre este cenário conflitivo, seis militantes do MTST são assinados. Levando a uma desestruturação da organização interna da ocupação. Segundo Goulart (2011),

A tensão entre os acampados e a policia aumentou, sobretudo após a declaração do delegado responsável pela apuração das mortes, que classificou a ocupação como “cangaço” e “terra de ninguém”, e afirmou que as motivações dos assassinatos iriam de “uma suposta ligação ao tráfico de drogas à luta pelo poder local e a existência de

alguma “rixa” entre os envolvidos (Goulart, 2011, p. 23)

Quando o delegado classificou a área como “terra de ninguém” e “cangaço”, ele expressou uma tentativa de justificar a repressão policial sem se responsabilizar por qualquer tipo de violência que as pessoas ali viessem a sofrer. Ao utilizar como recurso o termo “cangaço” o delegado tira de foco a relação entre tráfico de drogas e ação policial como componentes da violência urbana e co-responsabiliza o movimento pelos assassinatos. (SILVA, 2014, p.94)

Essa intersecção entre o crescimento do tráfico de drogas, as ações de despejo e as sucessivas repressões policiais que se fundem à atuação do movimento e do “mundo do crime”, fazem com que o MTST sofra um progressivo distanciamento da ocupação, a qual, já não possuía mais o controle organizativo. Em 2001, o movimento não aparece mais a frente das negociações sobre o terreno e dois anos depois não aparecem nem mesmo atuando junto a população, posto que se retiram por completo da ocupação que iniciaram.

O que fez com que o MTST se afastasse daquela ocupação? Pode-se considerar a ocupação do Parque Oziel como a primeira “experiência” de organização e luta em ocupação urbana do MTST, ainda bastante vinculado ao MST e com forte apoio da Pastoral da Terra, o que foi, sem dúvida, uma prova de fogo. Uma área de 1 milhão de m², com 6000 famílias, alto índice de violência urbana, com investidas sucessivas da polícia na área ocupada, inúmeras ações de despejo aprovadas pela Justiça foi o único local onde ocorreram assassinatos de militantes na história do movimento. (GOULART, 2011, p. 25)

Estruturalmente abalados pela perda da ocupação, o MTST recua, recolhendo-se para uma reflexão sobre suas propostas de luta e sobre as formas de organização necessárias para realizá-las no âmbito da cidade. Como evidenciado pelo movimento, a dificuldade em manter a organização interna da ocupação foi resultado de um novo contingente de forças que não estavam em questão nas ocupações rurais.

Tratava-se aqui de identificar que a tentativa de transposição da estrutura organizativa do campo para a cidade não se sustentava. Isso porque, apesar de considerar dimensões fulcrais à construção da ocupação, ela não admitia na sua constituição algumas das problemáticas centrais que atravessam as dinâmicas sociais em meio urbano. Dentre elas destacam-se: a especulação imobiliária, a precariedade de infraestrutura, a expansão do “mundo do crime” e a repressão policial.

Como já vimos, a infraestrutura será um importante fator de distinção entre as terras rurais e urbanas. Servindo de mote à especulação imobiliária, ela se torna um fator de valorização do solo urbano, fazendo com que os lugares mais servidos de infraestrutura sejam também os lugares mais caros à população. Desse modo, na cidade, a precariedade habitacional se vê, em grande medida ligada às dificuldades de acesso a essas infraestruturas

essenciais à manutenção de sua subsistência. Será esse o quadro evidenciado a partir do Parque Oziel. Uma realidade de forte especulação imobiliária que, por sua vez, não incuti só a disputa por terra, mas por infraestrutura urbana.

Se, por um lado, essa dinâmica social da cidade parecia nova aos militantes do MST pela própria diferenciação da própria lógica formativa do meio rural e urbano, por outro, a ampliação do “mundo do crime⁵²” e o próprio modo como se dá a intensificação da repressão policial, aparecem como fenômenos novos até mesmo para a configuração da cidade.

Trabalhamos anteriormente como o “mundo do crime” ganha uma maior legitimidade a partir das mudanças sociais desencadeadas pelas mudanças político e sociais levadas a cabo no neoliberalismo. Com a redução das migrações camponesas a partir da década de 1990, as cidades passaram a sofrer uma importante mudança na formação de suas periferias. As quais, passam a ser formadas, em grande medida, tanto por aquela população migrante que veio em busca da realização de seu “projeto operário”, quanto pelos filhos desses migrantes que já crescem com uma grande dificuldade em ingressar ao mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, são amplamente impulsionados socialmente a uma busca constante pelo “empreendimento de si”, como uma responsabilização individual de seu planejamento de ascensão social. Diante desse novo universo, que modifica as dinâmicas sociais da própria cidade, o “mundo do crime” ganhará legitimidade social como um meio possível de autorealização.

Esse “mundo do crime”, entretanto, não *domina* os territórios ou as populações tiranicamente. A posse de armas e a disposição para utilizá-las é, evidentemente, a fonte última da legitimidade e autoridade do “mundo do crime” e dos “irmãos” nas periferias da cidade. Entretanto, cotidianamente esses grupos manejam componentes muito mais sutis de disputa pelas normas de convivência, como a reivindicação de justiça dos comportamentos, amparados na “atitude”, “disposição” e “proceder”, e na oferta de “justiça” a quem dela necessita; a ajuda para solução de problemas de moradia; o amparo para pagamento de advogados; subsídio para a visita de parentes presos etc. Se não se trata de um jugo ou de uma dominação autoritária, tampouco trata-se de um movimento democrático: a questão é que “o crime” emerge noutra chave de compreensão, como resultante de trocas sociais complexas travadas entre instâncias reconhecidas e legítimas nos territórios, obtendo dessas trocas consentimentos ativos e legitimidade para ali se estabelecer. Assim, o “mundo do crime” aparece como uma entre outras instâncias de geração de renda, de acesso a justiça ou proteção, de ordenamento social, de apoio em caso de necessidade, de pertencimento e identificação. Não se afirma aqui, portanto, que “o crime” se espraia indistintamente pelo tecido social das periferias, manchando o tecido social, nem que os jovens dali sejam ou estejam se tornando “bandidos”; a questão é outra: trata-se de um universo de relações em disputa pela legitimação social, pelos critérios de subjetivação social e política, que trava relações tensas (e intensas) com uma série de outras instâncias sociais mais tradicionais. (FELTRAN, 2009, p.14)

⁵² Feltran 2008; 2009.

Quando o MTST adentra a cidade em busca de organizar a população cidadina a partir da questão da moradia, será essa realidade da cidade, amplamente transformada, que ele encontrará. Com um “mundo do crime” em ampliação que disputa legitimidade com outras instancias sociais, as quais visam ordenar modos de pensar, agir e uma alternativa a organização das relações sociais. O MTST não só perde o controle da organização do Parque Oziel, mas perde o controle de uma organização que internamente passa a ser disputada e organizada pelo mundo do crime.

Por sua vez, através da exaltação do esforço individual e da culpabilização da pobreza, a repressão policial agia sobre a ocupação criminalizando-os a partir da figura do “bandido⁵³”, da desordem social, e da manutenção do controle. Como trabalha Silva (2012), fundidos sob a figura do cangaço, a ação policial se exerce tanto sobre esse espaço entre o MTST e o “mundo do crime” ausentando-se de qualquer responsabilização de seus atos violentos, posto que exercidos como meio de manutenção da ordem e do “bem comum”.

Dentre esse conjunto diferenciado de problemáticas que atravessam diretamente as tentativas de organização social do MTST, fazem com que busquem um novo modo de organização diferente do que realizavam no campo, incorporando as particularidades da cidade e se reformulando a partir delas.

Após essa investida, houve um processo de recuo dos militantes, que se voltaram para um processo de estudo das condições materiais e conjunturais nas cidades, revendo a necessidade de imprimir uma nova forma de organização da população e, sobretudo, a necessidade de uma reflexão sobre a dinâmica dos acampamentos urbanos. Miagusko (2008) traz a declaração de um militante que afirma: “[...] num primeiro momento – e isso nós avaliamos como um erro – talvez um erro necessário, mas que não pode ser reproduzido, o MTST buscou ser o MST urbano, buscou reproduzir as formas de luta e de organização do MST no espaço urbano. Deu errado.” (2008, p. 184) Esse processo de “revisão” das condições e avaliação das ações realizadas até então significou um processo de construção dos pilares fundamentais do MTST, que, naquele momento, definia sua autonomia em relação ao MST, sem, no entanto, negá-lo completamente. (GOULART, 2011, p. 25)

A partir do recuo que criam após a perda da ocupação Parque Oziel e da atuação de alguns militantes em outros estados, o MTST volta em 2001 a atuar no estado de São Paulo. Nesse momento, o movimento já tinha delimitado “uma base social clara: a população pobre das periferias das grandes e médias cidades e um projeto político de transformação social, a

⁵³ A figura do “bandido” construído socialmente em oposição a ideia do “trabalhador” e que, por sua vez, fica ausentado do lugar de fala por já ter socialmente seu lugar na sociedade determinado. Causador das mazelas sociais, o “bandido” não é ouvido, é apartado do convívio social e controlado através do aparato repressivo. Sobre a problematização do tema, ver Feltran (2008)

partir da reivindicação por moradia e reforma urbana” (GOULART, 2011, p.29)

Nessa época, como afirma Oliveira (2010), já existia na cidade de São Paulo movimentos urbanos já consolidados que – diferente do que ocorria no começo da década de 1980 – se concentravam na região central da cidade. Assim como o MTST, esses movimentos também se organizavam a partir da categoria de “sem-teto”.

Na segunda metade dos anos 1990 vemos a alteração de nomeações dos “movimentos de moradia” para “movimentos de sem-teto”, para os movimentos que surgem nessa década. A categoria “sem-teto” foi acionada substituindo a definição “movimento de moradia”, enunciando a nomeação a partir da palavra “sem”, o que significa um movimento que definia sua identidade pela ausência de um direito ou bem. A assimilação da nomeação sem-teto assinala como os anos 1990 foram marcados pela retração das políticas de caráter universalizantes e pelo encolhimento do campo dos direitos ou sua flexibilização. Por outro lado, este também é o período de ampliação da participação dos movimentos de moradia e sem-teto na conformação das políticas de habitação. (MIAGUSKO, 2008, p. 10/11)

Realizando a ocupação de prédios vazios, esses movimentos imputavam uma denúncia ao processo de especulação imobiliária, que mantém diversos edifícios vazios na região central servindo à função de reserva de mercado, em detrimento de uma grande massa da população que ia em direção as áreas cada vez mais periféricas em busca de um terreno onde pudessem morar. Centrados na reivindicação do “direito à cidade”, questiona-se a lógica mercadológica da terra (que em solo urbano, como vimos, é engendrada através da distribuição desigual de infraestrutura urbana) e sua decorrente reprodução das desigualdades socioespaciais, as quais aparecem aqui contestadas pela reivindicação do direito comum a todos os cidadãos de usufruírem da cidade.

Tratando-se de uma região de grande proliferação de movimentos urbanos, o MTST optará por não disputar espaço com esses movimentos já consolidados (ou, ao menos, mais consolidados que ele) e elegem a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) como a região prioritária de sua organização. Essa escolha se deve a dois fatores principais.

O primeiro é a forte existência na região de movimentos “municipalistas⁵⁴”. Ou seja, “movimentos sociais vinculados à estrutura do legislativo nos municípios, que tem estreitas relações com vereadores e atuam na base social, sobretudo utilizando-se do cadastramento de famílias sem moradia” (GOULART, 2011, p. 29). Lógica a qual levava tanto o fortalecimento dos movimentos pela garantia da supressão das demandas de sua base social e fortalecia, igualmente “a prefeitura e/ou os vereadores envolvidos apareciam como agentes diretos da concessão de um direito, neste caso, a moradia” (GOULART, 2011, p. 30).

⁵⁴ MIAGUSKO, 2008; GOULART, 2011

Em oposição a essa forma de atuação dos movimentos municipalistas, o MTST insere-se na RMSP a partir de uma forma distinta de organização.

Mantendo a herança que traz do MST, o MTST buscará construir uma organização interna que não se direcionasse exclusivamente a supressão da necessidade de moradia, mas, antes, uma forma de organização que através da bandeira da moradia possibilitasse uma organização social mais ampla, que se inserisse em um projeto de transformação social.

O que, por sua vez, nos leva ao segundo fator que levou o MTST a escolher a RMSP como espaço de atuação. Pois, durante a década de 1990, tal região sofreu um intenso processo de desindustrialização, deixando grande parte da população desempregada e com dificuldades explícitas de subsistência. Pela realidade objetiva de extrema precariedade vivida por grande parte dessa população, concebia-se na RMSP uma possibilidade de ampliação do movimento, sem que para isso precisassem disputar a base social com outros movimentos urbanos (como ocorreria na cidade de São Paulo).

Entre as recentes transformações na forma de morar dos habitantes do núcleo metropolitano e do conjunto da RMSP, destacam-se as seguintes: aumento da ocupação de terrenos ou imóveis abandonados; aumento da favelização; exponencial aumento da população de rua no centro da capital; formação de enclaves fortificados e extensão da periferização. Pesquisa realizada em abril/junho de 1981, numa amostra representativa da Região Metropolitana de São Paulo, permitiu afirmar que 41,44% dos inquilinos na faixa de renda mais baixa gastavam, no pagamento de aluguel, no mínimo, 50% de sua renda, enquanto 8,6% destes inquilinos despendiam, com aluguel, uma quantia superior à sua própria renda. Nestas circunstâncias, cresceu o número daqueles em atraso no pagamento do aluguel e intensificaram-se as ações de despejo. Neste contexto de recessão econômica, nasceram e fortaleceram-se movimentos pela conquista da moradia. As favelas existentes já não atendiam à demanda por habitação e a procura por terra assumiu grande dimensão, visto que fugir do aluguel tornava-se uma necessidade imperiosa para um amplo segmento da classe trabalhadora. Nos anos 90, essa situação agravou-se, conforme demonstra a Pesquisa de Condições de Vida (PCV). Segundo análise da PCV, embora o número de casas na RMSP tenha aumentado, houve crescimento acentuado das denominadas invasões. Calcula-se que o número de domicílios “invadidos” na RMSP tenha crescido, entre 1994 e 1998, 40%. É socialmente significativa a expansão vertiginosa dessa forma de apropriação da moradia desde 1990, quando representava 4,3%, posto que em 1994 atingiu o percentual de 6,5% do total dos domicílios e, em 98, representou 9,1% deste total, segundo a Fundação Seade (2001). Os autores da pesquisa observam que este crescimento das ocupações ocorreu simultaneamente à ampliação da proporção de famílias morando em barracos ou favelas. (LIMA, 2004, p.110/111)

Assim, congregando uma nova forma de atuação social junto a uma grande massa da população que se via atingida pelas novas transformações trazidas pelo neoliberalismo, compreendia-se que a RMSP se mostrava como um lugar favorável ao fomento de seu projeto de transformação social. E, para isso, os anos entre 2000 e 2005 foram fulcrais na “configuração do movimento com características próprias de organização de acampamentos,

desenvolvidas a partir de suas experiências em área urbana, bastante diversas das táticas já consolidadas no campo pelo MST” (GOULART, 2011, p. 29).

A partir das experiências que tiveram no Parque Oziel e em ocupações realizadas em outros estados, o MTST delimita em meados dos anos 2000 algumas de suas prerrogativas de atuação. Definiam enquanto base social a atuação com a *população pobre da cidade*, aquela em que se congrega o conjunto da população mais fortemente atingida pela reestruturação produtiva e do afastamento do Estado das áreas sociais. E em busca dessa população, o MTST definirá a *periferia* como locus de suas atuações.

Aderindo a sua organização as problemáticas vividas por essa população quanto a infraestrutura urbana, o projeto de atuação do movimento se tornava a luta por *moradia e reforma urbana* como forma de impulsionarem uma *transformação social mais ampla*. A qual, como vimos, encontrava-se no cerne das preocupações do movimento desde seu projeto de formação.

Agora, organizados em torno dos problemas que afligem e estruturam a cidade, o MTST se reinsere no embate urbano através de uma das mais importantes conquistas dos movimentos de moradia da década de 70 e 80: os decretos constitucionais que delimitam a necessidade de combater a especulação imobiliária. Como uma herança do MST, irão se organizar em torno da “função social” do terreno na luta contra o que denominam por “latifundiários urbanos”, ou seja, aos grandes proprietários de terras urbanas que mantêm seus terrenos vazios a fim de fomentar o processo de especulação imobiliária.

Em 2001, o movimento dá início a uma nova ocupação chamada *Anita Garibaldi*, localizada na região periférica de Guarulhos-SP.

Aproximando-se da região a ser ocupada, o movimento passa a estabelecer contato com os movimentos já organizados que atuam no local e, destes, iniciam o contato com a população. Através das reuniões de bairro, apresentam o movimento ressaltando suas ideias e propostas de organização, incentivando a população a participar da nova ocupação.

Quando iniciada, recebe um pedido de reintegração de posse, mas conseguem recorrer e permanecer no terreno. Como trabalhado por Goulart (2011), tal “segurança”, bem diferente da apresentada pela situação jurídica do Parque Oziel, possibilitou um maior desenvolvimento da estrutura interna da ocupação, a qual passou a sofrer expressivas mudanças. Já preocupados com um possível modo de organização das moradias a serem conquistadas, com auxílio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), a ocupação altera sua forma de distribuição territorial passando de uma comunhão de barracas instaladas sem organização para uma distribuição destas em quadras. Estas, agora

atravessadas pela abertura de ruas internas a ocupação, facilitavam tanto o trânsito de acampados quanto, por exemplo, a coleta de lixo. Visando melhorar as condições de permanência das famílias ali alocadas, criam também acesso à água e à luz. Para além disso, desenvolvem ainda uma área social, a qual possuía biblioteca, cozinha, sala de reunião e outras salas utilizadas para lazer e atividades educacionais.

Ocorre, no entanto, que mesmo sendo judicialmente uma ocupação não atravessada por grandes conflitos, sua organização interna foi afetada pela aproximação entre o tráfico de drogas e um grupo de políticos locais. Aqui, diferente do que ocorreu no Parque Oziel, a problemática transcende a presença do tráfico e da criminalidade e se reclinou sobre a potência que ganha a união deste com os políticos locais.

O problema não foi o tráfico. Isso existe em qualquer lugar da periferia e seremos obrigados a conviver em todos os lugares. A violência começou a vencer no mundo da política. O comércio de barracos começou a se estabelecer e aqueles que deixavam seu barraco fechado durante o dia, à noite eram obrigados a sair da ocupação. Os barracos eram vendidos a trezentos, quatrocentos reais para quem podia pagar. Uma aliança entre o tráfico e os políticos locais impunha esse comércio e passou a ditar as regras de justiça no local. Gente que não havia participado da história anterior do Anita Garibaldi comprava o seu lote. Muitos que participaram foram obrigados a sair. O movimento não vendia, nem comercializava e não conseguia impor a sua ordem. Chegaram os políticos, associaram os interesses. O movimento perdeu o controle. Foram obrigados a sair. (MIAGUSKO, 2008, p.212)

A ocupação se forma e, quando estabilizada, é novamente perdida pelo movimento.

Como aponta a sequência do texto de Miagusko (2008), as famílias já alocadas permanecem no local pelo fato do movimento não ter como retirá-los de lá. Porém, é obrigado, pela situação que se coloca, a afastar seus militantes. Os poucos que lá permanecem, apenas residem no local, sem poder ditar as formas de organização do grupo. Diferente do que ocorreu em Parque Oziel, a ocupação Anita Garibaldi é em 2008 reintegrada ao movimento. No entanto, reabsorvem apenas uma pequena parte do terreno ocupado, o qual encontra-se nesse momento estruturado com casa de alvenaria, creches, escolas, etc. (GOULART, 2011)

Em 2002, o movimento inicia mais uma ocupação denominada como *Carlos Lamarca*, que marca a primeiro processo violento de reintegração de posse vivido pelo movimento. Sofrendo cinco despejos, a ocupação consegue em 2008 estabelecer um termo de compromisso de entrega a moradia daqueles ocupantes que permaneceram atuando no movimento.

Em 2003 Luís Inácio Lula da Silva assume a presidência da república e no mesmo ano o MTST dá início a uma ocupação em São Bernardo do Campo, a qual foi denominada como

Santo Dias, fazendo referência direta a um operário morto durante um piquete em 1997. Ocupando o terreno em frente a fábrica da Volkswagen, Santo Dias ficou mais conhecida internamente ao movimento como “ocupação da Volks”.

Após realizarem a ocupação do terreno, um grande número de famílias foi progressivamente se agregando na luta com o MTST. Com o crescimento do número de famílias acampadas, passaram a desenvolver novas formas de organização. Dividindo as famílias em grupos intitulados como “brigadas”, eram diferenciados pelos diferentes nomes que os distinguiam. A cada uma destas, cabia agora um novo padrão de organização.

Essas brigadas tinham a tarefa de montar coletivos para a organização do dia a dia, montar as cozinhas comunitárias, os banheiros, abrir as ruas, cuidar da disciplina, da recepção da imprensa, de apoiadores, da formação política, dos espaços coletivos para as assembleias e reuniões, etc. (GOULART, 2011, p.39)

Com a dificuldade de abrir negociação com o governo do estado, o movimento pediu a intervenção do governo federal nas negociações, o qual poderia atuar através da intervenção do Ministério das Cidades. Sem nenhuma intervenção, o movimento foi despejado sem conseguir estabelecer nenhuma negociação.

Em 2004 realizam uma nova ocupação denominada *Rosa Luxemburgo*, a qual passa logo em seu início por alguns percalços que enfraquecem as estratégias territoriais traçadas. Primeiro, não se conseguia definir ao certo se o terreno ficava localizado em Osasco -SP ou em São Paulo-SP. Em seguida, descobrem que ocuparam um terreno que acreditavam pertencer a uma editora ligada a igreja católica e que na verdade pertencia a uma empresa norte-americana. A prefeitura de São Paulo que possuía a frente a prefeita Marta Suplicy, também não interveio para que ocorressem as negociações. Frente a esse quadro, recebem o pedido de reintegração de posse, tentam recorrer mas sem ter sucesso se retiram do terreno com onze dias de ocupação.

Após a perda do Parque Oziel, o MTST recua buscando rever suas formas de atuação e seu posicionamento frente as peculiaridades trazidas pelo conflito urbano. A partir de 2000, com parâmetros já reformulados de suas ações, o movimento volta a investir na mobilização social e passa até o ano de 2004 por sucessivas problemáticas que também levam a perda de ocupações. “A militância fora desgastada pelas derrotas recentes e o trabalho de base se perdera com o desmonte dos acampamentos. Era preciso repensar, rearticular.” (GOULART, 2011, p. 43)

Silva (2012) aponta esse novo momento interno de crítica e de busca por uma reorganização do movimento que os possibilitasse a tão almejada construção de uma estrutura interna que, por sua vez, os possibilitasse organizar os trabalhadores da cidade. E, pra isso, não bastava reconhecer as peculiaridades do solo urbano, era necessário atingir uma organização interna que conseguisse lidar com as correlações de forças que passavam pelo território. Como trabalham em um documento de avaliação desse momento,

(...) formou-se uma espécie de ciclo que se consolidou sem que o MTST tenha sido capaz de quebrá-lo: ocupação – projeção política – despejo. Durante o período em que o acampamento permanece no terreno ocupado, o Movimento consegue realizar o trabalho de organização interna e mobilizações massivas, por vezes com potencial importante de intervenção numa conjuntura (como no caso do acampamento Santo Dias em 2003). Mas com o despejo há uma dispersão da base social e a minoria que permanece organizada desgasta-se na dura convivência em alojamentos provisórios sendo um período igualmente desgastante para a militância. Depois da ocupação Anita Garibaldi (2001) todas as outras experiências do MTST na Grande São Paulo exemplificaram este ciclo, com períodos cada vez menores entre a ocupação e o despejo: acampamento Carlos Lamarca (quatro despejos entre 2002 e 2003), acampamento Santo Dias (despejado em menos de um mês) e o acampamento Rosa Luxemburgo (despejado após onze dias, em 2004). (DIFICULDADES E DESAFIOS DO MTST apud SILVA, 2012, p.82)

Como trabalha a autora,

A elaboração deste documento demonstra o processo de consolidação do MTST como movimento autônomo, no sentido mencionado por Helena, e, mais ainda, demonstra a construção de categorias para orientar sua ação na disputa de poder territorial. (...)a expressão “*domínio territorial*” é uma categoria elaborada pelo movimento, pois é gerador de uma explicação sobre a ação do MTST na dinâmica urbana. Esta categoria designa uma relação de disputas com diferentes *agentes sociais* em âmbito local, onde o movimento levanta sua bandeira e lonas pretas, tais disputas não estão necessariamente relacionadas a um enfrentamento direto, mas principalmente a uma tensão constante para que o movimento consiga manter os trabalhadores organizados. A presença e atuação dos diferentes *agentes sociais* variam de um lugar para outro, e se referem a prefeitos, vereadores e respectivas articulações partidárias, à possível presença de outros movimentos sociais em uma região, à presença ou não de tráfico de drogas, à recepção que moradores e comerciantes estabelecem com o movimento (recepção que se relaciona a atuação dos diferentes agentes, inclusive ao trabalho de base realizado pelo movimento). (SILVA, 2012, p.81/82)

Como fruto deste novo processo reflexivo, em 2005 dão origem a uma “Cartilha de Princípios⁵⁵” composta por uma sistematização do projeto político e organizativo que foi construído pelo movimento. E este ponto é fundamental ressaltarmos: o que encontra-se contido na cartilha é o resultado de um longo processo de reelaboração interna do movimento frente as contingências que enfrentaram em seu campo de luta. É o produto destes sete anos

⁵⁵ Disponível em <http://www.mtst.org/linhaspoliticaseorganizativas.pdf>

(1997-2005) que se encontra contido nos princípios apresentados pelo movimento. Ganhando uma importância fulcral dentro de sua atuação política, a cartilha passa a ser usada como uma apostila no curso de formação inicial para os militantes que adentram a ocupação. Será através desta, portanto, que o MTST constrói a base sobre a qual se estruturam as ocupações seguintes. Para aqueles que adentram ao MTST, a cartilha esclarece:

O MTST luta por moradia, é um movimento de sem-teto. O direito à moradia digna é uma bandeira central do nosso movimento. Mas não é única: o trabalhador que não tem acesso ao direito de morar dignamente - o sem teto - também não tem o direito à educação, ao atendimento de saúde, ao transporte coletivo, à infra-estrutura básica em seu bairro e a muitas outras necessidades. Por isso, afirmamos que o MTST não é um movimento de moradia. Lutamos por moradia, mas entendemos que esta luta é parte de uma luta maior por condições de vida dignas. É aqui que entra nossa proposta de uma **Reforma Urbana**. Defendemos uma transformação profunda no modo como as cidades estão organizadas. Hoje as cidades servem para dar lucro e são gerenciadas como uma empresa pelos governantes. Há gente que ganha bilhões com a expulsão dos trabalhadores para as periferias e com a precariedade dos serviços públicos. Expulsando os mais pobres do centro, os especuladores de terra e empreiteiros veem seus condomínios de luxo, prédios de escritório e outras obras se valorizarem cada vez mais. Mantendo a saúde pública precária, ganham as empresas de planos de saúde; mantendo a educação pública precária, ganham os donos de escolas particulares; mantendo transporte público precário, ganham as grandes empresas de produção de automóveis; e assim por diante. Assim, a bandeira de uma Reforma Urbana profunda e popular torna-se uma luta fundamental contra os interesses do capital. (CARTILHA DE PRINCÍPIOS, 2005, p.4)

Por que fazemos ocupações? Alguns companheiros respondem: “Para conseguir moradia!”. Mas é só isso que queremos? Ficaremos satisfeitos se, daqui há 10 ou 20 anos, olharmos para trás e virmos apenas um monte de conjuntos habitacionais? De nada adianta conseguirmos moradias e a vida continuar do mesmo jeito, com o capitalismo impondo suas leis. Por isso, a ocupação tem para nós um sentido muito maior do que a luta por moradia: é uma forma de formarmos novos militantes para a luta, de construir referência nos bairros de periferia e de mostrar para os trabalhadores que – com união e organização – temos poder de enfrentar este sistema. Nossas ocupações devem ter sempre este horizonte! (CARTILHA DE PRINCÍPIOS, 2005, p.11)

Sendo a própria cartilha fruto de um novo processo de reestruturação, o movimento a utiliza como base na formação do novo conjunto de militantes que adentraram ao MTST durante a ocupação da Volks. Será através deste novo “bloco” que colocam em prática suas novas estratégias de atuação. E, neste processo, as ocupações Chico Mendes e a João Cândido marcam com sucesso a implementação deste novo método. Como esclarece Goulart (2011),

As ocupações Chico Mendes e João Cândido representaram um novo patamar de organização e elaboração interna de suas ações e prioridades. Mudou o desenho da ocupação, a estrutura organizativa, as relações internas e a forma de negociação e pressão sobre os governos se aprimoraram. De outro lado, o Estado aprimorou o tipo de relação que estabeleceria com o movimento, passando da não aceitação das ações e da determinação do despejo para a negociação, o que, contudo, não significou conquistas.

(GOULART, 2011, p. 44)

Enquanto ocorria o processo de formação dos militantes, se dava também a preparação para a formação de uma nova ocupação. Esta, denominada Chico Mendes, teve sua origem em 2005 na região de Taboão da Serra.

Logo após entrarem no terreno, militantes e acampados iniciam o processo de construção da estrutura organizativa da ocupação.

No que se deve a estrutura física, foram construídos as barracas das famílias acampadas, a cozinha coletiva, um espaço para atividades educacionais e o barracão (área utilizada para reuniões). No que se deve a estruturação das tarefas de coordenação, seguiram a estruturação sistematizada na Cartilha de Princípios.

Diante deste quadro, com uma estrutura interna muito bem definida, objetivam avançar em suas lutas a partir de “um propósito territorial claro: atingir regiões do estado que teriam boas perspectivas de aglutinação de pessoas, de fortalecimento das instâncias internas, com a formação de militantes e a adesão de apoiadores” (GOULART, 2011, p.52). Será, portanto, como um dos objetivos traçados neste processo de reestruturação interna que dão início a “estadualização” do movimento. Será dentro deste propósito de fortalecimento de suas lutas que dão origem a ocupação Chico Mendes.

Segundo Goulart (2011), nesta, a coordenação dos setores se dividiu entre infraestrutura; cultura, educação e formação política; disciplina e negociação. Com quase todos os militantes do movimento atuando na ocupação, conseguiu-se realizar o planejamento traçado pelo movimento, alterando importantes elementos de sua atuação territorial. Dentre tais mudanças, pode-se destacar: a formação da Brigada de Guerrilha Cultural e a aproximação com a Associação Periferia Ativa (APA).

A Brigada de Guerrilha Cultural foi originada a partir da proposta trazida por um grupo de jovens que se aproximam do movimento com o objetivo de utilizar a cultura como uma ferramenta capaz de contribuir para a luta social. Estrategicamente, o movimento absorve a ideia por compreender que a produção cultural “com” e “para” os acampados pode vir a auxiliar no processo de construção de uma identidade política entre estes.

Dentre as diversas formas de atuação do grupo, a produção audiovisual ganha bastante espaço dentro da ocupação, o que levou a produção de seis filmes⁵⁶ sobre o movimento em

⁵⁶ “Estes são: Chico Mendes: a dignidade não se rende (2005), a primeira produção; Direitos esquecidos (2005), sobre a vida na favela em contraposição à luta na ocupação; Vídeo-Informe 1 (2007), que apresenta os primeiros dias da ocupação João Cândido; Vídeo-informe 2 (2007), sobre a Marcha dos cinco mil, que retratou a caminhada da ocupação João Cândido até o Palácio dos Bandeirantes; Vídeo-Informe 3 (2007), que mostra o

um intervalo de apenas dois anos. Para além dos filmes, realizavam saraus, apresentação de peças teatrais, capoeira, maracatu, roda de viola, festivais de Hip-Hop, e assim por diante. Com uma intensa produção cultural, o movimento não só aglutinava os próprios acampados, como também a população dos bairros mais próximos.

Com o fortalecimento de sua ação e a expansão de seus contatos, o movimento passou a contar também com a aproximação de estudantes universitários e de militantes que atuavam no trabalho de base das regiões periféricas na década de 1980. A partir deste contingente de forças, o MTST consegue se aproximar da Associação Periferia Ativa (APA), fortalecendo sua ação territorial. Segundo o relato trazido por Goulart, a APA é

um espaço de unidade que reúne dezenas de associações e militantes comunitários na Grande São Paulo. [...] Seu objetivo central é organizar e unificar lutas específicas nas comunidades. O método da APA é a atuação territorial nas periferias, estimulando o poder popular e a mobilização. (BOULOS apud GOULART, 2011, p. 47)

Aproximando-se dos bairros, o MTST expande sua atuação organizando tanto as lutas a partir das ocupações, como também a partir dos bairros, fomentando a mobilização em torno das problemáticas que atingem a população local.

É interessante notarmos aqui que a reestruturação neste momento atingiu dois pontos muito importante: a mobilização interna dos acampados com a preocupação em fortalecer o processo de construção de uma possível identidade entre estes; e a aproximação com os bairros, buscando sair da luta exclusiva da moradia, fortalecendo assim sua correlação de forças e potência organizativa. Goulart também deixa em destaque que, neste íterim, a aproximação com a Periferia Ativa levou a um aumento significativo dos atos públicos realizados pelo movimento, chegando a realizar em um mês mais de dez marchas. Dentre as formas de mobilizações realizadas, destaca-se o “acorrentamento de militantes em frente ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do estado de São Paulo, que durou quinze dias, e a greve de fome de cinco dias, em dezembro de 2005, em frente ao apartamento do então presidente Luis Inácio Lula da Silva, em São Bernardo do Campo” (GOULART, 2011, p 47).

Diante de tais atos, conseguiram firmar acordo com o governo federal quanto a realização de moradias através da Caixa Econômica Federal e duzentas e cinquenta bolsas-aluguel, que vinham de um acordo feito com o município e com o estado para suprir as

fechamento das Rodovias Raposo Tavares, Castelo Branco e Regis Bittencourt; e Construindo o poder popular (2008), vídeo feito na ocupação Silvério de Jesus”(GOULART, 2011, p. 45-46).

demandas imediatas. Como o acordo com a federação também previa verba para a compra do terreno, o movimento passou a procurar uma área para a construção das moradias e indicou um terreno definido como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) no Plano Diretor do município de Taboão da Serra-SP. Porém, mesmo aprovado pela Caixa Econômica Federal, a prefeitura entra com um pedido judicial de proteção ao terreno, impedindo que o movimento se aproprie deste. Voltando ao MTST a escolha de um novo terreno, consegue, por fim, firmar um novo acordo ainda em 2005. Ainda por escolha do poder público, o MTST fica responsável também por cadastrar as famílias que serão atendidas pelos acordos realizados entre município, estado e federação. No entanto, cabendo ao poder público a realização de outros procedimentos burocráticos – como a aprovação de todas as partes do processo, liberação de recursos, laudo relativo a ocupação da área, etc. –, criou-se uma série de entraves que levaram a um longo prolongamento do processo de construção das moradias.

Em 2007, dão início uma nova ocupação formada na região do Valo Velho. Esta, denominada como João Cândido, também ganhará destaque na história organizativa do movimento por fazer parte, junto a ocupação Chico Mendes, de um período de fortalecimento das lutas realizadas pelo movimento.

“Aprimorando a metodologia de implantação de ocupação e dinamizando a vida cotidiana no seu interior, o acampamento mantinha a agenda cheia de atividades culturais e tentava ampliar os debates com as associações populares na periferia e os apoiadores” (GOULART, 2011, p.49). Porém, se é verdade que o movimento vivia um importante momento de construção política – considerando aqui tanto seu quadro interno quanto externo de organização –, também é verdade que tal fato não diminuiu as dificuldades de suas lutas. Se antes não conseguiam nem ao menos dar início as negociações, sendo interceptados com ordens de despejo e ações violentas da polícia em suas mobilizações; agora, conseguiam a abertura de diálogo que era, no entanto, constantemente prorrogada pela não presença da prefeitura com as reuniões realizadas junto a CDHU e ao Ministério das Cidades. Tal fato, acrescido ao rompimento de acordos, acrescia o grau de morosidade das negociações requeridas pelo movimento.

Assim, apesar do fortalecimento de suas lutas, ainda não haviam conquistado neste momento “as demandas mínimas [do movimento], ou seja, a moradia, (...) e o governo Lula avançava já em um segundo mandato” (GOULART, 2011, p.51).

Assim, mantendo os núcleos de atuação em Guarulhos, Osasco, Taboão da Serra e São Bernardo do Campo, o movimento avançava agora em duas frentes: tanto na aproximação de novos bairros periféricos, de onde se liga através da Brigada Cultural e da Periferia Ativa;

quanto na aproximação de sindicatos, movimentos sociais e organizações em luta, como no caso da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) e com o Sindicato dos professores da rede oficial de ensino do estado de São Paulo (APEOESP). Para além deste fato, com o processo de estadualização do movimento, o MTST consegue fortalecer a pressão exercida em âmbito federal (responsável por incluir as famílias em programas habitacionais de dimensão federal e por autorizar o repasse para auxílio emergencial às famílias), no âmbito estadual (responsável por autorizar a construção das moradias pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU) e, por fim, pressão no âmbito municipal (responsável pela resolução legal dos terrenos, verificando, por exemplo, se a área é privada ou pública), o que retira – tanto para o movimento quanto para o poder público – a luta por moradia da dimensão local.

Diante deste quadro, a resposta que o movimento dá à morosidade das negociações é o próprio fomento de suas ações. De forma paralela ao seu processo de estadualização, o movimento inicia o estreitamento de relações com outros movimentos que atuam em diferentes estados do país. Em crítica à atuação do governo federal, dão origem a uma ação conjunta realizando diversas ocupações pelo país, as quais, acompanhadas do *Manifesto Popular 28 de Março (2008)*, explicitavam as críticas e exigências dos movimentos. Dentre essas, vale destacar os apontamentos diretos que fazem às políticas neoliberais, a crítica ao Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) e ao Ministério das Cidades.

Hoje, o povo pobre de vários cantos do Brasil se levanta num único gesto de resistência contra as condições de vida miseráveis que nos afetam. São ações desenvolvidas por movimentos populares em nove estados do país com o objetivo de fazer valer nossos direitos e fazer ouvir nossa voz. São milhares de favelas, de cortiços, de áreas de risco em que vivemos indignamente. (...) É essa dignidade que transformamos hoje em ocupações de todos os tipos, exigindo e reivindicando todos os direitos que ficaram esquecidos, mortos nas leis e que faremos reviver nas lutas do povo pobre. (...) Ao povo sobram migalhas, apresentadas num jogo de ilusões como grandes políticas públicas. Os vultuosos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem alegrado muito mais os empresários da construção civil e do ramo imobiliário do que o povo que necessita de moradia. Uma Política de Reforma Urbana que tenha como prioridade os interesses populares nunca foi agenda de nenhum governo e Lula apenas aprofundou este caminho, que mata pela violência, pela fome, pelo cansaço, pela enchente, pela falta de habitação, etc. O Ministério das Cidades e seus "espaços de participação", apresentados como avanços na efetivação de uma política urbana democrática, não representaram nenhum grande passo na solução de nossos problemas. Ao contrário, reproduzem uma forma burocrática e elitista de se tratar as questões urbanas. Neste sentido, nossas ações de ocupação em todoo país são a única forma de sermos ouvidos e atendidos. (MANIFESTO 28 DE MARÇO, 2008; disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/1103>, acessado 07.08.2015)

Como proposta, apontam a necessidade do governo federal dar origem a um programa

habitacional que atingisse a população pobre, assim como uma política de desapropriação de terrenos e prédios que não cumprem suas funções sociais. Pontuavam também melhoramentos no sistema de transporte, educação e saúde e a necessidade de políticas nacionais de geração de trabalho e renda.

Diante do cenário de luta que se forjava, o movimento dá um novo e importante passo em sua atuação, realizando ao mesmo tempo três diferentes ocupações.

Essa ação ocorreu como parte de uma mobilização nacional em março de 2008, da qual o MTST participou ocupando áreas nos municípios de Campinas, Embu das Artes e Mauá, gerando os acampamentos Frei Tito, Silvério de Jesus e Terra e Liberdade, respectivamente. Foi um marco importante nos rumos do movimento, pois implica uma mudança de avaliação da sua capacidade organizativa e indica um crescimento da presença do movimento no estado de São Paulo em termos territoriais. (GOULART, 2011, p.53)

Junto ao processo de fortalecimento do MTST em dimensão estadual, se dá também um processo intermitente de nacionalização. No entanto, será apenas em 2009, que o MTST oficializa no estado de São Paulo o objetivo de se nacionalizar-se. Porém, em uma dimensão diferenciada da realizada até então pelo movimento, buscam unificar a organização de todos os “núcleos” de atuação do MTST, uniformizando suas formas de atuação e princípios políticos. Como marca desse novo momento nas formas de organização e luta do movimento, destaca-se o acorrentamento dos militantes do MTST no portão do prédio onde residia o presidente Luís Inácio Lula da Silva, em São Bernardo do Campo - SP.

Embora a lista de reivindicações fosse mais ampla, dois focos eram os principais: a inclusão do movimento, como entidade organizadora de projetos habitacionais, no programa “Minha Casa, Minha Vida” e “a participação ativa do Governo Federal nas negociações do MTST em todas as regiões e estados onde o MTST está presente” (MTST, 2009a). (GOULART, 2011, p.56)

Diante de tal mobilização, algumas conquistas foram conseguidas, dentre elas, a inclusão do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no programa “Minha Casa, Minha Vida”(MCMV), conseguem a liberação de um recurso do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para que fosse urbanizada a ocupação Anita Garibaldi (a qual já tinha sido neste momento reintegrada ao movimento); um investimento que complementasse aqueles conseguidos junto a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e a abertura das negociações com a prefeitura de Mauá- SP.

Ainda em 2009 participam de mais uma mobilização de caráter nacional, dessa vez, organizada pela Frente Nacional de Movimentos Urbanos, a qual foi formada no mesmo ano e

aglutinava movimentos urbanos de oito estados. Em 2010 realiza-se mais uma jornada nacional de lutas, denominada agora como “Minha Casa, Minha Luta”, a partir da qual o movimento realiza seis ocupações no estado de São paulo, considerando aqui tanto sua atuação na capital quanto no interior. Particularmente na RMSP, foram originadas novas ocupações, sendo uma em Taboão da Serra-SP e duas em Santo André-SP, denominadas, respectivamente como *Che Guevara*, *Nova Palestina* e *Santa Cristina*. No mesmo ano, realizam o I Encontro Nacional, conseguindo reunir as organizações do MTST que atuavam nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Pernambuco, Amazonas, Pará e Roraima.

Dada a importância que ganha o Programa MCMV dentro da organização do MTST, vale a pena nos determos um pouco tanto à sua forma de elaboração, quanto à maneira como o movimento dele se apropriará, durante a continuidade de seu desenvolvimento.

2.a.a O Programa “Minha Casa, Minha Vida”, mais uma reestruturação organizativa

Como trabalhamos anteriormente, a cidade é formada a partir da manutenção das desigualdades do campo. Se, por um lado, a população vislumbrava na cidade uma possibilidade de integração social e de melhora das suas condições de vida, por outro, o Estado visava no adensamento populacional do meio urbano e na manutenção das desigualdade sociais, um fomento ao processo de industrialização. Dentro deste quadro, os investimentos desiguais em infraestrutura que o Estado projeta em solo urbano (tendo, como objetivo primeiro, a construção das infraestruturas necessárias à expansão das indústrias), instauram uma disputa por terras regadas de infraestrutura que, pelo caráter mercadológico da terra, será resolvido pelo poder monetário daqueles que procuram dela usufruir. Será nesse processo que se constituirá o processo de periferização das cidades, onde os trabalhadores submetidos aos baixos salários passam a residir nas periferias da cidade onde a escassez dos equipamentos urbanos faziam das áreas periféricas um lugar passível de aquisição da população empobrecida da cidade. Como também já vimos, esse processo ganha fôlego pela real possibilidade de, mesmo através dos bairros periféricos, de conquista de uma melhora das condições de vida em relação ao campo.

A partir da guinada ao neoliberalismo no Brasil, a situação se altera. Com a reestruturação produtiva e o consequente aumento do desemprego e daqueles trabalhadores que precisam se valer do mercado informal e temporário de trabalho para conseguir sobreviver, aumentam em grande medida as dificuldades dessa população garantir sua sobrevivência. Fato que pela escassez de investimentos do Estado, leva ao consequente aumento da desigualdade social e da especulação imobiliária, os quais desencadeiam uma proliferação das regiões periféricas pela cidade e do número de população em situação de rua. Período o qual, se forma o MTST com a intensão de compor um quadro de correlação de forças que se opusesse às políticas neoliberais do Estado.

Ocorre que com a guinada do neoliberalismo no Brasil, o Estado altera – como vimos –, sua função diante a sociedade, passando de regulador das relações sociais para facilitador, garantindo a atuação do mercado naquelas áreas que eram, antes, responsabilidade do Estado. E, dentro deste quadro, a cidade também sofrerá amplas transformações.

Se durante largo período o debate acerca da *questão urbana* remetia, entre outros, a temas como o crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, *a nova questão urbana* teria, agora, como nexos central a problemática da *competitividade urbana*..” (VAINER, 2000, p.76)

Tendo o espaço da esfera pública e da regulação estatal ocupado, agora, pelo mercado e pela lógica da concorrência, a cidade passa a ser gestada pela própria lógica de empresa. A qual, não se trata mais de administrar a partir do investimento estatal com vista em seus diversos atores sociais que ocupam e dinamizam o espaço urbano, mas sim, de uma lógica empresarial, onde se insere o próprio espaço urbano na lógica competitiva tendo em vistas a atração de pessoas e investimentos. “Esta cidade, que saiu da forma passiva de objeto e assumiu a forma ativa de sujeito, ganha uma nova identidade: é uma empresa.” (VAINER, 2000, p.83)

(...) ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado *a regra* e o *modelo* do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. (VAINER, 2000, p.86)

Possuindo centralidade nesse processo de permeabilidade do mercado como regulador das relações sociais, cabe ao Estado, através das parcerias público-privadas, garantir que os interesses do mercado sejam garantidos.

Ao propor o fim da *separação rígida entre o setor público e o privado*, é outra coisa que se tem em *vista-privado* aqui é, claramente, o interesse privado dos capitalistas e, neste sentido, comparece no mesmo campo semântico de expressões como *iniciativa privada*, *privatização* e outras, que evocam ou remetem a capital, capitalistas, empresários capitalistas. Assim, o fim da *separação rígida* quer dizer, em bom catalão, participação direta, sem mediações, dos capitalistas e empresários nos processos de decisão referentes ao planejamento e execução de políticas (VAINER, 2000, p.88)

Esse processo, que parece meramente ilustrativo, foi um dos maiores responsáveis pela mudança da percepção da moradia que agora se concebia não mais como um direito, mas como mercadoria. Se o mercado se torna o centro da provisão habitacional, sem nenhuma intervenção estatal, perde-se toda a dimensão de que a moradia deve, necessariamente e em plano ideal, estar relacionada com as necessidades da população, não com as possibilidades oferecidas pelo mercado.

Entendendo a cidade como nichos de oportunidades, a iniciativa privada vai comprar e construir territorialmente sempre sob a perspectiva de uma valorização estonteante, que leve àquele fragmento da cidade a atração de novos investimentos (nacionais ou internacionais), e oportunidades para a realização do capital. Lógica que intensificará a ocupação desigual do espaço refletindo claramente tanto a negação do direito ao desfrute da cidade, quanto a negação do direito primário de que todos os cidadãos devam possuir uma moradia digna e de qualidade.

Buscando equacionar as lógicas perversas do mercado às necessidades populacionais, Lula cria durante a presidência do FHC, junto ao Instituto de Cidadania, um redimensionamento da gestão social frente a projetos financeiros e urbanos. De forma muito inovadora no Brasil, o “Projeto Moradia” propunha a criação de um Sistema Nacional de Habitação que seria coordenado pela criação de um novo ministério que tinha por objetivo uma gestão democrática e não segmentária do espaço urbano. Buscando descentralizar a criação e instauração do programa pelo Estado, criar-se-iam os conselhos municipais, estaduais e nacionais, capazes de redimensionar a política habitacional a partir das necessidades e implicações de cada local. Para além disso, incluía a criação de um fundo nacional de habitação com concentração na população de baixa renda, e ressaltava a importância da implementação efetiva do Estatuto das Cidades (proposto pela Constituição de

1988) para o fortalecimento dos instrumentos capazes de regulamentar o território em favor das necessidades sociais. (BONDUKI, 2009)

Quando Lula assume a presidência em 2003, o Ministério das Cidades é formado e, como proposto, dá-se início a uma série de políticas urbanas capazes de reduzir as problemáticas da cidade.

Na mesma época, no entanto, o governo realizava a implantação de uma série de medidas político e econômicas que conservavam o caráter neoliberal das medidas adotadas por FHC⁵⁷. Diferente do planejamento interno realizado por este, Lula iniciou uma política de conciliação, onde, por um lado, mantinha a centralidade do mercado e dos interesses do capital enquanto direcionadores das políticas de Estado e, de outro, passava a travar uma “luta contra a pobreza”, buscando alterar o padrão de ganho e consumo da população empobrecida.

Sem falar nos programas específicos, o aumento do salário mínimo⁵⁸, a expansão do crédito popular⁵⁹, o aumento da formalização do trabalho (o desemprego caiu de 10,5% em dezembro de 2002 para 8,3% em dezembro de 2005) e a transferência de renda pelo PBF⁶⁰ [Programa Bolsa Família], aliados à contenção de preços, sobretudo da cesta básica (...), constituem uma plataforma, no sentido de traçar uma direção política para os anseios de certa fração de classe. Não apenas porque objetivamente foram capazes de aumentar a capacidade de consumo de pessoas de baixa renda, como atesta o acesso de 29 milhões à “classe C⁶¹” entre 2003 e 2009, mas porque sugerem um caminho a seguir: manutenção da estabilidade com expansão do mercado interno. (SINGER, 2012,p.40)

⁵⁷ Como trabalha André Singer (20120, “Na primeira fase (2003-05), a contenção da despesa pública, a elevação dos juros, a manutenção do câmbio flutuante, o quase congelamento do salário mínimo e a reforma previdenciária com redução de benefícios, enfim, o pacote de “maldades” neoliberais voltado para “estabilizar” a economia e provar ao capital que os compromissos de campanha seriam cumpridos à risca foi aplicado em escala superior à praticada no segundo mandato de FHC. Como procurei evidenciar no capítulo I, para além de mera opção técnica, o que estava em jogo era uma escolha política, voltada para o atendimento das condições impostas pela classe dominante de sorte que não houvesse radicalização.” (p.84)

⁵⁸ “Em 2005 surge o terceiro — e fundamental — apoio do tripé sobre o qual se sustentou o lado popular do governo. Naquele ano o salário mínimo (sm) foi aumentado em 8,2% acima da inflação (até então os aumentos reais tinham sido quase nulos: 1,2% em 2003 e em 2004)” (SINGER, 2012, p.84).

⁵⁹ “O crédito consignado fez parte de uma série de iniciativas oficiais a qual tinha por objetivo expandir o financiamento popular, que incluiu uma multiplicação expressiva do empréstimo à agricultura familiar (sobretudo no Nordeste), do microcrédito e da bancarização de pessoas de baixíssima renda. Criado em 2004, o recurso do crédito consignado permitiu aos bancos descontar empréstimos em parcelas mensais retiradas da folha de pagamento do assalariado ou do aposentado. A redução do risco decorrente da devolução garantida acarretou uma queda em quase treze pontos percentuais da taxa de juros desses empréstimos, e, em 2005, depois de crescer quase 80%, o crédito consignado punha em circulação dezenas de bilhões de reais, usados, em geral, para o consumo popular” (SINGER, 2012, p.39).

⁶⁰ “Com efeito, a partir de setembro de 2003, com o lançamento do Programa Bolsa Família (pbf) inicia-se uma gradual melhora na condição de vida dos mais pobres. (...) Em 2004, o programa recebeu verba 64% maior e, em 2005, quando explode o “mensalão”, teve um aumento de outros 26% mais que duplicando em dois anos o número de famílias atendidas, de 3,6 milhões para 8,7 milhões. Entre 2003 e 2006, o Bolsa Família viu o seu orçamento multiplicado por treze (...)” (SINGER, 2012, p.37/38).

⁶¹ “(...) as movimentações na estrutura de classe (medida pela renda) no governo Lula se deram, simultaneamente, na redução da classe E e no aumento da classe C, com a classe D ficando numericamente estagnada. Na classificação de Neri, pertenceriam à classe C as pessoas com renda domiciliar (de todas as fontes)

Amparado economicamente pelo crescimento das *commodities*, cria-se no primeiro mandato de Lula uma série de medidas que alteram significativamente a condição de vida da população empobrecida da cidade e do campo. A qual se vê agora socialmente integrada através do aumento da sua capacidade de consumo.

Enquanto se fortalecem essas políticas, em 2005 o governo dará a um processo de desarticulação dentro do Ministério das Cidades que seria efetivado apenas em 2007 (já no segundo mandato de Lula), com a substituição de quase todos os secretários que o integravam. E, no revés das políticas urbanas que vinham sendo trabalhadas, o governo realizará através do ministério a permeabilidade às políticas de mercado que já vinham sendo apontadas em seu governo.

Em seu revés, cria-se a partir da subsequente posse de Lula ao governo (2007-2011) uma nova proposta de política urbana que concilia, agora, a aquisição de casas populares, a revitalização de áreas culturais e grandes empreendimentos estruturais às políticas de incentivo à iniciativa privada. Sem distanciar-se da política empreendedora do Estado, não só mantém como intensifica seu papel de *facilitador*, flexibilizando suas legislações para que junto ao capital privado possam criar grandes constructos sociais capazes de valorizar áreas anteriormente obsoletas, recriando o espaço urbano sob uma política intrinsecamente relacionada à especulação imobiliária.

Será nessa mudança de perspectiva sobre a cidade, que se dará a elaboração do Programa Habitacional “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV). Atribuindo novas peculiaridades ao programa habitacional, o PMCMV foi desenhado junto ao empresariado, surgindo, antes de tudo, como um programa econômico (AMORE, 2015). Como uma possibilidade de revitalizar o mercado habitacional e financeiro do Brasil diante ao abalo que sofre com a crise habitacional que estoura nos Estados Unidos em 2008.

O programa foi traçado a partir das análises do déficit habitacional que apontava que 90% da população que se encontrava no déficit, possuía um salário de 0 a 3 salários mínimos. De um lado, o governo já havia aprovado uma ampliação dos investimentos públicos para habitação de interesse social, destinada, justamente, para a população de 0 a 3 salários mínimos. De outro, essa mesma população já passava também por um amplo conjunto de

entre 1126 e 4854 reais (a preços de 2009 na Grande São Paulo). Assim definida, ela representava 38% da população em 2003, tendo chegado a 50% em 2009. (SINGER, 2012, p.80)

medidas de Estado que possibilitaram o aumento de sua condição de renda e, portanto, de seu poder aquisitivo.

Desde então, os agentes privados souberam atuar na liminaridade entre o que a política especificava como “habitação de interesse social” e como “habitação de mercado”, tirando proveito disso e expandindo consideravelmente a produção habitacional para os setores populacionais de renda média e baixa, até então desprezados pelas grandes empresas construtoras nacionais. (Ciuffolini e Shimbo, 2013, p. 254)

Conciliando o “empreendedorismo da cidade” e a “luta contra a pobreza” – amparada, em grande medida, no aumento do poder aquisitivo da população e na sua adesão ao mercado de consumo –, o Estado, enquanto *facilitador* terá com o MCMV o papel de garantir a circulação do mercado habitacional. Isso seria feito através de um duplo investimento: na política de financiamento habitacional à população⁶², e na política de subsídios injetados nas construtoras. (KLINTOWITZ, 2011)

o PMCMV (...) representa um marco na trajetória dos programas nacionais de habitação dado o volume de investimentos públicos e privados, a quantidade de unidades habitacionais a serem produzidas e a sua área de abrangência, levando alguns autores afirmar que “talvez seja o programa habitacional mais ambicioso já desenvolvido no país (...)”. Mais do que isso, o programa vem corroborar o protagonismo do mercado imobiliário na política habitacional brasileira, que já vinha sendo privilegiado em diversas medidas regulatórias e institucionais desde meados dos anos 1990. . (Ciuffolini e Shimbo, 2013, p. 252)

Ele busca “ser um programa anti-crise que gere empregos e investimentos no setor da construção e se consolide como o principal programa habitacional brasileiro com a construção de um milhão de moradias.” (GOULART, 2011, p. 198) O programa ganha uma dimensão econômica e social tão grande, que Singer declara.

(...) o do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), (...) poderia ser tomado como símbolo da terceira fase [do governo Lula], da mesma maneira que o Bolsa Família foi da primeira e o aumento do salário mínimo, da segunda. A importância do MCMV está em que o subsídio público e o crédito concedido à habitação popular levou à contratação de trabalhadores na construção civil, o que foi um dos carros-chefe da retomada do emprego depois da onda de demissões no primeiro trimestre de 2009.

⁶² “Estabelecendo um patamar de subsídio direto, proporcional à renda das famílias, este Programa busca claramente impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção. Além dos subsídios, o PMCMV aumentou o volume de crédito para aquisição e produção de habitações, ao mesmo tempo em que reduziu os juros. Com a criação do Fundo Garantidor da Habitação, foram aportados recursos para pagamento das prestações em caso de inadimplência por desemprego e outras eventualidades.” (ARAGÃO e CARDOSO, 2013, p.35). Sobre o detalhamento do aumento dos recursos destinados a habitação, ver Fix (2011)

Graças a essa política, o desemprego foi contido, tendo sido gerados 1,3 milhão de vagas em 2009 e 2,5 milhões em 2010 (recorde). (SINGER, 2012, p.88)

Projetado como um meio de garantir a lucratividade do mercado habitacional, o MCMV será um programa de moradia formado de modo dissociado à questão fundiária da terra. “Basta lembrar que o número de imóveis desocupados se equipara a um suposto déficit, cuja composição se ancora fortemente na carência de habitações para a faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos” (AMORE, CAMARGO, RIZEK. 2014, p.4). Mas não é só. Entregando ao mercado as formas de resolução dos problemas habitacionais, o Estado trona-se o responsável apenas pela garantia de que os empreendimentos tenham a qualidade mínima exigida pelo programa. Sem nenhum tipo de regulamentação quanto as localidades específicas que essas construções devem ocupar, as construtoras passam a se valer da própria lógica especulativa da cidade como meio de garantir um estado “ótimo” de produção para o mercado. Isto é, a garantia do pagamento a partir do valor máximo das unidades (garantidos, em grande medida, pelo subsídio do governo ao comprador) e o menor gasto possível na construção das unidades (comprando terrenos com pouca infraestrutura e reduzindo a qualidade da produção), fatores que juntos, aumentam a margem de lucro da construtora.

A maior consequência dessa abordagem desassociada entre a casa e a cidade⁶³ é o próprio crescimento da especulação imobiliária. E assim, de uma intensificação das desigualdades urbanas frente a valorização da terra e infraestrutura, de um lado, e do outro, a impossibilidade da população empobrecida pagar por elas. Como trabalhado por Shimbo (2010), a produção dessa *habitação social de mercado*⁶⁴, faz com que os investimentos públicos, que deveriam ser destinados ao controle da desigualdade socioespacial, acabe por fomentá-la através da retirada do Estado da regulação das relações sociais. Mas vale aqui ainda lembrar que isso não se refere a uma situação de “menos Estado”, mas de um aparato institucional que usa de sua influência para garantir a atuação do mercado na esfera “pública⁶⁵”.

⁶³ Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros / organização Caio Santo Amore , Lúcia Zanin Shimbo , Maria Beatriz Cruz Rufino. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.

⁶⁴ “De um lado, as empresas decidem o quê (...), quanto (...), como (...), onde (...) e para quem (...) vão produzir. De outro a manutenção e o crescimento da lucratividade advinda da produção da habitação de mercado dependem da canalização do fundo público, tanto para o financiamento da demanda como da produção (...)” (SHIMBO, 2010, p. 342

⁶⁵ OLIVERIA e RIZEK. “A era da indeterminação” – São Paulo: Boitempo, 2007. (Estado de Sítio)

Segundo Goulart (2011), apesar da amplitude do MCMV, cria-se ainda através deste uma expectativa de supressão das necessidades de moradia muito maiores do que a possibilidade real do programa em supri-las. Para além disso, o programa ainda gera em seu desenvolvimento apenas um investimento mínimo nas moradias de 0 a 3 salários mínimos, tornado, assim, uma expectativa ainda maior do sonho da casa própria que não é atendida pelo “Minha Casa, Minha Vida”.

Mas o novo desenho da política habitacional ainda trazia mais novidades.

Cinco meses depois do lançamento do Programa, e como resultado da pressão dos movimentos sociais de luta por moradia, o governo lançou o Minha Casa, Minha Vida - Entidades. O Minha Casa Minha Vida – Entidades (MCMV-E) é uma modalidade pequena, na qual só podem ser contempladas famílias com renda mensal de até R\$1600,00. O MCMV-E representa 3% do financiamento total do MCMV e consiste na destinação de recursos públicos para moradia popular que são geridos por entidades da sociedade civil. Sua principal diferença em relação ao Programa como um todo é o papel central assumido por movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil – intituladas “Entidades Organizadoras” (EOs) – na execução da política. No MCMV-E, o protagonismo é dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. São eles que elaboram a proposta de intervenção habitacional, desde a compra do terreno à seleção das famílias a serem beneficiadas. (BLIKSTAD, PATERNIANI, TATAGIBA, TEIXEIRA, 2013, p.6)

Dentro desse cenário, a modalidade entidades, apesar de inovadora, não pretende “responder ao problema do déficit habitacional – o que seu caráter residual não permitiria realizar” (BLIKSTAD, PATERNIANI, TATAGIBA, TEIXEIRA, 2013, p.6) e nem mesmo pretende alterar a lógica mercadológica que o Estado empreende no programa habitacional. No entanto, considerando uma vitória dos movimentos urbanos que vinham durante anos lutando por uma política habitacional que atendesse a população empobrecida e a ação dos movimentos, estes se apropriarão da modalidade entidades buscando, através desta, alterar as medidas delimitadas pelo programa.

Será nesse contexto que o MTST passa a construir mobilizações a fim de pressionar o governo federal e, assim, garantir sua entrada no programa. Com amplas dificuldades em atender as demandas imediatas da base social que o compunha, a entrada no programa representava uma possibilidade de fortalecimento de sua capacidade organizativa. E como fariam isso? Segundo Goulart, através das brechas deixadas pelo programa. Estas são: “o estupendo cadastramento de 18 milhões de famílias para um programa de 1 milhão de moradias e a impossibilidade de posicionamento contrário ao programa, o que geraria conflitos com a base social do movimento” (GOULART, 2011, p.204).

Como aponta a autora, podemos dizer que o movimento compreende a “importância simbólica que o programa tem para sua base social” (GOULART, 2011, p.204). Como se

pode ver pelo amplo cadastramento das famílias no programa, o MCMV terá um forte impacto na expectativa de aquisição da casa própria da população de baixa renda. Mesma população que o MTST procura organizar. Assim, adentrando ao programa, o movimento consegue não só aumentar as suas possibilidades de aquisição da moradia (que até então não havia sido conquistada pelo movimento), como também cria, através disso, uma via mais consistente de atração da população empobrecida.

Podemos considerar, assim, que a adesão ao MCMV será mais um modo de reestruturação das formas de ação e organização do movimento com vistas a cumprir o mesmo objetivo: partir da bandeira da moradia e reforma urbana como forma de organizar a população em busca de uma transformação social ampla.

Pois, se na sua formação o MTST escolhe a moradia como bandeira de luta por considerar que (frente a necessidade imediata da população) possuía um potencial organizativo, podemos dizer que a partir de 2009, a partir dessa bandeira de luta, o PMCMV (enquanto a maior representação da possibilidade da casa própria), ganhará amplo destaque na organização do movimento, também, pelo potencial organizativo que possui.

(...) o programa alimenta a ideologia da casa própria, tão conhecida no Brasil, como o patamar mais alto de consumo da família trabalhadora. Evidentemente, que em uma conjuntura de subproletarização da classe trabalhadora, com aposentadorias miseráveis e desemprego crônico, a propriedade da moradia, significa uma estabilidade que vai além das questões econômicas, mas engloba a sociabilidade das gerações em um bairro, a segurança dos filhos e idosos, etc. Não é, portanto, um elemento a ser negligenciado. (GOULART, 2011, p.201)

a promessa de moradia, o fato de falar de moradia e não resolver abre o precedente para lutas, para as ações, enfim, para a conscientização de que não vai resolver, não vai resolver porque não pode, não vai resolver porque o Estado para isso é falido, então, a gente tem que ir para cima (...) a questão da moradia (...) é muito importante, hoje vai mobilizar muito mais ainda porque existe uma vontade da massa, vontade de ter moradia não só pela questão econômica, mas porque foi propagandeado que ia ser resolvido [...]. (JOTA apud LORENA, 2012, p. 135)

A estratégia é que consigam aumentar sua base social através da necessidade da moradia e do significado que o MCMV ganha para a base social do MTST. Para que, assim, através das ocupações e mobilizações, consigam fazer com a população empobrecida transcenda a busca pela supressão de suas necessidades imediatas e passem se organizar em conjunto em oposição as políticas de Estado e, de modo mais específico, a lógica do capital.

Como acontece essa mudança na forma de ver o mundo, as desigualdades sociais e a luta por condições de vida melhores? Não é a miséria, exclusivamente, que conduz a essa alteração; é essencial o investimento em uma identidade coletiva para essa transformação ocorrer. (GOULART, 2012, P.69)

É nessa busca por uma construção da identidade coletiva que a ocupação, assim como as mobilizações, se tornam tão centrais na estratégia do movimento. Enquanto proposta política e organizativa, as ocupações territoriais tornam-se o *locus* a partir do qual o MTST busca investir na construção de uma identidade coletiva e, através desta, na construção de uma luta social mais ampla que a moradia. E a partir de 2009, como veremos, o PMCMV tornar-se uma “peça-chave” na construção desse projeto.

Agora, o que é importante, é que não percamos de vista que o MTST não será fruto de uma pré-formação projetada e acabada, que entra na cidade já com sua organização e com suas concepções formuladas. Ele nasce, em grande medida, dos projetos do MST e herda uma parte significativa das suas concepções e de seu modo de organização. No entanto, como vimos, o MTST é antes de mais nada fruto de um longo processo de transformação a partir do qual da origem tanto ao seu projeto político quanto a sua forma de organização.

Ele surge a partir das mudanças econômicas, políticas e sociais da década de 1990 justamente com o objetivo de nelas intervir. E será durante esse tenro período já delimitado anteriormente, de formação e perda de ocupações, que o movimento passa a refletir e a se reorganizar frente aquelas problemáticas que configuram a cidade sob qual atuam, a cidade pós-1990. Aquela cidade empreendedora, de sujeitos empreendedores, de um Estado que dá um espaço privilegiado ao mercado enquanto regulador das relações sociais, da reestruturação produtiva, de uma diminuição do processo migratório, de uma mudança no projeto operário através da não expectativa de integração ao trabalho formal e a ampliação dos direitos, do crescimento das periferias, do aumento da legitimidade do mundo do crime, da proliferação das ONGs, de uma ampla atuação dos movimentos sociais a partir dos aparatos institucionais. E mais, após anos 2000, de uma cidade onde a adesão ao mercado e ao consumo ganha um amplo destaque como um meio de busca pela integração e pelo reconhecimento social.

Diante disso, nos é fundamental permearmos por alguns dos resultados dessa longa trajetória de reformulação do movimento. Se anteriormente adentramos nos embates sociais que o MTST vivenciou em seu processo de reformulação interna na busca por uma “organização ótima” (a partir da qual conseguissem atuar sobre a população pobre da cidade), iremos, agora, ver como esse conjunto de transformações deram origem ao projeto político que carregam hoje.

2.a.b Projeto Político

O MTST, como movimento que organiza essa categoria de “sem-teto”, formulou um conjunto de declarações sobre suas propostas e sua ação, que chamamos de projeto político, e que deve ser considerado de maneira histórica, pois foi decorrência da organização e das relações políticas estabelecidas pelo movimento ao longo de sua história. Não é, portanto, um movimento que surge de um projeto pré-concebido, mas concebe o projeto no desenrolar das ações, com seus avanços e recuos. (GOULART, 2011, p. 69/70)

Como evidenciamos anteriormente, o MTST é, antes, fruto de um intenso processo de reconstrução interna. E isso se deve, em grande medida, ao esforço por compreender as peculiaridades da cidade e a forma como se organizar a partir dela.

O MTST nasce em um contexto de intensa mudança, não só das relações produtivas e do próprio posicionamento do Estado, como também, dos movimentos sociais, sindicais e da própria construção dos sujeitos nesse cenário. E será a partir da leitura que cria dessa conjuntura social, que ele cria também a sua proposta política e a forma de organização necessária para cumpri-la.

Sua análise parte das mudanças ocorridas na esfera produtiva, a qual, a partir do processo de reestruturação leva uma gama de trabalhadores ao desemprego e à busca pelo trabalho informal e temporário como forma de garantir sua sobrevivência. “A leitura que o MTST faz desse processo busca compreender quais as consequências para a organização da classe trabalhadora e como trabalhar uma ação política classista a partir dessa nova realidade.” (GOULART, 2011, p. 70)

Tratando-se de uma reflexão trazida, em grande medida, já de sua imbricação com o MST, o MTST se conceberá não como um movimento de moradia. Mas, sim, como um movimento que vê na moradia um meio de organização para que consigam atingir o seu objetivo: a construção de uma transformação social ampla.

Pois bem, então o MTST nasce dessa maneira e com algumas perspectivas, no sentido de não fazer uma luta que esgote na reivindicação que ele realiza e por isso elege uma consigna que conta com 3 fatores fundamentais: moradia, que é o primeiro passo que aglutina as pessoas, que explora a contradição; depois a reforma urbana, que é um projeto muito mais amplo, que põe em discussão não só a questão da moradia mas todos os problemas do meio urbano, do uso da cidade e que também consegue interagir com outros setores, com o setor municipal, com o setor de outras reivindicações pontuais num único projeto, que é esse de reforma urbana; e por último a proposta de transformação da sociedade, porque o MTST tem uma orientação política que não se pretende corporativista nem reformista, a gente compreende que só através de uma transformação radical, de uma reconfiguração das coisas, da construção de uma nova forma de organização social e de reprodução social é que essa duas outras conquistas podem se sustentar. (SILVA, 2012, p.79/80)

Se definindo como um movimento anticapitalista, o MTST irá admitir que o Estado, alimentado pela própria contradição da sociedade capitalista, é incapaz de sanar os problemas mais básicos da classe trabalhadora. Assim, compreendem que a mobilização que realizam não é em torno da “luta por direitos”, posto que a moradia é um problema impossível de resolver na sociedade capitalista, mas de uma luta contra as políticas neoliberais do Estado e contra os interesses do capital. E, justamente por isso, admitirá a moradia não como um fim, mas, antes, como um modo de organizar os trabalhadores.

O MTST tem como seu maior objetivo a luta contra o capital e o Estado que representa os **interesses capitalistas**. Sabemos que na atual forma de organização social não há espaço para a realização dos interesses da maioria, os trabalhadores. Tudo é transformado em mercadoria, inclusive nós próprios e nossos direitos. Apenas uma minoria tem acesso a condições dignas de vida. E o Estado atende exatamente a esta minoria. Por isso nossa luta é muito mais ampla do que a conquista de um pedaço de terra. (CARTILHA DO MILITANTE, 2005, p.3)

Trabalhadores. Categoria a qual ressaltam por admitir que a situação em que se encontra sua base social se deve, diretamente, da posição que ocupam nas relações produtivas. Dessa forma, a luta em torno da questão da moradia, compreende-se, está ligada a um conflito com os interesses da classe dominante. (GOULART, 2011) Posto que, se trataria de um movimento constituído por trabalhadores, os quais têm seus “direitos negados pelo capital e pelo Estado – tais como a terra, moradia, serviços básicos, etc. – ou por resistências às opressões sofridas enquanto classe (por exemplo, a violência policial).” (CONTRIBUIÇÃO... apud GOULART, 2011, p.70)

Assim, em oposição aos novos movimentos sociais da década de 1980, o MTST não se reconhecerá como um movimento social, mas sim, como um *movimento popular*, diretamente imbricado às questões de classe.

(...) o MTST reconhece que as mazelas que afligem os trabalhadores, seja o desemprego, o racismo, ou o machismo, etc., “são fatores de um mesmo mal, (e que) todos tem o mesmo fundamento” (PROGRAMA, s/d), atribuindo estes ataques a “[...] uma sociedade que transforma tudo e todos em mercadoria (e) não vê problemas em atirar bilhões de trabalhadores ao lixo quando não são mais úteis” (Ibidem). [Assim, o] centro das lutas não é o direito, o Estado, ou a cultura política, mas a existência da sociedade capitalista e da dominação de classe. A cidadania é um conceito, uma noção, um objetivo, que não aparece no horizonte estratégico do MTST, pois é superado pela concepção de que o direito é um atributo formal, embora importante e que exista apenas por conquista e não por concessão. Assim sendo, a noção de direito aparece nos discursos e nas ações como um instrumento para desvendar a desigualdade entranhada no Estado, que “dá para os ricos e tira dos pobres” e como argumento para a unidade e ação na luta, como o “direito a moradia”. (GOULART, 2011, p. 192)

E justamente por seu posicionamento frente ao Estado, o movimento opta não por uma ação institucional, pautada na mudança do Estado a partir de dentro, mas sim, nas ações diretas, ancoradas pela construção do poder popular.

E, para isso,

A ocupação tornou-se o instrumento central do MTST, como um recurso de ação coletiva, com potencialidades na formação de identidades coletivas, nas relações subjetivas desenroladas em meio às dificuldades materiais, na formação de militantes anticapitalistas, no embate com o Estado e seus governos, para citar algumas. (GOULART, 2011, p.53)

Como já trabalho anteriormente, o movimento vê na ocupação territorial uma forma de aglutinar aquelas famílias que possuem como demanda a busca por moradia. E será a partir da ocupação que projetam seu objetivo maior. Qual seja, a passagem da busca por uma supressão da necessidade imediata à adesão de luta mais ampla, contra os interesses do capital. A centralidade da ocupação se mostra pela proposta de construção conjunta da luta e de uma nova forma de resolver as problemáticas cotidianas que não pelos meios já naturalizados na sociedade. Trata-se de uma proposta de des-individualização.

Poder popular para nós tem um significado duplo. Por um lado, é essa concepção de que não é pelo poder de Estado que nós vamos resolver nossos problemas. Não é por meio das vias institucionais, por dentro do Estado, nesse sistema político que nós vamos conseguir resolver. A possibilidade do povo conquistar direitos e conseguir passo a passo construir transformação social no Brasil, é se mobilizando, se organizando, indo pras ruas. Essa é uma via pela qual entendemos o poder popular. Como o oposto da via do poder de Estado. (...) O segundo aspecto do poder popular é construir formas de atuação, de decisão coletiva por baixo. (...) O que nós fazemos, a primeira coisa que o MTST faz quando ocupa um terreno. Organizar as famílias por grupo, dividir em grupos menores porque não tem como as pessoas decidirem em uma assembleia de cinco mil. Uma coisa é você fazer assembleia com cinquenta pessoas, com cem... as pessoas podem falar, decidir, participar. Com cinco mil, isso é ilusão achar que vai conseguir. O primeiro fato é dividir em vários grupos para que as pessoas possam falar, eleger seus coordenadores, eleger ali os seus representantes que são destituíveis também se assim o grupo definir. Ter seus espaços coletivos de realização. Cozinha coletiva. Primeiro ponto, em uma ocupação ninguém pode passar fome. Isso pra nós é um princípio básico. Então vamos construir cozinha coletiva, trabalho rotativo, doação dos próprios moradores... o cara que não pode estar lá porque esta trabalhando, pode levar um pacote de arroz no final do dia pra ajudar na cozinha. E a gente constrói esse mecanismo de trabalho coletivo que é pedagógico. (...) Ele é um mecanismo pedagógico de trabalho coletivo. Todos sabemos aqui o quanto a sociedade capitalista contemporânea promove o individualismo e à soluções individuais, a falta de alternativa coletiva para os problemas. Nós queremos fazer o inverso. Essa reapropriação coletiva do espaço e dar soluções. Assembleias diárias dentro da ocupação. Reuniões de grupo pra discutir os pequenos problemas. (...) Nós temos que ter uma política de discussão coletiva, de solução coletiva, definir coletivamente um regimento interno. (...) Essas soluções para os problema cotidianos que as pessoas tem fora e dentro da ocupação, mas você construir soluções coletivas, isso pra nós é a construção de poder popular. Isso pra nós é a construção de uma forma de poder que não é você chegar e... deu algum problema,

you call the police. (COLLECTIVE INTERVIEW WITH GUILHERME BOULOS, 15 June 2014⁶⁶)

Segundo Goulart (2011), a centralidade desse processo está na construção da identidade coletiva desses sujeitos enquanto “trabalhadores sem-teto”, processo central a passagem da individualização da luta por moradia à construção de uma luta mais ampla. Podemos entender tal identidade como um reposicionamento dos sujeitos no conjunto das relações sociais.

Podemos afirmar que os sem-teto existem, na realidade empírica, como números de déficit habitacional e como indivíduos e famílias em sua rotina cotidiana, mas apenas se constituem como categoria política em sua ação organizada, tornando possível sua análise como movimento coletivo, dotado de identidade, objetivos, metodologia, etc. (GOULART, 2011, p. 64).

(...) o movimento propõe a construção de uma identidade coletiva que possibilite a unificação desses trabalhadores em torno de um projeto comum de luta. Assim, os sem-teto podem ser provenientes de diversas situações de moradia e de trabalho. Podem vir da população em situação de rua, de famílias conviventes, de moradores de habitações inadequadas, de famílias com ônus excessivo da renda com aluguel, etc, mas passam a ser sem-teto quando assumem-se enquanto tal e isso acontece no interior do movimento por moradia. Não ter casa não é, portanto, sinônimo de ser sem-teto. (GOULART, 2011, p. 65)

Como trabalha a autora, tornar-se um sem-teto, e aqui, de modo mais específico ao MTST, um trabalhador sem-teto, se remete não só a sua condição objetiva, mas, a uma nova compreensão e a um novo posicionamento destes sujeitos no seio das relações sociais. Trata-se de uma identidade construída a partir do movimento. Pois será através deste que ocorrerá o seu reposicionamento e sua nova atuação frente ao conjunto das relações sociais. Então, “sem a identificação de um conjunto de elementos comuns e sem a vivência de um projeto coletivo de transformação (...) não há sem-teto das condições materiais de vida.” (GOULART, 2011, p.69)

Ocorre que para conseguir garantir esse processo de transformação, é fundamental que consigam realizar um processo organizativo, em que a população permaneça o maior tempo possível na ocupação, a partir da qual desenvolveriam uma nova compreensão sobre o conflito social. E, para isso, o movimento também construirá estratégias de atuação. As quais, vale ressaltar, foram desenvolvidas frente a uma grande dificuldade que o MTST enfrentava em se manter nas ocupações por eles montadas.

⁶⁶ <https://m.youtube.com/watch?v=AUjCQMY9wTA> , acessado em 10/08/2016

o MTST desenvolveu um “plano estratégico” para dar consistência e durabilidade às ações baseado em dois eixos: a territorialização em focos espaciais e a apropriação coletiva do espaço urbano. A territorialização em focos espaciais é a ação em territórios escolhidos segundo critérios de concentração de demandas, existência de algum tipo de organização popular anterior e localização de pontos específicos que possibilitem ações contra o capital, como por exemplo, a proximidade com grandes vias de circulação de mercadorias. O trabalho territorializado propicia continuidade ao trabalho com a base social, criando uma referência social organizada. A apropriação coletiva do espaço urbano consiste, principalmente, na ocupação de espaços utilizados para a especulação imobiliária, expressão da apropriação privada da cidade. A ocupação dos “latifúndios urbanos” é primordial para a construção de uma “dimensão comunitária do espaço contra sua situação de objeto da especulação financeira” (Idem), onde é possível desenvolver formas de poder popular para resistir ao caráter privatista da cidade capitalista. (GOULART, 2011, p.74)

E para a construção de todo esse projeto político de atuação, o movimento escolherá a periferia como seu lugar prioritário de atuação. A escolha por se organizarem a partir da periferia se justifica pela busca através do território de aglutinar aqueles trabalhadores que, em virtude da reestruturação produtiva, encontram-se dispersos no mercado informal e temporário de trabalho. O objetivo é que através da sua atuação na periferia, o movimento consiga (através da bandeira da moradia e reforma urbana) aglutinar aqueles trabalhadores informais e temporários que, como vimos, encontram dificuldade em se organizar a partir dos meios de produção.

Mas, não só. Trata-se, também, de uma “disputa” por esse espaço de atuação.

Os “desafios da ação urbana” pautam-se pela compreensão de que essa “nova” classe trabalhadora não é impulsionada para a ação pelas condições miseráveis de vida, mas, ao contrário, buscam uma reinserção “a qualquer custo”, fomentando a violência urbana dispersa e desorientada dos “pobres contra pobres” (PROGRAMA..., s/d apud GOULART, 2011, p.70)

A disputa pelo espaço da periferia também pode ser vista como um reflexo da perspectiva política do movimento. Isto porque, segundo os documentos oficiais e as lideranças, a periferia é hoje um espaço em que se predominam organizações e instituições que buscam somente reproduzir a ordem vigente. Neste sentido, os sem-teto tentariam travar uma disputa de projeto com estas instituições, no sentido de politizar e organizar a classe trabalhadora para que se vislumbre uma transformação social. (OLIVEIRA, 2010, p. 193)

Buscando intervir nessa realidade transformada que, para o movimento, enfraquece o caráter de classe e desencadeia um conflito desordenado de “pobres contra pobres”, o MTST buscará realizar a luta por moradia através do resgate a categoria de “trabalhador”. A partir da qual, por sua vez, compreenderiam que a situação vivenciada por eles depende diretamente de uma condição de oprimido, a qual só é passível de reverter em uma organização social contra seus opressores.

os movimentos populares urbanos devem traçar uma estratégia de ação, com vistas a objetivos abrangentes (...). os objetivos estratégicos traçados [pelo MTST] são a conquista da moradia, a reforma urbana e a transformação social pela via da construção de uma identidade coletiva. (...) fica claro que a única “saída” a ser considerada é (...), através da formação de militantes qualificados para a ação responsável e da construção de uma identidade coletiva que faça com que “o povo explorado perceba que [...] eles são o time dos oprimidos e que o único time com quem eles devem brigar e competir é o time dos opressores” (GOULART, 2011, p.72)

Será a partir desse conjunto de ideia e estratégias que dão forma à leitura que o movimento faz da realidade social em que atua e, principalmente, da sua posição frente a ela, que se desenvolverão as atuações do MTST. É importante que se tenha claro, neste ínterim, tanto os processos de reorganização por que passaram o movimento e sua atual forma de atuação (a qual possui em destaque o PMCMV), quanto o projeto político que ampara sua atuação no conjunto das relações sociais.

Em intersecção, a partir dessas duas dimensões – a entrada do programa do MCMV enquanto estratégia de organização e sua atuação a partir do projeto político que dão origem – ,o MTST irá entrar a partir de 2009 e, mais especificamente, a partir de 2013, em um amplo processo de crescimento, ganhando destaque em diversos dos embates sociais do país. E será nesse contexto, de crescimento e fortalecimento do movimento, que se formará no segundo semestre de 2014 a ocupação Chico Mendes II.

2.a.c Contexto de formação da Ocupação Chico Mendes II

Com a saída de Lula do governo, Dilma Rouseff assume a presidência em 2010 a partir de uma política amplamente consonante com a que vinha sendo levada a cabo pelos governos de Lula. No entanto, com a queda das vendas das commodities, reduz o orçamento geral da união e aumentam as dificuldades de equacionar os interesses da população empobrecida com o dos grandes empresários.

Segundo Boulos (2014), tão eficiente quanto “enxugar gelo”, o programa MCMV desencadeará durante os anos de seu funcionamento uma grande proliferação da especulação imobiliária e, com isso, abre um amplo espaço de atuação e possibilidade de crescimento aos movimentos que se organizam a partir das questões da moradia. Período no qual, de fato, o movimento ampliará a sua atuação e seu fortalecimento.

Como trabalhado por ele, sem a regulação fundiária da terra e a intensificação da especulação imobiliária que o programa desencadeará, faz com que entre os anos de 2008 a

2013 o preço médio dos imóveis aumentasse 195,2%, praticamente triplicando. No mesmo período, o aluguel sofre uma variação de 95,1%, quase que duplicando⁶⁷. Segundo Boulos, esse processo, atingindo diretamente as populações periféricas, fez com que a partir de julho de 2013 surgisse uma série de novas ocupações, levando a um amplo aumento na luta dos movimentos por moradia. Dentre eles, as atuações do MTST a partir das periferias da cidade de São Paulo.

Em julho de 2013 o Brasil viveu uma das maiores mobilizações de sua história. (...) As tarifas baixaram pelo país a fora. Seria ingenuidade acreditar que este acontecimento não deixaria lições e consequências na consciência popular. Embora a maior parte dos trabalhadores das periferias não tenham ido às ruas em junho (...) não deixaram, por outro lado, de receber o impacto destas mobilizações. O recado de junho foi claro: se o povo for às ruas em massa e de forma organizada pode obter conquistas. Afinal, a tarifa baixou. As mobilizações populares, que estavam desacreditadas no Brasil, voltaram para a ordem do dia. (BOULOS, 2014)

Segundo Boulos (2013), esse abrupto aumento das lutas se deram na sociedade como um todo, impulsionadas pelas mobilizações de junho que explicitaram a força que a ação popular possui. Sendo o MTST parte desse processo combativo, o crescimento específico da sua base, surge como um resultado da força política que o movimento conquistou.

Como fruto deste processo o movimento dá início no segundo semestre de 2013 a quatro novas ocupações. Em agosto, formam a ocupação *Faixa de Gaza*. A qual, formada dentro da favela de Paraisópolis, na cidade de São Paulo, faz a “ocupação mista do território”, o que significa a proximidade territorial existente entre as favelas e as moradias de luxo construídas na região do Novo Morumbi. Em outubro, realizam mais duas ocupações, tendo o intervalo de sete dias entre o início de uma e outra. Estas, denominadas respectivamente como *Dona Deda* e *Capadócia*, são ambas formadas na região do Campo Limpo, zona sul de São Paulo. Logo no mês seguinte, em novembro, dão início a ocupação *Vila Nova Palestina* que com oito mil famílias, passou a se “considerada a maior ocupação urbana de luta por moradia no mundo” (TERRITÓRIOS TRANSVERSAIS..., 2014, p.20). Neste mesmo semestre, agregam ainda ao movimento a ocupação *Estaiadinha*, que apesar de ter sido construída espontaneamente foi agregada ao movimento e conta também como uma de suas lutas.

Em 2014, o contingente das lutas não diminuem, segundo a retrospectiva realizada pelo movimento, no ano realizaram mais de 63 mobilizações em São Paulo – as quais incluem atos realizados em torno da questão da água, telefonia, saúde, apoio à greve dos metroviários, apoio ao povo palestino e contra o massacre em Israel, contra a direita pelas reformas

⁶⁷ Boulos (2014) retira esses dados do índice Fipe/Zap do mercado imobiliário.

populares. Dentre estas, destaca-se a ampla participação do movimento no processo de aprovação do Plano Diretor de São Paulo e seus atos contra as empreiteiras.

Conseguimos mobilizar mais de 10 mil trabalhadores sem-teto nas audiências e em manifestações relacionadas ao Plano. Como resultado várias propostas indicadas pelo Movimento foram contempladas. Em primeira lugar, aumentamos a quantidade de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), que são destinadas à moradia popular. Conseguimos inclusive garantir várias áreas que estão atualmente ocupadas pelo Movimento (...), Segundo, conseguimos incluir pontos relevantes nas diretrizes do Plano: uma política de prevenção ao despejo forçado; o estímulo à construção de habitação popular por gestão direta das entidades populares; e ajudamos a defender [a] Cota de Solidariedade – um dispositivo que obriga empreendimentos com mais de 20 mil m² de área a doarem um percentual de área para habitação popular. Por último, contribuimos com as propostas desenvolvidas (...), tais como o IPTU progressivo no tempo, [e] a desapropriação de áreas ociosas (...) (BOULOS, 2014, p.9)

E ainda, a jornada de mobilizações populares que o MTST organizou em questionamento aos investimentos públicos em apoio a empresas privadas que foram destinados a Copa do Mundo em 2014. Como resposta a essas mobilizações, o MTST junto a outros movimentos populares, conseguem intervir em algumas medidas da política urbana do país, como a aprovação de uma comissão de prevenção dos despejos forçados, a ampliação das atuações do MCMV-Entidades (na qual cada movimento só podia construir mil moradia ao mesmo tempo, quadro que conseguiram reverter para 4 mil moradias) e outras medidas que visam melhorar a qualidade e a localização dos empreendimentos destinados à população de 0 a 3 SM⁶⁸.

Para além dessas medidas de caráter mais amplo, ainda conseguiram em um mês de ocupação a aprovação da construção de mais de duas mil moradias da ocupação *Copa do Povo*. Organizada pelo MTST, essa ocupação foi formada em julho deste ano de 2014 em Itaquera, zona leste da cidade de São Paulo, próximo ao estádio do Itaquirão (local de abertura da Copa do Mundo). Ganhando amplo destaque na mídia internacional, a ocupação tornou-se símbolo das organizações populares em oposição a Copa e, consecutivamente, um símbolo da força organizativa que representava o movimento no conjunto das relações sociais.

Em seguida, formam a ocupação *Numa Pompílio*, na Cidade Tiradentes e ocupação *Portal do Morumbi*, na região do Morumbi, todas no município de São Paulo também.

Ainda, as ocupações mais antigas da ocupação avançaram em seus processos de negociações e conquistas.

⁶⁸ Entrevista coletiva com Guilherme Boulos. <https://m.youtube.com/watch?v=AUjCQMY9wTA>

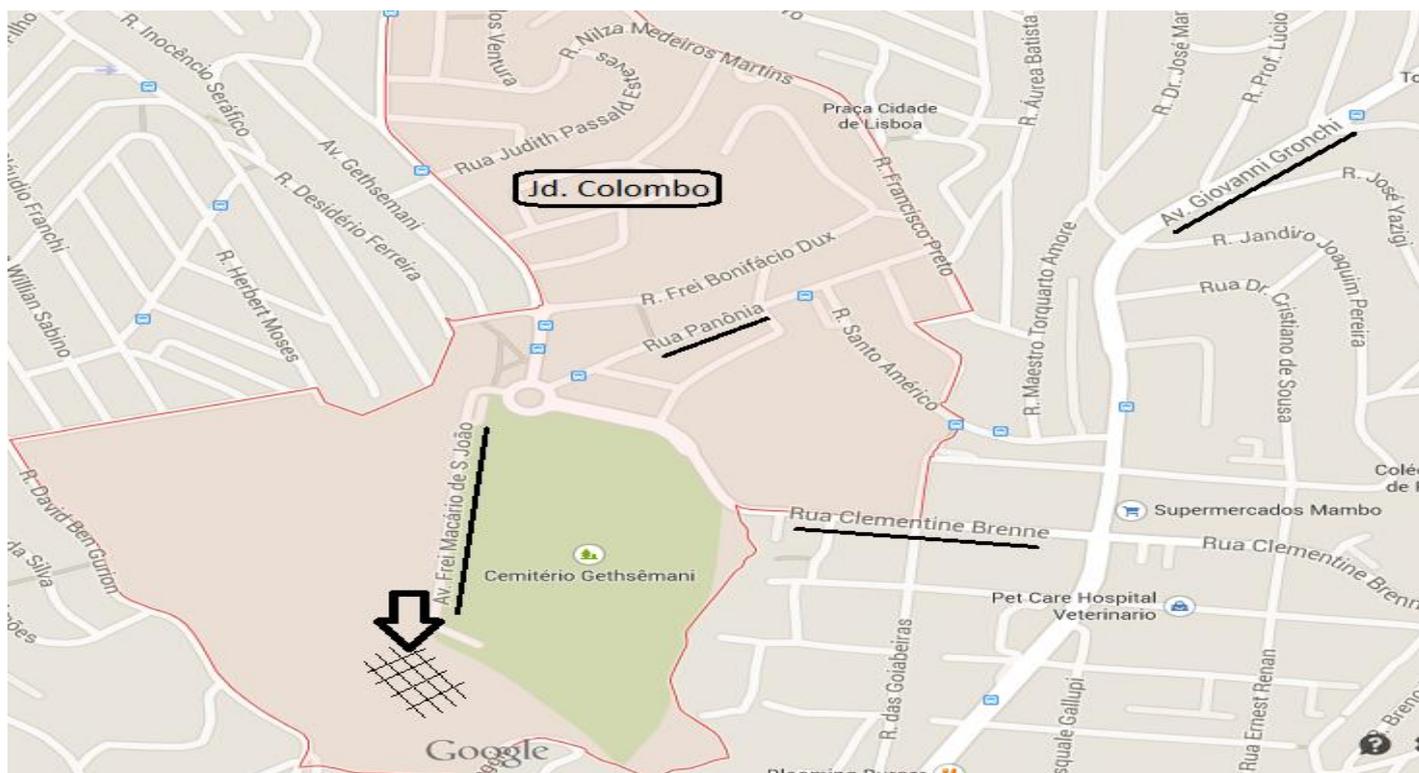
Pinheirinho de Embu e Santo André, Silvério e Che garantiram seus terrenos em 2014; Faixa de Gaza e Palestina tiveram opção de compra e projetos; Dona Deda e Capadócia avançaram nas negociações dos terrenos; Estaiadinha avançou na definição do empreendimento; Zumbi em Sumaré, entrega dos apartamentos; Chico Mendes e João Cândido, entrega das chaves. (Em São Paulo e no Brasil: MTST! A LUTA É PRA VALER! <https://m.youtube.com/watch?v=RTdVghWnxsQ>)

Será neste cenário que se formará em setembro de 2014, a nova ocupação do movimento denominada *Chico Mendes II*.

CAPÍTULO II. A OCUPAÇÃO CHICO MENDES II

Às vinte e três horas do dia cinco de setembro de 2014, dá-se início a mais uma ocupação na cidade de São Paulo.

Localizada na região do Morumbi, zona sudoeste de São Paulo, foi formada logo ao lado do Cemitério Gethsêmani e teve como lócus de sua formação o bairro Jardim Colombo.



(FONTE: base digital do google maps)

Iniciando com cerca duzentas famílias, a ocupação passa a ter, em menos de uma semana, em torno de duas mil pessoas organizadas sobre a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Denominada *Chico Mendes*, permanecerá por quatro meses organizada sobre o terreno, do qual se retira no início de janeiro de 2015 já com indícios de conquista das moradias⁶⁹.

⁶⁹ Como será abordado no final do capítulo, a ocupação Chico Mendes consegue firmar um acordo que garante a construção das moradias populares para as famílias, mas não consegue a posse do terreno por eles ocupado. Isso faz com que se inicie um novo processo em que as famílias se retiram do terreno, mas se mantêm organizadas junto ao MTST enquanto se desenrolam as novas etapas de negociação (como a escolha de um novo terreno onde as moradias possam ser construídas) e construção das moradias. Assim, mesmo após a desocupação do terreno, a ocupação Chico Mendes continua não só existindo como também atuando junto ao MTST – assunto que trabalharemos com maior cautela mais adiante.

Será em torno desta trajetória – construída durante a ocupação territorial – que se reclina este trabalho. Busca-se compreender a dinâmica interna da ocupação Chico Mendes a partir das experiências vivenciadas pelos sujeitos que ingressam ao MTST enquanto *acampados*⁷⁰. Para isso, o presente trabalho se inicia no momento em que se dá o início de nossa aproximação com a ocupação Chico Mendes, já perto desta completar um mês de sua ocupação territorial.

1.Uma aproximação estranhada

Em 3 de outubro de 2014, após passar o cemitério Gethsêmani e virar à esquerda, adentro a Avenida Frei Macário, onde logo no seu início já era possível enxergar a ocupação Chico Mendes. Formada sobre um terreno íngreme que pontuava o extremo oposto da via, a ocupação ganhava destaque na avenida que possuía em suas margens apenas o muro do cemitério, de um lado, e um rio, do outro. Neste pequeno trajeto, esvaziado de casas em suas laterais, marcava-se ainda o distanciamento socioespacial entre as casas populares construídas no começo da avenida dos grandes condomínios de luxo que cerceavam o terreno ocupado.

Conforme me aproximava da ocupação, tornava-se mais perceptível o cenário que se compunha a frente. Na avenida, já perto de seu fim, por volta de seis barracas, construídas com lona e madeira, ocupavam a calçada vendendo bebidas, bolos, panos de prato e roupas. Parecendo expandir a dimensão da ocupação para além do terreno ocupado, cada barraca possuía junto a si um pequeno grupo de pessoas que lá permaneciam conversando. Próximo a estas, já no meio da rua, dois tambores e algumas madeiras bloqueavam a passagem impedindo a partir dali a aproximação de carros. Quando da avenida se olhava para cima, a qualidade íngreme do terreno permitia que mesmo a distância fosse possível evidenciar a dimensão e algumas estruturas físicas que davam forma a ocupação territorial.

O primeiro elemento que marcava, ao menos naquele dia, a entrada do terreno era uma faixa amarela que levava o nome “Ocupação Chico Mendes”. Após ultrapassá-la, dava-se início a uma pequena subida que possibilitava, enfim, entrar nas dimensões da ocupação que já eram vislumbradas a distância. Do lado direito do terreno, havia um banheiro construído com tapumes e acima deste uma grande construção retangular formada com madeira e lona. Ao lado de tais construções, havia um grande espaço vazio que era preenchido apenas em

⁷⁰ Para o MTST, são acampados aqueles que passam a participar do movimento com a finalidade da conquista de uma moradia própria. (GOULART, 2011)

suas beiradas por algumas barracas que foram ali montadas. De forma linear, o final da estrutura de lona e do espaço ao seu lado davam início a um montante de barracas que se estendiam dali até o final da área ocupada. Com exceção de parte do lado esquerdo do terreno – que possui uma grande quantidade de árvores nas quais não penetraram – e de suas laterais mais íngremes, o terreno tinha toda a sua área, de alguma forma, ocupada.

Junto à estrutura da ocupação, ficava agora mais evidente uma dimensão que não era possível enxergar a distância. No espaço em que formava uma área vazia, um grupo com cerca de 30 pessoas encontravam-se reunidos próximo à janela e à porta que davam abertura a estrutura de lona.

Sem saber ao certo com quem falar, abordei um rapaz e perguntei se ele sabia me dizer quem era a Jéssica⁷¹. *Militante* do MTST, Jéssica era uma das coordenadoras responsáveis pela ocupação, com quem entrei em contato e combinei previamente minha ida a Chico Mendes. O rapaz, que descobri mais adiante que se chamava Robson, sem saber ao certo do que se tratava, me perguntou: “e você, é...?”. Não sabendo como me identificar, respondi a ele, “eu, sou... eu sou...”, quando ele completou “a estudante?”. Como uma forma de alívio por ter algum tipo de identificação, respondi “isso, a estudante”.

Como foi possível notar pela pergunta de Robson, a minha chegada já era esperada a partir de uma intitulação específica. Tal fato, que parecia ser fruto apenas de uma relação imediata que se dava naquele momento, foi antes construído por uma preocupação com a forma de aproximação com o MTST. Tendo sido esta mediada por outra pesquisadora, o cuidado particular em ser reconhecida como estudante foi, antes, fruto da preocupação para que não fosse reconhecida como uma jornalista. Ser identificada como tal poderia vir a dificultar uma aproximação com o movimento, o qual vinha sendo amplamente assediado pela mídia em 2014 frente aos atos realizados por eles em torno da Copa do Mundo. Por conta disso, a preocupação era em reduzir a desconfiança que pudesse vir a balizar as relações internas que eu viria a estabelecer dentro da ocupação. Conseguindo, de fato, me afastar da figura da jornalista, adentrei a ocupação a partir de outra identificação que balizou grande parte das posteriores relações que vim a construir.

Após me reconhecer como “a estudante”, Robson me chamou para adentrar ao barracão – nome dado a construção de lona referida acima. Quando entrei, percebi que o grande retângulo visto de fora era, na verdade, constituído em seu interior por três ambientes. A única porta que permitia a entrada ao barracão dava acesso a uma sala onde tinha sofá,

71 Vale ressaltar que este e todos os outros nomes que aparecem neste capítulo são fictícios.

televisão, mesa e alguns colchões. Desta sala, tinha-se acesso a mais duas portas que possibilitavam adentrar a dois outros ambientes. Uma, construída do lado esquerdo, dava acesso à única cozinha da ocupação. Era este o ambiente que era possível ver a partir da grande janela construída no barracão, o qual possibilitava a relação do cozinheiro com aqueles que se encontravam do lado de fora. Do lado direito encontrava-se a porta onde Robson entrou à procura de Jéssica. Enquanto isso, permaneci na sala junto com cerca de dez pessoas que lá permaneciam conversando e jogando cartas. Logo Robson voltou e me chamou para entrar nessa nova repartição. Lá, onde se constituía uma espécie de quarto/escritório, tinham por volta de cinco pessoas cercadas de alguns papezinhos e algumas folhas. Cumprimentando a todos, direcionei-me a Jéssica, que começou a explicar o que faziam.

Mostrou-me que aqueles papezinhos se tratavam das fichas de presença. Nesta, havia registrado o número que cada família da ocupação tinha e o grupo a que pertenciam. Cada uma destas fichinhas que manejavam, representava o comparecimento no ato que haviam realizado contra o pedido de reintegração de posse que receberam durante a semana. Em um caderninho, a numeração das famílias presentes era anotada em sequência de outras páginas em que já haviam registrado a presença das famílias em atos anteriores.

Segundo ela, era o tipo de serviço trabalhoso, que exigia tempo e no qual encontravam-se constantemente envolvidos por ser realizado toda a vez que haviam atos e assembleias. Explicou que eles ainda não tinham registrado ao certo todas as famílias que tinham na ocupação. Mas que isso sendo terminado, construiriam então uma planilha para onde transfeririam as famílias e as presenças que cada uma destas já havia conseguido.

Após sua explicação, chamou um dos rapazes que ali estava para me mostrar toda a ocupação: Bruno. Ele e eu fomos para a parte externa do barracão, onde começamos a subir por entre as barracas. Ao iniciarmos a subida, alguns segundos após eu ter respondido sobre onde estudo, ele me pergunta: “Mas, por que você está aqui? Estuda o movimento para ganhar bolsa?”. Enquanto procurava explicar meu interesse anterior pelo estudo de movimentos sociais e sobre como se dava a distribuição de bolsas de pesquisa, ele esclarece alguns pressupostos de sua pergunta:

(...) a um tempo atrás tinha ido um menino na ocupação que ficou por volta de 15 dias, depois sumiu, depois voltou... e que ele queria estudar o MTST para ganhar bolsa. Que no começo todo mundo ficou prestando atenção nele, deixando ele viver lá e esperando pra ver “qualé que era” a dele. Então, com o que ele escrevia, foi ganhando a confiança do movimento e podendo entrar em algumas reuniões de coordenação. (Relato retirado do diário de campo, 03/10/2014)

Dando ênfase às reuniões e à relação de confiança necessária para que se possa participar destas, continuou a conversa dizendo que as reuniões não eram abertas e que por isso não era qualquer um que pode participar. Como exemplo, disse que o rapaz de quem falava conseguiu posteriormente participar de algumas reuniões gerais, mas que nem ele mesmo (o Bruno) podia participar de todas as reuniões que aconteciam. A diferenciação criada por ele na fala parecia se pautar no fato de ele – ao contrário de mim e do outro rapaz – ser um dos integrantes do movimento. Segundo ele, apenas integrava as reuniões gerais e aquelas mais específicas que diziam respeito às áreas em que ele atuava no movimento.

Buscando compreender melhor sobre ele e sobre a posição que possuía na ocupação, sobre a qual havia feito menção, perguntei se fazia tempo que ele estava na Chico Mendes. Em resposta, me disse que era da ocupação *Copa do Povo*. Com referência a como começou a participar da ocupação da qual faz parte, prosseguiu relatando que quando soube da ocupação Copa do Povo, foi até lá e passou o dia todo observando. Via e ouvia tudo o que estava acontecendo. Então, "*como é rápido para aprender as coisas*", voltava para casa e passava a noite procurando na internet sobre as coisas que tinha ouvido. No dia seguinte, voltava e fazia a mesma coisa, procurando conhecer melhor o MTST. Depois de fazer isso por três dias, foi até a ocupação e pediu para montar sua barraca. Lá, passou a fazer parte do “setor de segurança”⁷².

Quando ficou sabendo da nova ocupação do movimento, no caso, a Chico Mendes, foi até lá conhecer. “E aí”, brincou Bruno, “*não me deixaram mais sair*”. Pediram para que ele ficasse como *apoio*, pois, por já ter vivido em uma ocupação, sabia mais ou menos como se organizavam, podendo assim ajudar a organizar o novo conjunto de famílias. Como resposta, disse que só ficaria se os outros dez que estavam com ele pudessem ficar também. Todos ficaram. No entanto, tinham uma posição diferente daquelas que ocupavam na Copa do Povo, pois, enquanto apoio, auxiliavam em tudo que era necessário sem pertencer a nenhum setor em específico. Por conta da distância existente entre a Chico Mendes e a casa onde morava, localizada na zona leste, ele passa a semana inteira na ocupação e só volta para casa nos fins de semana para lavar sua roupa e trabalhar como garçom. Tirando isso, só saía da ocupação durante o meio da semana quando precisa trabalhar com seu tio descarregando caminhões.

Como notava conforme subíamos, todas as barracas possuíam uma forma comum. Constituídas em sua maioria com bambu e lona preta, as barracas possuíam até mesmo uma dimensão espacial semelhante. Mas, o que nelas se destacava era o fato de todas possuírem

⁷² O setor de segurança faz parte da estrutura organizativa utilizada pelo MTST, a qual será trabalhada mais a frente.

em suas lonas um “tipo” comum de marcação, o qual foi brevemente esclarecido por Bruno. Apontando para o montante de barracas, explicou que elas eram ali divididas em quatro grupos denominados G1, G2, G3, G4. Este, junto ao número que as famílias recebiam quando entravam a ocupação, era marcado em cada uma das barracas como forma de identificar a quem pertenciam. Não por coincidência, este “complexo” formado pelo número e grupo de cada família eram os mesmos utilizados nas fichas de presença que eram naquele momento trabalhadas dentro do barracão.

Sem ver ninguém por entre as barracas, perguntei a ele se muitas pessoas dormiam por lá. Disse que não, que deviam ter em média vinte pessoas que de fato permaneciam no terreno durante a noite. Perguntando se todas eram dessa forma, me disse que dependia muito da ocupação. Que na Copa do Povo tinham muitas famílias que permaneciam dentro da ocupação, assim como na *Vila Nova Palestina*⁷³, a qual, por ser uma ocupação mais antiga oferecia maior segurança para aquelas famílias mudarem de vez para o terreno.

Do “meio” das barracas, mais alguns pontos podiam ser vistos na ocupação, como a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que se encontrava hasteada já perto do final do terreno. Para além desta, outras três também ajudavam a compor o cenário: uma bandeira do Brasil e duas de times de futebol, as quais se encontravam penduradas em diferentes barracas. Transcendendo o padrão de organização utilizado pelo MTST – qual seja, a utilização de diferentes numerações que demarcadas nas lonas das barracas apontavam a quem estas pertenciam –, as bandeiras pareciam expressar novos signos que ajudavam a diferenciá-los frente ao conjunto da ocupação.

Assim que voltamos para frente do barracão chamaram Bruno pedindo para que ele fosse almoçar logo porque só faltava ele comer para que pudessem liberar a comida para os outros. Nisso, percebi que parte das pessoas que conversavam a frente da cozinha esperavam pelo início da distribuição do almoço.

Bruno entrou no barracão para almoçar e eu optei por permanecer do lado de fora. No intervalo de poucos minutos que fiquei ali parada, uma moça ao meu lado começou a conversar comigo compartilhando sua história de vida e, entrelaçada a esta, a história do próprio bairro onde estávamos. Sem interromper a forma contínua como se dava sua narrativa, Rosalinda dava corpo e direcionamento aos seus relatos a partir daqueles que entravam na

⁷³ A ocupação Vila Nova Palestina, uma das maiores ocupações da América Latina, também foi organizada pelo MTST e também conseguiu a conquista do terreno e a construção das moradias populares. Nesse período, a ocupação chegava a próximo de um ano já alocada no terreno. Entretanto, vale ressaltar aqui que na visita que fiz a ocupação, esta, já esvaziada, me falaram que pediam hoje para que as famílias voltassem a procurar novas moradias que pudessem se alocar temporariamente visto que o terreno em breve deveria ser desocupado para que se desse a construção das moradias.

ocupação iam até lá cumprimentá-la. A todos que iam até ela, Rosalinda apresentava a mim e dava sequência a sua história a partir de quando e onde tinha conhecido aqueles diversos sujeitos. Relatos os quais sempre se referiam às relações construídas no bairro.

No entanto, não eram apenas seus conhecidos que se aproximavam de Rosalinda. Por diversas vezes parou momentaneamente seus relatos para responder aqueles que a indagavam “é aqui que está sendo feito o cadastramento?”. Sem saber ao certo do que se tratava, Rosalinda me explicou que realizavam naquele dia o último dia de cadastramento das famílias acampadas no terreno. Como Jéssica havia mencionado, este se referia ao cadastro interno ao MTST, a partir do qual registrariam todos os membros da ocupação para, em seguida, criar as planilhas de controle das presenças. A resposta a tal pergunta era sempre acompanhada da mesma resposta “*Você é do G1? Se for, é aqui. Se não, precisa procurar o coordenador do seu grupo.*”. A partir de sua fala, passei a reparar naqueles que realizavam, como ela, o cadastramento das famílias. Eram estes, assim como aqueles que ocupavam a posição de *apoio*, que encontravam livre acesso ao barracão, diferente daqueles sujeitos que permaneciam sempre do seu lado de fora. Como era possível evidenciar pela sua fala, Rosalinda era uma das coordenadoras da ocupação, responsável pelo grupo um (G1).

Entre algumas horas de conversa e algumas fichas de cadastramento, já era fim de tarde e nos recolhemos para dentro do barracão para nos protegermos do frio. Lá, encontrei novamente Robson e perguntei se poderia falar novamente com a Jéssica. Adentrando novamente ao “quarto/escritório” existente no barracão, a cena do ambiente já havia sido transformada. Agora, era ocupado apenas por Jéssica, a qual bordava uma camiseta do MTST para usar na festa de um mês de ocupação que aconteceria no dia seguinte, e por Larissa que, assim como Rosalinda, ocupava a posição de coordenadora de grupo dentro da ocupação. Diferente dos outros coordenadores, Larissa encontrava-se do lado de dentro do barracão por ser a responsável por transferir os dados das famílias já cadastradas para o computador.

Enquanto conversava com Jéssica sobre meu dia na ocupação, Andréia, que também ocupava a posição de coordenadora de grupo, bateu à porta para levar mais fichas de cadastramento à Larissa. Após entregar as fichas, Larissa disse a Jéssica que haviam diversas pessoas que ela nunca havia visto na ocupação se cadastrando. Mas, como tinha sido pedido, fez a ficha sem discutir com aqueles que supostamente eram *acampados*. Jéssica disse que estes eram as *andorinhas* que sempre apareciam nas ocupações, as quais se informam através do bairro sobre o que ocorre no movimento e que, fingindo fazer parte da ocupação do terreno, tentam buscar a conquista da moradia se “infiltrando” no movimento. Jéssica não só sabia da situação como já havia avisado previamente que tal fato iria acontecer durante o

cadastro. Com muita tranquilidade, disse que era para ela não se preocupar com isso porque após o recolhimento das fichas, era muito fácil descobrir quem de fato participava, ou não, da ocupação.

Enquanto conversávamos, já perto do horário em que ocorreria uma reunião de coordenação, chegaram mais dois militantes do MTST que adentraram ao cômodo, partilhando de nossa conversa. Concordando com o que Jéssica dizia sobre a forma como as informações discorriam pelo bairro, Andréia começou a falar sobre como o início da ocupação parecia a princípio uma “loucura”. Disse que quando soube da *invasão*, decidiu fazer parte sem nem ao certo saber do que se tratava.

(...) Nisso, um dos militantes interrompeu o que estava falando e disse que ela tinha dito algo que bate no fundo do seu coração. Olhando para [Jéssica], perguntou se ela também sentiu. Ela respondeu: “Invasão?” [Andréia], estranhando, perguntou o que tinha de errado no seu comentário, se não era mesmo o que estavam fazendo. Enquanto falava isso, olhava para [Larissa], como quem buscava saber se ela tinha entendido o comentário deles. [Larissa], que havia parado de digitar deste momento, olhou para eles dizendo “pera ai, agora não estou entendendo mais nada. Não é o que estamos fazendo?” Em resposta, o militante então explicou que eles ocupavam, não invadiam. Que só invade quem entra na propriedade que é do outro, mas que o que eles fazem é entrar em terrenos que estão fora da lei. [Andréia], meio sem graça, disse que não sabia. Nisso, [Larissa], disse que isso também era novo pra ela. Tratando o comentário das coordenadoras com naturalidade, [Jéssica] disse que era pra ficarem tranquilas porque elas aprenderiam sobre isso com o tempo. (Relato retirado do diário de campo. 03.10.2014)

Já no horário em que haviam marcado uma reunião de coordenação, Jéssica me convidou a ficar e participar junto a eles da reunião que fariam. Saindo do “quarto/escritório” onde estávamos, encontramos cerca de vinte e cinco pessoas já sentadas na sala do barracão a espera da reunião. Jéssica me chamou e atravessamos por entre aqueles que lá estavam e fomos até a outra extremidade da sala, próximo à cozinha, onde estava Carla, coordenadora do MTST no estado de São Paulo. Jéssica me apresentou a ela e após uma breve conversa, iniciou-se a reunião de coordenação que ordenou-se a partir de três pautas: a festa de aniversário de um mês de ocupação que ocorreria no dia seguinte; o curso de formação dos coordenadores; e as eleições para presidente, governador e vereador que ocorriam naquele semestre.

A pauta que se referia à festa de comemoração e se deu mais em torno das questões organizativas. Com churrasco, bolo, refrigerante e banda, a única coisa que precisaria ser paga na festa seria o consumo da cerveja – a qual, só era permitia ser consumida na ocupação em dias festivos – e a cartela do bingo. Como esclareceu Carla, era necessário estabelecerem um preço que possibilitasse tanto a aquisição pelas famílias, quanto a arrecadação de verba para o

movimento. Isso porque, apesar de ser feito a partir de elementos doados à ocupação, era necessário angariar recursos para o que chamam de “autossustentação⁷⁴”. Tratando-se de um sistema comum “gerenciado” pelo MTST entre as diversas ocupações que organiza, serão os recursos arrecadados nas ocupações que possibilitam o pagamento de gastos como a confecção de faixas, bolos, e por vezes carros de som e ônibus. Por fim, dividiu-se quem seriam os responsáveis pela venda de cervejas, entrega de refrigerantes, pelo churrasco, decoração, o preço das rifas do bingo, quem traria as músicas, que músicas, e assim por diante.

Isso resolvido, deram início à segunda pauta. Como também esclarecido por Carla, o curso de formação possui várias etapas. No entanto, após passarem pelo nível mais básico do curso, eles também poderiam sugerir novos temas vinculados ao que a ocupação sentia mais falta de saber. No primeiro nível, o curso poderia ser dividido em três reuniões. Como até o momento haviam feito apenas uma reunião, decidiram a melhor data e horário para que todos os coordenadores pudessem comparecer. Por uma questão organizacional, ficou decidido também que nos dias do curso de formação, como seria a noite e englobaria a todos os coordenadores, não marcariam especificamente naqueles dias a presença dos acampados.

Prosseguindo com as falas e esclarecimentos sobre o movimento, Carla deu início à terceira pauta dizendo que em todo ano de eleições a coordenação do MTST se reúne para decidir qual será a posição do movimento. Que na reunião que fizeram, antes mesmo do início da Chico Mendes, foi decidido que o MTST não apoiaria de forma direta nenhum candidato. Ou seja, o movimento não poderia de forma alguma fazer campanha para nenhum candidato ou partido, assim como não poderiam fazer reuniões nem entregar panfletos em casa de acampados. Porém, não impediriam nenhum membro do movimento de fazer campanha para os candidatos fora do movimento. Pontuou que a política do movimento é bem clara: apoiam o voto de quem apoia os interesses e a luta do movimento. Pois, segundo Carla, mesmo o MTST não fazendo parte das políticas institucionais e não acreditando que esta é uma via efetiva de mudança para o país, se preocupam com quem seria eleito para que evitem depois que “fiquem batendo a cabeça” em relação as suas mobilizações sociais. A lógica seria apoiar os candidatos que favorecem politicamente as demandas do movimento, facilitando as conquistas da luta popular.

Pelo que era possível observar pela janelinha de vidro que existia na porta, enquanto a reunião se desenvolvia, aumentava o número de acampados que, ao menos aparentemente,

⁷⁴ A autossustentação, assim como a “segurança” destacada mais acima através do relato de Bruno, também faz parte de um dos setores utilizados na organização interna do MTST, a qual também será abordada mais a frente.

esperavam ao lado de fora o término da reunião. Quando de fato ela terminou, pelo avançar da hora, logo me despedi e direcionei-me à saída da ocupação. Lá chegando, parei em uma das barracas onde outros acampados estavam reunidos e perguntei se era perigoso subir sozinha até a Av. Giovanni Gronchi àquela hora. Explicaram que era melhor eu subir através da rua ao lado, seguindo pela parede do cemitério que desembocaria direto nela. Quanto à questão da segurança, afirmaram que eu poderia ficar tranquila porque apesar de ser o horário em que a polícia mais circulava por lá, a mim eles não parariam.

Pouco tempo depois descobri que a rua que eu subia (a qual se encontra no mapa do bairro localizado como Clementine Brenne) era onde se localizava a favela do Jd.Colombo I e II, das quais grande parte dos acampados provinham.

2. Seus antecedentes: recompondo histórias.

2.1 Quando o “Morumbi chegou até a gente”

A conversa com Rosalinda ajudou a compreender a estrutura de desigualdade socioespacial que era facilmente identificada na região do Morumbi, onde estava localizada a ocupação Chico Mendes II. Chegando ao bairro em meados da década de 80, Rosalinda será uma das primeiras moradoras.

Segundo algumas acampadas que também viveram essa época, o bairro era praticamente só mato. Migradas do nordeste e Minas Gerais, vinham com parte de suas famílias em busca de um trabalho que pudesse proporcionar uma melhora na condição de vida de suas famílias. Vivendo sobre condições praticamente rurais, pouco desfrutavam de uma estrutura urbana.

Apontando para os condomínios de luxo formados no entorno da ocupação, dizia “nada disso aqui existia não! Nós não viemos morar no Morumbi, foi o Morumbi que chegou até a gente.”.

Como trabalhado por Gohn (2010), o bairro do Morumbi era, na década de 1960, um lócus de mansões envoltas de imensos espaços não urbanizados a sua volta. Será na década de 1970 que este quadro muda. Segundo a autora, o fato se deve ao fomento que o Banco

Nacional de Habitação⁷⁵ (BNH) dava na época às moradias voltadas à classe média. A partir disso, “descobre-se” a região em torno do Morumbi como um lugar favorável à ampliação de novos empreendimentos imobiliários.

No entanto, não será apenas pelas classes média e alta que a região será ocupada. Com o crescimento da construção civil, o bairro recebe já na década de 1970 uma ampla população de migrantes, em sua maioria nordestinos, que se estabilizam na região por conseguirem vínculo empregatício junto aos canteiros de obras. Por não possuírem moradia vinculada ao trabalho, nem terem condições de adquirir uma moradia já construída, esses trabalhadores passam a ocupar lotes de terras vazios edificando suas casas a partir do processo de autoconstrução⁷⁶. Não possuindo a escritura dos terrenos, grande parte dessas moradias será considerada como “ilegal” pelo poder público. Em número crescente, essas moradias se formam em diversos pontos, originando um aumento das favelas por entre as moradias de classe média e alta que também se expandiam na região.

Em 1987, havia 233.429 pessoas morando em favelas nos distritos do oeste e sudoeste da cidade, o que correspondia a 28,62% dos moradores de favelas de São Paulo. Em 1993, os moradores de favelas desses distritos aumentaram para 482.304, o que representava 25,36% dos residentes de favelas da cidade. Em 2000, a população que morava nas principais favelas da nova região Morumbi⁷⁷ era estimada em 47,7 do total da população do Morumbi propriamente dito, ou seja, quase a metade. (GOHN, 2010, p. 271)

Através de um amplo trabalho de marketing do local, expandiu-se a ideia construída sobre o bairro do Morumbi para as regiões mais próximas, como a de Vila Andrade e Vila Sônia, nas quais se encontram, entre outras favelas, a Paraisópolis e o Jd. Colombo I e II. Como apontado por Rosalinda, literalmente, o “Morumbi” chega até eles, os quais passam a sofrer com as consequências do amplo crescimento da especulação imobiliária na região.

Ao lado das grandes favelas que se formam na região, o “Novo Morumbi” – como denomina Gohn (2010) – dá origem a um novo padrão de moradia, agregando piscina,

⁷⁵ Sobre o desenvolvimento do BNH ver: AZEVEDO, Sérgio. *Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH*. Rev. Adm. públ., Rio de Janeiro, 22(4):107-119, 1988 e BONDUKI, N. G. *Origens da habitação social no Brasil*. In: *Análise Social*. vol. XXIX (127), 1994 (3.º), 711-732

⁷⁶ As moradias formadas pela autoconstrução – sejam estas elaboradas de forma individual ou por meio de mutirões – tornou-se o padrão de moradia popular no período ditatorial. O assunto aparece problematizado por vários autores através de diversos enfoques. Dentre eles, para ver a relação da autoconstrução com o processo de superexploração da mão de obra, ver: *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, organizado por KOWARICK & BRANT em 1976.

⁷⁷ Por “nova região do Morumbi”, como já destacado, a autora compreende o que hoje é chamado por Morumbi, ou seja, tanto o bairro propriamente dito, quanto a região da Vila Andrade e Vila Sônia que foram construídas pelo marketing imobiliário como uma ampliação deste.

academia, sauna, bancos, e até mesmo comércio no espaço interno dos condomínios. Forjando a construção de um “espaço público” que se assenta sobre a lógica privada, criam a partir dos condomínios a ideia de um distanciamento daqueles que são considerados “indesejáveis”⁷⁸. Fisicamente demarcado por altos muros, cercas eletrificadas e por seguranças privados, os condomínios tornam-se o padrão de moradia da população enriquecida, a qual passa a sair das regiões centrais e de suas mansões em busca dessas “pequenas” fortalezas que criam novas sociabilidades a partir da sensação de segurança.

Aos poucos, os vazios territoriais vão sendo ocupados por ambas as classes, fazendo com que ocorram mudanças abruptas nos modos de habitação que são construídos lado a lado. Diferente da forma “concêntrica”⁷⁹ (GOHN, 2010) com que eram predominantemente construídas as periferias até a década de 1970 e 1980 – ou seja, se desenvolvendo de forma anelar em relação ao centro –, elas aparecem na região do Morumbi através de “*padrões mistos*”⁸⁰ de ocupação do solo. Sendo separados apenas pelas paredes dos condomínios ou por alguma rua ou declividade natural do terreno, as diferentes classes sociais ocupam uma mesma região através de estruturas diferenciadas de moradia. O processo de urbanização que se corporifica na região do Morumbi dá origem a um novo padrão de segregação marcado por uma relação social que permite tanto uma aproximação geográfica muito maior entre as

⁷⁸ Caldeira (2000) discute a formação dos condomínios através das mudanças sociais e econômicas que atingem o país na década de 80, como a recessão, aumento do desemprego e a propagação do discurso sobre o crime – o qual torna-se a principal “justificativa” para a construção desses “enclaves fortificados”, como denomina a autora. Nesse ínterim, o que denomino aqui enquanto “indesejáveis” será para Caldeira a população pobre que estigmatizada passa a ser “enquadrada” como pertencente ao mundo do crime e a tipos de comportamentos “desviados”. No entanto, procuro não realizar este recorte teórico no texto por ter a finalidade de problematizá-lo junto a temática específica da qual este trabalho aborda. Dessa forma, esta temática será tratada mais a frente através da relação estabelecida entre a ocupação Chico Mendes e as moradias de classe média e alta existentes em seu entorno.

⁷⁹ Por formação concêntrica do território se compreende aquelas ocupações territoriais que se distanciam do centro em direção as áreas mais extremas da cidade. Esses terrenos periféricos da cidade tornaram-se uma das formas mais frequentes de construção de moradia popular. Isso porque o distanciamento das regiões centrais levava também a um distanciamento da infraestrutura, tornando o valor do solo mais barato. Organizado a partir da especulação imobiliária, a população empobrecida era “jogada” cada vez mais as margens da cidade, para onde se deslocavam todas as vezes que o aumento de infraestrutura levava a uma supervalorização do território por eles ocupado, elevando o custo de vida. Assim, expandindo-se de forma anelar em relação ao centro da cidade, a ocupação concêntrica do território trazia em sua própria constituição uma segregação socioespacial, diferenciando pelo poder aquisitivo as áreas a serem ocupadas pelas classes sociais. A marca dessa “racionalização” da ocupação do solo através de uma lógica mercadológica, fez com que as classes sociais fossem perceptivelmente distribuídas em regiões diferentes da cidade. Essa é a sua diferenciação central do novo padrão que vem se desenvolvendo na região do Morumbi, o qual possui no mesmo território diferentes classes sociais. Sobre como se dá a formação concêntrica do processo de periferização, ver *A espoliação urbana* de KOWARICK, Lúcio (1983)

⁸⁰ Ver *A cidade de Muros* de Teresa Caldeira (2010) e *Morumbi: o contraditório bairro-região de São Paulo* de Maria da Glória Gohn (2010).

classes⁸¹, quanto uma separação entre estas através dos sistemas de segurança que identificam, controlam e distanciam aqueles que são considerados indesejáveis. (CALDEIRA, 2000)

Segundo Rosalinda, essa chegada do Morumbi até a área onde moravam levou a um crescimento abrupto dos gastos que tinham para continuar sobrevivendo naquela região. Em vista disso, engajaram-se em algumas mobilizações de bairro – das quais Rosalinda encontrava-se à frente.

Dentre estas, houve mobilizações para que a prefeitura garantisse a instalação de água e energia para todas as casas. Isso porque como apenas algumas possuíam tais instalações, era grande o número de “gatos” feitos nas casas que recebiam tais serviços. Isso fazia com que apenas parte das casas sofresse cobrança pelo uso de tais serviços, cobrança esta encarecida pelo acréscimo dos custos daqueles que utilizavam a água e energia através dos “gatos” e não pagavam.

Posteriormente, iniciaram uma nova mobilização reivindicando que as favelas do Jd. Colombo I e II fossem reconhecidas pelo governo sob o título de “comunidade”. Isso porque, segundo seu relato, quando o Morumbi “chegou até eles” o poder público passa a taxar todas as moradias “como se todo mundo que morasse aqui fosse rico”. O objetivo era fazer com que, obtendo o reconhecimento do título de comunidade, os moradores da favela recebessem uma redução das taxas que pagavam, por exemplo, em água e luz. Outra tentativa de redução dos custos foi quando se mobilizaram frente a um programa já oferecido pelo governo, pedindo que fizessem as trocas de lâmpadas, chuveiros e geladeiras da, agora, comunidade onde moravam.

No entanto, não eram apenas estas as formas de intervenção que Rosalinda ajudava a projetar no bairro frente às desigualdades socioespaciais que compartilhavam. Possuindo dois filhos viciados em drogas, ela passou a se aproximar da música junto ao filho buscando auxiliá-lo em um meio que o ajudasse a se desvencilhar de seu vício. A partir disso, ela passou a se envolver cada vez mais no bairro promovendo eventos na praça para apresentação de bandas, grupos de danças, etc. Assim, será em grande medida através da sua atuação com jovens a partir do trabalho dentro da esfera da cultura que ganhará mais destaque no bairro.

Através do encontro entre Rosalinda e diversos acampados dentro da ocupação Chico Mendes, eram essas as histórias por eles lembradas sobre as relações que construíram a

⁸¹ Essa aproximação é estabelecida comparativamente entre os dois padrões distintos de constituições de periferias aqui mencionados. Aqueles que possuem uma formação concêntrica e contínua e aquelas que são formadas a partir do padrão misto de ocupação do território.

partir do bairro. As quais pareciam de certa forma estar sempre pautadas nas estratégias que criaram para atuar sobre a realidade da qual compartilhavam.

Como era enfatizado por Rosalinda, até mesmo de luta por moradia ela já havia participado no bairro. Com a atuação que tinha na promoção de eventos culturais, um dia bateram na porta de sua casa pedindo ajuda para resolver um despejo que estava prestes a ocorrer. Assustada com o pedido, pois nada conhecia sobre luta por moradia, pediu para que lhe dessem uma semana. Nesse tempo, estudou sobre a problemática e sobre os meios existentes para resolver tal situação. Em contato com um advogado conhecido por ela, tomou a frente das negociações. A situação de despejo se dava pelo fato das famílias morarem em um terreno do qual não tinham posse e que era agora reivindicado pelo proprietário. Conseguindo com que as famílias continuassem no terreno, elaboraram ainda um documento que impedisse qualquer nova tentativa de despejo, no qual firmava que as famílias só sairiam do terreno por vontade delas.

De fato, o associativismo no bairro não é novo. Segundo Gohn (2010), algumas associações como AMACOL (Associação de Moradores e Amigos do Jardim Colombo), a União dos Moradores do Jardim Colombo e a Comunidade Jardim Colombo, também trazem um importante histórico de atuação no local. Para além deste, atuam ainda no bairro organizações que partem da iniciativa privada a fim de agir sobre a desigualdade social no local a partir da ideia de “responsabilidade social⁸²”, a qual busca angariar a população “voluntariada” em torno da gestão da pobreza.

2.2 A chegada de novos atores

⁸² Como exemplo disso, pode-se destacar o Projeto Viver que atua favela do Jd. Colombo. Segundo a definição de “quem somos” em seu site: “Os executivos do Banco Votorantim e empresas parceiras, conscientes da responsabilidade social empresarial e da necessidade de contribuir para a melhoria das condições de vida de famílias sem oportunidades e sem perspectivas de um futuro melhor, decidiram implementar um Projeto de Responsabilidade Social, estendendo a oportunidade a todos os funcionários para que participem voluntariamente de ações de transformação da realidade social.” Os quais atuam sobre os princípios: “Acredita-se no princípio de não só dar o peixe, mas, principalmente, ensinar a pescar, proporcionando uma significativa melhoria da qualidade de vida (...). Acredita-se que todas as pessoas podem ser sujeitos da sua própria transformação social, desde que lhe sejam dadas condições para buscar e alcançar esta transformação. Adota-se a prática da articulação de recursos que transformam os outros, que eleva sua autoestima, fortalece suas esperanças, alarga seus horizontes, expande seus conhecimentos, realiza seus sonhos, dá sentido à sua vida e garante sua evolução, ao contrário da prática da doação, que muitas vezes vicia, humilha, domina e reforça a relação de dependência.” Para saber sobre a origem da ideia de “responsabilidade social” e sobre no que se pautam seus princípios, ver: PAOLI, Maria Célia, *Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil* In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Na metade de 2014 o quadro de desigualdade socioespacial vivenciado por essa população se torna o modo por meio do qual mais um agente passa a atuar no Jardim Colombo. Trazendo em sua bandeira a luta por moradia e reforma urbana, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) se aproxima da associação de moradores do bairro a partir de um objetivo claro: iniciar ali uma atuação do MTST junto à população local que desejar se unir a eles na busca por moradia digna e pela reforma urbana.

Concebendo a proposta do MTST como algo positivo aos moradores do bairro, a associação passa a dar apoio à ação do movimento, inicia-se, assim, a relação do MTST com o bairro.

Dentre os membros pertencentes à associação, é Cibele quem decide atuar junto ao movimento no processo de “chamada” a mobilização da população local. Já conhecendo Rosalinda e o trabalho que realizou no bairro, Cibele vai até ela, explica sobre a presença do MTST, e a chama para auxiliá-los na mobilização. Com o apoio de ambas, que já eram conhecidas no bairro, o movimento inicia ao que denomina por “Trabalho de Base”.

Durando aproximadamente dois meses, o trabalho de base consistiu em um conjunto de reuniões feitas semanalmente com a população local. Sendo o meio de aproximação do MTST com a comunidade, as reuniões serviram de modo geral para problematizar a situação de desigualdade e, através desta, enfatizar a atuação do MTST como um movimento que se organiza através da luta por moradia ajudando a população a conseguir uma habitação mais digna.

Mesmo sendo reuniões “feitas pelo movimento”, quando ninguém deste comparecia, passavam a Cibele e Rosalinda o que deveria ser dito na reunião do dia. Segundo as mesmas, grande parte das reuniões foram para esclarecer os objetivos da ocupação, os critérios necessários para entrar, as regras internas e os critérios de distribuição das moradias (caso as consigam junto ao poder público).

O objetivo exposto pelo movimento à população do bairro é o de conseguir as moradias populares através do combate à especulação imobiliária. Ou seja, combater a lógica do território enquanto uma mercadoria – a qual fica “reservada” aqueles que podem pagar por elas –, reivindicando-a enquanto um *direito* que deve ser garantido a todos. Para isso, o MTST possui duas formas principais de atuação: a ocupação de terrenos e a realização de atos públicos. Ambas possuem em primeiro lugar o objetivo de atrair a atenção da sociedade para uma questão social latente e para pressionar o poder público a responder suas demandas.

A ocupação se torna o primeiro elemento do processo. Consistindo na entrada ou de terrenos particulares que, ociosos, são utilizados para fomentar a especulação imobiliária, ou

em terrenos públicos destinados a habitação social, exigem a intervenção do poder público para que se cumpra a “função social” dos terrenos através de construção de moradia popular. Os atos são os instrumentos utilizados para dar continuidade nesse processo, utilizados para pressionar o poder público a responder suas demandas.

Esse é o processo de atuação que a população é "*chamada a participar*" junto à coordenação do movimento.

Dentre tais delineamentos, vale ressaltar que apenas aqueles que não possuem nenhuma moradia em seu nome (composta por casa e terreno) podem atuar junto ao movimento. Assim sendo, podem participar tanto aqueles que vivem de favor ou de aluguel, quanto aqueles que possuem a moradia, mas não possuem a escritura do terreno. No entanto, diferenciando-os pelo grau de necessidade, no caso de conquista, terão prioridade os que vivem de favor ou de aluguel e, depois, aqueles que não possuem a escritura do terreno⁸³. Este critério, vinculado à necessidade das famílias, junto ao sistema de pontuação que controla a participação das famílias dentro do movimento, formam as bases que definem as prioridades na distribuição da moradia.

O MTST se aproxima com uma problematização social, expõe seu modo de organização e chama assim as famílias a entrarem na luta pela conquista da casa própria junto à coordenação do movimento. Será a partir da decisão dessas famílias em participar, que se dá origem a mais uma ocupação do movimento.

Quando o trabalho de base chegou ao final, marcam a data e o horário para realizarem a entrada no terreno. No entanto, apesar deste já estar previamente escolhido, é a última notícia a ser divulgada, evitando assim que sejam barrados pela chegada prévia da polícia.

Nos dois dias que antecederam a data marcada para a mobilização, sob pedido do MTST, iniciou-se no bairro um processo de formação de kits (compostos por quatro bambus e um pedaço de lona) que trazem os elementos necessários para as famílias montarem suas barracas no ato de entrada do terreno. Cortando os bambus na própria comunidade, os kits

⁸³ Neste caso, é importante ressaltar que a ausência da posse do terreno também deixa as famílias sobre alta condição de vulnerabilidade frente a possíveis situações de despejo – principalmente frente ao crescimento da especulação imobiliária na região onde residem. Especificamente na favela do Jardim Colombo, já existe desde 2005 a demarcação do território como ZEIS1 (W045). Fazendo parte do projeto “Complexo Paraisópolis”, a região foi demarcada no Plano Diretor como área já habitada, onde está previsto a regularização fundiária e a melhoria de infraestrutura – contando, inclusive, com remoção das moradias que residem em área de várzea e com a construção moradias populares construídas para as mesmas. A regularização fundiária, processo pelo qual levaria os moradores que possuem moradia própria a conseguirem também a posse do terreno depende de um conjunto de processos burocráticos que podem ser mais bem acompanhados através dos delineamentos trazidos pelo Estatuto da Cidade. No entanto, duas coisas são importantes ressaltar: primeiro que, como veremos, não serão apenas famílias da favela do Jd. Colombo que farão parte da ocupação; segundo, que mesmo essas, estando em área de ZEIS1, permanecem em situação de vulnerabilidade quanto à ausência de posse do terreno por ainda não ter se iniciado a intervenção pública no território.

foram formados e depois recolhidos pelo movimento.

Com o ponto de encontro marcado na Praça da Ressurreição, próximo ao Cemitério Gethsêmani, às vinte e três horas do dia cinco de setembro de dois mil e catorze, tem início a ocupação do terreno.

O terreno foi escolhido por se tratar de uma área de ZEIS2 (Zona Especial de Interesse Social destinada à moradia popular) que, ao mesmo tempo em que se mantém inabitada, vem também sendo assediada pelo setor imobiliário⁸⁴.

2.2.1 Na madrugada do dia 05/09/2014, mas um terreno foi ocupado por...quem?

Segundo Rosalinda e Cibele, quando a entrada no terreno teve início, abriram o caminho onde estavam os kits e um contingente muito maior de pessoas do que aquelas que acompanhavam as reuniões passaram a entrar no terreno, carpir e montar suas barracas.

Robson foi um desses casos. Com as conversas pelo bairro, já havia sido informado por um amigo sobre a presença do MTST, mas não se interessou. Dois dias antes da ocupação, no entanto, viu um grupo de pessoas perto da sua casa cortando uma série de bambus. Estranhando, foi até lá perguntar o que estavam fazendo e encontrou a Cibele. Sendo conhecida de sua mãe, ela foi até a casa do rapaz e lá explicou a ele e a mãe sobre o MTST e sobre a ocupação que aconteceria. A partir de então, decidiram fazer parte da ocupação. Segundo ele, decidiu participar só pra “zoar” mesmo. Entrar em terreno, dormir em barraca. Durante esses dois dias ajudou a Cibele na arrumação dos kits, e no dia da ocupação, lá estava. Assim que os coordenadores do MTST autorizaram, todos entraram e ele logo pegou um barbante e começou a demarcar o espaço do seu terreno e o de sua mãe. Já com as áreas quase demarcadas, ele e outras pessoas que faziam o mesmo foram interrompidos por um chamado do MTST, pelo qual avisaram que não era para demarcarem os terrenos porque lá não seriam construídas casas, mas sim prédios. Que era para montarem apenas as barracas.

Enquanto isso ocorria, logo no início da entrada das famílias no terreno, Cláudia estava na rua e estranhou a movimentação que ocorria no bairro. Sem saber o que estava acontecendo, foi até um conhecido se informar. Sem explicar, falou o mesmo que o amigo de Robson tinha dito a ele quando ouviu pela primeira vez falarem sobre o MTST: *“se você quer a sua casa, então é melhor ir lá”*. Achando que se tratava da montagem de um palanque onde fariam a inscrição do programa Minha Casa Minha Vida, se aproximou da movimentação. No

⁸⁴ Afirmação feita pelo próprio movimento no post em que divulgada a formação da ocupação Chico Mendes em seu site oficial: <http://www.mtst.org/index.php/noticias-do-site?start=20> (acessado em 11.09.2015)

entanto, quando chegou e viu que estavam todos entrando no terreno e “*derrubando tudo*”, também entrou, “*achando que já tinha ganhado alguma coisa*”.

Ao que parece, a diferença existente entre o número reduzido de famílias que participaram do trabalho de base e o montante de famílias que entraram no terreno se deve, em grande medida, à teia de informações criada entre estes sujeitos. Ou seja, será na comunicação entre parentes e amigos – e não, propriamente, a comunicação direta com o MTST – que o “chamado” a participar da luta por moradia se multiplica⁸⁵. E, possivelmente, será a partir da reflexão que criam a partir deste diálogo, com os sujeitos próximos a eles, que optam por adentrarem ou não ao terreno.

Frente à multiplicidade de motivações em que se baseia a ação destes sujeitos, o terreno passa então a ser ocupado tanto por aqueles que participaram do trabalho de base, quanto por diversos outros que decidem se integrar a busca por moradia. Junto a estes, compondo também o quadro múltiplo de expectativas e motivações, o MTST organizava a forma como deve se dar a ocupação do terreno.

Segundo Rosalinda, enquanto ocorre o processo de ocupação do terreno, se forma ao lado de fora deste um aglomerado de pessoas que passavam a realizar ali a venda e uso de droga. No dia seguinte, ficou sabendo que um de seus filhos também estava por lá e tinha voltado a fazer uso de droga.

Durante este processo, cerca de quatro tiros foram disparados ao alto pelas seguranças do condomínio de luxo localizado no terreno ao lado. Irrupendo-se no cenário que ali se forjava, os tiros – que tinham por finalidade coagir a entrada das famílias – ajudavam a evidenciar o que faziam. Abria-se ali um conflito. O qual, como desenvolveremos mais a frente, não diz respeito apenas à questão territorial.

Tanto no caso de Robson quanto no caso de Cláudia, o comentário comum foi o de que só começaram a compreender o que estavam de fato fazendo durante a primeira assembleia chamada pelo MTST naquela noite. Nesta, aliás, decidiram por registrar a sequência de tiros em um boletim de ocorrência e colocaram em votação o nome da ocupação, batizada como *Chico Mendes*⁸⁶.

⁸⁵ Segundo Goulart (2011), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) utilizam, comumente, de carros de som que ao caminhar pelo bairro faz a divulgação da ocupação, chamando a população a conhecer e a se integrar a ela. Porém, especificamente no Jardim Colombo, nenhum dos relatos que obtivemos fizeram menção a utilização do carro de som. Isso é o que nos permite pensar que, mesmo que este tenha sido utilizado, o “chamado” a participarem da busca por moradia tenha se dado predominantemente através das famílias.

⁸⁶ No entanto, por ser a segunda ocupação do movimento que leva o mesmo nome, ela é muitas vezes reconhecida como Chico Mendes II, principalmente quando se trata de discutir questões mais amplas sobre o movimento.

2.2.2 Ressoando pelo bairro

No dia seguinte, a notícia sobre a *invasão*⁸⁷ do terreno se espalhou rapidamente pelo bairro através do noticiário, das famílias, amigos e do comércio local, por onde Rosa foi informada sobre o acontecimento da noite anterior.

Indo logo cedo na padaria para comprar pão, o vendedor perguntou se ela estava sabendo que haviam invadido um terreno durante a madrugada. Surpresa com a informação desistiu do pão e foi até o local saber o que estava acontecendo. Lá chegando, surpreendeu-se em ver diversos de seus vizinhos e conhecidos dentro do terreno. Dentre eles, aqueles que já haviam montado suas barracas desde a noite anterior. Estes explicavam o que havia acontecido. Outros, como ela, apenas permaneciam ali por curiosidade, ouvindo o que diziam. Lá, ficou pelo dia todo, e só voltou para casa para dormir. No dia seguinte, foi novamente para a ocupação. No decorrer deste dia, pediu à coordenação do MTST, o aval para montar sua barraca.

Rosa mora com o pai, a mãe e o irmão em uma casa bem próxima ao terreno ocupado. Como relata, decidiu participar da ocupação por já ter mais de quarenta anos e nunca ter conseguido sair da casa de seus pais. Disse que quando contou a eles que decidiu fazer parte da ocupação, disseram “Você esta maluca? Vai todo mundo morrer soterrado ali de novo!”.

Como explicado por Rosa, o comentário de seus pais dizia respeito ao desmoronamento de terra que ocorreu no mesmo terreno no final de 1980, o qual levou ao soterramento de quase toda a favela que havia ali. Naquela época, já moravam no bairro e não só ouviram o desastre, como também perderam alguns conhecidos. Como relata, a preocupação apontada por seus pais era também um receio presente em muitos daqueles que decidiram entrar no terreno. Dentre alguns de seus conhecidos, afirma, existiam até mesmo aqueles que evitavam lá permanecer por muito tempo. “*A gente tem medo né. Mas, vai fazer o que? Tem que arriscar!*”

No entanto, além das reações acerca do perigo de desmoronamento de terras, era frequente nas mediações do bairro reações de espanto frente ao próprio ato de se construir uma ocupação. Fazendo referência a estes sujeitos, Rosa, buscava me explicar a atitude de seus conhecidos através do próprio distanciamento que estes tinham com a ocupação, dizendo: “Ah, mas sabe, são pessoas que nunca vieram aqui”.

⁸⁷ Utilizo aqui o mesmo termo utilizado pelos relatos que fizeram menção a este momento. Mais a frente, o termo será problematizado.

Assim como ocorreu com Rosa e com Bruno (no caso da ocupação Copa do Povo), aparece como um fato recorrente a ida das pessoas à ocupação por certa curiosidade, os quais só optam por fazer parte desta após permanecer por algum tempo dentro da ocupação junto a seus conhecidos, ouvindo o que os coordenadores – no caso, do MTST – falavam. Segundo diversos relatos, a figura do “Movimento dos Trabalhadores Sem Teto” aparece, a princípio, como algo desconhecido. Isso porque ou nunca tinham ouvido falar, ou pouco sabiam por tê-los visto apenas através de algum noticiário.

No entanto, nem todos os casos foram assim. Isso porque alguns moradores da região decidem participar da ocupação por já terem conhecido o MTST através de alguma das ocupações anteriores que o movimento realizou. Os casos são variados. Existem aqueles que conheciam o movimento por já terem ido a alguma ocupação com um amigo ou familiar; aqueles que tentaram participar de outra ocupação, mas que por falta de vaga não conseguiram entrar; ou, até mesmo, aqueles que já tinham participado do movimento em outro momento e que por alguma eventualidade deixaram de participar. No primeiro e segundo caso, aparece em destaque uma das outras ocupações feitas pelo MTST na região, a *Faixa de Gaza*, formada na Paraisópolis.

Assim, a partir de uma pluralidade de motivações e percepções, esses sujeitos se aproximam da ocupação territorial formada no bairro e dela decidem fazer parte. Porém, por que fazer parte? Em grande medida, em torno da busca por conquistar uma moradia própria.

Isso porque, como vimos desde sua projeção, o MTST inicia sua aproximação do Jardim Colombo a partir de um objetivo imediato, qual seja: aglutinar famílias para que juntas, através de uma ocupação territorial, possam conquistar suas moradias próprias. Assim, desde o trabalho de base à formação de um movimento de moradia no bairro apresenta-se, portanto, como uma nova forma de conseguirem sua moradia. Nesta, atuariam em conjunto para pressionar o governo até que este supra a demanda por moradia (compreendida aqui enquanto uma necessidade dada em âmbito individual) e infraestrutura apresentada por estas famílias.

No entanto, apesar de atraídos pela ocupação territorial através da bandeira de luta pela moradia, cada um destes sujeitos possuem motivações singulares que dão um sentido particular à escolha que fazem por se aproximar do movimento. E estas motivações, a partir do momento que aparecem imbricadas nas trajetórias destes sujeitos, não podem ser tão facilmente generalizadas. Pois, a partir da percepção destes sujeitos, a questão da moradia ultrapassa a dimensão da “supressão de uma necessidade individual” e se engaja em um conjunto denso de significações e relações construídas e agenciadas por estes sujeitos.

Dando “corpo” e dinâmica ao movimento que ali se forjava, estes sujeitos terão na busca pela moradia um objetivo em comum, o qual os unifica e o que os “move” enquanto sujeitos organizados.

Como já se apontava na noite em que adentraram o terreno e no próprio relato de Rosa, ao seguir o padrão de organização implantado pelo MTST, o ato de ocupação do terreno vem diretamente imbricado à elaboração de uma barraca no local. Somente ao erguê-la, encontrava-se decretada a sua entrada ao movimento. De família em família, de barraca em barraca, o terreno foi sendo efetivamente ocupado.

No entanto, como se tratava de um terreno íngreme no qual a situação de periculosidade parecia agravada pelo soterramento que já havia ocorrido no local, a prefeitura interveio na ocupação delimitando os espaços que poderiam ou não ser avançados. Quando chegaram ao limite determinado, cessaram a construção das barracas e, assim, também cessou a entrada de novas famílias na luta por moradia. Conseqüentemente, sendo um problema recorrente dentro das ocupações organizadas pelo MTST, valeu-se de um procedimento comum, a abertura de uma lista de espera para as famílias que ficaram sem vaga, as quais seriam chamadas apenas em caso de desistência.

Assim, quando decretam o fim da entrada das famílias no terreno, passam então a definir de fato que será, afinal, a Ocupação Chico Mendes. Segundo Rosalinda, houve nesse momento uma mudança do quadro que se apresentava durante o trabalho de base. Quem mais participava das reuniões de bairro eram os moradores do Jd. Colombo II, porém com o início da ocupação de terra esta configuração muda. A ocupação passa a agregar moradores tanto do Jd. Colombo II, quanto do Jd. Colombo I, Paraisópolis, Vila Sônia e de outros bairros próximos, assim como alguns membros de bairros distantes. No que se refere ao Jd. Colombo I, o afastamento do trabalho de base e sua aproximação posterior, segundo Rosalinda, se dá por conta do receio que esses tinham com o que dizia o MTST antes de ver que “*o negócio ia acontecer mesmo*”.

O “problema” com a venda e uso de drogas do lado de fora da ocupação foi resolvido através de Rosalinda. Pela grande influência que possuía no bairro, a pedido dos militantes do MTST, foi conversar com um dos “caras” que “davam conta do esquema” pedindo para saírem de lá.

2.2.3 Uma aproximação pré-estruturada

Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, a chegada do MTST ao Jardim Colombo não foi fruto de uma aproximação casual ou aleatória. Isso porque ela foi, antes, o resultado de um *planejamento interno* traçado pelo MTST. Segundo uma das militantes responsáveis pela Chico Mendes, é neste momento – e não naquele de entrada das famílias no terreno – que se dá início a ocupação.

Compartilhando desta visão, Goulart (2011) esclarece que a primeira “fase” de sua construção se inicia no momento em que uma nova ocupação começa a ser projetada pelos militantes do MTST por meio da realização de um estudo prévio onde analisam diferentes áreas a fim de delimitar aquelas em que podem vir construir uma nova ocupação territorial. E, dentro de tal análise, existem alguns critérios em que as áreas devem se encaixar para que, assim, possam vir a ser selecionadas pelo movimento.

Primeiramente, todas as áreas em que pretendem atuar devem se encaixar no de denominam por “mapa das necessidades”. Ou seja, em um “levantamento que combina a carência de moradias, de acesso aos serviços básicos sociais e de infraestrutura urbana com índice alto de desemprego ou subemprego” (GOULART, 2011, p. 75 -76). A partir de tal mapeamento – realizado pelos próprios militantes do movimento –, delimitam as áreas onde possivelmente exista uma maior agregação das famílias em torno da busca pela supressão de suas necessidades mais imediatas de existência.

No entanto, apesar de fulcral na delimitação de suas áreas, não será apenas este o levantamento que define, ao final, a escolha dos seus locais de atuação. Isso porque, de modo estratégico, o MTST só se organiza em localidades que agregam outras duas delimitações: primeiro, precisam ter algum terreno que juridicamente permita a abertura de negociações para que, assim, possam ter chances de permanecerem por mais tempo organizados no terreno; segundo, precisam que este terreno seja próximo de grandes vias de circulação, onde possam realizar seus atos públicos ao mesmo tempo em que interferem no escoamento de mercadorias.

A agregação destes três fatores possui a finalidade de garantir os quesitos que consideram minimamente necessários para que o MTST possa, ao menos, iniciar sua atuação.

No que tange o caso específico do Jardim Colombo, é fácil decifrar a intersecção desses fatores. A condição de permanência no terreno se dá através da existência de uma área de ZEIS2 que pelo fato de ainda não estar habitada, possibilita a abertura de uma discussão em âmbito jurídico sobre a destinação que deve ser feita do local. A proximidade com grandes

vias de circulação (extremamente necessário pela forma como o movimento atua com os Atos de fechamento de grandes vias) se dá pela pequena distância que o terreno acima referido possui da Avenida Giovanni Gronchi, como já destacado no mapa exposto no início do capítulo. Já a capacidade de massificação – dada pelo enquadramento no “mapa das necessidades” – se dá pela proximidade que o mesmo terreno possui das favelas do Jardim Colombo, Paraisópolis, dentre outras que se formam no entorno da região.

No entanto, não será apenas por atender tais quesitos que o Jardim Colombo torna-se um espaço de atuação do movimento. Pois, os elementos socioespaciais presentes no território só serão “ativados” enquanto constituidores de um campo de conflito se este for deliberado pelos militantes como sendo uma das ações que o MTST realizará frente ao quadro de conflito que criam em âmbito estadual e nacional.

Ou seja, a aproximação do MTST ao Jardim Colombo não deixa de ser casual apenas porque fez parte previamente de um estudo territorial, mas, antes, porque foi construído estrategicamente como parte do quadro de ações que o movimento projeta frente ao Estado.

Isso posto, ao fazer parte de um planejamento interno do MTST, dão sequência a uma “segunda” etapa de elaboração da ocupação, agora, aproximam-se do bairro.

Tratando-se também de uma estratégia de organização utilizada pelo movimento, os militantes do MTST buscam adentrar ao bairro referenciando-se nos sujeitos que já atuam no local para, através deles, iniciar sua inserção nas relações locais.

Como já visto, este processo, que será realizado através do trabalho de base possui como uma de suas principais intensões realizar a aproximação entre o movimento e as famílias. No entanto, não é só. Pois, para além disso, existem mais dois importantes pontos que o MTST coloca em ação junto a sua imersão no bairro.

Primeiro, o fato do trabalho de base não possuir “apenas” a função de se aproximar das possíveis famílias acampadas, mas, antes disso, de buscar se aproximar do bairro e do contingente de forças que nele atuam. Isso para que o MTST possa, aí sim, se estabelecer no local.

Segundo, o fato de realizar esta aproximação a partir de uma assertiva clara: participar na luta por moradia a partir da coordenação do MTST é, em primeiro lugar, atuar sobre as estratégias de ação.

E, exatamente nesse momento, onde se coloca a conquista da moradia a partir da condicionalidade de cumprir os padrões específicos de atuação pré-estabelecidos pelo MTST, somos obrigados a regressar lá no começo deste tópico, onde apontamos que a construção de uma ocupação é, antes, iniciada por um planejamento estratégico deste.

Aproximar-se de uma localidade a partir de um padrão de organização pré-estruturado é o modo como se mantém a unidade do MTST. Primeiro porque, no plano ideológico, será a partir desta estrutura que os militantes se propõem a realizar as propostas políticas do movimento, por meio da qual visam intervir e transformar a realidade social. Segundo, porque na sua realização mais imediata, a padronização das estruturas de organização permite que os militantes mobilizem todas as suas ocupações para atuarem em conjunto frente a um direcionamento político traçado, também, previamente por estes.

Assim, através de suas estratégias de organização o MTST irá se aproximar do Jardim Colombo e, junto a ele, fortalecer o seu posicionamento frente aos diversos conflitos que trava em âmbito estadual e, até mesmo federal.

O que há de mais substancial aqui a se notar, é o fato de que o padrão de organização utilizado pelo MTST só passa a se realizar no Jardim Colombo por entrar em consonância com um conjunto múltiplo de expectativas e significados que as diversas famílias atribuem tanto a moradia quanto ao próprio movimento que ali se forjava. De um lado, um planejamento já estruturado de como se dará o desenvolvimento de mais uma ocupação, de outro, a percepção das famílias sobre a chegada do MTST ao bairro. Será na relação construída entre estes sujeitos e seus diferentes ordenamentos que se dará origem a ocupação Chico Mendes.

2.2.4. Construindo relações: entre coordenadores, militantes e acampados

Como explicitado acima, a “construção de uma ocupação” se refere muito mais a um processo do que exclusivamente a um ato de entrada ao terreno. E, dentro deste quadro mais amplo, a ocupação territorial passa a ser mais uma das etapas de construção do que comumente se denomina por “ocupação⁸⁸”. Sendo sua principal estratégia de organização, a ocupação territorial ganha um lugar de destaque dentro do MTST por ser por meio dela que se constroem as diferentes estruturas e relações que sustentarão toda a dinâmica sobre a qual o movimento agencia o campo de conflito sobre o qual atua.

Conforme os diferentes sujeitos se aproximam da ocupação territorial e decidem dela fazer parte montando suas barracas, o MTST passa a ter delimitado quais serão de fato as famílias que – ao menos a princípio – constituirão a ocupação Chico Mendes. E a partir deste

⁸⁸ E isso porque a ocupação territorial não é o “fim” pelo qual o MTST se organiza, mas o “meio” do qual se utiliza para construir a organização das famílias e, através destas, do próprio MTST. Buscaremos evidenciar tal assertiva no decorrer do texto.

momento, quando as famílias passam a junto ao MTST se tornarem constituidoras da ocupação Chico Mendes, inicia-se a construção de uma nova forma de relação entre estes.

Esta, como já se apontava no trabalho de base, será amplamente pautada no padrão de organização utilizado pelo MTST. E através deste, como ressaltado por algumas famílias, não se uniam apenas na busca pela moradia, mas se uniam em torno de uma nova forma de fazer isso. Como? Através da ocupação, através da construção em conjunto da luta por moradia.

No entanto, para explicitarmos melhor a forma como se dá a organização interna da ocupação é necessário em primeiro lugar destrinchar o que até então vinha sendo compreendido enquanto “MTST”. Para, então, trabalharmos a posição que ocupará o conjunto de famílias dentro da ocupação e como elas passam a ser reconhecidas enquanto membros do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

Militantes

Como já trabalhado anteriormente, quando o MTST chega ao Jardim Colombo, não será o seu nome, mas sim, a sua bandeira de luta que chama a atenção da população local. Apenas no decorrer do processo de aproximação deste com as famílias – seja no próprio trabalho de base ou mesmo durante o processo de ocupação do terreno – que elas passam a tomar conhecimento sobre como o MTST especificamente compreende a luta por moradia e como, então, se organiza em torno desta.

Mas, afinal, quem são aqueles que os moradores do bairro compreendem, então, como o MTST?

São, em sua maioria, os *militantes* do movimento. Ou seja, aqueles sujeitos que adentram o bairro se propondo a *coordenar* as famílias. Será neles que se personificará a figura do MTST. Mas, afinal, quem são os militantes?

Como apontam em sua Cartilha de Princípios⁸⁹, os militantes se diferenciam dentro do movimento pela posição que ocupam neste. São aqueles que mantêm a racionalização e estruturação das lutas a partir das propostas políticas contidas no MTST. Dentre as funções que possuem, podemos destacar três dimensões que atravessam a projeção de uma ocupação territorial, quais sejam: os *coletivos territoriais* (formado por coordenadores de ocupação e coordenadores estaduais), os *coletivos organizativos* e os *coletivos políticos* (formado pelos coordenadores estaduais e nacionais).

⁸⁹ Disponível em <http://www.mtst.org/linhaspoliticaseorganizativas.pdf>

E aqui, é importante ressaltar que na maioria dos casos, como veremos em seguida, em consonância com a posição de coordenação que possuem dentro das atuações realizadas pelo MTST, os militantes comumente se autodenominam como coordenadores.

No momento em que o MTST chega ao Jardim Colombo, o faz especificamente através dos *coletivos territoriais*⁹⁰. Isso porque estes coletivos são os responsáveis por realizarem a aproximação entre o MTST e as famílias (por meio das reuniões de bairro), assim como por organizá-las dentro da ocupação e por mantê-las organizadas quando a ocupação territorial chega ao seu fim (como no caso de despejo ou até mesmo de conquista). No entanto, apesar do coletivo em questão abranger tanto a coordenação regional quanto as coordenações de núcleos, serão os *coordenadores de ocupação* que farão a aproximação do MTST com o bairro. Isso porque, comumente, os militantes que iniciam a aproximação com o bairro são os mesmo que permanecerão posteriormente como os coordenadores responsáveis pela ocupação territorial que se formará⁹¹.

Quando se efetivam a partir dos *coletivos territoriais*, a construção de uma nova ocupação territorial, como foi o caso da Chico Mendes II, entram em ação os militantes que atuam nos *coletivos organizativos*. Estes, formado por setores, organizam alguns pontos fulcrais na manutenção das dinâmicas mais imediatas da ocupação, como a *segurança, autossustentação, comunicação, formação política, articulação, organização e finanças*. Como apontado por estes, os coletivos territoriais seriam os responsáveis por organizar as famílias – tomadas aqui enquanto o combustível do movimento. No entanto, para que tal organização se desenvolva bem, seria necessário a atuação dos setores, os quais constituiriam as engrenagens que fazem o MTST avançar.

Para além destes, existem ainda os *coletivos políticos* do movimento. Estes, formados pela *coordenação estadual e nacional*, são os responsáveis por realizar as decisões políticas do movimento. São os responsáveis pelas grandes articulações realizadas pelo MTST, tanto de aproximação e afastamento de outros movimentos, quanto das decisões que se referem as dimensões mais amplas das ocupações, gerenciando a atuação “movimentista” da ocupação de acordo com a conjuntura política que o movimento enfrenta em âmbito nacional e estadual.

⁹⁰ Aqui, a designação “territorial” se refere diretamente a estratégia de luta utilizada pelo movimento, qual seja: organizar a classe trabalhadora a partir das problemáticas territoriais, como a questão da moradia e reforma urbana. Em uma dimensão mais ampla da atuação do movimento, os núcleos de atuação nos bairros também fazem parte dos coletivos territoriais. No entanto, como não foi o caso do Jardim Colombo, não será aqui colocado em destaque.

⁹¹ Especificamente na Chico Mendes, no entanto, não foi o caso. Isso porque o militante que acompanhava o trabalho de base no bairro foi “deslocado” para atuar na ocupação Faixa de Gaza, na Paraisópolis.

Atuando em conjunto a partir de dimensões distintas, os militantes se tornam, portanto, a *direção* do movimento. No que se refere aos coordenadores nacionais e estaduais isso aparece de forma um pouco mais clara, visto que são responsáveis por definir as estratégias de ação do movimento. No entanto, em âmbito local, são os coordenadores de ocupação os grandes responsáveis por colocar em prática as estruturas de organização trazidas pelo MTST. E, principalmente, são os responsáveis por conseguir através do “padrão de organização” do movimento, direcionar a forma como as relações locais devem ser construídas. Tornando-se a autoridade local, estes se tornam a referência de como o conjunto de famílias se organizam enquanto uma ocupação.

No momento em que o MTST se aproxima do Jardim Colombo, todas estas dimensões aparecem imbricadas a sua atuação. Portanto, será por meio destas que buscam agenciar uma nova forma de organização social no bairro.

Neste momento torna-se um pouco mais evidente a posição que os militantes possuem dentro do MTST; para estes, o que distingue os militantes das famílias que ingressam a ocupação é a ideia de que estes transcendem a dimensão da luta “individualista” por moradia (onde o movimento seria apenas um meio para se satisfazer uma necessidade imediata das famílias), passando assim a atuar no movimento por possuir uma identificação com as propostas de transformação social que o MTST traz em seu projeto político.

No entanto, esta identificação não é necessariamente dada “a priori”. Ou seja, ou se adentra a ocupação em busca por moradia, ou se adentra ao MTST enquanto militante. Ao contrário. Dentre o conjunto de militantes existem tanto aqueles que nunca participaram de uma ocupação na busca por moradia, quanto aqueles que assim já fizeram (ou ainda fazem) parte de uma ocupação a “espera” de suas moradias. Isso porque se trata de um dos mais importantes objetivos do MTST – enquanto proposta política – a conquista de novos “quadros” para o movimento a partir de suas ocupações, angariando assim a população a se unir na proposta de transformação social.

Nestes casos, vale ressaltar, não depende exatamente do tempo em que estes participam da ocupação, mas do interesse em assumir uma posição diferente na luta. Conforme cresce seu interesse em auxiliar na dinâmica da ocupação e de participar da construção do MTST como um “todo”, estes sujeitos vão assumindo diferentes posições dentro do movimento e, a partir disso, estudando sobre sua proposta política até, virem a fazer parte de fato do curso para militantes.

Assim, tornar-se um militante depende de um caminho traçado pelo movimento onde preveem diversos cursos de formação (que envolvem desde a história das lutas da classe

trabalhadora no Brasil, a formação do socialismo e a história do movimento, até discussões sobre problemáticas atuais – como, por exemplo, a redução da menoridade penal – e fundamentos mais práticos como a prática do discurso, da realização de assembleias, etc.).

Tornar-se militante depende também do grau de formação que adquirem dentro do movimento – o qual alcançam após passarem por tais estágios. Portanto, não se trata de uma “produção” a priori desses sujeitos, mas antes, de um resultado que atinge a partir da imbricação e comprometimento que criam com as propostas de organização do movimento.

Referente à ocupação Chico Mendes, este será o caso, por exemplo, de Jéssica e Silvia, as duas militantes que assumem a coordenação da ocupação. Ambas se tornaram militantes após terem participado de uma ocupação que o MTST organizou em 2007. Tornando-se uma das ocupações mais importantes na história do movimento, a João Cândido marcou junto a Chico Mendes I um importante período de consolidação do MTST no cenário nacional.

Hoje, enquanto coordenadoras da ocupação, são as responsáveis por cumprir com as funções requeridas aos coletivos territoriais, ou seja, manter a relação direta com as famílias, direcionando a forma como a ocupação deve ser desenvolvida. No entanto, segundo Jéssica, não se trata apenas disso. Enquanto militantes, são elas também as responsáveis por todo o grupo de famílias que se encontram no terreno.

Para além das coordenadoras da ocupação, que lá tinham uma posição fixa, outros militantes que coordenavam outras ocupações do movimento e os militantes que atuavam nos setores também atravessavam com frequência a ocupação Chico Mendes. Para além deste, especialmente no início da ocupação, as figuras de Guilherme Boulos, coordenador nacional do movimento e de Carla, coordenadora responsável pelo estado de São Paulo – os quais fazem parte do coletivo político do MTST – ganham um estaque especial na fala das famílias.

Acampados

Obviamente, compondo o movimento que se forjava no Jardim Colombo – para além dos militantes do MTST que buscavam em diferentes instâncias coordenar a ocupação do terreno – havia também as famílias que a eles decidiram se integrar.

A partir do momento em que elas decidem ocupar o terreno montando suas barracas, esse amplo contingente de sujeitos passa agora a ser denominados pelos militantes como *acampados*. Tornam-se *acampados* todos aqueles que adentram a ocupação por ter como objetivo final a conquista da moradia.

Como uma via de mão dupla, no entanto, enquanto estas famílias passam a ocupar o papel de acampadas dentro do movimento que ali se forjava, os militantes (que, como dito anteriormente, se apresentam enquanto coordenadores, posto que fazem referência à posição que ocupam no movimento) passam a ser reconhecidos por parte dos acampados como sendo “*o pessoal do movimento*”. E estas famílias, enquanto acampadas, passam a seguir o padrão interno de organização do MTST cumprindo, através deste, uma série de condicionalidades a fim de garantirem a conquista de suas moradias, como veremos adiante.

Coordenadores

Como no início da ocupação territorial os acampados ainda desconhecem como se configura a estrutura e a dinâmica de uma ocupação, os coordenadores responsáveis por esta comumente precisam de ajuda para organizar as famílias acampadas. No caso da Chico Mendes, essa ajuda foi fornecida pelo que chamam de *apoio*.

Os apoios são aqueles membros que nem participam do MTST enquanto militantes, nem mesmo são acampados da Chico Mendes. No entanto, por já terem sido acampados em ocupações anteriores e, assim, terem mais conhecimento de como uma ocupação se organiza do que aqueles que adentravam a nova ocupação do movimento, esses sujeitos passam a auxiliar no processo de organização da Chico Mendes.

Como relatado por Bruno, dez dos apoios da Chico Mendes vieram da ocupação *Copa do Povo* e junto a estes ainda tinham alguns outros vindos da ocupação *Portal do Povo*⁹². Dentre estes, existem tanto aqueles que já faziam parte da coordenação de suas ocupações de origem, quanto aqueles que ocupavam “apenas” a posição de acampados, passando a adentrar a coordenação só na ocupação Chico Mendes. Em ambos os casos, participam enquanto apoio por já terem vivenciado anteriormente uma ocupação. No entanto, o segundo caso chama mais a atenção por serem sujeitos que ocupavam até então exatamente a mesma posição das famílias acampadas na Chico Mendes. A valorização feita aqui se refere à forma como, ao passar por uma ocupação, eles apreendem as regras, estruturas e modos de organização utilizados pelo MTST. As quais, por serem usadas de forma padronizada, podem então ser repassadas e coordenadas por aqueles que são também coordenados por outros membros em suas respectivas ocupações de origem⁹³.

⁹² Ocupação criada na região do Morumbi em 2014, depois da Copa do Povo e antes da Chico Mendes II.

⁹³ Pois, como já apontado anteriormente, a saída do terreno ocupado não se refere a desagregação da ocupação. Mesmo tendo a Copa do Povo conseguido sua conquista e a Portal do Povo ter sido despejada, ambas permanecem organizadas. A forma como isso acontece será melhor explicitada mais a frente a partir do caso vivido pela Chico Mendes.

Este caso merece destaque por alterar a relação existente anteriormente entre coordenadores do MTST e os acampados.

Isso porque, como já ressaltado, os militantes sempre fazem referência a eles mesmos enquanto coordenadores. E, como os apoios não são acampados da Chico Mendes e também cumprem nesta o papel de coordenação, eles serão igualmente identificados pelos acampados como fazendo parte do “*peçoal do movimento*”.

O que é interessante aqui notar é que mesmo sendo reconhecidos pelos acampados como pertencentes “ao pessoal do movimento”, a partir do momento em que os apoios entram para a coordenação, passa a existir uma diferença interna entre o grupo. Isso porque, pela primeira vez passa a ser exaltado o papel do militante dentro do movimento.

Na relação entre eles, a diferença existente na coordenação fica explícita pelo fato dos apoios responderem diretamente ao grupo de militantes. Estes passam a ser distinguidos não só pela posição de “coordenadores”, mas por constituírem a “direção” do movimento.

Durante o processo onde os apoios passam a atuar junto aos militantes, se fortalece o processo de organização da ocupação através do padrão utilizado pelo MTST. Por exemplo, no que se refere à formação física da ocupação territorial, os coordenadores cuidam para que se mantenha o padrão entre as barracas – que precisam ser formadas com quatro bambus cobertos por uma lona preta, formando um espaço que permita uma ou duas pessoas ficarem deitadas dentro desta. Auxiliando no processo de construção, os coordenadores controlam para que as barracas não sejam feitas a partir de lonas remendadas e com várias cores. Assim como, para que estas sejam construídas uma ao lado da outra, buscam manter uma forma simétrica que possibilite a construção de ruas verticais dentre estas.

Após as barracas já terem sido montadas, a coordenação dividiu as famílias alocadas no terreno em quatro grupos. Correspondendo a um dos padrões de organização do MTST, essa divisão em grupos possui duas finalidades: a de facilitar a “gestão”⁹⁴ interna da ocupação, e a de fomentar a participação conjunta dos acampados⁹⁵, posto que a partir dessa primeira divisão deveriam se desenvolver diversas outras dimensões organizativas. A quantidade de grupos a serem formados é delimitado pela coordenação a partir da densidade de participantes que possuem.

⁹⁴ Como gestão compreendemos os processos organizativos que possuem como finalidade o controle dos acampados em relação a presença e participação, comida, limpeza, e assim por diante.

⁹⁵ Sobre esse tema, especificamente, trataremos no capítulo seguinte. Entretanto, para encontrar mais informações sobre a proposta política contida na divisão em grupos, ou brigadas, ver Goulart (2011)

Como partem do espaço físico ocupado, cada grupo concentra um certo número de barracas próximas umas das outras. Após tal demarcação, os acampados acrescentam na lona de sua barraca a indicação do Grupo que pertencem.

Como já evidenciado a partir da explicação de Bruno sobre a demarcação nas barracas, essa informação divide lugar inicialmente com o nome dos acampados que também são usados para marcar a quem pertence a barraca em questão. No entanto, no decorrer da ocupação, esses nomes vão sendo substituídos pelos números que as famílias recebem como forma de identificá-las. Como trabalharemos mais a frente, tanto as barracas em si demarcadas, quanto a própria numeração existente nestas (utilizada para o controle da participação de cada acampado) ganham uma importância fulcral na estrutura de organização do movimento.

Após um período, cada grupo elege em assembleia o nome daqueles que se tornaram os *coordenadores responsáveis pelo grupo*.

Rosalinda foi um destes casos. No entanto, sua história chama atenção pela forma como ocorreu: como já abordado, Rosalinda se aproxima do MTST por já possuir um histórico de mobilizações no bairro e, assim, poder auxiliar na mobilização local das famílias. Ocorre que, apesar de incentivar seus três filhos a participarem da ocupação (visto que já moravam sozinhos com suas famílias pagando aluguel), por já possuir terreno e casa própria, ela mesma não ingressa nesta enquanto acampada. Ou seja, não participa do agrupamento das famílias que buscam por moradia. E, assim sendo, objetivamente, não possuía barraca nem um grupo ao qual pertencia.

No entanto, quando se inicia a referida votação dentro da ocupação, mesmo sem se eleger para tal posição, Rosalinda foi nomeada e eleita pelo G1 como coordenadora de grupo. Sem nem mesmo estar na ocupação, Rosalinda ficou sabendo da sua eleição para coordenação porque a foram procurar em sua casa pedindo para que aceitasse a coordenação do grupo. Surpresa, Rosalinda aceita e passa junto a alguns dos acampados a fazer parte do “grande” grupo de coordenação, o qual passa a ser formado agora tanto pelos militantes, quanto pelos apoios e coordenadores de grupo.

Rosalinda, assim como os outros coordenadores de grupo eleitos, tornaram-se os responsáveis pelo “controle” dos acampados do “G” (grupo) ao qual pertenciam. A partir desse momento, todos os acampados de seu grupo ficam sobre a responsabilidade destes e cabe a eles fazerem com que se cumpram as regras e dinâmicas estabelecidas pelo movimento. Como, por exemplo, realizar o controle da condição (física) de cada barraca, da

pontuação e participação dos acampados, da limpeza, comida, trilha, e assim por diante. Destacaremos mais a frente como isso se realiza na Chico Mendes.

Vale ressaltar, ainda, como se deu a entrada desse novo contingente de acampados para o grupo da coordenação.

Assim como ocorre com os apoios, a diferença entre eles e os militantes aparece explicitamente marcada. Enquanto posição, função, controle de informações, etc., isso aparece constantemente na relação diária que os militantes estabelecem com os coordenadores. No entanto, a referência verbal sobre a diferença de intitulação aparece mais destacada pelos coordenadores de grupo e apoios, aparecendo ou sobre tom de crítica (ressaltando certa autoridade que possuem sobre eles e sobre o que se pode ou não ser feito e falado) ou sobre muita admiração, como um objetivo a ser alcançado. E isso, não no sentido de uma posição que pleiteiam, mas do conhecimento e experiência que possuem, e como utilizam isso para auxiliar outras famílias a atingirem suas conquistas.

Já no que tange ao grupo dos acampados, a relação estabelecida entre estes e os coordenadores de grupo é, de certa forma, diferente. Isso porque aparentemente o fato de fazerem parte da mesma ocupação ou até mesmo do mesmo bairro, rompe em parte com a forma como se referem a eles. Mesmo reconhecendo-os enquanto coordenadores, não os englobam na designação mais abrangente de “o pessoal do movimento”. Estes permanecem sendo apenas aqueles que aparecem junto ao MTST sem, contudo, terem passado como acampado pela ocupação Chico Mendes. No entanto, a partir do momento que se assumem coordenadores dificilmente se referem à posição deles mesmos enquanto acampados, construindo com estes uma relação diária pautada sobre novas atribuições.

Mesmo integrados em uma importante parte de elaboração e estruturação da ocupação, conforme esta se estabiliza, os apoios podem ou não permanecer na ocupação, dependendo da vontade destes. No caso da Chico Mendes, grande parte deles saíram de lá por terem sido chamados para ajudar na estruturação de uma ocupação maior e mais nova, a *Carlos Marighella*, a qual passava por situações tensas com a presença da polícia e com o próprio grupo de acampados.

Logo no início da ocupação, quando tinham juntos coordenadores de grupo e apoio, o “núcleo” de coordenação era bem numeroso. No entanto, no decorrer do processo ocorreu o distanciamento dos apoios e, também, a desistência de um número expressivo de coordenadores.

2.2.5 Uma conversa com a militância: reflexões sobre a mudança na organização do MTST

Grande parte dos militantes que atuavam na ocupação Chico Mendes já tinham sido, anteriormente, acampados. Isso não só é comum no movimento, como é um dos grandes objetivos que este vislumbra nas ocupações territoriais. *As ocupações são o momento em que o MTST amplia e qualifica sua militância, apostando na formação de coordenações de acampamento, eleitas pela base, que, ao assumir as tarefas organizativas e políticas da ocupação, se integram ao MTST.* (CARTILHA DE PRINCÍPIOS, 2005, p.11)

Dentro deste processo formativo, a maioria dos militantes com que tive contato dentro da ocupação vieram de duas ocupações: Chico Mendes e João Cândido. Se anteriormente viviam enquanto acampados um dos momentos de maior fortalecimento formativo do MTST, agora auxiliavam no desenvolvimento e organização de novas ocupações.

No entanto, se o trabalho de Goulart (2011) nos auxiliou na empreitada para compreendermos o processo de formação de ambas as ocupações, agora são estes que nos ajudam a refletir sobre o momento atual do movimento. Duas conversas se destacam sobre este período, as quais parece chamar a atenção para dois focos “distintos”, quais sejam: a criminalização dos movimentos sociais e como o MTST enfrenta hoje isso através do crescimento e fortalecimento de suas ações; e as mudanças internas a ocupação e uma possível mudanças destas por conta da aceleração das conquistas.

Uma das militantes responsáveis pela ocupação, comentando sobre o tempo em que era acampada, marcava as diferenças existentes entre a ocupação aquela e o momento de luta que o MTST vivencia hoje. Segundo ela, em torno de oito anos atrás, não podiam andar com a camiseta do MTST na rua. Mesmo em dia de mobilização, precisavam levá-la escondida na bolsa para colocar só na hora em que esta estivesse programada. E, nesse meio tempo, se algum policial suspeitasse de você e resolvesse abrir sua bolsa e lá encontrasse a camiseta do movimento, “você apanhava que nem cachorro”. No entanto, marcando a diferença no tempo, afirma que hoje os policiais já não mexem mais com o movimento da forma como era antes. E que isso se deve ao próprio tamanho que o movimento adquiriu. Pois quando vem a quantidade de pessoas que colocam nas ruas, não se aproximam porque sabem que se mexerem com um ali, todo resto vai também pra cima deles. E isso é uma das coisas que ajuda o movimento a ser reconhecido como um grupo que não pratica a violência, possibilitando a presença de idosos e crianças junto a mobilização. Diz que fica emocionada de ver os olhos dos acampados durante as mobilizações, as quais, com grande número de

pessoas, as vezes para e fica só olhando, emocionada pelo que conseguiram fazer.

No entanto, outras tantas coisas também mudaram. Segundo um outro militante, as ocupações mudaram muito do tempo em que era acampado para hoje. Pois, hoje as conquistas de moradia se dão de forma muito mais rápida. Isso seria uma consequência tanto da proporção que ganham os programas habitacionais quanto a regulamentação interna existente nestes. Como, por exemplo, o PMCMV. Segundo ele, o fato do programa aceitar toda a formação do projeto feito pelo movimento, impede que se valham das questões burocráticas para adiar a conquista do movimento. O que, anteriormente, atrasava muito o início das obras.

Outro fator por ele destacado foi o fato de não ser mais obrigatório os acampados dormirem na ocupação. Como forma de facilitar a entrada e a permanência das famílias na luta, a não necessidade de ficarem lá ajudou a garantir a permanência das famílias na luta. Porque com filhos, muitas vezes sem água, é muito difícil a situação mesma de permanecer dentro do terreno.

2.3 Um panorama sobre o campo de conflito territorial

2.3.1 Um reconhecimento da área

Como apontado pelo relato de Rosa, o conflito em torno do terreno ocupado pelas famílias remonta ao período que Gohn (2011) define como a descoberta do “Novo Morumbi”. Isso porque, na década de 70, alocou-se no mesmo terreno uma favela nomeada Nova República, a qual vinha em expansão, abrigando algumas das famílias que chegam a região em busca de melhores condições de vida.

A *Nova República*⁹⁶, formada ocasionalmente a partir de uma propriedade municipal, fazia fronteira com diversos terrenos que foram adquiridos no começo de 1980 por um único dono, o qual se apropria da terra sem criar nenhum tipo de atividade sobre esta. Tratando-se de uma prática comum na região do Morumbi na época de sua “descoberta”, este proprietário será um dos diversos empreendedores que adquirem e “seguram” múltiplos terrenos na região a espera da valorização imobiliária do território.

Em 1985, dá-se início a um processo de planificação do solo através da construção de um aterro. O investimento feito na área era um dos procedimentos utilizados como meio de

⁹⁶ Para saber mais, ler “Soterramento da Favela 'Nova república'. O crime culposo de desabamento com resultado morte – A imprudência dos construtores do aterro, a negligência de fiscais e a imperícia de engenheiros da prefeitura” Pedro Falabella Tavares de Lima, 1993

valorizar ainda mais a terra que viria a se tornar a base para a construção de possíveis empreendimentos.

No entanto, sem seguir os procedimentos legais, a obra construída “no improvisado” aterra uma bica d'água que se formava no terreno e descia em direção à favela. Com a absorção da água pelo solo, cria-se uma instabilidade na área recentemente aterrada, levando ao seu desmoronamento sobre as moradias que compunham a Nova República. Levando a morte de 12 crianças, o “acidente” ficou marcado no bairro como uma grande tragédia.

Desde a tragédia de Nova República, crescia especulação imobiliária na região e diminuía a quantidade de terrenos ainda desocupados. No caso do espaço aqui em questão, dois parecem ter sido os fatores que possibilitaram a permanência do vazio habitacional: primeiro, a memória que os moradores mais antigos no bairro traziam sobre a tragédia; e em segundo, a própria vigilância da prefeitura sobre o mesmo.

No entanto, se é verdade que fisicamente o terreno se manteve durante mais 25 anos da mesma forma, o mesmo não pode ser dito sobre sua condição jurídica. Dois foram os procedimentos legais que atingiram diretamente a área.

Primeiro, a delimitação em 2006⁹⁷ da nascente do rio Itararé, localizado ao lado do cemitério Gethsêmani, como uma Área de Preservação Permanente (APP). Utilizando-se dos instrumentos urbano-ambientais previstos no Plano Diretor, determina-se que a área deve ser preservada para que se possa garantir uma melhor qualidade do meio ambiente em regiões urbanas. Para tal, seguindo as delineações previstas na constituição federal, a secretaria de meio ambiente junto à fundação para pesquisa ambiental iniciaram estudos sobre os projetos que poderiam ser criados para que se pudesse garantir ao mesmo tempo a boa preservação do rio Itararé e uma melhor condição socioambiental para as famílias que residiam em torno da região. Segundo os estudos de Lotufo⁹⁸, previa-se dentre os diversos projetos elaborados a constituição de um parque linear que seguisse o desenvolvimento do rio, o qual poderia ou não ser integrado à área vazia ao lado do cemitério, expandindo a dimensão de áreas verdes na região. De fácil identificação, o terreno vazio que vinha sendo estudado correspondia a área anteriormente ocupada pela Nova República.

O segundo procedimento remete diretamente ao primeiro. Em 2010, delimita-se a área vazia como sendo uma área de Zona Especial de Interesse Social destinada a habitação. A

⁹⁶ Informações retiradas do relatório feito sobre o projeto de construção da área. Para saber mais, ler “PESQUISA E ANÁLISE DE APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS EM PLANEJAMENTO URBANO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO”. Produto 06. Estudos de viabilidade de Parques Lineares /agosto de 2006

⁹⁸ Lotufo, José Otávio. Habitação Social para a Cidade Sustentável. São Paulo: 2011

ZEIS, usadas na cidade de São Paulo desde o governo de Luíza Erundina (1989-1993), refere-se a um importante mecanismo de controle das ocupações do solo.

Amparada nos parâmetros expressos nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, e fortalecida pela elaboração do Estatuto das Cidades⁹⁹ em 2001, as áreas de ZEIS tem como objetivo expresso controlar a especulação imobiliária e o desenvolvimento das desigualdades socioespaciais. Para isso, a Constituição altera os fundamentos que regem a ocupação do solo. Antes da elaboração desses artigos, a compra, venda e construção nos terrenos deveriam respeitar apenas o zoneamento elaborado pela cidade. Sendo este respeitado, o proprietário tinha assim garantido por lei o direito à sua propriedade. Portanto, estando o terreno em condição legal em relação ao zoneamento da cidade, o proprietário era “livre” para utilizar ou não a área. Uma vez adquirida, a propriedade era sua e fazia com ela o que lhe interessasse.

O que se altera na Constituição de 1988 é o fundamento que alicerça a lógica de ocupação do território. Rompe-se com o princípio acima descrito, passam a submeter a manutenção da propriedade privada ao princípio da “*função social*”¹⁰⁰. Colocando os interesses sociais acima dos individuais, criam-se mecanismos que permitam um controle sobre a forma como esses proprietários utilizam ou não os espaços territoriais por eles adquiridos. Este mecanismo instala um campo de conflitos na discussão da ocupação territorial das cidades em âmbito jurídico: por um lado, o direito à propriedade, por outro, que esta cumpra a sua “*função social*”.

Para que fosse possível realizar essa mudança, a Constituição entrega a cada Município a responsabilidade pela elaboração das políticas urbanas locais. Assim, através da elaboração de um Plano Diretor, o poder público, junto à população local, deve esquadrihar seus territórios e definir o que poderá ou não ser feito em cada área. O objetivo aqui é que se estabeleça um planejamento urbano local que favoreça e atenda aos interesses de toda a população, fazendo, assim, com que todos os imóveis e empreendimentos estejam cumprindo uma “*função social*”. Acontece que este processo não é destituído de conflitos.

⁹⁹ Ver <http://www.senado.gov.br/senado/programas/estatutodacidade/perguntas.htm> acessado em 28/05/2015. E ver Ferreira, João. Cidade para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um “urbanismo às avessas” In: Hegemonia às avessas . Editora Boitempo, 2010.

¹⁰⁰ Ver Fernandes, Edesio . O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística. In: O estatuto da Cidade Comentado São Paulo : Ministério das Cidades : Aliança das Cidades, 2010. e Barros, Carvalho, Montandon. O estatuto da cidade Comentado In: O estatuto da cidade comentado São Paulo : Ministério das Cidades : Aliança das Cidades, 2010

2.3.2 Entre a favela e o condomínio: uma disputa em torno da função social do terreno

No mapa abaixo é possível identificar novamente o cemitério Gethsêmani e a Avenida Frei Macário. A área de Preservação Permanente referida encontra-se bem ao lado da Avenida, na fronteira onde se inicia a área de ZEIS. O terreno ocupado pela Nova República, como já destacado, encontra-se ao final da Frei Macário, onde é em parte encoberta pela Zona de Interesse Social. Na continuidade da delimitação realizada como ZEIS, apesar de aparecer na imagem ainda enquanto uma área verde, apenas uma parte dela será preservada, sendo a outra ocupada pela construção de um condomínio. O qual foi destacado anteriormente como sendo um dos empreendimentos de luxo erguidos bem ao lado da área onde residia a Nova República.



(FONTE: maps.mootiro.or/resource/449)

Será neste plano de fundo que o terreno anteriormente ocupado pela Nova República volta a ser palco dos conflitos socioespaciais na região do Morumbi.

Ao ocuparem tal terreno, as famílias iniciam junto ao MTST a abertura de um conflito. Este, possuindo uma origem territorial, se dará pela exigência de que a área cumpra sua

função social a partir da construção de moradia destinadas a população empobrecida ali acampada.

No entanto, vale ressaltar, que apesar de darem início a um conflito que possui o Estado como um de seus alvos – visto que é dele que exigem a resolução quanto ao terreno e a construção das moradias –, ele não será o único a se envolver nos embates pela determinação do destino do terreno. Isso porque, ao darem início à entrada no terreno, outros sujeitos, a partir de outros interesses adentram a cena.

Como já apontado, isso torna-se evidente quando os seguranças do condomínio de luxo localizado ao lado da ocupação disparam um montante de tiros a fim de coagir as famílias a não entrar no terreno. A oposição à ocupação de terra não terminou por aí. Nos dias seguintes, a ocupação foi alvo de ovos, pedregulhos e restos de pizza lançados do condomínio em sua direção. Para além da insatisfação explícita de parte de seus moradores, a síndica do condomínio em questão, buscando resolver a situação que se instaurava no terreno ao lado, optou por criar alianças com os síndicos da vizinhança a fim de cobrarem providências imediatas da prefeitura.

Utilizando-se dos aparatos legais e, através deste, da própria concepção de “função social” do terreno, os condomínios e o MTST criam uma disputa sobre o território e principalmente sobre quem possui o direito de utilizá-lo.

Quando o poder público toma conhecimento sobre a nova ocupação formada pelo MTST e inicia um processo de investigação sobre o terreno, ocorre uma dupla afirmação¹⁰¹ sobre este. De um lado, a Secretaria de Habitação afirma que a área pública configura de fato uma demarcação de ZEIS2, mas afirma que não existe nenhum projeto de habitação definido para a área. De outro lado, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente defende que a área se encontra agregada à região de proteção ambiental definida pelo projeto do Parque Linear Itararé.

A fim de impedir a permanência do movimento no terreno, os moradores dos condomínios próximos à ocupação Chico Mendes se amparam na existência da APP e se organizam junto à prefeitura exigindo que seja efetivado a construção de um parque na área em questão. A justificativa para tal feito se assenta, também, no questionamento da “função social” do terreno. No entanto, esta se estabelece em contraponto aos propósitos trazidos pelo MTST quando afirma que ocupando a área dá a ela a função social exigida por lei. Pois, no caso dos moradores do condomínio, justifica-se que com a produção de uma área ambiental a

¹⁰¹ Informações retiradas do site <http://gazetadepinheiros.com.br/cidades/prefeitura-pede-reintegracao-de-posse-de-area-invadida-19-09-2014-htm> . Acessado em: 19.06.2015

prefeitura proporcionaria uma ampla utilização do espaço por todos os setores da população, exercendo assim uma função social efetiva, já que não se voltaria a uma classe social em específico (como, supostamente, seria na construção das moradias populares no local)

Enquanto ocorria o embate jurídico sobre a condição legal do terreno e se acentuavam as reclamações dos condomínios junto a prefeitura, a Ocupação Chico Mendes fortalece sua estruturação interna. Segundo as estimativas noticiadas, de 200 famílias que adentraram o terreno, o movimento passa a ter em torno de 2000 famílias acampadas. Espalha-se a notícia sobre a presença do MTST no bairro e encerra-se a capacidade física de agregar mais famílias acampadas no terreno. Nomeiam a ocupação e, com a definição das famílias que dela fazem parte, iniciam o processo de divisão dos grupos, a definição de seus coordenadores, e o sistema de pontuação que controla a presença diária das famílias no local.

Os relatos que dizem respeito a esse momento sempre enfatizam a grande quantidade de famílias que permaneciam na ocupação em seu início – fato que aparece justificado nos relatos pela ênfase dada pelo movimento a situação de vulnerabilidade que a ocupação apresentava logo em seu início, podendo sofrer a qualquer momento uma reintegração de posse.

Também muito marcado na fala dos acampados, aparecia a presença de Guilherme Boulos, coordenador nacional do movimento, e as assembleias que eram feitas por ele enfatizando a importância dos trabalhadores se unirem na luta pelo direito a moradia digna.

Como um ato de repúdio aos arremessos feitos pelos vizinhos em direção a ocupação, assim como, em repúdio a própria organização levada a cabo pela síndica do mesmo condomínio, o MTST organizou no dia 18.09.2014 a primeira mobilização da Ocupação Chico Mendes. Construindo a partir da própria terra uma escadaria no final do terreno, os acampados saíram da ocupação pela parte de trás desta, ficando ainda mais próximos dos condomínios em questão. Partindo do terreno ocupado, os acampados caminharam até a Avenida Giovanni Gronchi, bloqueando o fluxo de carros.

Por sua via, a prefeitura, em diálogo com a organização de moradores dos condomínios, em torno de treze dias após o início da ocupação entra com um pedido de reintegração de posse a partir de duas justificativas: afirmavam tratar-se de uma região de proteção ambiental e salientavam a tragédia vivida pela Nova República, enfatizando que a área possui um terreno instável que inviabilizava a edificação de moradias no local.

Aqui ocorre algo interessante que vale ser destacado. Quando relatamos o processo de entrada no terreno, destacamos o caso de Robson, que não tinha participado do trabalho de base e que iniciou sua entrada no movimento só para “zoar”. Este mesmo rapaz tornou-se um

dos coordenadores de grupo da ocupação. Quando a prefeitura entrou com o pedido de reintegração de posse, o MTST já tomou ciência do fato antes mesmo de chegar a intimação até o local. Segundo o próprio coordenador, chamaram-no para conversar e contaram que a ocupação receberia o pedido de reintegração. Caindo aos prantos, Robson ficou muito nervoso e disse que precisavam chamar todos para realizarem um grande ato o mais rápido possível, buscando reagir ao mandato judicial que colocava em risco a ocupação. Sendo acalmado pelos militantes, disseram que as coisas não eram assim e que não podiam apenas decidir por realizar um ato, posto que qualquer mobilização dependia de uma aprovação prévia das ações do movimento em dimensão estadual.

Após receber o pedido de reintegração de posse no dia 29.09.2014, o MTST chama uma nova passeata para o dia seguinte em protesto contra a decisão judicial. Agora, bloqueando a Avenida Francisco Morato (uma grande via que também se localiza próximo a ocupação), constroem barricadas colocando fogo em pneus, parando os dois fluxos de carros na via.

Não é apenas de mobilizações que se faz o movimento. Sempre com mesas de negociações que acompanham as decisões jurídicas do terreno, o MTST mantém para além da formação de atos um intenso processo de intervenções também jurídicas. Segundo um outro coordenador de grupo, caberia aqui ao movimento produzir um contra-laudo sobre a condição do terreno, buscando comprovar a possibilidade de permanência das famílias no local. No entanto, entre coordenadores de grupo e acampados, pouco se soube falar após esse momento sobre a condição legal que a ocupação se encontrava no que diz respeito ao pedido de reintegração de posse.

3. Um mês de ocupação territorial

Como referido no início deste trabalho, quando a ocupação esta a dias de completar um mês, será o momento em que nos aproximamos da *Chico Mendes*. No entanto, após termos delineado os momentos que antecederam este período, é importante voltarmos ao relato descrito a fim de compreendermos um pouco melhor o momento.

Como vimos, nos dias seguintes a mobilização do dia 30.09 (feita contra o mandato de reintegração de posse), o MTST dá início ao cadastramento das famílias. Através deste, como já explicado por Jéssica, amparariam melhor o controle da coordenação sobre o grupo de acampados.

É importante destacar que o movimento já tinha um controle interno das famílias acampadas. Este, como destacado no mesmo dia por Bruno, era feito através da numeração tida por cada família, a qual permitiu que se iniciasse o sistema de pontuação, controlando a presença e participação de cada acampado dentro da atuação do MTST.

Ocorre, no entanto, que só com o cadastro o movimento consegue de fato um controle sobre o nome completo, documento, telefone de cada acampado. Esse cadastramento ganha uma dupla relevância dentro do movimento: primeiro, pelas questões mais imediatas, permitindo um contato mais rápido com os acampados e também um controle maior sobre a quem pertence as barracas; em segundo, porque será através do cadastro que se define no nome de quem sairá a moradia. E aqui, vale nos atermos um pouco.

Conquistar uma moradia através de um Movimento é bem diferente de consegui-lo de modo individual. Isso porque se trilha um outro caminho, calcado na mobilização social. Quando a demanda por moradia chega ao Estado, nesses casos ela chega através de uma mobilização construída em conjunto e não por meio das demandas individuais de cada pessoa. Assim, em caso de conquista da moradia, será ao movimento que estas serão concedidas, ou seja, àqueles sujeitos que dele participaram. E estes só podem ser indicados pelo movimento, o qual entrega ao Estado a listagem das famílias a serem atendidas. Após esse momento, essas famílias nomeadas passam também por uma avaliação do Estado no que tange aos critérios necessários para serem atendidos em cada programa habitacional¹⁰². Contudo, o que nos interessa aqui é o que antecede esse momento.

É sobre essa chave que o cadastramento das famílias no MTST ganha uma importância tão grande. Pois, como já declarado, cada barraca representa uma moradia que está sendo “reclamada”. No entanto, existem barracas que visam suprir as necessidades de uma família (ou seja, que nela encontram-se agregados mãe, pai e filhos, por exemplo), ou barracas que possuem apenas uma pessoa. No caso, como a atuação no movimento esta direcionada à conquista da moradia e como esta só pode ser adquirida no nome de uma pessoa, o cadastramento interno ao movimento já é feito no nome de quem a moradia será registrada.

Dada a importância que o cadastramento no movimento possui, ele fatalmente seria feito neste momento ou em alguma situação futura. No entanto, é importante lembrarmos, a peculiaridade sob a qual decidem cadastrar as famílias. Com o pedido de reintegração de posse, o cadastramento ganha ainda mais uma importância, pois, caso viessem a sofrer um

¹⁰² Discutiremos em outro momento como se dá este processo a partir da operacionalização do Programa Minha Casa Minha Vida - entidades.

despejo, este cadastro facilitaria a permanência das relações entre os acampados e os militantes, buscando impedir que a mobilização da ocupação Chico Mendes, ruísse.

Para além dos cadastros, outro importante momento pelo qual passava a ocupação se encontrava submerso a uma história de construção da ocupação que, naquele momento, desconhecíamos.

Como apontado pelos relatos, quando chegam perto de um mês de sua ocupação territorial, as relações estabelecidas entre os acampados e a ocupação começam a se alterar. Isso porque, se logo no início desta a permanência das famílias no terreno se dava de maneira intensiva, agora elas se encontravam mais presentes em apenas alguns horários do dia, como na hora do almoço e por volta das sete da noite, quando reuniam-se massivamente na ocupação para marcar a presença¹⁰³ do dia e participar da assembleia. Após esta, como já apontava Bruno, a saída também se dava de forma massiva, permanecendo apenas de 20 a 30 pessoas que dormiam na ocupação.

No entanto, apesar de ser um momento de instabilidade dentro da ocupação (dado o pedido de reintegração de posse), no âmbito de suas relações imediatas dava-se continuidade a construção e transformação da ocupação.

4. Alternando o quadro, transformando relações.

Cerca de vinte dias após este momento, quando regressamos à ocupação, diversas situações tinham se alterado. Como pano de fundo a estas mudanças a ocupação passava por um novo momento. Isso porque ao terminarem o cadastramento interno ao MTST, teve início na ocupação o processo de cadastramento das famílias na prefeitura. Devendo-se as negociações que ocorriam entre o MTST e o poder público, o cadastramento da Chico Mendes entrava no montante de cadastramentos das famílias de outras ocupações do movimento.

E aqui é importante ressaltar como se tratava de um cadastramento diretamente relacionado à participação destas famílias no MTST, era este que mediava a relação destas com a prefeitura. Como combinado com esta, os cadastros seriam feitos uma parte na Secretaria de Habitação e outra na associação de moradores do bairro de modo gradativo, ou

¹⁰³ A presença corresponde, literalmente, a ida diária dos acampados até a ocupação a fim de se mostrarem presentes e, portanto, atuantes. No entanto, o assunto será melhor esclarecido um pouco mais a frente quando trabalharemos de maneira mais específica do sistema de pontuação e de sua função dentro do movimento.

seja, dividindo os acampados através de seus grupos (ou subgrupos) que possuíam dias específicos para se cadastrarem¹⁰⁴.

Cabia, assim, aos militantes a divisão do grupo de acampados que iriam de forma parcelada realizar o seu cadastro. Para isso, a prefeitura levou de forma parcelada para a ocupação uma espécie de ficha de identificação, as quais deveriam ser entregues ao grupo de acampados que iriam fazer o cadastro durante a semana. Esse papel servia, portanto, para identificar quem eram as famílias que o MTST realmente “mandava” para a prefeitura, evitando tanto que algum sujeito se “infiltrasse” no cadastramento sem ser acampado, quanto que os outros acampados decidissem realizar o cadastramento todos juntos.

Durante este processo que perdurou por algumas semanas, a situação acima mencionada sobre a mudança da relação entre os acampados e a ocupação parece ter se intensificado. E, junto a isso, aumentava-se o esvaziamento da ocupação. Sendo um quadro múltiplo no qual se alteram diversas relações, torna-se difícil realizar qualquer apontamento mais preciso sobre o que pode ter causado a mudança das configurações internas da ocupação. No entanto, a fim de compreendermos um pouco sobre esse novo momento pela qual passava a ocupação iremos delinear aqui algumas mudanças nas relações internas que se formavam a partir da ocupação.

4.1 As cozinhas

Concomitantemente a este processo, iniciava-se uma outra mudança interna à ocupação. Obedecendo ao padrão de organização do movimento, deram início à construção da cozinha de cada grupo. Dando uma nova dinâmica a ocupação, com a existência das cozinhas, cada grupo tornou-se responsável por arrecadar alimentos e cozinhar para seu grupo de acampados.

O primeiro fato a se destacar é a diferença existente entre as cozinhas. Todas formadas por tapumes tinham visivelmente proporções e dinâmicas distintas. Apesar de possuírem quatro novas cozinhas erguidas, apenas duas delas possuíam uma ação efetiva: a cozinha do G1 e do G3. Junto a essas, podemos ainda agregar a cozinha já existente no barracão que

¹⁰⁴ É interessante notar que como se tratava de uma negociação do MTST com a prefeitura, para além do cadastro dos acampados da Chico Mendes, considerada uma ocupação pequena, eram feitos os cadastros da Vila Nova Palestina, uma das maiores ocupações da América Latina, a qual é também organizada pelo MTST. Após terminarem os cadastros da Chico Mendes, já estava previsto o início dos cadastros de outra ocupação do movimento.

permanecia em funcionamento. Mas, agora, tornando-se amplamente voltada a fazer as refeições para a militância e alguns outros coordenadores vindos de outras ocupações.

No entanto, com a presença já enfraquecida dos acampados, não eram muitos os que lá comiam. Comumente, as refeições eram feitas pelos coordenadores que lá permaneciam, por alguns poucos acampados que moravam de fato na ocupação e por outros que iam com frequência. Mesmo sendo poucos os que lá se alimentavam, eram também poucos os que se dispunham a ajudar. Como uma reclamação comum entre as cozinhas mais ativas, apontava-se constantemente as dificuldades em conseguir qualquer tipo de ajuda. Dentre estas, podemos destacar, por exemplo, a questão da água.

A ocupação possuía logo na sua entrada uma pequena bica de água usada normalmente para lavar roupa, jogar água na privada ou até mesmo para jogar da louça suja como forma de desgrudar a comida. Porém, propriamente para o consumo, ela não podia ser utilizada. Assim, para fazerem as comidas, lavarem as louças e distribuírem água aos acampados, as cozinhas dependiam do recolhimento de água de outros locais – dependiam, para tanto, de acampados dispostos a ajudar. Quase toda manhã começava-se a captura por quem pudesse buscar água. Dada a presença frequente de alguns acampados, transportavam-se os galões até a associação de moradores e lá enchiam os galões a serem utilizados durante o dia. Porém, não era sempre que isso era feito.

Quando se tinha água, iniciava-se outra gama de dificuldades para as cozinhas. As três cozinhas em questão possuíam cozinheiros. Um cozinheiro em cada uma delas, os quais se dispuseram a ocupar tal posição.

As cozinhas dependiam de doações, as quais, por vezes, eram trazidas pelos acampados ou de doações feitas por conhecidos no bairro. Quando nenhuma das alternativas funcionavam, ou compravam a comida com o dinheiro dos próprios coordenadores, ou não tinham refeições. Uma das mais frequentes reclamações é sobre o fato de mesmo depois de comerem, os acampados não ajudarem na limpeza dos utensílios. Segundo estes, havia pratos que permaneciam por dias dentro das barracas, precisando ser retirado por eles.

Atribuindo novos significados ao termo, o responsável pela cozinha da militância, enquanto relatava sobre tais dificuldades, disse que ali era uma ocupação e que as pessoas não compreendiam que esta tinha um duplo sentido, que seria tanto ocupar o terreno, quanto estar de fato se ocupando dentro destas, auxiliando nas tarefas que precisam ser feitas.

O interessante é que, para além do oferecimento de refeições, a cozinha ganha um importante espaço na própria dinâmica interna a ocupação. Tornando-se o lugar de referência dos acampados, estes, quando na ocupação, comumente se dirigiam direto a cozinha de seu

“G”. Como era o lugar onde comumente ficavam alocados os coordenadores, a cozinha passou a possuir também uma certa função de “escritório”. Isso se deve a própria função que os coordenadores de grupo possuem dentro da ocupação. Pois, se é verdade que o MTST possui uma estrutura prévia de organização, é também verdade que grande parte desse esforço em realizá-la se deve aos coordenadores de grupo. Sendo os responsáveis pelo controle dos acampados, os coordenadores cuidam de uma ampla gama de documentos que dizem respeito ao controle das presenças e participações dos acampados dentro do MTST. Inter-relacionado a isso, são também responsáveis por identificar os acampados que desistem de participar do movimento, identificar as tentativas de burlarem a organização do movimento (como nos casos, por exemplo, que pessoas de fora da ocupação passam a fingir que fazem parte dessa, marcando presença com o número de outra família cadastrada) e por tomar conta das barracas. E sobre estas, cabe aqui nos atermos também por alguns instantes.

4.1.1 As barracas, um sistema defensivo.

Como já referido, cada acampado possui uma barraca montada a partir de um padrão estabelecido pela ocupação. Contudo, a presença das famílias dentro da ocupação mudou bastante desde seu início, possuindo poucos acampados que dormem de fato dentro do terreno. Portanto, apesar de estarem todas erguidas e marcadas com o respectivo grupo e número da família a que pertence, quase sempre permanecem vazias.

Porém, por estarem em uma situação onde através da ocupação se instaura o conflito, tal fato se torna um problema. Amplamente preocupados com a visão criada a partir da mídia e, principalmente, com a polícia, ter-se-á dentro de cada Grupo um cuidado constante com as barracas. Cabe ao coordenador de grupo vigiar e cobrar dos acampados que suas barracas sejam sempre mantidas sobre boas condições. E, por conta disso, grande parte da frequência dos acampados no decorrer do dia se deve a este cuidado que precisam ter com a manutenção de suas barracas. Quando estas permanecem malcuidadas (como, por exemplo, com lona rasgada), cabe aos coordenadores – quando determinados pela militância – derrubar esse conjunto de barracas, as quais devem ser reconstituídas pelo acampado a que pertence. Quando a barraca está em bom estado e o acampado desiste de participar do movimento, o MTST chama outra pessoa da lista de espera e passa a esta a mesma barraca que pertencia a este.

Tornando-se uma espécie de representação das famílias acampadas, as barracas permanecem montadas no terreno a partir de uma finalidade estratégica. Toda a preocupação

tida com estas é para que exteriormente não se consiga saber quantas pessoas de fato possuem dormindo dentro do terreno: uma questão estratégica traçada com relação ao confronto que pode vir a ser estabelecido tanto de forma direta com a polícia, quanto indiretamente com a mídia.

A primeira coisa a se esclarecer é que grande parte dessas famílias, como já explicado anteriormente, ingressaram no movimento por possuírem uma situação de vulnerabilidade quanto a suas moradias. Isso quer dizer que ou viviam de favor em casa de parentes ou amigos, ou viviam pagando custosos valores de aluguéis, ou possuíam casa própria, mas não possuíam a posse do terreno (o que poderia levá-las ao despejo).

Outra dimensão importante é o fato da ocupação transcender a ocupação de terra. Assim, a realidade das famílias não dormirem mais no terreno não representa uma não atuação destas dentro do MTST. Isso porque, possuindo sua base na mobilização social, o MTST traz a atuação dessas famílias para além de suas estadias noturnas dentro da ocupação.

4.1.2 O “G1”.

Dentre todas as cozinhas da ocupação, a do G1 é a que mais tem destaque. E isso se deve, em grande medida, pela presença de Rosalinda. Pois, apesar de possuir mais dois coordenadores responsáveis pelo G1, era ela quem tomava a frente da coordenação do grupo.

Quando deram início a construção das cozinhas, Rosalinda investiu uma grande quantia de seu dinheiro para poder erguer a cozinha de seu grupo. Já estruturadas, como pontuado acima, as cozinhas passaram também a se tornar uma espécie de escritório de cada grupo. Segundo Rosalinda, isso se devia ao fato de ser proibido sair da ocupação com a documentação das famílias. Assim, por não poder retirá-las da ocupação e por não confiar em deixar a documentação “sozinha”, Rosalinda passou a ficar de modo permanente na ocupação. Como não usava sua casa, passou a emprestá-la para outros acampados, coordenadores e militantes dormirem, tomarem banho e descansarem.

Ocorre que se tratando de uma mudança processual, no início do período em que começou a ficar na ocupação de modo permanente, ficava aparentemente muito irritada com o fato de não dar tempo de voltar para casa nem para tomar banho ou usar o banheiro. No entanto, com o decorrer dos dias, mesmo tendo tempo passou a preferir ficar dentro da ocupação ao invés de voltar para casa.

E, assim como era reconhecida nos trabalhos que realizava no bairro, passou a ser reconhecida também dentro da ocupação. Estabelecendo uma importante relação entre o

trabalho que realizava em ambos os lugares, sempre afirmava: *“Eu não estou aqui por mim. Eu já tenho casa, não preciso disso. Estou aqui pela minha comunidade, pelo meu povo que confiou em mim quando os chamei para participarem da ocupação.”*

Justamente pela importância de Rosalinda, ela estabeleceu forte relação de confiança com os militantes do MTST. No que se referia a Chico Mendes, por muitas vezes na ausência dos militantes era ela quem ficava responsável pela ocupação. Como criticado por esta, a ausência destes dentro da ocupação muitas vezes se dava pela quantidade de cursos para militantes em que iam tanto as responsáveis pela ocupação, quanto aqueles coordenadores que já estavam fazendo a formação para tornarem-se militantes.

O interessante é que, apesar da sua grande participação dentro da ocupação, ela só havia participado dos cursos obrigatórios para coordenadores, mas não nos demais que eram feitos para aqueles que queriam “entrar no movimento”. E por vezes, frente a isso, questionava o fato de grande parte destes militantes em formação não realizarem as tarefas que requeriam a ela dentro da ocupação.

No entanto, para além de sua importância na realização das atividades da ocupação, Rosalinda também passou a ser referência para os acampados para além dos assuntos da ocupação. Ela passou a ser muito procurada entre os acampados para auxiliá-los na resolução dos problemas que ocorriam fora da ocupação, no âmbito particular de suas vidas. Tornando-se um grande alicerce, ela passou a auxiliar alguns dos coordenadores da ocupação que se envolviam com problemas com o crime e/ou com o tráfico de drogas.

Mas, se por um lado, Rosalinda passou a ser uma das importantes referências da Chico Mendes, isso também a levou a alterar alguns dos seus trabalhos que realizava de modo mais direto com o bairro. Ou melhor, com os “não acampados”.

Como já referido anteriormente, dois dos seus filhos eram viciados em drogas. E, se para tirar um deles do vício ela passou a se envolver com a música, para ajudar o outro ela passou a se envolver em uma série de formas de tratamento e de cursos destinados a retirá-los do vício. Por conta disso, deste conhecimento que adquiriu, Rosalinda começou a promover durante algumas madrugadas um encontro em sua casa com alguns rapazes do bairro que também atravessavam por problemas com o vício das drogas. O objetivo de marcá-las durante a noite era justamente a forma de reunir os jovens sem que outros conhecidos do bairro ficassem sabendo das dificuldades passadas pelos garotos.

Ocorre que quando Rosalinda entrou na Chico Mendes as reuniões em sua casa terminaram. Ligando para ela a fim de conseguir ajuda, pediam para que ela saísse logo da ocupação porque estava muito difícil continuarem sem as reuniões. A fim de conciliar as duas

coisas, pediu para que eles fossem para a ocupação e que lá, então, eles conversariam. No entanto, diziam que dentro da ocupação eles não poderiam ir porque lá eles sabiam do trabalho que ela realizava e que então seriam facilmente identificados.

Outro caso mostra bem a importância de Rosalinda.

Durante o horário que as pessoas estavam na ocupação para “dar presença”, chegaram “uns caras” do PCC na cozinha do G1 intimando um dos coordenadores do movimento. Disseram para os coordenadores de grupo irem marcar as presenças fora dali, que não queriam ninguém na cozinha porque queriam falar só com o coordenador. Nessa hora, Rosalinda intervêm dizendo que aquela cozinha é dela e que ninguém ia tirar ela de lá. Que era a responsável pelo local e que não iria deixar eles sozinhos lá dentro.

Como Rosalinda tentava me explicar, quando o PCC tem que resolver algum problema, ele sempre escuta os dois lados, e era isso que tinham ido fazer na ocupação. O coordenador estava sendo acusado de ter sido “talarico” por três vezes e tinham ido até lá ouvir sua explicação. Após o seu relato, ligaram “pros cara lá de cima” pra decidir o que ia ser feito com ele. Sem compreender bem a história, perguntei assustada pra ela se tudo isso era só por ele ter sido “talarico” mesmo. Espantada com a pergunta, responde, “é claro que é. Você não sabe disso não? Talaricagem é um crime que não perdoam!”. Mais uma vez espantada perguntei se eles iam fazer isso lá mesmo. Mas uma vez estranhando a minha falta de informação, disse rindo “Não.... o julgamento deles não acontece aqui. Ligaram só pra saber se subiam com ele pra Paraisópolis ou não. O julgamento é sempre lá”.

No desenrolar da história, enquanto “botavam pressão” no coordenador, disse para eles que não tinha medo de ninguém não, e que eles podiam esfaquear ela, atirar, mas que ela não ia baixar a cabeça porque era uma falta de respeito acontecer isso na cozinha dela. Que tudo o que ela fez ela sempre assumiu. Que ligava para a polícia e esperava eles chegarem com a faca na mão e o corpo do lado. Que não é atoa que tem 8 passagens pela polícia e que esperava que eles não fizessem ela voltar a 25 anos atrás. Sem desenvolver muito da história de como ocorreu o proceder da negociação deles, disse que por fim deixaram o coordenador sair.

Rosalinda explicava que a situação tinha ocorrido a pouco tempo atrás. Que esse coordenador saía com outros coordenadores e militantes da ocupação e que queria ficar se fazendo muito de amigo “pros caras” que ele ia conhecendo, querendo mostrar muita intimidade e aí “dá nisso”.

A história percorreu por parte da ocupação e a desconfiança em relação ao acontecido se direcionava as militantes do movimento, indagando por quem o PCC foi chamado para

resolver a história e como foi que eles entraram na ocupação com a militância lá na frente. As dúvidas giravam em torno da ideia que talvez tenham sido as próprias militantes que tenham chamado o PCC para resolver uma situação que vinha causando problemas e que não queriam se meter. Em sequência dessa indagação, o coordenador emendou outros questionamentos sobre a relação existente entre o movimento e o PCC. Dizia, “você tem ideia de quantos ex-presidiários tem dentro da ocupação?”. O estranhamento ganhava sequência com a afirmação “não que eu seja contra a isso, porque não sou. O problema é não sabermos das coisas e acabar entrando de gaiato”.

É interessante notar que cada uma das cozinhas dentro da ocupação possuía uma dinâmica própria, diferenciando-se quanto a apropriação que faziam desta. No entanto, o G1 diferenciava-se por trazer a partir de Rosalinda tanto a tentativa constante de manutenção da luta por moradia que ali se propunham a construir, quanto a realização de uma importante intersecção entre o bairro e a ocupação.

Apesar de sua importância dentro da dinâmica da ocupação, é necessário que nos voltemos agora para outra parte dos coordenadores, os quais também desenharam de maneira distinta à de Rosalinda as relações internas da ocupação.

4.2 A coordenação

Diferente do amplo número de coordenadores que havíamos encontrado durante a nossa primeira ida a ocupação, neste pequeno interstício de tempo passa a ocorrer um amplo decréscimo no número de coordenadores que atuam na Chico Mendes. Isso porque, o MTST dá início a uma nova ocupação que passava por algumas dificuldades na realização da sua organização. Por conta disso, grande parte dos apoios que integravam a ocupação se deslocaram para a ocupação *Carlos Marighella* a fim de auxiliá-la.

Estes não foram os únicos casos. Em grande medida, o grupo de sujeitos que compunham a coordenação dos grupos também foi amplamente alterado.

Andréia, a quem destacamos no primeiro tópico deste capítulo através da problematização do termo “invasão”, foi um destes casos. Segundo Rosalinda, Andréia foi afastada do grupo de coordenação por “falar muito”. Completando o comentário, Rosalinda afirmou que já havia avisado para ela ficar quieta, mas que ela não quis ouvir. Pude presenciar um destes momentos: enquanto Andréia conversava com outras coordenadoras tecendo críticas a algumas posturas que não concordava dentro do movimento, Rosalinda atravessou do seu lado dizendo para ela prestar atenção porque “*o peixe morre pela boca*”.

Dentre alguns outros coordenadores que se afastaram, comentavam que haviam apenas deixado de ir à ocupação sem dar nenhum tipo de satisfação. E ainda tinham aqueles outros que apenas não eram comentados. Isso porque o caso destes coordenadores era mencionado durante situações específicas da ocupação que nem sempre se remetiam aos casos particulares que ocorreram. No entanto, vale aqui ressaltar que em grande medida a maioria destes sujeitos não deixam de participar do movimento, mas sim, do grupo de coordenação. Assim, voltam a participar do movimento “apenas” enquanto acampados.

Dentre estes casos pudemos acompanhar em especial uma das coordenadoras que optou por se afastar da coordenação do movimento. E, em vista disso, buscaremos esboçar aqui uma das conversas que tivemos a fim de desvelarmos – mesmo que de modo singular – alguns conjuntos de significados que podem ter embaçado sua trajetória dentro do movimento.

4.2.1 Uma percepção, um sentido.

Como Jéssica havia mencionado sobre o cadastramento das famílias no MTST, em sequência a este deram início a construção de planilhas onde criavam o controle da pontuação das famílias.

Mexendo no computador, Amanda começou a me mostrar as planilhas que tinham criado no computador com o nome das famílias, número da barraca, a participação nos atos, as presenças, as doações e a trilhas que cada acampado havia acumulado. Divididas também por cores, mostrava-me também aqueles cadastrados que eram demarcados pelo fato de não ter pontuação alguma e que, portanto, eram por eles considerados como os “andorinhas”, os quais não faziam parte do movimento. Em seguida, mostrou-me tudo o que tinha dos outros grupos. Alguns, apenas com um nome e pequenas anotações. Outros, com preenchimento muito semelhante ao da planilha de seu grupo. Explicou-me que como depois isso tudo era passado “lá para dentro”, que então auxiliavam também os grupos que não davam conta de fazer a sua parte e cadastravam e pontuavam também a eles, por isso alguns grupos possuíam tantas anotações e outros não.

Enquanto prosseguia comentando sobre a ocupação, disse que tudo o que via no movimento a lembrava muito do livro “A Revolução dos Bichos”¹⁰⁵ e que nas últimas

¹⁰⁵ Do autor George Orwell, o livro “A Revolução dos Bichos” é um livro ficcional que realiza uma sátira à Revolução Russa. Fazendo uma analogia entre este momento histórico e uma granja na qual os animais realizam uma insurreição contra os humanos, o autor trabalha a partir da figura dos animais uma crítica clara à forma como se desenvolveram as relações políticas e sociais que deram base ao “governo revolucionário”.

semanas ficou pensando, a partir dessa referência, sobre qual a posição que ocupa dentro do movimento. Dando sequência à sua analogia entre a ocupação e o livro, disse que o porco¹⁰⁶ ela tinha certeza que não era. Mas que não sabia se ela fazia parte dos animais que comiam apenas os restos ou se ela era o cavalo¹⁰⁷ que morria de tanto trabalhar.

Buscando esclarecer, afinal, o que dizia, explicou que quando chegou na ocupação e viu que os militantes comiam antes dos acampados, ela estranhou muito. E que apesar de entender que fazem isso porque trabalham muito, não acha que tem que ser assim porque foi criada com outra lógica. Dando sequência, disse que da mesma forma como acontecia com a comida, acontecia com a informação dentro da ocupação.

Fazendo um gesto com a mão representando um círculo, disse que era tudo muito centralizado. Que ninguém sabia ao certo o que estava acontecendo. Que cada um continha um pouco de informação e que estas não eram passadas. Disse que o outro coordenador do grupo sabia mais coisas do que ela porque confia mais nele, mas que ela também tinha informações que não podiam ser passadas para os acampados. E que eles não explicam a situação do movimento, não explicam o que acontece, mesmo sabendo. Que não precisavam falar tudo, mas que tem coisas que precisam ser esclarecidas para o povo saber da situação.

Mas que apesar disso tudo, uma coisa que ela achava bom no movimento: era o que o Guilherme, coordenador nacional do MTST, falava sobre a conquista deles não depender do que o militante faz, mas do que eles fazem. Que é a luta deles que está em jogo para conseguirem suas conquistas, e que isso “eles veem”. Se você não tiver uma ficha gorda de tudo o que você fez, na hora que for “para os cabeças”, isso não vai valer nada para eles.

Fazendo referência a quando decidiu entrar na ocupação, conta que quando começou a ouvir as assembleias deu um “negócio” nela. Que as assembleias eram sempre da mesma forma, feitas para incentivar as pessoas a buscarem por seus direitos. Que o MTST era muito mais que uma luta de moradia porque eles lutavam por diversas coisas que a comunidade precisa e ensinam que eles têm sim direitos, e que isso ela descobriu lá, na ocupação.

Neste momento, Amanda foi interrompida por um dos coordenadores que subiam pela ocupação falando alto e que estava levando uma cesta de frutas para ser dividido entre as cozinhas. Indo direto para a cozinha onde estávamos, já com expressão de alegria Amanda e o outro coordenador de grupo que lá estava conosco foram pegar as frutas.

¹⁰⁶ Fazendo referência a personagens como Stalin e Trotsky, os porcos são representados no livro como os animais que dirigem o processo revolucionário na granja mas que aos poucos vão ocupando as mesmas posições que os humanos tinham, se utilizando dos outros animais a fim de suprirem seus interesses.

¹⁰⁷ O cavalo a que Amanda faz referência é Sansão. Um cavalo que se dedica integralmente a trabalhar para que se desenvolva o processo revolucionário em curso.

No entanto, assim que o coordenador olhou para as frutas que lá estavam, nervoso, ele perguntou para o rapaz que subiu com a cesta: “as frutas foram doação? ”. Após ouvir que sim, retornou outra pergunta: “*mas não foram só essas frutas que chegaram né? Elas passaram pelo barracão antes de subir, não foi?* ”. Afirmado novamente que sim, o coordenador muito nervoso disse que isso não poderia acontecer. Que era por isso que ele pedia para seus acampados que quando fossem doar comida subissem direto para a cozinha do seu respectivo grupo porque era sempre a mesma coisa, quando a comida passava pela cozinha dos militantes eles sempre escolhiam as melhores partes e só mandavam o que sobrava para subir para as outras cozinhas. Nesse momento, Amanda foi me mostrar as frutas, as quais encontravam-se quase todas em um avançado estado de apodrecimento. Concordando com o que o outro coordenador do grupo dizia, virou no meio da conversa para minha direção e disse “*não te falei que isso aqui parecia a revolução dos bichos?*”.

4.3 A crítica a “construção conjunta da luta por moradia”.

Enquanto se estabeleciam novas formas de organização e controle em torno das cozinhas, desenvolviam-se os cadastramentos da prefeitura. Como bem apontado pelos coordenadores, conforme este foi se dando, mais se reduzia a presença dos acampados na ocupação. De modo geral, algumas reclamações apareciam na cozinha durante esse período. Alguns foram realizar o cadastro achando que a partir deste receberiam bolsa aluguel. Outros, após terem se cadastrado, cogitavam deixar de atuar junto ao movimento, achando que por terem seu cadastro na prefeitura a moradia já seria garantida. O fato, no entanto, é que a participação destes diminuiu ainda mais dentro da ocupação – fato que através dos coordenadores de grupo aparece de certa forma como “normal”, posto que já haviam sido avisados pelos militantes que isso comumente acontecia.

É interessante o fato de ser frequente dentro da ocupação a presença de outros militantes que não as responsáveis por esta. No decorrer dos meses, alguns apareciam para conhecer a nova ocupação e outros lá passavam para se informar sobre o decorrer da "luta" e, caso fosse necessário, resolver alguma eventualidade que lá acontecia. Contudo, pelo menos nas dimensões mais imediatas em que se desenvolvia a ocupação, a dissipação dos acampados não aparecia apontado por estes como uma questão a ser solucionada.

Diferentemente destes, tal dimensão aparecia dentre os questionamentos de alguns coordenadores de grupo e acampados. Os primeiros, mesmo que de certo modo normalizando a situação, se confrontavam com tal fato nos momentos em que necessitavam da presença dos

acampados para ajudarem na sustentação da ocupação. Isso apareceu exaltado de diferentes formas. Por exemplo, no questionamento sobre a ausência dos acampados durante a noite. Preocupados com a proposição conflitiva colocada pela ocupação, os coordenadores apontavam a alta vulnerabilidade em que esta se encontrava diante da ausência de cada um dos acampados. Segundo os coordenadores, essa ausência deles se apoiava em uma ilusória sensação de que a ocupação já não se encontrava mais vulnerável, o que fazia presença destes parecer desnecessária.

Também sobre a organização da ocupação, podemos destacar duas situações em que apareceu bem a dificuldade enfrentada pela ausência dos acampados. Quais sejam: a manutenção da trilha e a realização de um mutirão.

A Trilha é um dos importantes elementos que correspondem a estrutura organizativa utilizada pelo MTST dentro da ocupação. Voltada à manutenção da segurança noturna, a trilha corresponde ao procedimento de caminhar por toda a ocupação, olhando barraca por barraca a fim de coibir qualquer ação de fora voltada contra a ocupação ou ação interna direcionada contra algum membro desta. Para além disso, controlavam ainda a utilização de drogas, álcool e a posse de armas (mesmo que brancas) dentro do terreno, as quais eram proibidas pelo MTST a fim de reduzir qualquer desenvolvimento de possíveis conflitos. Com todas as luzes já apagadas, a trilha (formada por um grupo de pessoas) só pode andar com lanternas, sempre são apontadas para o chão, tentando impedir que sejam vistos com facilidade conforme caminham no terreno. Tanto homens quanto mulheres podem fazer parte da trilha. No entanto, quando casadas ou quando namoram, elas só podem fazer parte da trilha se estiverem junto a seus companheiros. Segundo uma das coordenadoras, tal medida foi tomada para que não tivessem problema com o parceiro das moças caso essas se relacionassem com alguém durante a trilha.

Enquanto a trilha ocorria, precisavam ainda de pessoas responsáveis por ficar na entrada da ocupação, na altura do barracão, para também manter o controle dos que entravam na ocupação.

Especificamente na Chico Mendes, apresentava-se para os coordenadores um outro problema: o fundo da ocupação. Em uma mobilização em específico – o ato de protesto da síndica – a ocupação abriu ao fundo da ocupação, no morro, uma escada na terra. Utilizada no momento para possibilitar um caminho mais fácil aos acampados, tornou-se posteriormente um problema por deixar a ocupação em vulnerabilidade.

Um pouco após completarem um mês de ocupação, já começaram a sofrer bastante com a falta de acampados que pudessem integrar o grupo da trilha. Com a ausência destes

dentro da ocupação, diminuíram-se os voluntários, mas também, certa sensação de insegurança dentro da ocupação. Como grande parte das pessoas que permaneciam a noite na ocupação eram os coordenadores, estes passaram a se responsabilizar pela realização das trilhas com ou sem acampados para acompanhá-los. Preocupados com tal ausência, para além das incessantes pedidas de ajuda, buscaram elaborar novas estratégias utilizando o sistema de pontuação e uma divisão de dias em que cada grupo ficava responsável por realizá-la, mas, mesmo assim, a falta que esses faziam foi apenas em parte suprida.

Agregando-se a tais fatos, o mutirão para realizar "a trilha" torna-se mais um exemplo desse processo de estranhamento da ausência dos acampados, agora, desenvolvido por eles mesmos.

Como já destacado acima, dentre a estrutura de organização interna a ocupação, o cuidado com as barracas possui um lugar de destaque. Junto a isso, desenvolve-se também uma preocupação em manter uma limpeza das ruas (esses espaços criados na vertical que facilita o trânsito dentro da ocupação) e do espaço interno das barracas. No entanto, entre todas as quatro cozinhas e, portanto, entre os quatro grupos, o G1 aparecia na Chico Mendes como o mais voltado a manter o tipo de organização interna requerida pelo movimento. Até mesmo como uma preocupação e cuidado com a gestão do espaço de seu grupo, Rosalinda – enquanto coordenadora de grupo – chamou um mutirão no G1. Comumente, segundo um dos coordenadores que auxiliavam as militantes, os mutirões são feitos no MTST englobando toda a ocupação e, portanto, todos os grupos. No entanto, este, especificamente, envolvia apenas o G1. O mutirão durou dois dias e contou com a presença de pouquíssimos acampados – os quais praticamente se repetiram durante os dias. Nesses dias o grupo presente se dividiu, uma parte dos acampados ficaram retirando as gramas e recolhendo os entulhos do meio das ruas, outro ajudava a coordenadora do grupo na construção de um banheiro no G1.

A expectativa tanto de Rosalinda quanto dos acampados que lá estavam era de conseguir a presença de pelo menos uma parte considerável do grupo. No entanto, no decorrer do dia, conforme aumentava o cansaço, os acampados que lá estavam passaram a questionar a ausência do resto do grupo. Os comentários feitos eram sempre pautados sobre um sentimento grande de injustiça, sendo que estavam lá se esforçando por aqueles que se ausentavam.

Depois de um tempo de comentários e reclamações entre estes, comentaram com Rosalinda sobre o fato. Esta, que também tinha expectativas maiores sobre a quantidade de acampados, justificou dizendo que era difícil mesmo, mas que podiam ficar tranquilos porque o esforço que faziam ali seria reconhecido pelo movimento mais tarde.

De fato, no dia seguinte voltaram praticamente as mesmas pessoas e ainda faltou tempo para dar fim a todo o trabalho. Enquanto o G1 cuidava de sua parte da ocupação, os outros coordenadores de grupo e os poucos acampados dos outros G's que lá estavam permaneciam apenas no entorno, sem em nada ajudar. Tanto no segundo dia de mutirão, quanto no próprio dia de retirada da ocupação, muitos dos acampados apontavam que a única coisa que os consolava no fato dos outros acampados não ajudarem era o fato de não dependerem deles para conseguirem a moradia, posto que dentro do movimento era visto individualmente o que eles faziam.

É interessante notar que nos três casos aqui elencados (tanto da ausência dos acampados dormindo na ocupação; quanto da trilha e do mutirão) foram, de formas diferentes, questionamentos sobre a participação e a atuação em conjunto das famílias acampadas em torno do que seria a constituição de "uma luta comum a todos".

Isso é importante ressaltar, os questionamentos partem de uma indagação sobre a lógica da participação conjunta dos acampados – elemento este que, como visto, também já vinha sendo questionado nas cozinhas.

Como visto desde o início da atuação do MTST no Jardim Colombo, trata-se aqui de um movimento extremamente organizado que traz consigo uma proposição já estruturada de como se deve organizar uma mobilização social. A ocupação territorial faz parte dessa estruturação prévia, possuindo assim, toda uma organização interna que é prevista pelo movimento como forma de organizar as famílias. Ocorre que mesmo possuindo um sistema já pré-estruturado, ele depende intrinsecamente dos próprios acampados, coordenadores e militantes. Isso posto, cada ocupação aparece não só, de modo geral, como o fruto de um conjunto de famílias em luta pela moradia, mas, antes, como um resultado dessa relação interna que se estabelece a partir da ocupação.

Portanto, a fim de compreendermos como as famílias acampadas permanecem atuando dentro do movimento como parte fundamental deste, precisamos nos reclinarmos sobre o alicerce de todo seu sistema de organização: o sistema de pontuação.

4.4 Sistema de pontuação

O sistema de pontuação surge através de uma problemática básica:

Nos casos em que os sem-teto conseguem entrar em acordo com os governos e são contemplados com programas habitacionais, coloca-se a questão: como escolher quais famílias serão contempladas já que geralmente o número de unidades habitacionais

conseguidas são inferiores ao número de famílias sem-teto? Pois bem, como critério de seleção elaborou-se a somatória de pontos. (OLIVEIRA, 2010, p.53)

Dentro da ocupação, o movimento aparece como o primeiro responsável pela seleção das famílias que podem vir a ser beneficiadas pelos programas habitacionais no caso de conquista das moradias. O segundo, seria o próprio programa habitacional, responsável por analisar a documentação, averiguar a veracidade dos dados e os possíveis pré-requisitos necessários para ingressarem no programa.

Os primeiros critérios utilizados nesse processo são de definição do próprio movimento. Segundo os relatos, estes foram expostos durante as reuniões feitas no bairro pelo MTST. Seriam eles, em primeiro lugar, a presença e participação dos acampados; em segundo, aparecem quesitos como a condição da moradia, sendo aqueles que não possuem moradia alguma (vivendo de favor) colocados à frente daqueles que vivem de aluguel que são, por sua vez, colocados à frente daqueles que possuem moradia própria, mas não possuem escritura do terreno (o que também representaria situação de vulnerabilidade frente à possibilidade de despejo). Tal fracionamento aparece pela própria condição da luta no movimento, visto que nem sempre conseguem a quantidade de moradia necessária à toda ocupação de uma vez, ou, quando conseguem, nem sempre são entregues todas juntas.

Na dinâmica diária da ocupação a qualidade de selecionador do movimento aparece expressa no sistema de *pontuação* utilizada por este como forma de controlar a presença e participação dos acampados. Esse sistema é prática comum entre os movimentos que se organizam através da moradia como uma estratégia interna para afastar os “oportunistas” que entrariam para o movimento mas não ajudariam na construção diária da ocupação. No entanto, diferente dos outros movimentos, o MTST faz do seu sistema de pontuação a única forma de seleção das famílias, excluindo qualquer forma de cobrança monetária pela participação dos acampados. A lógica é que pela própria dificuldade financeira que enfrentam seus acampados, o MTST teria optado como critério apenas o que as famílias poderiam dar, que é a colaboração diária de sua participação na ocupação (OLIVEIRA, 2010).

A presença era cobrada quase todos os dias, com exceção de dia de festa dentro da ocupação, feriados ou em dias que realizavam mobilizações (visto que a própria presença nestas já configurava sua presença). Sempre dentro da própria ocupação, entre as sete e as nove da noite, os coordenadores de cada grupo eram responsáveis por “pegar presença” dos acampados que fazem parte de seu “G” anotando o número da barraca dos acampados presentes.

Após as cozinhas já terem sido erguidas, a presença era sempre anotada na própria cozinha de cada “G”. No entanto, como as assembleias também eram feitas nesse horário, as presenças passaram a ser anotadas apenas após a sua realização. Em um episódio em específico que presenciei, enquanto ocorria a assembleia, as cozinhas permaneciam com acampados em volta dela “guardando lugar” para serem os primeiros a dar presença e ir embora. Como não era possível ouvir a assembleia de onde estavam as cozinhas, a militante responsável pela ocupação fez mudar o lugar em que anotariam as presenças a fim de fazer com que todos os acampados presentes ouvissem a assembleia.

As presenças são obrigatoriamente “dadas” entre esses horários, podendo marcar presença fora desse período apenas aqueles que levarem um atestado comprovando que trabalham ou estudam no mesmo período. Em caso de qualquer emergência que o acampado não possa “dar presença”, ele possui duas alternativas: ou terá que pedir para alguém ir até a ocupação “dar presença” em nome dele; ou será necessário apresentar algum tipo de atestado comprovando, por exemplo, um caso de doença que o impediu de estar na ocupação naquele momento. Só com a apresentação de atestado é que as faltas são retiradas.

Assim como a presença, a pontuação conseguida através da participação em atos também aparece como um “quesito” geral no movimento. Pode-se perceber que se trata de uma estruturação comum entre as ocupações através dos grandes atos realizados pelo movimento, onde ao final as ocupações se separam em pequenos blocos a fim de anotar a presença dos respectivos acampados presentes no ato. A lógica da presença no ato segue a mesma lógica da presença na ocupação. Só em caso de atestado se retira a falta ou se faz necessário a presença de outra pessoa que possa representar sua presença no ato.

No entanto, não são em todas as mobilizações realizadas pelo movimento que os acampados podem “dar presença” e conseguir pontos. Essa lógica se aplica apenas para aquelas mobilizações em que são convocados enquanto “ocupação”. Assim, comumente se configura essa lógica nos casos de: mobilizações que se referem a problemas específicos da própria ocupação; ou a grandes mobilizações em que o movimento convoca todas as ocupações a participarem; ou em situações específicas em que se reúnem apenas algumas ocupações para protestar sobre alguma condição comum. Assim, somente quando a ocupação é “chamada pelo movimento” é que os acampados presentes marcam suas presenças. Vale ressaltar que isso não quer dizer que não existam acampados que vão às mobilizações de outras ocupações quando não convocados. O que se afirma aqui é que quando isso ocorre, o acampado contribui na mobilização, mas sem, com isso, ganhar pontuação.

Para além da presença e da participação em ato, a participação na trilha também se tornou um meio de conseguir pontuação. Realizaram uma divisão dos G's que ficariam responsáveis por realizar a trilha em cada dia da semana. Dentre os grupos responsáveis, abriam ainda para aqueles acampados que quisessem participar fora do dia de seu grupo, assim o pudessem fazer. A trilha já dava pontos àqueles que dela participassem. No entanto, dada a escassez de acampados dispostos a isso, passaram a atribuir um número maior de pontos para cada trilha realizada.

Obtendo algum sucesso, aumentaram o número de acampados participando da trilha, principalmente do G1, que era o grupo que sempre se mostrava mais presente nas tarefas da ocupação. No entanto, mesmo se utilizando desse recurso, o grupo de acampados presentes ainda era menor que o considerado necessário.

Por último, outra forma de pontuação que também foi mobilizada como forma de atrair os acampados, foi a presença em mutirão. Este, especificamente realizado pelo G1, foi chamado para realizar a limpeza das ruas e da parte interna das barracas do seu grupo, assim como para ajudá-la na confecção do banheiro que seria construído ao fundo da cozinha. Com a presença de poucos acampados, o mutirão durou dois dias. Preocupados com a pontuação, alguns acampados chegaram a cobrar um certo rigor na anotação daqueles que lá tinham ido, visto que ninguém tinha até então anotado a presença deles.

Todas essas presenças, podendo ter pesos diferenciados conforme os critérios internos estabelecidos, são anotadas pelos coordenadores de grupo em uma planilha. Nessa planilha é que se mantém o controle das famílias, das presenças e participações que os acampados têm no movimento. Até a retirada da ocupação, são os coordenadores de grupo os responsáveis por toda essa documentação – que não pode ser retirada da ocupação. Será a partir dela que o movimento constrói a delimitação de quem participou “mais” ou “menos” do movimento para que se possa designar, em parte, para quem vão as moradias.

Na contingência do processo de ocupação problemas acontecem e a própria elaboração da tabela enquanto um padrão único capaz de delimitar a participação de todos, poderia ser questionada. Como no caso em que a saída de alguns coordenadores levou à perda de algumas tabelas; ou na própria questão do mutirão que cria um critério de pontuação para um grupo que inexistiu em outro; ou na entrada a posteriori de pessoas que estavam na fila de espera e que, assim, possuem quantidades diferentes de participação. No entanto, a forma como o controle das famílias é manipulado não se tornou uma questão entre acampados e coordenadores. Isso porque, ou alguns casos se desenvolvem de forma velada, ou porque estes não se tornam de fato uma questão para os acampados, visto que nesse momento se

preocupam mais em conseguir a pontuação e em atingir os critérios do movimento do que, propriamente, em questionar a forma como os critérios são estabelecidos.

Todos esses descompassos, sem dúvida, serão fatalmente enfrentados de alguma forma pela militância. No entanto, apesar da seriedade do assunto, o que me interessa aqui não é questionar a forma como se dá a manipulação desses critérios, mas sim chamar atenção para como a própria existência da pontuação produz uma dinâmica interna na ocupação.

O sistema de pontuação foi criado enquanto uma "questão burocrática" requerida pela relação entre os movimentos sociais e o Estado. Fortalecida por programas habitacionais, como no caso do Minha Casa Minha Vida Entidades, a seleção interna permite uma certa autonomia do movimento em relação aos critérios estabelecidos pelo mercado, respeitando e possibilitando a construção de uma estrutura interna diferenciada.

Durante uma reunião de coordenação da qual pudemos participar, presenciei um momento da discussão que me parece expressar bem o sentido criado pelo MTST em torno da elaboração de seu critério de seleção interna. Durante a reunião, foi debatido sobre a possibilidade ou não das acampadas que faziam parte da ocupação “Portal do Povo” “dar presença” na Chico Mendes, onde passaram a ir para ajudar na estruturação da ocupação. A justificativa das moças era que a Chico Mendes era muito mais perto da casa delas, assim poderiam continuar colaborando na construção do movimento sem que para isso precisassem gastar com transporte.

No caso, a discussão partia das militantes responsáveis pela ocupação junto à Carla, que ocupa a posição de coordenadora estadual do movimento. A resposta dela foi que isso não era possível, pois cada ocupação depende diretamente da participação de seus acampados para que a manutenção da luta. Assim, elas poderiam continuar indo à Chico Mendes para ajudar a ocupação, mas a presença elas só poderiam dar na Portal do Povo, pois se abrissem exceção para elas, teriam que abrir também para outros e isso poderia causar um enfraquecimento das lutas realizadas pela ocupação a que pertenciam. Como cada acampado “só pode ter uma luta”¹⁰⁸ e como a presença é dada obrigatoriamente na ocupação da qual fazem parte, foi aberta a elas a possibilidade de abandonarem a luta na “Portal do Povo” para fazerem parte da Chico Mendes. No entanto, como a ocupação da qual vieram foi realizada antes, era possível que a moradia saísse primeiro para lá e depois para a Chico Mendes e, nesse caso, demorariam mais para conseguir a moradia.

¹⁰⁸ Quando afirmam que cada acampado só pode ter uma luta se referem ao fato de não ser aceito pelo movimento a participação de uma mesma pessoa em diferentes ocupações.

Transcendendo a questão burocrática, a pontuação ganha uma funcionalidade, de certa forma, estruturante da dinâmica do movimento. E isso não tanto pelo fato da sua existência, mas pela própria delimitação de quando, onde e como a pontuação pode ser dada. Como dependem destas para a conquista da moradia, cria-se através dessas delimitações um direcionamento da ação dos acampados – seja para dentro das próprias ocupações ou para os atos que ocorrem em conjunto. Como evidenciado na fala da Carla, isso possibilita a manutenção de uma base “permanente” a cada ocupação.

No entanto, mesmo parecendo uma estrutura rígida, o sistema de pontuação possui “brechas” que permitem sua manipulação por coordenadores e acampados no seio das relações internas a ocupação.

No caso dos coordenadores, um exemplo claro disso são as situações em que atribuem pontuação a uma tarefa, ou mesmo quando alteram o peso desta a fim de atrair um contingente maior de acampados (como no caso da trilha). Como a aquisição de pontos se dá a partir de sua ocupação de origem, ela é usada também internamente como forma de “direcionar” a ação dos acampados para as questões que parecem mais enfraquecidas. Nesses casos, a pontuação deixa de ser uma mera burocracia para avaliar atividades realizadas e passa a servir como o próprio “fomento” e “disciplinamento” das relações internas.

No que se refere aos acampados, a forma mais imediata como parecem manipular essa estrutura é na própria forma como conseguem “dar as presenças” e conseguir participação. Como, por exemplo, nos casos em que os acampados que pagam algum conhecido que possa dar a presença diária na ocupação, ou apenas se utilizam de forma permanente de familiares (com destaque, as mães) para além das presenças fazer trilha, mutirão, etc. Apesar de ser exceção, os casos em que envolvem relações financeiras parecem merecer certo destaque por sua própria existência já expressar a forma diversificada de relações que se estabelece a partir do próprio movimento. Com diferenças claras, os dois casos, no entanto, são comumente justificados ou pela dificuldade dos acampados que moram ou trabalham muito longe da ocupação chegarem a tempo de dar presença, ou, como declarado pelas mães, por seus filhos trabalharem muito e terem dificuldade em estar ali.

É interessante notar que tanto coordenadores quanto acampados se valem do sistema de pontuação a partir dos espaços previstos por este. Porém, como ambas as partes possuem certa margem de manipulação desse sistema, as relações que se estabelecem a partir dele não aparecem de forma pré-definidas, mas como um resultado dessas relações estabelecidas internamente.

Mesmo sendo utilizados como um meio de atrair os acampados, o sistema de pontuação só possui um efeito em massa nas presenças e nos atos. Tanto a trilha como no mutirão, mesmo se valendo da mesma lógica da pontuação, não conseguiram atrair um número significativo de acampados. E mesmo esses que iam realizar as atividades não pareciam incentivados apenas por isso. Não só no mutirão realizado pelo G1 como nos próprios dias de retirada da ocupação, era frequente a indagação entre os acampados sobre aqueles que lá não estavam e sobre a própria qualidade do “trabalho em grupo”. É importante destacar que esse estranhamento dos acampados que lá estavam não foi construído a partir das propostas de luta do MTST, mas da diferença na mobilização interna que ocorria no início da ocupação. Quando questionavam sobre a ausência dos outros acampados, a resposta era sempre amparada pela assertiva de que lá nada passava despercebido e que podiam ficar tranquilos que movimento via o esforço de cada um e que era isso que ia contar no final. Entre as conversas realizadas entre os próprios acampados, esse discurso era também utilizado como uma forma de “conforto” pelo trabalho que realizavam mesmo na ausência da participação dos outros.

Dentre esses “outros”, principalmente durante a retirada da ocupação, era questionado também o próprio posicionamento dos militantes, os quais não eram vistos realizando nenhum trabalho manual.

Se, por um lado, a existência da pontuação nem sempre garantia a presença dos acampados, por outro, mesmo quando não se tratava de atribuir pontuação, essa era trazida em questão pelos acampados. Algumas situações parecem esclarecer melhor isso.

Quando a ocupação chegou a um mês, realizaram uma grande festa de comemoração que concentrou um grande número de acampados e de seus familiares e amigos. Como só a bebida seria cobrada, dividiram o que cada “G” deveria levar a festa. Sem delimitar quantidade alguma, separaram o grupo de acampados que levaria carne, refrigerante, descartáveis, e assim por diante. No dia da festa, quase todas as entregas que faziam de doação na cozinha, era acompanhada pela breve fala dos acampados que davam o número de suas barracas. A situação foi tão frequente que se tornou até motivo de risada e comentários entre as coordenadoras que lá estavam por perto e que criticavam o fato da maioria dos acampados achar que teriam pontuação com as doações que eram entregues.

Nos meses seguintes, quando as doações eram requeridas para alguma forma de pequena confraternização, elas passaram a chegar na cozinha do G1 sem ser acompanhada em seguida pelo número das barracas. No entanto, eram poucos os acampados que doavam e que permaneciam na ocupação.

Mesmo sendo estruturante da forma como se dá o desenvolvimento das lutas dentro do MTST, o sistema de pontuação não pode ser visto apenas como uma estrutura pré-determinada que se incide sobre os acampados. Por mais que isso também ocorra, o sistema de pontuação se complexifica no seio das relações imediatas sendo também manejada – mesmo que de forma estrita – pelo contingente de acampados, criando novas relações a partir do sentido que atribuem a essas estruturas.

Outro fator muito relevante que aparece no interstício dessas relações, é como elas transcendem o próprio grupo “permanente” dos acampados. Duas situações aparecem como exemplo disso.

Primeiro, o fato de ser possível a ida de outras pessoas que teoricamente não fazem parte da ocupação, “dar presença” para os acampados. Chamo novamente atenção para essa situação porque ela retira a dinâmica do movimento apenas do grupo de acampados e permite um trânsito de pessoas tanto na realização das atividades internas à ocupação quanto nas externas. Assim, mesmo que em torno da questão da conquista “individual” da moradia, o que é considerado “base” do movimento, muitas vezes pode nem mesmo se referir apenas ao contingente de acampados, visto que por vezes estes participam menos do que, por exemplo, familiares e amigos que “dão presença” em seu lugar. Para além disso, vale ressaltar, alguns dos acampados da Chico Mendes relatam ter conhecido o movimento através dessas idas a outras ocupações para “dar presença” para algum amigo. O que chama atenção é que essa participação, principalmente dos familiares, parece transcender a questão meramente burocrática, permitindo em alguns casos a construção de um envolvimento e comprometimento com o trabalho a ser realizado em grupo.

Segundo, o caso da clonagem das barracas e do que chamam de “andorinhas”. A clonagem de barraca é feita por uma espécie de “duplicação” de dono. Cada barraca é cadastrada com o nome de uma pessoa, a qual receberá a moradia caso essa consiga ser conquistada pelo movimento. Pelo sistema de pontuação, cabe a essa pessoa permanecer junto a ocupação, o que será controlado através das presenças e participações. No caso de clonagem, o que ocorre é uma pessoa de fora da ocupação, sem fazer o cadastro, passar a se apropriar da barraca como se fosse dela. Dando presença, etc.

Já o que se denomina por “andorinhas”, são aqueles que não faziam parte do movimento, mas que vão à ocupação fazer cadastro e, possivelmente através de informações conseguidas pelo bairro, afirmam já ter participado das diversas atividades do movimento. Nos dois casos, como declarado pela militante responsável pela ocupação, “*é fácil descobrir*

quem faz ou não parte do movimento”. Entretanto é comum que ocorram essas tentativas de entrada na ocupação, o que torna estas situações parte da dinâmica das relações internas.

4.5 Uma volta ao conflito territorial: a perda do terreno e a conquista das moradias

Posto toda a dinâmica interna desenvolvida entre as famílias e o MTST na construção da ocupação, vale voltarmos novamente a situação do confronto territorial desenvolvido entre os condomínios e a ocupação a fim de compreendermos um pouco dos projetos que se localizavam por trás das reivindicações do terreno.

O que o torna aqui o conflito ainda mais interessante é a própria disposição que os sujeitos já ocupam anteriormente no bairro.

Se repararmos no mapa anteriormente utilizado para delinear visualmente a região, veremos que entre o condomínio que se localiza ao lado da ocupação e, propriamente, a favela do Colombo (de onde vem grande parte dos acampados da Chico Mendes) existe uma distância relativamente pequena – posto que separada apenas pelo cemitério Gethsêmani. Dessa forma, a disputa territorial enfrentada pelos condomínios visa impedir que uma população que já reside muito próxima, se aproxime ainda mais.

Como relatado, sendo uma área que possui padrões mistos de ocupação do território, é constante a mudança brusca das formas de moradia. No entanto, inclusive por essa situação, a disputa localizada em terrenos específicos parece intensificar-se, posto que transcendem seus “enclaves fortificados”¹⁰⁹, buscam delimitar não só a produção interna do condomínio como também o espaço externo a estes, organizando-se no que tange a gestão do espaço público.

E, neste ínterim, vale ressaltar que a própria implantação do parque linear possui em si uma dupla fase. Ao mesmo tempo em que é planejado como forma de preservar e aumentar áreas ambientais, favorecendo a qualidade de vida de toda a população à sua volta – inclusive a população de baixa renda, a qual representa uma das preocupações centrais do projeto –, ela também é fundamentalmente planejada a partir dos incentivos privados. Como mencionado no próprio projeto que prevê a implantação do Parque Linear Itararé:

A viabilidade da implantação do Parque Linear está diretamente vinculada à possibilidade de implementação de instrumentos urbanísticos capazes de gerar recursos financeiros ou fundiários capazes de suprir a carência orçamentária presente na administração municipal. Frente ao grande interesse imobiliário existente na região, neste caso parece ser viável obter do processo imobiliário meios para garantir a

¹⁰⁹ Caldeira (2003)

implantação do parque. (“PESQUISA E ANÁLISE DE APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS EM PLANEJAMENTO URBANO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO”, p. 71)

Indo ao encontro dos interesses expressos por parte da população dos condomínios, o parque linear ao mesmo tempo em que projeta um benefício socioambiental, também se estrutura na base sobre a qual se sustenta a crítica do MTST: a apropriação da cidade enquanto uma mercadoria, tendo aqueles que podem pagar vantagens sobre aqueles que não podem.

Quando da elaboração do Parque Linear se conta com o alto interesse do mercado imobiliário e com o investimento que esse designa ao espaço urbano como modo de valorizá-lo para, assim, valorizar também as moradias e comércios existentes na região.

E, aqui, vale ressaltar, como, ao se amparar no mercado imobiliário, a produção de melhorias para o espaço urbano conta, de certa forma, com a reprodução mercadológica do espaço.

Por sua via, este será um dos fatores que levam a aproximação do movimento. Pois, com o aumento da especulação imobiliária, aumenta a dificuldade das famílias em se manterem na região – o que, estrategicamente, forma uma população que favorece as chances de massificação do movimento. Apesar de o movimento aparecer hoje como um meio utilizado para driblar a situação de vulnerabilidade a que são submetidos nesses territórios, é interessante notar nos acampados que acompanharam o processo de formação da região do Morumbi, como estes enfrentaram até então o processo de valorização imobiliária que vem sendo fomentado da região desde a década de 70.

Dentre esses, vale destacar o fato de reclamarem junto ao poder público o título de comunidade, posto que eram taxados nas cobranças de serviços da mesma forma que eram cobrados os moradores de classe alta e média da região. Será através da apropriação dessas interfaces do poder público que eles conseguem lidar com as necessidades mais imediatas que os afligem permanecendo, mesmo que de forma muito precária, sobre a mesma região que as classes mais altas.

Dentre os relatos de parte dos coordenadores de grupo e dos acampados com que tive contato, é de fato a questão da moradia e não um conhecimento prévio sobre o MTST que os atrai para o movimento. No entanto, é importante ser aqui ressaltado que a aproximação que essas famílias realizam do movimento se trata menos de uma “alienação” sobre a estrutura social a que estão submetidos do que, propriamente, uma estratégia escolhida por estes como forma de lidar com as contradições sociais que experienciam cotidianamente através da

condição de moradia e emprego que possuem em relação à população de classe alta e média que se situa em seu entorno.

Não sem refletir, optam por adentrar ao movimento. E mais, frente às diferentes funções existentes neste, optam ainda sobre de que forma permanecem dentro dele ou se consideram melhor dele sair.

De modo interessante, dentre os motivos que fazem diversos dos acampados entrarem no movimento e nele permanecerem está a preocupação em conceder alguma forma de segurança à família. Em quase todos os relatos dos acampados que pude conviver, aparecia marcado a intenção de participar do movimento para que pudessem deixar alguma forma de herança para os filhos. Dentre outros casos, destacam-se até casos em que os jovens que não possuem família constituída e participam da luta a fim de depois ceder a casa a algum irmão, posto que nem mesmo pretendiam permanecer em São Paulo. Daí também se desencadeiam a grande presença das mães dentro da ocupação, posto que mesmo sendo a “luta” do filho, o fato de estarem lá por eles também é uma forma de garantir uma segurança que não puderam dar a eles antes.

No mês de dezembro, o MTST decreta a data final da ocupação territorial da Chico Mendes. Com a questão da instabilidade do terreno e com o fato de tratar-se de uma área de APP, o MTST não consegue conquistar o terreno. No entanto, um dado importantíssimo entra em cena: o fato de para o MTST a conquista da moradia não estar necessariamente vinculada à conquista do terreno no qual permaneceram acampados. Em acordo com a prefeitura, garante-se a construção de moradias para as famílias, entrando em processo de escolha de um novo terreno onde estas possam ser construídas.

5. Saída da ocupação

Permanecendo aproximadamente quatro meses no terreno, a ocupação teve sua retirada efetiva no dia 05/01/2015.

A tarefa a ser realizada era comum a todos, tinham que derrubar todas as barracas e descer com elas para serem despejadas na frente da ocupação, onde seriam recolhidas pelo serviço de limpeza da prefeitura. Como tratava-se da retirada completa da ocupação, não tinha ao certo divisão de G's e nem mesmo de barracas. Era chegar de desmanchar e transportar. Com um número mais elevado do que apareceu no mutirão chamado pelo G1, a retirada da

ocupação teve, no entanto, um número muito menor de acampados trabalhando do que de acampados registrados como pertencentes a ocupação.

Trabalhando por um dia inteiro, o G1 em maior número, conseguiu derrubar uma parte considerável da ocupação. Parando por conta do período chuvoso e do cansaço daqueles que lá ainda estavam, o término do trabalho ficou para o dia seguinte. Quando findado o trabalho, acumulou-se nesse dia um grupo amplo de coordenadores e de militantes na cozinha do G1 cantando músicas da ocupação e comemorando a vitória que tinham conquistado. Tendo também alguns acampados, a maioria deles, no entanto, permaneceu do lado de fora da cozinha um tanto envergonhados. Com permissão de bebida, a comemoração só aumentava, agora ao som de batuques e samba.

Durante a comemoração, os militantes e coordenadores que lá estavam fizeram um agradecimento à Rosalinda pelo tanto que se dedicou a ocupação e, particularmente, a ajudar alguns deles. Em lágrimas, Rosalinda foi abraçada por todos.

Depois de um tempo desceram do G1 e passaram para a entrada da ocupação onde esperava um bolo para a comemoração de aniversário de uma das coordenadoras, viam-se quase todos os coordenadores que estavam responsáveis pelos grupos na época, os militantes vindos de fora, os acampados que dormiam na ocupação e, tirando isso, um número reduzido de acampados não coordenadores. A felicidade pela conquista era explícita e contagiante. Extremamente felizes pela conquista que conseguiram, esse grupo que devia ter umas 30 pessoas, bebeu, dançou na chuva, cantou, chorou.

No dia seguinte, a tarefa continuava. Ainda faltava retirar uma grande parte da ocupação e as cozinhas. Aparecendo, em grande parte, acampados que já tinham ido no dia anterior, agora em um número ainda mais reduzido, o processo ficava mais lento.

Perto da hora do almoço, os poucos acampados que lá tinham se alimentaram e saíram para a passeata que estava programada de comemoração da conquista da ocupação. Rosalinda, como de costume, ficou na ocupação para continuar cuidando das coisas (digo de costume porque curiosamente ela me relatou que toda vez que tem ato, a ocupação não pode ficar sozinha. No entanto, todos gostam de ir ao ato e nunca querem ficar na ocupação. Por esse motivo, é ela que muitas vezes fica por lá como responsável).

Um número muito grande de acampado esperava de fato na frente da ocupação pela realização do ato. Um número estrondosamente maior do que se podia anteriormente ver na retirada da ocupação.

A passeata deve ter durado em média uma hora. Atravessando pelos bairros próximos, passamos tanto pelo próprio bairro dos acampados quanto pelas regiões mais valorizadas naquela região.

Chegando novamente à Chico Mendes, um grupo de militantes se reuniu em uma parte mais alta tentando falar sobre a conquista que tinham realizado e sobre a importância de não desistirem da luta, dado o fato que continuariam tendo reunião de tendo que marcar presença. Pouco conseguia se escutar. No fim das falas, o grupo se dividiu e foram pegar presença com seus coordenadores de grupo. Após esse momento, a grande quantidade de acampados lá presente, voltou a se retirar. Alguns poucos que, em sua maioria, lá já estavam continuaram trabalhando pela retirada da ocupação.

A coordenadora do G1 aparece como uma exceção entre os coordenadores, tendo poucos deles se envolvido de fato com o trabalho pesado. E o grupo dos militantes, em sua maioria, só foram se envolver com a derrubada da ocupação quando foi necessário retirar as cozinhas. Outra parte, permaneceu na entrada apenas esperando.

No decorrer do dia Rosalinda dispensou seus acampados como uma crítica aos outros grupos que pouco tinham acampados e que mesmo assim não tinham seus coordenadores trabalhando pela derrubada da ocupação. Por conta disso, uma parte dela ainda continuou em pé. No dia seguinte, viria o trator da prefeitura para derrubar o que faltava e o terreno seria novamente entregue.

Expressivamente exausta, Rosalinda permanecia na ocupação junto a alguns acampados e outros militantes que agora auxiliavam na derrubada das cozinhas. Enquanto também auxiliava, o genro de Rosalinda dizia que estava muito preocupado com ela porque ela tinha se apegado tanto à ocupação que tinha até medo dela acabar adoecendo sem ela. Por outra via, como dizia ela, estavam “especulando” sobre seu interesse em passar a integrar o MTST.

A Chico Mendes saiu do terreno por ter indícios de conquista. Passando a ter reuniões aos sábados de quinze em quinze dias com presença e com obrigatoriedade de frequentar os atos, a luta da ocupação continua até as moradias serem efetivamente construídas e as chaves entregues as famílias acampadas. Assim como não começa com a entrada efetiva no terreno, também não termina com sua retirada. Pelo acordo realizado com o movimento, as famílias seriam atendidas pela terceira etapa do programa MCMV.

Entre os militantes, o que mais se comentava era o ato seguinte que seria feita em Brasília com um amplo número de ocupações sendo realizadas consecutivamente. O maior número já realizado pelo MTST.

CAPÍTULO III. TORNAR-SE UM ACAMPADO, UMA LUTA “APENAS” POR MORADIA?

1. Entre duas experiências

A partir de dentro da ocupação Chico Mendes II, podemos perceber que o grupo de acampados que a compõe, traz consigo experiências sociais distintas, as quais podemos delimitar de forma ampla a partir de dois conjuntos distintos. O primeiro encontra-se referenciado na vivência do progresso migratório formativo da cidade de São Paulo. E o segundo a um conjunto de experiência referenciada na vivência da periferia. E de modo mais específico, da periferia após os anos de 1990.

Vale aqui retomarmos a formação destas e, em seguida, como são manejadas dentro da ocupação.

Como marca Rosalinda em seus relatos, formado a partir da população migrante que vem para a cidade em busca de melhores condições de vida, o Jd Colombo inicia sua formação a partir do interstício de um espaço urbano e rural, no qual, sem infraestrutura, tornava-se lócus viável de habitação à população empobrecida que buscava um modo de se estabelecer na cidade. O bairro crescia através da proliferação do trabalho na construção civil, a qual se tornava no período ditatorial uma das maiores vias de inserção ao mercado formal de trabalho. Aqueles que já não encontravam guarida de trabalho no trabalho formal, se valiam dos trabalhos informais como forma de garantirem o aumento da renda da casa. Como marcado, por exemplo, na experiência de Rosalinda e das suas amigas que ingressaram ao bairro na mesma época e que trabalhava como empregadas domésticas.

A partir de meados da década de 1990, o bairro passa a sofrer um amplo conjunto de transformação que expressavam na mudança das relações sociais o novo modelo de sociedade que se formava frente a reestruturação produtiva e no próprio posicionamento do Estado.

O trabalho formal, no qual se encontravam vinculados a partir da construção civil se reduzia e, junto a ele, outros setores amplamente responsáveis pela adesão da mão-de-obra migrante. Com dificuldade em se reinserirem no mercado formal de trabalho, aumenta a quantidade de membros da família que precisam ingressar aos trabalhos informais e temporários como forma de garantir a manutenção de suas sobrevivências. Em ênfase, a sobrevivência em uma periferia que se encontrava, agora, por entre a valorização da região do

Morumbi, o que aumentava custos básicos (como a alimentação) em relação a periferias mais distantes da região onde residiam.

Dentro dessa nova realidade de instabilidade, são impelidos a adentrarem individualmente a um mercado de trabalho altamente concorrencial onde a única possibilidade de ascensão era dada pelo “esforço individual” e pela potencialização de suas capacidades ofertadas ao mercado. Valendo-se da própria disparidade socioespacial de onde residiam, passam, em grande medida, a oferecer seus serviços de pintor, pedreiro, eletricitas, empregadas domésticas, babás, motorista particular, segurança, etc. aos condomínios de luxo que se formavam na região do Morumbi.

Essa “realidade alterada” que aparece na experiência dos mais velhos no bairro, se tornará “a” realidade de seus filhos. Longe da vivência da vida campesina, das expectativas construídas sobre a possibilidade de integração social a partir da cidade, do conjunto de “mudanças” pelas quais passa o migrante em busca da adesão ao trabalho formal e de ampliação de seus direitos e, até mesmo, do próprio processo de ocupação e transformação da região do Jardim Colombo; seus filhos terão como base material da constituição de sua experiência um conjunto de vivências muito distintas das formativas do “projeto operário”.

Se não nascidos, ao menos crescidos na periferia da cidade, esses jovens vivenciam uma realidade urbana consolidada e amplamente marcada pelas oposições socioespaciais, pela realidade das “novas formas de trabalho¹¹⁰” e pela subjetivação de uma competição generalizada. Não se trata mais apenas da busca por segurança e estabilidade, mas pela “liberdade” do “empreendimento de si¹¹¹” (e pela responsabilização individual do mesmo), da busca pelo desenvolvimento das suas capacidades e da busca pelo prazer.

Mas não é só. Pela trajetória da atuação de Rosalinda no bairro conseguimos apreender parte dessas mudanças que agora dão nova forma à realidade do Jardim Colombo. Das mobilizações por infraestrutura e moradia, Rosalinda passa a se tornar referência à população jovem do bairro através da atuação com trabalho comunitário, através do qual procura com a dança e com a música uma forma afastá-los do “mundo do crime” que aumentava a sua presença e legitimidade no bairro.

Essa escolha de Rosalinda por atuar nessas áreas, como já mencionado no capítulo II, se deve a própria entrada de seus filhos no “mundo da droga”. Dalí, parte sua identificação da

¹¹⁰ As quais, apesar de destacarmos aqui de maneira ampla a partir da informalidade e do trabalho temporário, se efetivarão a partir de uma pluralidade de condições e vínculos empregatícios. Essa nova realidade será amplamente discutida pela bibliografia específica sobre trabalho. Para um direcionamento dessa ampla discussão, ver Sanchez (2012).

¹¹¹ DARDOT e LAVAL, 2016

nova problemática que atinge o bairro e inicia seu trabalho em oposição a esse crescimento do “mundo do crime¹¹²”. E aqui, não me refiro a um combate exclusivo a utilização e venda da droga ou a realização crime, mas uma busca por se defrontar com a legitimidade social que estes ganham no conjunto das relações sociais. Propriamente, é a isso que se dirige sua ação, na busca por promover outras referências e outras formas de desenvolvimento das capacidades desses jovens que também possam lhe trazer o reconhecimento e o prazer que, a princípio, parecem buscar.

Uma das filhas de Rosalinda ajuda também a expressar essa expansão da legitimidade do “mundo do crime”. Também acampada na Chico Mendes II, em um de nossos diálogos relatava sobre a relação complicada que sua filha tinha com o pai que havia ficado preso por algum tempo. Durante sua história, ao explicar sobre sua aproximação com o pai de sua filha, enfatizava como desde nova ela e suas amigas se sentiam muito atraídas pelos rapazes do bairro que consideravam perigosos. Em seus termos, dizia “nossa, eu não podia ver uma arma”. O “mundo do crime” tornava-se esse lugar possível de se adquirir legitimidade e reconhecimento, assim como um meio a acessar outras esferas como a do consumo também altamente valorizadas enquanto um “empreendedorismo de si”.

Não podemos perder aqui a dimensão de dois pontos importantes. O primeiro, é que apesar de trabalharmos aqui analiticamente essas experiências de maneira geral, na sua forma de realização, ela não se faz de maneira tão ampla. Isso porque, as experiências a que nos referimos encontram relação direta à realidade objetiva e ao conjunto de significações que se encontra singularizado na trajetória de vida de cada sujeito. O que torna possível essa relativa generalização quanto à experiência vivenciada pelas pessoas, é o fato de se tratarem de contextos históricos e sociais comuns, e é isso que procuramos destacar. O outro ponto a ter destaque é o fato de que como foi visto acima, não se tratam de experiências vividas de modos separados. Ressalta-se aqui a partir das experiências o “ponto de partida”, a referência de sua inteligibilidade na compreensão das relações sociais sobre a qual atuam, mas não como formas cristalizadas de formação destes sujeitos. Ambos os conjuntos de experiências estarão em imbricação na composição de uma realidade comum. E isso é o que nos é importante aqui.

¹¹² O termo é trabalhado por Feltran (2008) a partir de uma linguagem nativa dos jovens que encontram-se neste inseridos em Sapopemba. Segundo o autor, “Trata-se de expressão que designa o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos.” O autor trabalhará de modo mais preciso com a forma como esses códigos se ampliam e tensionam as fronteiras de outros universos de significação social como família, religião, escola, mercado e Estado. Mesmo sabendo da dimensão mais ampla a qual o termo se refere, me utilizo dele por aparecer no trabalho de campo, de forma mais específica então aos movimentos sociais, a tensão dessa fronteira a qual o autor se refere. Ressalta-se, não é uma expressão nativa. E, assim, diferente do autor, a manteremos entre aspas por se tratar de uma categoria.

A compreensão de que não se trata apenas da intervenção do MTST na realidade da periferia, mas em uma periferia (que, como vimos no capítulo I, não se trata de uma realidade exclusiva do Jd. Colombo) composta por um conjunto de mudanças que dão à formação social do local um caráter “misto” de experiências, expectativas e frustrações.

Admitindo isso, voltemos então à nossa explanação do capítulo I sobre a forma de organização utilizada pelo MTST.

Como vimos, a escolha da bandeira da moradia se dá pelo seu potencial de organização, posto que no mesmo período de seu surgimento era a moradia uma das bandeiras de luta que mais apontavam mobilizações espontâneas da população.

Seu pressuposto então, em todo seu processo de reformulação interna, assenta-se na ideia de que – através da necessidade individual, da importância social atribuída à conquista da casa própria e, principalmente, através da divulgação não realizada da supressão dessas demandas pelo MCMV – a bandeira da moradia tornava-se um potencial aglutinador da população empobrecida da cidade.

Quando MTST chega ao Jd. Colombo, no entanto, a adesão da população não será imediata. Como pudemos apreender pelos relatos, a primeira reação que possuem frente a bandeira de moradia é, antes, uma desconfiança sobre a intenção do movimento. Sobre o que os levaria a adentrar ao bairro e a oferecer a eles a possibilidade de conseguirem moradia.

Tal desconfiança parece estar relacionada ao fato de que o movimento, advindo de fora, aparece dentro do bairro como mais um ator que o adentra para nele intervir. E isso, se deve a uma importante mudança na própria organização social e do Estado a partir da ênfase nas políticas neoliberais.

Como vimos no capítulo I, o Estado brasileiro vêm ao menos desde 1930 realizando uma ampla política intervencionista que possui como objetivo, de um lado, incentivar o desenvolvimento econômico nacional (seja através do campo seja através da cidade) e, de outro, manter as desigualdades sociais brasileiras enquanto massas manejáveis à realização de seus projetos nacionais. Para isso, o Estado estabelece uma série de medidas que vem ao longo da história do Brasil sendo contestadas pela população brasileira (como, por exemplo, os conjuntos de mobilizações sociais que se formaram no meio urbano em busca da expansão de infraestruturas às áreas periféricas da cidade). Com efeito, em grande medida, o Estado respondia às mobilizações sociais com medidas clientelistas que relacionavam uma “bem feitoria” de Estado a um favor benevolente às necessidades do povo. Na contramão dessa forma de se conceber a política (advinda do intervencionismo do Estado sem que assim se considerasse a existência da população enquanto constituinte dos projetos e diretrizes

nacionais), desencadeou-se uma série de mobilizações na década de 1970 e 80 exigindo a participação na elaboração da políticas nacionais reclamando enquanto direito o que antes lhes era fornecido enquanto favor.

Após esse período, tem início o processo de redemocratização, a elaboração da Constituição de 1988 e, em seguida, o aprofundamento das medidas neoliberais que ganham ampla dimensão no país em 1990. E junto a ela, como também já visto, ocorre o processo de reestruturação produtiva, a reforma do Estado e de uma série de mudanças nas relações sociais. Dentre esse conjunto de transformações no âmbito do Estado encontrar-se-á a ênfase no seu papel de facilitador a partir do qual garante a entrada do mercado como gestor das áreas sociais pelas quais se responsabilizava. Mas não é só. Como trabalha Lautier (2014), o Estado cria uma nova forma de controle social. Da política clientelista e do controle das massas através do favor e da cobrança da benevolência da população, o Estado, a partir da ênfase às medidas neoliberais, passa a atuar a partir de políticas focalizadas onde fraciona a população em “públicos-alvo” sob o argumento da luta contra a pobreza.

O trabalhador perde a centralidade da administração estatal e o *pobre* passa a se tornar o eixo organizativo dessa “nova geração de políticas sociais” (FELTRAN, 2004, p.503). O objetivo é criar medidas de Estado que intervenham naquelas formas de desigualdade prejudiciais ao crescimento econômico. Assim, unindo as demandas sociais aos “imperativos econômicos” (PAOLI, 2007, p. 236), busca-se com essas políticas um “gerenciamento prático da escassez” (PAOLI, 2007, p. 236), através do qual a população é “fatiada” em categorias e necessidades distintas as quais são vistas pelo Estado e pelo mercado através da alcunha de “público-alvo”, a partir do qual direcionam suas investidas.

Dentre essa nova lógica de gerenciamento do problema social através da ação sobre o pobre, duas serão as chaves de atuação do Estado: a técnica de intervenção social focalizada e o controle repressivo. (PAOLI, 2007)

De um lado, aparecem os programas técnicos governamentais e não governamentais, dirigidos diretamente para a atenuação das carências críticas em áreas pobres e degradadas da cidade e para a falta de acesso de seus habitantes a meios de superá-las. De outro, a violência opera pela manutenção da insegurança, cuja a forma institucional de controle repressivo se confunde com a própria (...) agressividade e discriminação presentes em todos os níveis cotidianos da cidade. (...) (PAOLI, 2007, p.228)

Segundo Feltran, elas políticas são operadas “a partir de um *continuum* imagético que tem, num polo, a figura do “perigo” a ser francamente controlado e, no outro, a do novo

consumidor ávido por mercados em expansão, seja pelo crédito, seja pelo aumento da renda” (2014, p.498).

Se enquadrando na categoria do “pobre”, novo enquadramento social, o Jd Colombo, enquanto realidade periférica, passa a ser lócus de uma série de investidas dessa nova forma de organizar e gerenciar as problemáticas sociais.

No que se refere ao bairro como um todo, a face mais aparente dessa atuação, será o aparato de controle repressivo. Formado por entre diversos “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2003) que se formaram ao seu em torno, sob o espectro da “violência urbana¹¹³”, o Jd. Colombo, assim como as outras favelas da região, sofre tanto o constante controle dos sistemas de segurança privados quanto o controle policial que realiza diversas investidas no bairro. É interessante notar aqui que ambos os procedimentos possuem a função da manutenção do pobre no lugar do pobre, “prevenindo” (PAOLI, 2007) de modo violento que causem supostos danos ao resto da sociedade.

A outra face do Estado na investida direta a essa população, chegará através desse conjunto de políticas focalizadas através das quais se tornam “‘público-alvo’ de marqueteiros e programas de governo” (FELTRAN, 2014, p.497). Como será o caso, por exemplo, do programa Bolsa Família, do MCMV, etc.

Ainda, de modo adjacente com a nova forma de tratar a questão social, outro importante ator que enxergará a favela e a pobreza como um foco de atuação e intervenção social, serão as Organizações não Governamentais (ONG’s). Particularmente no Jd. Colombo, em destaque pela ampla adesão que possui dos moradores do bairro, podemos destacar o “Projeto Viver”, ONG construída pelo Banco Votorantim. Amparado no ideário neoliberal de retirada do Estado das áreas sociais, a fim de incentivar o desenvolvimento individual dessas pessoas que, segundo o discurso mercadológico, se acomodam aos auxílios do Estado, a ONG propõe através da “responsabilidade social” (PAOLI, 2002) e da “moral da caridade” (LAUTIER, 2014), intervir na realidade do “pobre”. Proporcionando áreas de lazer e do oferecimento de aulas de judô, teatro, etc., propõe uma intervenção que leve ao fortalecimento moral dessa população, as quais não passem só a se valer dos investimentos sociais, mas que

¹¹³ “Não existe uma violência urbana em si mesma. A representação da “violência urbana” constitui-se fundamentalmente de um processo de associação arbitrária entre conceitos e fenômenos distintos, ao longo do tempo, que só comporiam um único fenômeno que, ao se reificar – por mecanismos diversos de objetivação – é apreendido como realidade e, por isso, se torna realidade. (...) nessa representação estão conectados fenômenos e conceitos tão díspares quanto criminalidade, drogas ilegais, mercados ilícitos, armas de fogo, facções, quadrilhas, corpos pardos e pretos, territórios urbanos e pobreza.” (FELTRAN, 2014, p. 501/502)

aprendam a realizar o “empreendimento de si” e o “esforço individual” na busca por ascender socialmente.

Acredita-se no princípio de não só dar o peixe, mas, principalmente, ensinar a pescar, proporcionando uma significativa melhoria da qualidade de vida (...). Acredita-se que todas as pessoas podem ser sujeitos da sua própria transformação social, desde que lhe sejam dadas condições para buscar e alcançar esta transformação. Adota-se a prática da articulação de recursos que transformam os outros, que eleva sua autoestima, fortalece suas esperanças, alarga seus horizontes, expande seus conhecimentos, realiza seus sonhos, dá sentido à sua vida e garante sua evolução, ao contrário da prática da doação, que muitas vezes vicia, humilha, domina e reforça a relação de dependência (<http://www.projetoviver.org.br/o-projeto-viver/>, acessado em 10/08/2016)

Dentro desse quadro onde a periferia e, de modo mais específico, o pobre torna-se lócus de intervenção social tanto a partir do Estado, quanto do mercado e das mais diversas organizações sociais, o MTST aparecerá a partir de dentro do Jd. Colombo como mais um ator que chega na periferia com o objetivo de intervir na realidade vivida pelo pobre.

Essa desconfiança – que continuará atravessando, em grande medida, a experiência de parte dos acampados dentro do movimento – se mostrará explícita em todo o processo de aproximação do movimento e da adesão dos sujeitos a este.

Rosalinda é uma das figuras que se questiona em diversos momentos de sua trajetória na ocupação sobre os reais objetivos do movimento. Em grande medida, essa preocupação se deverá justamente a importância que ela mesma admite ter na própria formação da ocupação. Tratando-se de uma figura respeitada tanto pelos mais jovens quanto pelos mais velhos do bairro pelas ações que ali já realizou, Rosalinda, assim como Cibele (que atuava organização de moradores do bairro), tornavam-se figuras chave no processo de mediação entre o MTST e o bairro, atribuindo assim maior legitimidade a ele.

Esse processo de desconfiança também aparecerá marcado no fato da maioria dos acampados que entraram no terreno, não terem sido aqueles que participaram do trabalho de base. Na fala de Robson, quando explicita que sabia da presença de um movimento de moradia no bairro, mas que a princípio não quis se juntar a eles; e a tantos outros acampados que relataram que não entraram na ocupação de modo imediato, mas que permaneceram no terreno e ouviram os coordenadores da ocupação antes de escolherem a ela se agregar.

Ora, mas se a entrada dos acampados não foi marcada por uma adesão imediata ao movimento através da demanda da moradia, mas, antes, por uma desconfiança em relação este, o que os fez reverter essa percepção a ponto de optarem por fazer parte do movimento? O que levou esses sujeitos a atribuírem legitimidade a esse movimento?

Dois pontos parecem fazer diferença. A dimensão do “*possível*” e a legitimidade que o movimento ganha frente à *organização* que possuem. Ambas as dimensões aparecerão imbricadas dentro dos argumentos que justificam a escolha dos acampados em adentrar ao movimento. No entanto, eles serão articulados de modos distintos em relação direta à experiência social que estes sujeitos trazem consigo antes mesmo de adentrar a ocupação.

E aqui, é fundamental que se note que não estará em destaque só as condições de moradia que possuem (que, como vimos no capítulo II, é condição para se tornar um acampado), mas sim de como e porque decidem através destas condições objetivas, ingressar no movimento. Trata-se aqui do interstício entre a condição de moradia e a entrada ao movimento. Deste “vão” – em grande medida ignorado pela pressuposição de uma relação direta entre necessidade e a entrada no movimento como um meio de se chegar ao “mercado de habitação social” (SHIMBO, 2010) – será onde se elaborará a escolha por se aproximar do MTST. Dentre o conjunto dos acampados, podemos aqui destacar dois grandes grupos.

Primeiro, podemos destacar o conjunto de acampados que adentra na ocupação a fim de conquistar uma moradia que na verdade não seria para eles, mas para algum parente. Nesses casos, utilizam da própria situação de vulnerabilidade em relação à moradia para que possam, assim, adentrar ao movimento (posto que a condição para se tornar um acampado está diretamente ligada aos requisitos dos programas habitacionais voltados à população empobrecida). São diversas as condições objetivas em relação à moradia desses acampados, mas destacam-se duas delas. Aqueles que já possuem uma casa e não a posse do terreno, mas que acreditam ter uma segurança relativa em relação a moradia (mesmo podendo ser alvos de ação de despejo). E aqueles que vivem revezando entre habitações improvisadas (como é concebida a própria ocupação pela falta de lugar onde residir) e a casa de familiares.

Trata-se, em grande maioria, de pessoas com idade acima quarenta anos que escolhem se tornar acampados por considerar a entrada no MTST como mais um dos seus esforços realizados em busca por deixar alguma herança aos seus filhos. Estabelecendo uma relação muito parecida entre o esforço do trabalho e a conquista da casa própria, o esforço em atuar na ocupação aparecia agora como uma das últimas expectativas em deixar aos seus filhos a habitação “própria”, “segura” que não tinham até então conseguido. Como faz referência um destes acampados que fazem da ocupação a sua habitação improvisada, “eu não tenho nada, isso aqui é a única coisa que posso deixar pra eles”.

É muito interessante notar como o significado aqui atribuído à casa própria possui um sentido bem próximo daquele nutrido durante o *projeto operário* que foi alimentado até meados 1980. Ou seja, da casa enquanto fruto (e meio) de um projeto de integração social que

se realizava lentamente a partir das gerações. Se aqui já não era mais possível garantir nesse projeto a integração de seus filhos ao trabalho formal e a ampliação de seus direitos, a casa, no entanto, continuava a ser vista como um fruto dessa conquista a ser passada a frente como forma de auxiliar nessa nova forma de busca pela ascensão social (calcadas em projetos individuais) de seus filhos.

Assim, podemos aqui conceber que, no que se refere a Chico Mendes II, parte da adesão destes acampados ao movimento se deve, antes, a uma vivência e a uma busca por conseguir a partir de um novo reordenamento social, garantir aquele projeto de integração que almejavam e que hoje já não encontram mais meios de realizá-lo. Dentro dessas antigas expectativas, sob novos tempos, o MTST e o impacto da sua capacidade de organização (sempre destacada pela fala de seus militantes e pela forma como estavam presentes orientando a construção interna da ocupação), fazem com que ressurgja para esses sujeitos a possibilidade de realizar ainda parte desse projeto de integração que almejam enquanto herança aos seus filhos.

O segundo conjunto de acampados os quais nos referimos são aqueles vivem sob as condições delimitadas pelo déficit habitacional como habitações precárias¹¹⁴, coabitação familiar¹¹⁵ ou que sofrem com o ônus excessivo do aluguel.¹¹⁶ Estes partem destas condições de moradia como um meio (vale lembrar, já ressaltado pelo MTST condição a se tornarem acampados) de adquirir uma casa “para si”. São acampados que gostariam de ter uma casa própria por residir ainda com a família, ou por morar sozinho ou com filhos “de favor”, em

¹¹⁴ Sendo o primeiro componente de delimitação do déficit habitacional, considera-se enquanto habitação precária “dois subcomponentes: os domicílios rústicos e os domicílios improvisados. Os domicílios rústicos são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. Em decorrência das suas condições de insalubridade, esse tipo de edificação proporciona desconforto e traz risco de contaminação por doenças. Já os domicílios improvisados englobam todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, carcaças de carros abandonados, barcos e cavernas, entre outros), o que indica a carência de novas unidades domiciliares.” (Fundação João Pinheiro, “Nota Técnica 1. Déficit Habitacional no Brasil 2011-2012, Resultados Preliminares” p. 8)

¹¹⁵ Segundo componente de delimitação do déficit habitacional “também é composto por dois subcomponentes: os cômodos e a as famílias conviventes secundárias que desejam constituir novo domicílio. Os cômodos foram incluídos no déficit habitacional porque esse tipo de moradia mascara a situação real de coabitação, uma vez que os domicílios são formalmente distintos. Segundo a definição do IBGE, os cômodos são domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos localizados em casa de cômodo, cortiço, cabeça de porco entre outros. O segundo subcomponente diz respeito às famílias secundárias que dividem a moradia com a família principal e desejam constituir novo domicílio.” (Fundação João Pinheiro, “Nota Técnica 1. Déficit Habitacional no Brasil 2011-2012, Resultados Preliminares” p. 8)

¹¹⁶ O terceiro componente de delimitação do déficit habitacional, “corresponde ao número de famílias urbanas, com renda familiar de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel.” (Fundação João Pinheiro, “Nota Técnica 1. Déficit Habitacional no Brasil 2011-2012, Resultados Preliminares” p. 8)

situação precária ou pagando aluguel¹¹⁷. É o caso de Rosa, por exemplo, que por volta dos quarenta anos, ainda residia com os pais por não ter condição financeira de morar sozinha.

O interessante notar, no entanto, é o destaque que aqui se tem aos acampados mais jovens da ocupação, que vão em média entre dezoito a trinta e dois anos. E, ainda, que se tratam de acampados (ao menos com os quais nós conversamos) que nunca haviam nem tentando acessar os programas habitacionais destinados à população de baixa renda como, por exemplo, o MCMV. O que nos aponta que, apesar do programa se tornar um importante “signo” da possibilidade da casa própria, será através do MTST e não somente pelo MCMV que passam a ver a casa própria enquanto um horizonte possível.

E aqui, então, quando apontamos à dimensão do “possível”, nos referimos ao fato de que a essa população mais nova, a moradia própria não aparecia no universo de possibilidade (apesar de fazer parte de seus desejos distantes). Isso não quer dizer que aqui a significação e a importância atribuída para a casa seja menor. Não se trata disso. Mas do fato de que sem a expectativa da integração social via trabalho e direitos, a busca pela casa própria encontrava-se objetivamente dificultada e, assim, apesar de desejável, é concebida como algo muito difícil de conseguir hoje diante da instabilidade financeira e do aumento progressivo da especulação imobiliária.

Não apontando nenhuma experiência anterior com movimentos de moradia, nem mesmo a referência de luta por direitos, para esta população, o MTST aparecia abrindo um novo universo perceptível não só de que era possível se alcançar a casa própria, mas do fato de que é possível alcançá-la através da mobilização social. E, em grande medida, essa dimensão do possível só será reforçada através da organização que mostram no processo de ocupação do terreno. Como Rosa aponta, ao relatar sobre aqueles conhecidos de bairro, que a criticavam por ter se juntado ao movimento ela fala: “Ah, mas sabe, são pessoas que nunca vieram aqui”. Amanda mostra uma experiência próxima quando fala que também foi à ocupação por curiosidade e que ouvindo o que falavam e a forma como se organizavam, percebia que “era verdade”, que não estava certo trabalharem tanto e não terem uma casa. Relatos desse tipo, os quais incutiam na fala dos acampados, a percepção através da ação do MTST, de que realmente não estava certo a situação em que viviam e, então que se tornava legítimo lutarem, eram as formas de experiência e de atribuição de sentido mais frequentes entre a população mais jovem da ocupação.

¹¹⁷ Destacamos aqui o “viver de aluguel” porque apesar de se tratarem de situações de ônus excessivo de aluguel, não é o valor em si do aluguel que aparece em, mas o fato de terem que pagar aluguel. E isso porque pelas condições de trabalho que possuem, o aluguel ser um ônus excessivo aparece como condição dada nos relatos.

Não descartamos aqui, no entanto, a adesão daqueles que de fato ingressam somente pela aquisição da moradia e que vira no movimento uma forma de cumprir a realização de seus projetos mais individuais de ascensão social. Estes podem ser os casos daqueles que não apareciam na ocupação e que só tinham seus parentes cumprindo suas presenças. No caso dessa população jovem, como já trabalhado, em grande medida, se destaca a presença das mães desses acampados que passam a frequentar a ocupação e a participar como representantes dos seus filhos. No entanto, nesses casos, a justificativa da presença delas se refere sempre à impossibilidade dos filhos em comparecerem porque trabalham ou porque moram muito longe e não conseguem chegar. Sobre esses casos, no entanto, não podemos explicar muito, posto que não os encontramos.

Destaca-se aqui ainda, portanto, aqueles que entram simplesmente pra ver e viver algo do qual desconhecem e porque lhes parece interessante, como no caso de Robson. Ou aqueles que como Cláudia, entram no terreno considerando que já se tratava de uma conquista imediata da moradia, mas que ao perceber que não, resolvem permanecer na ocupação pra ver como aquilo que estava sendo proposto (ou seja, se organizarem pra então conseguirem a moradia) iria se dar.

É interessante notar como aqui a escolha por entrar no MTST se dá a partir de sentidos distintos dos anteriores. No que se refere aos mais jovens, a adesão aparece mais relacionada ao discurso sobre a condição da periferia e da pobreza do trabalhador.

E dessa nova leitura das condições objetivas por que passam, com ênfase a não aceitação e a proposta de construção de algo novo, é que dá legitimidade ao movimento.

Podemos dizer que esse discurso também leva o grupo de acampados que delimitamos anteriormente a atribuir legitimidade ao movimento. No entanto, tratava-se de apreender o discurso da ação, da mudança e da transformação a partir de outro marco. De uma compreensão já prévia de uma busca por integração social, por expansão dos direitos, por melhoria das condições de vida. Tratava-se de recuperar aqui as expectativas que traziam de sua trajetória, mas que já não encontravam formas de realizá-las.

Será dessa junção entre as diferentes expectativas trazidas pelos acampados e proposta política e organizativa do movimento, que dará origem a ocupação. E, como vimos no capítulo II, a forma como este se desenvolverá será fruto da combinação dessas duas lógicas.

1.a As dissonâncias entre as duas lógicas.

Desde sua entrada no bairro até o desenvolvimento de sua formação, a militância do MTST sempre foi enfática no que se referiam as regras do movimento. Ou seja, o modo de organização da ocupação, a importância da participação para garantirem sua conquista, etc. Como apontam os relatos, esse primeiro momento da ocupação havia tanto a disposição dos acampados em participarem da organização do movimento tornando-se coordenadores, quanto uma disposição dos próprios acampados no que se referia à participação.

Seja simplesmente por não quererem participar (cultivando uma lógica individualista de apreensão da moradia), seja por passarem por dissonâncias entre as concepções dos acampados e as ações da militância, no entanto, em um mês de ocupação ela sofre um brusco esvaziamento. Ao que parece nos relatos, esse processo se deverá a certa crise de legitimidade dos militantes do MTST frente aos acampados. E isso não é exclusividade da Chico Mendes II.

Não é novidade nos trabalhos sobre o MTST, apontar diversas formas de tensão entre os militantes e os campados. Como pontua Oliveira, trata-se de uma relação complexa de “respeito, confiança, desconfiança, admiração [e] medo” (2010, p.113). E em grande medida, as discordâncias entre eles são explicadas a partir do estranhamento que causa nas relações internas do movimento o fato deste ser o próprio selecionador daqueles que adquirirão ou não as moradias conquistadas¹¹⁸.

De fato, esse aparece como um dos fatores de estranhamento entre eles. No entanto, o que gostaríamos de chamar atenção é que esse descompasso entre militância e o grupo de acampados, aparecerá na Chico Mendes II de forma muito mais marcante do que na bibliografia já trabalhada sobre o MTST.

Como vimos, grande parte dos acampados que decidem se tornar coordenadores, se afastam no decorrer da ocupação. Seus motivos são variados, mas ressaltam-se as discordâncias com a postura da militância. Para além destes, o esvaziamento em massa da ocupação também parece apontar a diferença na forma de compreender o movimento. E a todo esse processo, seguindo as reflexões do relato de um dos militantes, se deve as mudanças ocorridas na estrutura interna da ocupação.

E para refletirmos sobre isso vale retomarmos brevemente o seu modo de organização. Como vimos no capítulo I, o MTST passará por uma série de pequenas e grandes reformulações que visavam construir uma estrutura organizativa “ótima”. A partir da qual fosse possível atingir uma transformação social ampla, que transcendesse a questão da

¹¹⁸ Oliveira, 2010; Goulart, 2011;

moradia e se incidisse sobre a sociedade de classe. E, para isso, a construção da ocupação aparecia como central na estratégia do movimento. Isso porque a ocupação territorial será para o movimento o lócus principal a partir do qual se constrói a identidade coletiva e o poder popular necessários à transcendência da luta por moradia. Isto posto, então, quanto maior o tempo das famílias dentro da ocupação, maior a possibilidade de reforçarem a formação da identidade coletiva e da formação política dos acampados.

Como mencionado acima, essa estrutura organizativa possuía algumas problemáticas, mas conseguiam manter de forma ampla uma organização interna das ocupações. Coisa que não ocorreu na Chico Mendes II. Se retomarmos o capítulo I e, mais especificamente a citação de Boulos¹¹⁹ quando detalha, em 2014 (mesmo ano da ocupação Chico Mendes II), a organização interna elaborada pelo movimento com o intuito de se criar a partir das bases uma construção política calcada na participação comum de todos os acampados, veremos no capítulo II que praticamente nenhuma dessas dimensões foram realizadas.

Dois são os pontos a se chamar atenção. Essa forma de organização voltada ao desenvolvimento de seus acampados foi projetada antes da entrada do movimento no MCMV e é fundamentalmente assentada na necessidade da presença dos acampados dentro da ocupação. Se, com o MCMV altera-se a organização interna de modo a permitir uma ampliação da população que possa entrar no movimento, então, a sua estratégia de construção política a partir dos acampados precisa ser alterada.

O outro ponto, no entanto, se refere ao fato de que nem sempre a ocupação foi esvaziada. Ela já teve seus momentos de terreno amplamente ocupado pelos acampados, mas e nesse momento, também não se projetou a organização planejada internamente pelo MTST.

¹¹⁹ Retomemos aqui aos interessados que tenham dificuldade de encontrá-la. “O segundo aspecto do poder popular é construir formas de atuação, de decisão coletiva por baixo. (...) O que nós fazemos, a primeira coisa que o MTST faz quando ocupa um terreno. Organizar as famílias por grupo, dividir em grupos menores porque não tem como as pessoas decidirem em uma assembleia de cinco mil. Uma coisa é você fazer assembleia com cinquenta pessoas, com cem... as pessoas podem falar, decidir, participar. Com cinco mil, isso é ilusão achar que vai conseguir. O primeiro fato é dividir em vários grupos para que as pessoas possam falar, eleger seus coordenadores, eleger ali os seus representantes que são destituíveis também se assim o grupo definir. Ter seus espaços coletivos de realização. Cozinha coletiva. Primeiro ponto, em uma ocupação ninguém pode passar fome. Isso pra nós é um princípio básico. Então vamos construir cozinha coletiva, trabalho rotativo, doação dos próprios moradores... o cara que não pode estar lá porque está trabalhando, pode levar um pacote de arroz no final do dia pra ajudar na cozinha. E a gente constrói esse mecanismo de trabalho coletivo que é pedagógico. (...) Ele é um mecanismo pedagógico de trabalho coletivo. Todos sabemos aqui o quanto a sociedade capitalista contemporânea promove o individualismo e às soluções individuais, a falta de alternativa coletiva para os problemas. Nós queremos fazer o inverso. Essa reapropriação coletiva do espaço e dar soluções. Assembleias diárias dentro da ocupação. Reuniões de grupo pra discutir os pequenos problemas. (...) Nós temos que ter uma política de discussão coletiva, de solução coletiva, definir coletivamente um regimento interno.” (ENTREVISTA COLETIVA COM GUILHERME BOULOS, <https://m.youtube.com/watch?v=AUjCQMY9wTA>)

Ocorre que o movimento é um movimento assumidamente hierárquico. E como explicita Boulos (2014), não tem nenhum problema em assumir isso e possui suas justificativas para assim sê-lo. Ocorre que o MTST é um movimento com direção fundamentalmente calcado no “poder popular”, ou seja, na construção de sujeitos políticos, com poder de fala, de contestação. Ao enfraquecer a dimensão do poder popular, só resta a direção. E restando só a direção, a fase que se sobressai dentro da ocupação é a concentração de poder que apenas direciona os acampados conforme as decisões tomadas por seus dirigentes.

Assim, da mesma forma como os acampados se aproximam da ocupação por possuir entre a condição objetiva da moradia e o MTST a produção de significados e expectativas que dão sentido a sua entrada no movimento (as quais consideravam em grande medida a proposta política do movimento na construção conjunta da luta), o seu afastamento também possuirá base na vivência e na compreensão que cria sobre o próprio movimento. Os quais, aqui, aparecem amplamente justificados no “mito” sobre a construção de uma luta conjunta e na construção de uma sociabilidade diferente.

Não se trata aqui de admitir que todos os acampados possuíam gana por participação social e que o MTST não acompanhou isso. Não se trata disso, pelo contrário. Ocorre, no entanto, que o movimento planejou toda a sua forma de ação (seja em seu projeto político, na forma como projetam sua organização) para transformar essa percepção da luta individual por moradia. E, não sendo usada, a moradia que aparecia como um mote a construção de uma nova compreensão dos problemas sociais, acaba esvaziada, se tornando um lugar de busca pela moradia.

É importante notar, no entanto, que mesmo se ausentando da ocupação, não abrem mão da conquista da moradia. E, assim sendo, sua experiência enquanto acampado continua no movimento. Assim como sua vivência do espaço público. E essa permanência no movimento que pode ser compreendido como uma utilização do movimento apenas como forma de adquirir a moradia, pode também ser visto de outra maneira.

Pois essa “crise de legitimidade” vivida pelos acampados, que aqui apontamos, se refere de modo restrito aos militantes que organizam ou ajudam na organização da Chico Mendes II. A admiração e a exaltação pelas figuras, por exemplo, do Guilherme Boulos (coordenador nacional do movimento), se mantém intacta. E isso porque, em grande medida, o vislumbre e a admiração pela forma como o movimento se organiza (vista por eles logo no início do processo de ocupação da Chico Mendes II) continua a ser por eles admirada enquanto representação da força do movimento.

Ocorre que diante esse intenso processo de estranhamento e de distanciamento entre militância e acampados, faz com estes não se reconheçam, em grande medida, como fazendo parte de um projeto comum de luta. A própria forma dos acampados se referirem aos militantes como “o pessoal do movimento”, colocando-se fora dessa percepção de que faz parte deste, já evidencia a ausência da construção de uma identidade coletiva entre eles.

Realizar atos contra um governo nitidamente neoliberal, em conjunto com outras organizações da classe trabalhadora, ligadas à mesma central sindical que o MTST, não é uma questão a se discutir. Daí que os acampados em geral, sejam conclamados a participarem de mobilizações que muitos deles não compreendem, mas se sentem compelidos à tomar parte, visto que a participação é um critério decisivo na distribuição de futuras conquistas, ou para muitos, para a “concessão de benefícios”. Como uma entrevistada postulou, há um claro “movimento para o alto e para fora”, que não é acompanhado pela base do movimento, que passa a participar, mas não a age como sujeito na luta. (GOULART, 2011, p.216)

1.b Os que ficam

É interessante notar que a aqueles que permaneceram de fato vivendo na ocupação ou a vivenciando de modo muito próximo, fica claro o seu potencial transformador. E aqui, gostaríamos de dar uma ênfase maior àqueles que participam do “mundo do crime”.

Como já apontado no capítulo II, a ocupação – principalmente pela realidade a qual ela pretende se aproximar – possui uma amplo número de acampados que fazem parte do “mundo do crime”. Dentre eles, de modo geral, também tiveram um afastamento da ocupação. No entanto, entre os poucos que ficaram, se destaca a presença e legitimidade atribuída ao “mundo do crime”.

Enquanto estratégia mesmo de organização, o movimento não se opõe a essa esfera, mas no desenvolver de suas dinâmicas internas, fica explícito como ele ganha um significado e um alcance especial aos jovens nascidos e crescidos na periferia. Estes veem no movimento, assim como no “mundo do crime”, mais um espaço possível de atuação e reconhecimento.

Essas situações ficam muito explícitas, por exemplo, quando várias pessoas se referem ao fato de que a entrada no movimento as fez sair ou diminuir o consumo de drogas ou bebida. Muitos também marcam suas saídas da realização de roubos ou furtos após a entrada no movimento, etc. Fato que também fica evidente na fala de Rosalinda, quando passa a acompanhar os rapazes que possuem relação com a venda de drogas e com o crime e então diz que só fica no movimento se os puder levar junto.

E como já referenciado, também não se tratam de “mundos opostos”, posto que se interseccionam e se desenvolvem de modos paralelos. Essa conexão e, em certa medida, a

disputa entre a legitimidade do movimento e do “mundo do crime” aparece de forma bem marcante na experiência destes acampados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi realizado com o objetivo de responder como se dá as experiências dos sujeitos enquanto acampados do MTST, a partir da ocupação Chico Mendes II.

Ao romper com o pressuposto de uma relação direta entre a necessidade/desejo da casa própria e a entrada no MTST, pudemos compreender que a escolha por se tornar um acampado não se dá apenas pela bandeira da moradia mas, substancialmente, pelo encontro entre a experiência social destes sujeitos (e, a partir disso, da forma como compreendem a moradia) e o discurso e a forma de organização do MTST.

Como trabalha Feltran, aqueles movimentos sociais que se formaram em 1970 e 1980 ou aos moldes deles, ou seja, voltados à população

migrante, operária e católica, e inscritos na ação política voltada à construção democrática, (...) têm dificuldades para se legitimar frente a uma geração já nascida nas periferias, em boa parte pentecostal e com trajetórias acidentadas de trabalho e desemprego. Essa dificuldade é ainda mais forte entre os setores marcados pelas economias informal e, sobretudo, pelos mercados ilícitos – por definição alheios à esfera do direito como alternativa de melhoria de vida. (FELTRAN, 2009, p.11)

E isso fará, segundo o autor, que na ausência de outros movimentos, consigam ganhar legitimidade a partir da nova realidade da periferia na qual, se “estabelece uma série de fronteiras de tensão entre as periferias da cidade e os espaços ampliados de ação social e política” (FELTRAN, 2009, p.11).

Admitindo isso, consideramos, no entanto, que atualmente o MTST é um movimento que consegue se organizar a partir das novas realidades colocadas na periferia e, assim, ganhar sua legitimidade. Isso porque, como vimos, a adesão desses sujeitos ao movimento não se deve simplesmente à moradia. Deve-se, antes, a um encontro entre suas experiências sociais e a percepção que criam diante do discurso e da forma como age o movimento.

Pelo que analisamos da ocupação Chico Mendes II, é possível perceber que o discurso do movimento atinge tanto uma antiga expectativa de integração social por parte da população migrada, que se orientava a partir do projeto operário, quanto as expectativas daquela população mais jovem que se forma a partir das periferias. Estes últimos, já inseridos na desigualdade socioespacial e de mecanismos de controle e repressão extremamente consolidados, de uma naturalização da instabilidade do emprego e da subjetivação do

“empreendedorismo de si¹²⁰” como a única forma de existência e sobrevivência. Aqui, estes que viveram a juventude na periferia, não possuindo uma elaboração tão clara do que esperam ao ingressar ao movimento, são atraídos não só pela bandeira da moradia, mas de como esta é elaborada pelo movimento, o qual traz elementos de contestação da ordem socioespacial na que se encontram submetidos e que propõe a construção de uma nova realidade diferente da que vivenciam, cuja os insere como sujeitos fundamentais para a construção desse processo.

Neste ínterim, O MTST é formado para isso. Como vimos no capítulo I, ele possui todo um histórico de reestruturação interna voltada para alcançar e trabalhar junto a essa população. Tanto no que diz respeito ao discurso, quanto na forma como projetam sua organização interna, tudo construído a partir do intuito de realizarem essa mobilização mais ampla a partir dos sujeitos da periferia.

E aqui, consideramos que existe um motivo bem particular para que o movimento atinja tanta legitimidade nessa nova realidade da periferia.

Com o aprofundamento das desigualdades sociais desencadeadas tanto pelas transformações no âmbito da produção quanto do Estado, cria-se um processo social amparado pelo aparelho de Estado de criminalização da pobreza. A partir disto, a periferia – e mais especificamente a favela – passam a ser compreendidas como o lócus da violência que se espalha e atinge a todo o tecido social. Diante dessa lógica que o próprio Estado ajuda a produzir, o mesmo altera sua forma de perceber e gerenciar as problemáticas sociais. A lógica é que (na contramão do processo anterior de integração social através do trabalho) para solucionar o problema social é necessário conter as suas tensões criadas pelo aumento das desigualdades sociais. Em outras palavras, sob a égide do neoliberalismo e pela sua óptica, permite-nos dizer que são tensões criadas pela incapacidade dessas pessoas em promoverem seu autodesenvolvimento. Para isso, o Estado criará duas frentes de gestão dessas zonas de tensão (onde a sua evidencia maior seria a violência urbana): os programas sociais focalizados (ao bom pobre) e as políticas de repressão e controle (ao mal pobre).

Essa realidade é muito explícita no Jd. Colombo. Formado a partir de uma ocupação mista do território (CALDEIRA, 2000) onde o Jardim Colombo, assim como as outras favelas da região do bairro Morumbi, é cercado tanto pelas moradias de luxo construídas com amplos sistemas de vigilância e segurança particular, quanto pelas rondas constantes da polícia por entre as favelas. Estes procuram produzir, a partir da violência física e simbólica, a manutenção do pobre violento (expresso na concepção do imagiário social) nas áreas criadas e

¹²⁰ DARDOT e LAVAL, 2016

mantidas para os pobres violentos. Lado a lado, existem as ruas por onde andam e as ruas que não caminham. Há ruas inteiras ocupadas de um lado e, do outro, ruas desertas nas quais a única pessoa que se destaca é o segurança particular que ocupa a guarita de seu trabalho. Isso se tornava evidente também nos relatos dos acampados sobre para aonde iam e o que faziam a noite. O destino era certo, Jd. Colombo, Paraisópolis, Jd. Ângela, isto é, os caminhos pelos quais transitam cotidianamente, são entre as periferias e não fora delas.

No imaginário deste paradigma de criminalização, segregação e distinção social, não existem distinções entre os pobres, existem “exceções”, onde se o pobre não é violento ele potencialmente pode ser. Essa figuração da violência urbana construída sobre a favela e mantidas pelos programas governamentais, faz com que se construam sempre mediadas de fora da realidade da periferia a fim de auxiliá-los. Não existe lugar social de fala, eles precisam ser ajudados. Precisam interiorizar a lógica do trabalho, do esforço individual, precisam de ajuda para se tornar o que essa realidade desordenada e violenta não os deixa ser. E, como vimos nos capítulos I e III, esse “salvacionismo¹²¹”, que determina o que é preciso e o que não é para a vida do pobre, será realizado, em grande medida, através do mercado.

Como também já abordados ao longo dos capítulos, assim como ocorre, no entanto, a proliferação do medo, da repressão e do controle (seja este através da repressão, seja através das condicionalidades incutidas nos programas sociais e assistenciais) sobre essa população, ela também passa a viver outra importante transformação que é o aumento da legitimidade do “mundo do crime¹²²” e com ele novas formas de regulação social. Através da expansão deste “mundo do crime” e de seu maior tensionamento com outras esferas como a Estado, da família, da religião, da justiça, do mercado e dos movimentos sociais, o “mundo do crime” torna-se mais um lugar possível de “empreender-se¹²³”, um lugar possível de encontrar a legitimação e o reconhecimento que, agora – na “sociedade neoliberal¹²⁴” – são responsáveis individualmente por conseguir.

Dentro desse cenário extremamente complexo, a categoria de “trabalhador¹²⁵” e a de “bandido¹²⁶”, vão ser utilizadas, manejadas e significadas tanto internamente nas periferias quanto fora delas de forma maleável conforme as mais diversas circunstâncias, e também,

¹²¹ PAOLI, 2007

¹²² FELTRAN, 2008

¹²³ DARDOT e LAVAL, 2016

¹²⁴ DARDOT e LAVAL, 2016

¹²⁵ FELTRAN, 2008

¹²⁶ FELTRAN, 2008

conforme a legitimidade que pretendem com elas. Ocorre no entanto, que dentro da esfera pública, ou seja, dentro dos embates sociais, existe uma diferença socialmente inscrita nessas duas categorias.

*Os trabalhadores têm um estatuto de locução determinado, e alguma legitimidade para seus dramas e direitos a conquistar. Sua associações, embora subalternas a muitos outros atores do campo político, seguem fazendo sua defesa. (...) Não há legitimidade possível para os discursos dos *bandidos*. A parcela da sociedade que já está representada publicamente vê *ruído* no que eles dizem e os ruídos devem ser eliminados, para o bem estar geral. *Lugar de bandido é na cadeia* é uma frase comum nas campanhas eleitorais, politicamente bem mais correta do que a expressão, mais corriqueira, que diz *bandido tem que morrer*. Nos debates sociais e públicos delimitou-se, já há algum tempo, os espaços destinados para cada uma destas parcelas das periferias urbanas, na sociedade e na política. (FELTRAN, 2008, p.176)*

Será a partir desse constructo social, sobre a periferia e do não lugar de fala do “bandido” e do lugar de fala subalterno do trabalhador, que o MTST ganhará sua legitimidade.

Como vimos, o MTST será um desses agentes que aparecem externamente a periferia para intervir em sua realidade. O MTST chama essa população a partir da bandeira da moradia, mas não é só. Ele chama essa população a perceber e a se contrapor a uma realidade social. A chama para ser o cerne da construção de uma nova realidade social. É esse elemento do “novo”, do “possível” é que faz principalmente a população mais jovem dar legitimidade ao movimento. Sua organização, seu direcionamento mostram isso. Agora, através do que essa população marcada pela espectro da violência urbana e, em grande medida, do intitulado de “bandido” consegue seu lugar de fala dentro dos conflitos? Através da categoria de trabalhador.

É constante dentro dos embates travados pelo movimento a justificativa de que não se tratam de vagabundos que não querem trabalhar, mas sim de uma organização de trabalhadores que apesar do “duro” que dão todos os dias, não conseguem ter dinheiro para pagar seu aluguel. É através deste salto do lugar de fala que o movimento conseguirá atribuir socialmente legitimidade às suas reivindicações. Será através dessa categoria que adentrarão ao espaço público e à proposta de nele intervir.

Como já muito trabalhado no capítulo I, não será esse o intuito direto do movimento. Sua organização através da categoria de “trabalhador” se deve ao caráter classista que possui como forma de organização e como projeto político. Ocorre, no entanto, que aqui falamos de outra via, de como se dá a construção da legitimidade do movimento para a população da periferia. E esse, sem dúvida, nos parece um ponto extremamente relevante.

Como vimos, no entanto, apesar de criar todo o universo de possibilidades, de exaltar a construção do poder popular e da construção conjunta da luta, isso não se realizará dentro da ocupação. Como já trabalhado no capítulo III, deixando fragilizadas sua organização interna da ocupação e mantendo apenas um “movimento para o alto e para fora” (GOULART, 2011, p.216), o MTST acabará reproduzindo, em grande medida dentro da realidade destes acampados, um universo de atuação igual aos outros. Como nos relatos “eles diziam que aqui ia ser diferente”. É essa marcação da promessa do “possível”, de que era possível estarem em um outro lugar, um outro lugar de fala, é que não se cumpre. E, em grande medida, ao que se fez transparecer pela Chico Mendes, é esse o grande impulsionador do esvaziamento da ocupação.

Novamente, isso não quer dizer que sua negação ao movimento seja completa ou que sua vivência desse espaço público, através do MTST, seja uma reprodução desse universo complexo em que estão inseridos. Trata-se de uma relação dúbia que, se dentro da ocupação não se mostra essa outra realidade possível, nas grandes mobilizações, sim. Se as falas dos militantes de sua ocupação são em parte descredibilizadas, as falas do coordenador nacional não. Vivenciam uma realidade “outra” da qual em conjunto, se posicionam frente a questões sociais. No entanto, não são essas necessariamente posições das quais compartilham e mesmo que sejam, não se tratam de concepções das quais construíram em conjunto.

Se retomarmos a citação de Feltran (2009) referida no início deste tópico, podemos dizer que o MTST é esse movimento que consegue hoje se organizar a partir da periferia, que consegue ganhar legitimidade e força a partir dela, mas não é, no entanto, um movimento que irá construir demandas a partir de seus acampados. Criam-se mobilizações através das demandas e das problemáticas que os atingem, mas, não, a partir dos acampados.

Vale ressaltar aqui, no entanto, que não são todos os acampados que se afastam. Uma das características que chamam atenção ao MTST é a quantidade de militantes que vieram de suas bases, ou seja, de grupos de acampados. Na ocupação Chico Mendes II, também tiveram acampados que entraram para o grupo da coordenação e que já iniciavam o curso para militante. E dentre os que ficam, de fato, é estonteante a admiração que possuem pelo movimento e pelas organizações e conquistas que realizam. Robson sem dúvida é um desses marcos. Decidiu se tornar um acampado “pra zoar” e se tornou um coordenador, dormia todos os dias na ocupação desde quando foi formada e quando teve pedido de reintegração de posse, se desesperou ao ver a ocupação acabar. Falava com profunda admiração dos militantes e no final da ocupação, por conta dos cursos de militante, havia decidido entrar em uma faculdade de história “para conhecer mais do que eles falavam”. Assim como o relato de Robson, todos

os coordenadores da Chico Mendes e das outras ocupações com quem tive contato, sempre falavam com muita admiração do movimento e sempre comentavam de processos históricos e discussões que acompanhavam pelos cursos para se tornar militante.

Aqui, aparece também em destaque pela trajetória de coordenadores e militantes, a vivência do “mundo do crime”. É sempre marcado nos relatos sobre o que mudaram, como mudaram, a saída da prática de crime ou do uso da droga após entrarem no movimento. No entanto, o que gostaríamos de destacar aqui é como isso ocorre. Ao nosso ver, na entrada que o MTST tem da periferia, ele se constrói dentro da realidade de parte dos acampados, como mais um lugar onde é possível “construir-se”, desenvolver suas capacidades, onde pode encontrar destaque em seu crescimento. Sem se opor de modo direto ao “mundo do crime”, o MTST cria sua legitimidade em paralelo e em disputa a este.

Admitimos o fato da necessidade da moradia ser uma realidade e das pessoas que entram no movimento terem de fato a situação de precariedade exigida na conquista da moradia. Todavia, o que queremos chamar atenção aqui é que não se trata apenas disso. Pressupondo uma relação direta entre a necessidade da moradia e a entrada ao MTST, o movimento cria uma concepção interna de que quem entra na ocupação quer exclusivamente a moradia. E que, assim, quem possui um interesse maior do que esse engaja-se na coordenação e a partir dali passa a receber a formação política do movimento.

Pelo o que aponta a Chico Mendes II, a problemática encontra-se justamente nessa pressuposição única da moradia e do direcionamento exclusivo à formação de coordenadores. Considero que a problemática, até aqui explanada, tenha esclarecido o que compreendemos sobre este vão entre o acampado e o movimento o qual, é interpretado pelo movimento, apenas pelo âmbito da necessidade.

Isso porque, ao admitir que o acampado esta na ocupação simplesmente pela moradia, o movimento admite também que o afastamento desses acampados se refere também ao fato de que ele só está interessado na moradia. Ocorre que, o que nos mostra a ocupação Chico Mendes II é uma realidade distinta. Existem os acampados que se afastam por realmente só estarem interessado na moradia, mas existem também muitos acampados que se afastam por não concordarem com a forma como se estava desenvolvendo a ocupação.

Quando o MTST faz uma leitura da sua conjuntura e da sua atuação, simplesmente considerando a entrada e a saída dos acampados através da questão da necessidade, ele rompe com um importante elemento à sua autocrítica por não conceber que tal situação pode se tratar, não de uma alienação de seus acampados, mas, justamente, de um processo de reflexão e contestação por parte dos mesmos.

Refletindo sobre as mais diversas facetas das transformações trazidas pelo neoliberalismo e sobre a possibilidade de neste ainda se produzir política (no sentido da produção do conflito, da contestação da ordem e da gestão), Lautier (2014) coloca

A questão é, então, a de saber se uma imensa multiplicidade de técnicas e táticas em operação conseguiu conter a “tensão” que é constitutiva do político. A hipótese subjacente a este texto é a de que a tensão política é efetivamente contida, mas não extinta, e, talvez, a de que essa mesma tensão acabe por se tornar tanto mais explosiva quanto mais sua contenção tenda a exacerbá-la, em vez de desativá-la. (LAUTIER, 2014, p.463)

Diante da experiência de luta dos acampados da Chico Mendes II, arriscamos aqui dizer que é possível que a hipótese apontada pelo autor esteja certa. A atuação do MTST na periferia traz à tona uma possibilidade de transformação que fica em aberto. De qualquer forma, por entre as experiências destes sujeitos enquanto acampados, o que podemos evidenciar é que a questão não aparece ser só a moradia.

BIBLIOGRAFIA

ABERS, Rebeca, BÜLLOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? . Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula . Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 57, núm. 2, abril-junio, 2014, pp. 325-357 Rio de Janeiro, RJ

ALVARES, Sônia, DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (ORG.) Introdução. In: Cultura e Política nos movimentos sociais Latino Americanos. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

AMORE. Caio. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes IN: Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros / organização Caio Santo Amore , Lúcia Zanin Shimbo , Maria Beatriz Cruz Rufino. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.

AZEVEDO, Sérgio. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. Rev. Adm. públ., Rio de Janeiro, 22(4):107-119, 1988

BATISTA, Paulo. O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos, 1994

BARROS, Joana. Moradores de Rua – Pobreza e Trabalho: Interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira. Dissertação de Mestrado (Sociologia). FFLCH/Usp, 2004

BARROS, CARVALHO, MONTANDON. O estatuto da cidade Comentado In: O estatuto da cidade comentado São Paulo : Ministério das Cidades : Aliança das Cidades, 2010

BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil. In: Análise Social. vol. XXIX (127), 1994 (3.º), 711-732

BOITO Jr., Armando. Política Neoliberal e Brasil. Tese de livre-docência.departamento de ciência política, IFCH/Unicamp, 1998

BOULOS, Guilherme . *Por que ocupamos? : uma introdução à luta dos sem-teto*, 2.ed. ampl. e rev. São Paulo: Scortecci, 2014

CACCIA BAVA, Silvio. Democracia e Participação In: Os sentidos da democracia e da participação. São Paulo: Instituto, Pólis, 2005. (Publicações Pólis, 47)

CAVALCANTI, G.C.V. Debate teórico sobre os movimentos sociais. In: *Uma concessão ao passado: uma trajetória da União dos Movimentos de Moradia em São Paulo*. 2006

CALDEIRA, Tereza P. A cidade de muros. São Paulo, Edusp, Ed 34, 2003.

CARDOSO, Adauto Lucio. O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.

CARDOSO, Adauto Lucio (org.). Rio de Janeiro: Letra Capital , 2013. 322 p.

CHAUÍ, Marilena e NOGUEIRA, M.A O pensamento político e a redemocratização no Brasil. In: *Lua Nova*, São Paulo, 71, p.173-228, 2007

CHAVES, Christine de Alencar. A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social/Christine de Alencar Chaves. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2000

CIUFFOLINI. M e SHIMBO. L. Políticas urbanas e habitacionais e seus efeitos sociais. Um estudo do Programa “Minha Casa, Minha Vida” no Brasil e na Argentina In: *Sociologia e mudança social no Brasil e na Argentina – São Carlos: Compacta Gráfica, 2013*

COLETTI, Claudinei. A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal. Tese de doutorado (Ciências Sociais). IFCH/Unicamp, 2005

CORTES, Soraya Vargas, SILVA, Marcelo Kunrath. Sociedade Civil, Instituições e atores estatais: interdependências e condicionantes da atuação de atores sociais em fóruns participativos. *Estud. sociol.*, Araraquara, v.15, n.29, p.425-444, 2010

DAGNINO, Evelina. *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania* . In: *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. Editora Brasiliense, 1996

DAGNINO, Evelina. Cultura, Cidadania e Democracia In: ALVARES, Sônia, DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (org.). *Cultura e Política nos movimentos sociais Latino Americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

DARDOT e LAVAL, *A nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará: ANPOCS, 1995.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

EUZENEIA, Carlos. *Movimentos Sociais: Revisando a Participação e a Institucionalização*. *Lua Nova*, São Paulo, 84: 315-348, 2011

FELTRAN, Gabriel. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.

_____. Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese de doutorado (Ciências Sociais). IFCH/Unicamp, 2008.

_____. Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo, 2009 .
<http://www.namargem.ufscar.br/gabriel-feltran-transformacoes-sociais-e-politicas-nas-periferias-de-sao-paulo/>

FERNANDES, Edesio . O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística. In: O estatuto da Cidade Comentado São Paulo : Ministério das Cidades : Aliança das Cidades, 2010.

FERREIRA, João Sette W. *Cidades para poucos ou para todos? impasses da democratização das cidades no brasil e o risco de um “urbanismo às avessas”*, In: Oliveira, francisco de; Braga, ruy; Rizek, cibebe (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. são paulo: boitempo editorial, 2010.

FIX, M. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2014), *Déficit habitacional no Brasil 2011-2012: resultados preliminares*, Consultado em 01 novembro de 2014, <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/363-deficit-nota-tecnica-dh-2012/file>.

GOHN, M. Morumbi: o contraditório bairro-região de São Paulo. Cad. CRH, Salvador, v.23, n.59

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola 1997

GOULART, C. D. *O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista (Unesp) Marília-sp 2011

HARVEY, David. *Do Fordismo à Acumulação Flexível*. In: *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 6a edição, p.135-176, 1996

JUNIOR, João Alfredo Costa de Campos Melo. O conceito de experiência histórica em Edward Thompson. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH*. São Paulo, 2011.

KLINTOWITZ, D.C. *Como as reformas habitacionais se inserem nos contextos de reforma do Estado? A experiência recente do Brasil*. Revista Pensamento & Realidade. v. 26 nº 3/2011

KOWARICK, Lúcio & BRANT, Vinicius Caldeira (orgs.). *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo, Loyola. *São Paulo*. 1976

KOWARICK, Lúcio . *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. São Paulo, Paz e Terra. 1983

LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO E ASSENTAMENTOS HUMKANOS. Pesquisa e Análise de Aplicação de Instrumentos em Planejamento Urbano Ambiental no Município de São Paulo. Produto 06. Estudos de viabilidade de Parques Lineares /agosto de 2006

LAUTIER, Bruno. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 463-477, Set./Dez. 2014

LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2012

LIMA, Pedro. F.T. Soterramento da Favela 'Nova república'. O crime culposo de desabamento com resultado morte – A imprudência dos construtores do aterro, a negligência de fiscais e a imperícia de engenheiros da prefeitura. 1993

LIMA, S. L. R. de. *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LORENA, Elton. Luta de classes na cidade neoliberal: uma análise sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais). Unesp-Marília, 2012

LOTUFO, José Otavio. *Habitação Social para a Cidade Sustentável*. São Paulo: 2011

MACHADO, Eliel: MST e neoliberalismo: avanços, limites e contradições da luta pela terra no Brasil In: *Luchas contrahegemónicas y cambios políticos recientes de América Latina*, Buenos Aires: Editora CLACSO; 2008

MARICATO, E. T. M. *A política habitacional do regime militar*. Petrópolis, Vozes. 1987

_____. *Metrópole, legislação e desigualdade*. In: *Estudos Avançados*. Vol.17 no.48. São Paulo. 2003

MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*, São Paulo: Martins Fontes, 1998

MENDONÇA, S.R e FONTES, V.M. *A história do Brasil Recente 1964-1980*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática – 1988

MENEZES, Cláudia. A Mudança: análise da ideologia de um grupo de migrantes, Rio de Janeiro, 1976. Editora Imago LTDA, 1976.

MIAGUSKO, E. A década do desmanche; O contexto e a literatura sobre movimentos sociais In: *Movimento de Moradia e Sem Teto em São Paulo: a experiência no contexto do desmanche*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista (USP) São Paulo-sp 2008

MILLS, C. Wright. Do Artesanato Intelectual. In: A Imaginação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor. Novos Estudos, São Paulo: Cebrap, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de, PAOLI, Maria Célia (org.) Os sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes. 2000.

OLIVEIRA, F. e RIZECK.C. A era da Indeterminação. São Paulo: Boitempo. 2007

OLIVEIRA, Nathalia Cristina. Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009) . Unicamp. Campinas, SP : [s. n.], 2010.

OLIVEIRA, Roberto Verás de. O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: o que se pode esperar? In: A era da indeterminação – São Paulo, Boitempo, 2007

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder e TELLES, Vera. Pensando a Classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico In: Revista Brasileira de História, nº6. São Paulo, Anpuh, 1983

PAOLI, Maria Célia, Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil In: SANTOS, Boaventura de Souza (org). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

PAOLI, M. C. As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero. *Novos estudos CEBRAP* nº31. Outubro, 199, p.107-122

_____. Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno. *Estudos Avançados* vol.3 n.7, São Paulo 1989

PERRUSO, Marco Antônio. Em busca do “novo”: Movimentos Sociais no pensamento social brasileiro dos anos 1970/80 In: *Revista Perspectivas*, São Paulo, v. 37, p. 249-268, jan./jun. 2010

RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento. São Paulo: Editora 34. 1996

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 2ª edição

RIZEK. C, AMORE.C, CAMARGO. C. Política Social, gestão e negócio na produção das o programa Minha Casa Minha Vida “entidades” . CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 72 546, Set./Dez. 2014

ROCHA, Enid. A Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. 20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafio da seguridade social, Anfip, Brasília, 2008.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *A política urbana no governo Lula*. Ideias Campinas-sp n.3, nova série, 2º semestre de 2011

ROLNIK, Rolnik. Regulação urbanística no Brasil: conquistas e desafios de um modelo em construção. In: *Anais do Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social*, PUCCAMP, 2000

_____. São Paulo, início da industrialização: o espaço é político. In: Lúcio Kowarick. (Org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra / UNRISD, 1988,

SADER, Eder. *Quando os novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980* Paz e Terra- 1988

SANCHEZ, Fábio. *Identidade e Conflito: A construção política dos “remanescentes de quilombo” do Vale do Ribeira*. Tese de mestrado FFLCH/USP . 2004

SHIMBO, Lucia Zanin. Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP. São Carlos: 2010.

SILVA, Simone da Conceição. A atualidade da criminalização produzida sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST: o caso do acampamento Chico Mendes / Simone da Conceição Silva – Marília, 2014.

SINGER, André Vitor . *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. 1ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, Paul. *Introdução: Porque as classes?* In: Dominação e Desigualdade: estruturas de classe e repartição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves; BLIKSTAD, Karin e PATERNIANI, Stella Zagatto (2014), “Inovações participativas nas políticas habitacionais para população de baixa renda”, em *Revista Crítica y Emancipación*, Ano VI, núm. 11, primeiro semestre, Buenos Aires, pp. 215-287.(trata-se de um artigo que avalia o MCMV-E)

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves, (Org.) Os sentidos da democracia e da participação. São Paulo: Instituto, Pólis, 2005. (Publicações Pólis, 47)

THOMPSON, E.P. *Um Termo Ausente: Experiência*. In: A miséria da Teoria. Ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 180-200, 1981

_____. *Costume e Cultura; Patrícios e Plebeus* In: *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

_____. *La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?* In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. España: Editorial Crítica, p.13-60, 1989

VAINER, Carlos. *Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Org. ARANTES, Otília. VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia . Petrópolis, RJ:Vozes, 2012.

SITES

ELA -2012: Discussão sobre Movimento Popular com Guilherme Boulos do MTST, 02 Jul.2012, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Iz3zb-7o0ag> . Acesso em 18 Ago. 2014.

Em São Paulo e no Brasil: MTST! A LUTA É PRA VALER!
<https://m.youtube.com/watch?v=RTdVghWnxsQ>

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): <http://www.mtst.org/index.php/noticias-do-site?start=20>

_____: <http://www.mtst.org/linhaspoliticaseorganizativas.pdf>

ENTREVISTA COLETIVA COM GUILHERME BOULOS,
<https://m.youtube.com/watch?v=AUjCQMY9wTA> , acessado em 10/08/2016

Estatuto das Cidades . Senado Federal:
<http://www.senado.gov.br/senado/programas/estatutodacidade/perguntas.htm>

Gazeta de Pinheiros: <http://gazetadepinheiros.com.br/cidades/prefeitura-pede-reintegracao-de-posse-de-area-invadida-19-09-2014-htm>

Outras Palavras e Fluxo com Guilherme Boulos (MTST) , 06 Jun. 2014 disponível em https://www.youtube.com/watch?v=7JsHfncJ_U&list=PLJEqi7aw3p3XLftUiMOK7B1omXom4q5SC . Acessado em 18 Ago. 2014